NE BU L OSA S

DO PENSAMENTO URBANÍSTICO

NEBULOSAS DO PENSAMENTO URBANÍSTICO

Tomo I

modos de pensar

Paola Berenstein Jacques
Margareth da Silva Pereira
[organizadoras]

Salvador . EDUFBA
2018

1ª Reimpressão: 2018

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico
Igor Queiroz

Revisão
Mariana Rios Amaral de Oliveira

Normalização
Sandra Batista

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira (organizadoras). – Salvador: EDUFBA, 2018.
335 p.

ISBN: 978-85-232-1687-0

1. Urbanismo. 2. Arquitetura. 3. Planejamento urbano. I. Título. II. Jacques, Paola Berenstein. III. Pereira, Margareth da Silva.

CDD - 711

Editora filiada à:

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo s/n
Campus de Ondina
40.170-115 - Salvador - Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

SUMÁRIO

MODOS
DE PENSAR

MODOS DE PENSAR

PAOLA BERENSTEIN JACQUES

MARGARETH DA SILVA PEREIRA

N*ebulosas do pensamento urbanístico: Tomo 1 – Modos de pensar* resulta de um trabalho coletivo e tem como principal objetivo trazer uma contribuição teórica e metodológica sobre diferentes modos de pensar a história do urbanismo e as formas de narrá-la. Apoia-se em um longo processo de compilação e cruzamento de dados sobre visões, projetos e planos de cidades, reunidos em um *site*[1] que vem sendo enriquecido, de modo contínuo, há mais de 15 anos: *Cronologia do Pensamento Urbanístico*.

De início, a *Cronologia* foi pensada como uma ferramenta pedagógica e de trabalho utilizada no processo de formação dos jovens pesquisadores, visando familiarizá-los com o uso de fontes primárias e com uma forma de pensar histórica e geograficamente situada. Gradualmente, passou a revelar outras potencialidades, acabando por se tornar um instrumento mais amplo de sistematização e divulgação de informações sobre este campo ampliado de reflexões e de práticas que é o urbanismo, além de obrigar os grupos de pesquisa envolvidos a uma contínua reflexão de natureza teórica e metodológica sobre suas próprias práticas, assentando algumas das suas premissas comuns.

De fato, um dos primeiros desafios das equipes foi insistir sobre a natureza plural da vida em cidade e, portanto, manter presente a ideia de

que o urbanismo é mais um campo de convergência de saberes do que um campo "disciplinar". Nestas páginas, o campo do urbanismo é pensado de forma transversal, sendo capaz de abarcar zonas limiares de diferentes outras áreas do conhecimento e de estudos e, também, de intervenções sobre as cidades.

Entretanto, um segundo desafio que encontrou resistências das mais tenazes foi enfrentar e ultrapassar a confusão entre cronologia e visão linear do tempo. Nesse sentido, foi importante insistir que a *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, apesar de ser uma cronografia, nada tem de linear. Trata-se de uma forma de notação de informações que, como uma pauta musical, graças à métrica constante que adota na notação – um mesmo intervalo temporal –, permite perceber continuidades, emergências, rupturas, reiterações, assim como os discursos e os silêncios que atravessam espacial e temporalmente os modos de conceber a vida em cidades.

Reunimos, ao longo de mais de 15 anos, informações relativas a publicações, projetos, eventos ou qualquer outro fato considerado relevante para a construção do campo do urbanismo, que foram grafados em seus momentos e lugares específicos de enunciação ou formulação, cobrindo mais de 200 anos de debates sobre cidades, em função dos temas estudados. As ideias de intelectuais, artistas, técnicos e figuras públicas de modo geral deixam de ser meros ideários ou grandiosas perspectivas e tornam-se, assim, embates, disputas e gestos concretos, passíveis de serem examinadas em relação às diferentes escolhas técnicas, sociais, políticas, assim como posições e atitudes éticas, estéticas, que cada ator ou grupo de atores propõe, sustenta e defende.

Por fim, questões de natureza historiográfica propriamente ditas, como se vê, constituíram um outro campo de investimentos teóricos dos pesquisadores. As sucessivas cronologias que foram feitas, refeitas, ajustadas, abandonadas no processo de trabalho – das quais o *site on-line* permite ver somente algumas de suas versões – possibilitaram observar e deslocar algumas formulações historiográficas por vezes apriorísticas, simplificadoras ou passíveis de revisão, ainda que contingentes, diante do estado do conhecimento do campo. Levaram

também a uma maior atenção aos vocabulários, aos conceitos e às condições epistemológicas do próprio campo intelectual, assim como de suas lutas políticas.

As cronologias e as cronografias que foram sendo desenhadas permitiram, assim, uma melhor compreensão da circulação das ideias urbanísticas, tanto nacional quanto internacionalmente, composta por uma série de redes de conexões entre atores, cidades, temas, iniciativas ou, de modo mais fino, se desejável, questões teóricas ou conceitos, por exemplo.

Talvez seja possível dizer que as próprias práticas de pesquisa se viram renovadas a partir de uma maneira de "fazer história" que conecta, relaciona, compara, confronta múltiplas histórias. Contudo, graças ainda a elas, dilui-se o tempo do próprio pesquisador, e são os tempos dos atores que irrompem e se impõem frente aos acontecimentos inicialmente capturados como relevantes, deslocando, assim, hipóteses iniciais, propondo novas possibilidades de leitura, criando novos nexos entre dados coletados, mostrando inflexões, emergências e sobrevivências.

Uma melhor compreensão da historicidade dos debates, das intervenções sobre as cidades e da complexidade da circulação das ideias urbanísticas, por sua vez, reposiciona a história do pensamento urbanístico em um universo mais vasto de interações individuais e coletivas, através de uma compreensão, mesmo que momentânea, das diferentes *nebulosas* de ideias e de ações em presença.

Em outras palavras, o que se dá a ver são inúmeras *nebulosas* se espalhando nos "céus da história" em seus tempos curtos, em seus ritmos lentos, densas, esgarçadas, carregadas de gestos, de intenções, de sentidos, exibindo seus nós de relações ou de conflitos, assim como do que resta à margem, que erra, que não se integra ou não tem lugar. *Nebulosas do pensamento urbanístico*, título desta coletânea, busca evocar essas ideias.

As *nebulosas* que se formam e se transformam, que não são fixas no tempo ou no espaço, mostram movimentos sistêmicos, transgeográficos

e, muitas vezes, sincrônicos ou mesmo anacrônicos de ideias entre determinados circuitos de pensamento urbanístico. Formam, as próprias *nebulosas*, diferentes narrativas a partir de redes distintas – de intercâmbio, mas também de disputa – intelectuais, acadêmicas, científicas e artísticas que atuam de maneira complexa, permitindo uma melhor problematização tanto do campo disciplinar do urbanismo quanto das cidades, mas, antes de tudo, retirando o gesto do pesquisador de sua aparente naturalidade ou suposta neutralidade.

Como se vê, a *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, nesses 15 anos de pesquisa coletiva, provocou inúmeros desdobramentos na nossa própria forma de pensar, analisar, montar, contrapor e subverter interpretações correntes ou, pelo menos, tornar sua leitura mais complexa. Pareceu-nos, agora, que esse é o momento de compartilhar essas reflexões de natureza teórica e metodológica que têm percorrido as discussões entre os pesquisadores envolvidos no processo coletivo de nossa pesquisa.

A atual pesquisa emergiu de um esforço anterior de elaboração de uma antologia crítica do urbanismo em português que integrasse a reflexão de diferentes autores e momentos históricos. O exercício de fazer cronologias, pensadas como ferramenta auxiliar da construção dessa antologia crítica, se iniciou em 1999, com a chegada simultânea de Margareth da Silva Pereira e Paola Berenstein Jacques à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); ganhou autonomia e também complexidade a partir de uma experimentação permanente de diferentes metodologias de trabalho e de debates sobre formas de pensar, que trazemos a público nesse tomo.

A pesquisa, *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, desdobrada dessa iniciativa anterior, vem sendo realizada desde 2002 – com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de uma série de editais ao longo desses anos –, a partir de uma parceria inicial entre uma equipe na UFRJ, coordenada por Margareth da Silva Pereira, e uma equipe na Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenada por Paola Berenstein Jacques. Ao longo desse período, contou também com uma interlocução a partir de estudantes visitantes no Laboratoire Architecture Anthropologie/

Centre National de la Recherche Scientifique (LAA/CNRS), em Paris, coordenado por Alessia de Biase.

Mais recentemente, a partir de 2016, novos pesquisadores vieram se somar ao grupo inicial: as equipes formadas na Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação de Ricardo Trevisan, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação de Rita Velloso, e, a partir de 2017, a nova equipe formada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a coordenação de Josianne Cerasoli.

Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de pensar é o primeiro tomo que foca nas questões teóricas e metodológicas da pesquisa. Deverá se seguir de um segundo tomo, *Modos de fazer*, reunindo as contribuições particulares das diferentes equipes – incluindo também os estudantes: bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado – ao usar a *Cronologia do Pensamento Urbanístico* como instrumento.

Neste tomo, *Modos de pensar*, os autores são os pesquisadores em atividade nas diferentes equipes, e no segundo tomo, *Modos de fazer*, os trabalhos em andamento na pesquisa nas diferentes universidades serão apresentados pelas respectivas equipes completas.

Os 11 textos reunidos neste primeiro tomo em forma de coletânea, apresentam seus modos de pensar por: associações, atlas, biografias, constelações, dados, imagens, margens, montagens, nebulosas e pluralidades, buscando mostrar formas diferentes, porém complementares, de pensar a história e, em particular, a história do pensamento urbanístico.

Apesar da noção de *nebulosas*, presente no título da publicação, predominar em nossos atuais modos de fazer na pesquisa coletiva, decidimos, nesta publicação, não hierarquizar os diferentes modos de pensar aqui reunidos e apresentá-los em forma aleatória – no caso, alfabética –, para que o leitor possa fazer suas próprias articulações e atravessamentos, assim como perceber melhor tanto as ressonâncias quanto as diferenças entre as propostas e análises apresentadas. Pretendemos, com esse esforço editorial em dois tomos, melhor situar nosso esforço investigativo dos últimos anos, tanto dentro do

campo da historiografia do urbanismo no país, quanto dentro dos debates mais recentes do campo da história, em particular, da teoria e metodologia da história.

O *site* da *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, disponível para consulta *on-line*, é a face até agora mais visível do que temos realizado a partir desses *Modos de pensar*, sendo uma ferramenta que, desde sua primeira versão, de 2003, busca cartografar a complexidade da circulação de ideias, os campos de debates, de forças ou de tensão entre diferentes ideias que construíram e ainda constroem o pensamento urbanístico. Já em sua quarta concepção gráfica e técnica, cumpre papel fundamental na pesquisa, na medida em que seu desenvolvimento técnico de programação e de design constitui um desafio investigativo complementar em torno de questões teórico-metodológicas próprias ao seu propósito de permitir ao usuário a visualização de um quadro cronológico e geográfico dos dados e seus verbetes, convidando-lhe, ainda que de forma não explícita, a exercitar um "pensamento em nebulosa" sobre o urbanismo.

Embora, neste primeiro tomo, nem a pesquisa propriamente dita nem seu principal meio de divulgação, o *site*, sejam abordados de forma direta e literal, ambos estão intrinsecamente coimplicados, contribuindo para o fortalecimento do campo ao auxiliar o trabalho de sua revisão historiográfica.

Isso significa dizer que a própria forma segundo a qual são divulgados e cotejados os dados e verbetes veiculados permite questionar a pertinência do uso de certas noções, como "progressão", "transferência", "modelo" ou "influência" – entre outras tributárias de uma visão linear, teleológica e fechada de história. Essas noções ainda continuam a balizar – talvez por carência de cotejamentos mais finos e de instrumentos mais complexos que evidenciem seus contrassensos e limites – certo número de trabalhos no campo mais tradicional da história do urbanismo.

Por outro lado, ao mostrar as descontinuidades, as rupturas, as contradições, as inflexões, as emergências e as sobrevivências de ideias (nos discursos e nos projetos), buscamos exercitar coletivamente

uma outra maneira, mais complexa, de “fazer história”, que, além de ampliar fontes, acervos e temas, não fuja dos conflitos e embates. Ao apontar multiplicidades, heterogeneidades e desvios nas diferentes possibilidades de leituras dos dados pesquisados, buscamos problematizar supostas “verdades”, “origens” ou repartições já consolidadas e, assim, evitar a pacificação da história das ideias urbanísticas.

Nosso objetivo principal é subsidiar uma história intelectual do urbanismo que possa trazer novas perspectivas de análise a partir do choque ou da tensão, sincrônica ou anacrônica, entre diferentes ideias e pressupostos teóricos e, também, de sua capacidade de contaminação entre diferentes campos e circuitos.

Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo 2 – Modos de fazer buscará, por fim, mostrar que as equipes de pesquisa das diferentes universidades que integram, atualmente, o grupo trabalham de formas distintas, mas seu foco principal é, sempre, o debate de ideias e, sobretudo, as tensões entre elas, pois nestas lampejam silenciamentos ou simplificações que talvez ainda precisem ser explorados.

NOTA

1 Ver: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br>.

P E N S A R   P O R

AS
SOC
I
AÇÕ
ES

PENSAR POR ASSOCIAÇÕES[1]

MARIA STELLA BRESCIANI

Fazer associações é enveredar por um caminho tortuoso. Pode levar-nos a descaminhos, fazer transitar entre temas e disciplinas, a divagar entre escritos de natureza diversa e impor deslizamentos de conceitos para imagens e entre imagens de forte poder emotivo. Pode, em suma, nos conduzir por trilhas inusitadas, causar surpresas. Os descaminhos nos quais nos enredamos enriquecem a narrativa, porém a tornam sujeita a emboscadas perigosas. Fazer associações é um modo de pensar extremamente atraente e bem próximo ao que fazemos no dia a dia de nossas vidas. A atração que exerce pela proximidade entre a narrativa oral ou escrita e sua escuta ou leitura configura poderosa arma de sedução, de persuasão afetiva que se desloca, até sem nos darmos conta, para o convencimento racional.

Há narrativas explicitamente estruturadas por/em associações e, dentre elas, dei prioridade às ficções literárias, por afinidade eletiva e intelectual. Nelas, a construção de personagens e as situações em que os autores os inserem configuram blocos de associações em que características pessoais colocadas em situação respondem à intencionalidade do argumento. Reside nesta associação a força emotiva da literatura ficcional ou romance: a aproximação do leitor com os personagens forma um vínculo subjetivo capaz de desfazer a distância entre ficção e vida efetiva. Não se pode, contudo, deixar de reconhecer a

íntima correlação entre a escrita ficcional e outros textos dos quais se nutre e dos quais extrai seu poder de atração – escritos filosóficos, historiográficos, retóricos e estéticos, tratados morais e ensaios artísticos, por exemplo.

A opção por discorrer sobre o pensar por associações, neste texto, não poderia seguir outro percurso que não o próprio pensamento por associações. Desta opção, resultou o entrelaçar de escritos ficcionais e ensaios filosóficos, retóricos e estéticos, sem entrar em áreas com as quais não mantenho proximidade, tais como a psicanálise, o cinema e as artes plásticas.

Convido, assim, a uma deriva[2] pela escrita literária motivada por enunciados da escritora e pensadora política Germaine de Staël, presentes em suas reflexões sobre a literatura, no livro *De la littérature*, publicado originalmente em 1800. Nele, os ecos dos anos revolucionários na França, fortemente marcados pelas reminiscências dos anos "do terror", aguçavam sua sensibilidade, mas, ao invés de aprisioná-la no desencanto do mundo, levaram-na a uma aposta no poder dos escritos literários e políticos para atuarem na transformação dos costumes, na formação da civilidade e do civismo republicanos. (STAËL, 1991) O fundamento de sua dedicação à escrita se expressa nestas frases:

> O homem tem, no segredo de seu pensamento um asilo de liberdade impenetrável à ação da força.
>
> A literatura somente recolhe suas belezas duráveis da mais delicada moral [...] Estudar a arte de emocionar os homens, significa aprofundar os segredos da virtude.
>
> A eloquência, o amor às letras e às belas artes, à filosofia, somente elas podem fazer de um território uma patria.[3] (STAËL, 1991, p. 78, 68, 82, tradução nossa)

Seria, assim, próprio da trajetória da narrativa literária penetrar no "asilo da liberdade" (o foro íntimo), impenetrável à ação da força e da tirania; configurar e projetar imagens captadas pelos sentidos para serem recolhidas pela reflexão e se fixarem como convicções

morais-éticas. Staël (1991, p. 77) se detém nos procedimentos retóricos da "persuasão dos espíritos" e defende "o raciocínio e a eloquência" como "vínculos naturais de uma associação republicana", de "um estado democrático". Tem-se assim desenhada a estratégia amplamente utilizada pelos autores de romances para passar lições morais a seus leitores por meio do trabalho com os sentimentos. Se, como afirma Peter Gay (1988, p. 23), o mais marcante da experiência burguesa do século XIX foi a educação dos sentidos de modo a lidar com a própria ansiedade na busca por se autodefinir, o romance se apresentou como o veículo mais eficiente na formação da subjetividade de pessoas, cujas ocupações e nível de renda tão diversos mais causavam tensões e as desuniam do que formavam elos duráveis.

A observação de Gay se associa à de outro britânico que, entre os anos de 1757 e 1759, dizia a seus leitores: "Segundo me consta, as faculdades inatas do homem que se relacionam intimamente com os objetos exteriores consistem nos sentidos, na imaginação e no juízo".[4] (BURKE, 1993, p. 23) Em escrito de juventude, publicado em 1757, o irlandês Edmund Burke trazia a público um ensaio filosófico sobre as noções estéticas do sublime e do belo a partir da leitura crítica de *Do sublime*, tratado de retórica e estética atribuído a Longinus.[5] Para estabelecer conexões com o mundo, os sentidos faziam largo uso de metáforas associadas ao "gosto" (*taste*-paladar), que muito dependiam da experiência adquirida quando atribuíam qualificativos a alimentos, pessoas e situações. O autor cita como exemplos de consenso considerar o mel doce, o vinagre azedo e o aloé amargo; haver pessoas a quem atribuímos um "temperamento azedo" e falas qualificadas como "imprecações acerbas", ou ainda, definir trajetórias de vida como "um destino amargo". Já o sentido da visão, uma disposição natural em todos os seres humanos, seria menos complexo. Estaria, contudo, associado a uma "faculdade criativa própria ao espírito humano", a imaginação, designada por ele como "a mais ampla esfera do prazer e da dor". (BURKE, 1993, p. 23-26)

Seus argumentos deslocam-se, em seguida, das ideias apreendidas pelos sentidos e retidas na imaginação à "capacidade de comparar", por ela ser intrínseca ao processo de associar as propriedades específicas dos objetos a semelhanças e a diferenças. Dessa capacidade, decorriam

duas funções da mente (*mind*) – o engenho (*wit*),[6] ou a perspicácia de "notar semelhanças", e o juízo (*judgment*), cuja função seria a de encontrar diferenças. Ora, prossegue apoiado em John Locke:[7] a mente humana sente maior satisfação ao encontrar semelhanças, pois com elas produz, cria novas imagens e amplia, desse modo, o estoque de ideias. Ato contínuo, Burke (1993, p. 27) remete a satisfação proporcionada pela faculdade do engenho aos "povos mais ignorantes e bárbaros", dentre os quais inclui "Homero e os escritores orientais", segundo ele, "admiráveis na descoberta de semelhanças, comparações, metáforas e alegorias, porém ineptos e lentos na distinção e classificação de suas ideias".

A separação entre imaginação-imagem e juízo-julgamento – a seu ver, atributos raramente unidos nas pessoas – estabelece nítida distinção entre o gosto natural, o prazer da semelhança que encanta a imaginação, e o gosto adquirido, o gosto crítico, princípio superior de homens que detêm maior conhecimento. Contudo, se sentidos e imaginação se vinculam diretamente às paixões sem o auxílio do raciocínio, as obras de imaginação poderiam deslizar para a esfera do juízo, se e quando fosse aperfeiçoado o hábito de raciocinar e, assim, estender seu poder persuasivo "até os costumes, às índoles, às ações e aos desígnios dos homens". (BURKE, 1993, p. 27-31)

Há, entretanto, uma dimensão de grande interesse no ensaio de Burke. Após discorrer sobre as qualidades do sublime e do belo, ele nos convida, na parte V de seu ensaio, a compreender como agem nas mentes os efeitos das coisas detentoras dessas qualidades produzidas pelo homem. Exemplifica pela virtude, uma qualidade do espírito, pelo medo associado à escuridão, pela arquitetura, cujo efeito deriva das leis da natureza e da razão; detém-se, porém, longamente na influência das palavras e sentencia: "as palavras são tão capazes de incitar as ideias de beleza e do sublime quanto os objetos naturais e às vezes com um poder muito maior do que qualquer um deles". Maior poder tinham as palavras quando pronunciadas oralmente, já que a eloquência do orador produzia três efeitos no ouvinte: o som, a imagem ou representação e a afecção da alma causada por ambos, embora, por vezes, por serem abstrações, pudessem se abster das imagens. Atingiam a ampla esfera dos sentimentos pelo forte poder de "partilhar paixões,

de comover e fazer *combinações* que, conclui, de outro modo não seriam possíveis". (BURKE, 1993, p. 169-181, grifo do autor)

Associar as noções do belo e do sublime aos cinco sentidos e ao poder das imagens em seu impacto na imaginação talvez possa ser rotulado de lugar comum[8] no século XVIII. Para Burke (1993, p. 99, 48), seriam diversas suas fontes: o sentimento associado à noção do belo seria provocada por "aquela qualidade ou qualidades [puramente sensíveis] dos corpos em virtude das quais despertam amor ou alguma paixão semelhante"; por sua vez, o sentimento do sublime se associava "às ideias de dor e perigo, ao que de alguma maneira estivesse relacionado a objetos terríveis ou atuasse de modo análogo ao terror, a tudo, enfim, que produzisse a mais forte emoção de que o espírito fosse capaz"; no limite, poderia até "suspender o raciocínio". Aliás, entre os moralistas britânicos ativos no século XVIII, encontramos referências explícitas às noções do belo e do sublime. Lorde Shaftesbury, no texto "Uma investigação acerca da virtude ou do mérito", publicado em 1711, estabeleceu a mesma relação entre a mente e os sentidos do olhar e da audição, capazes de nos fazer "discernir proporções, distinguir sons e perscrutar cada sentimento ou pensamento". (SHAFTESBURY, 1996) Harmonia e dissonância, macio e áspero seriam atributos diferenciadores do belo e do sublime e configuravam representações de coisas sensíveis. Admiração e êxtase, aversão e desprezo se estenderiam para os objetos morais, que, como as imagens e as formas erradias de conduta fixavam-se na mente e impediam ao coração manter-se neutro. (SHAFTESBURY, 1996, p. 17-18)

A mesma correlação foi expressa por Francis Hutcheson em "Ensaio sobre a natureza e conduta das paixões e afecções", publicado em 1728. Para ele, nossas mentes receberiam, por meio de nossos sentidos, ideias provocadoras de prazer e dor sem a intermediação de nossa vontade. Seus argumentos estabelecem uma sequência de associações: os "*sentidos externos*" responsáveis pela percepção de objetos que, acolhida pelo "*sentido interno*", provocaria os "prazeres da *imaginação*"; já nossa sensibilidade para conceber, pela imaginação, uma dor real alheia configurava um "*sentido público*", aliado ao "*senso moral*", responsável por "percebemos a virtude ou o vício em nós

próprios ou nos outros". A sequência completava-se pelos "*sentidos de honra e de vergonha*", correlatos da aprovação ou condenação de nossos atos. Suas reflexões, apoiadas no Livro IX da *República* de Platão, se estendem à necessária contenção das paixões pessoais e à aceitação da prevalência dos "calmos desejos públicos", relacionados a uma comunidade, e por ele extensivos à "calma benevolência universal". (HUTCHESON, 1996, p. 158-162, grifo do autor)

Esta deriva por dois dos vários intelectuais atuantes na produção de textos sobre filosofia moral no século XVIII – cujos escritos, por sua vez, remetem a vários outros, inclusive autores clássicos gregos e romanos – indica a ampla difusão dessas ideias entre a população letrada na língua inglesa e o compartilhamento de opiniões sobre a moral privada extensiva à ética pública, ou seja, à dimensão política do controle dos sentimentos fortes, das paixões. Esta preocupação perpassa todos os textos dos moralistas reunidos na coletânea *Filosofia Moral Britânica*.[9] (BUTLER et al., 1996)

Cheguei aos moralistas e escritores britânicos do século XVIII conduzida por Germaine de Staël, quando, no *Essai sur le fictions*, publicado em 1795, explicitou a diferente importância dos livros dos moralistas para nos dar a conhecer nossos deveres e a dos romances para divulgá-los de modo mais eficaz. Dada a aridez didática do gênero, os escritos moralistas, afirmava a autora (STAËL, 1979, p. 39-40), mostravam-se insuficientes para adentrar as "nuances da delicadeza e detalhar os recursos das paixões". Essa qualidade seria própria dos bons romances, como os de Richardson e Fielding, esses sim capazes de, pela trama narrativa, estimular "os movimentos interiores da alma" e, assim, passar "uma moral mais pura, mais elevada". (STAËL, 1979, p. 47) Com essas palavras, Staël convidava seus leitores a se deter na importância das boas obras de ficção. A força da imaginação – "a faculdade mais preciosa do homem" – e a emoção propiciada pela trama romanesca, fortemente estruturada pelo caráter, bom ou mau, dos personagens e pelas situações por eles vivenciadas uniam-se para que delas se retirassem ensinamentos destinados a formar mores virtuosos. (STAËL, 1979, p. 41-43) Constituíam fonte essencial para inscrever a boa moral no foro íntimo e fazer dele deslizar para os costumes públicos. Dupla fixação: como convicção afetiva e como certeza racional.

Em longo ensaio sobre o poder das paixões – *De l´influence des passions sur le bonheur des individus et des nations* –, escrito entre 1793-1795, Staël (1979) associou os anos revolucionários na França ao período do radicalismo jacobino, vivenciados como "o reino do terror".[10] Suas frases remetem "ao mais assustador período para o espírito público, à corrupção sem polidez" e ao "abuso, doença de alguns homens superiores, cujos espíritos limitados [...] os fizeram se sentir indiferentes à infelicidade dos outros". (STAËL, 1979, p. 57-58) Convicta de que "seria necessário despertar o desejo ao invés de ordenar a obediência", traçava a trajetória do desejo, que, ao passar pelo crivo da razão, fixava-se como virtude e, assim, provocava o deslocamento do sentimento para a convicção. Seus argumentos projetam uma imagem poderosa: "o raciocínio e a eloquência são os vínculos naturais em uma associação republicana", e saber coadunar a razão e a imaginação se mostrava qualidade indispensável aos homens que, chamados para o governo do Estado, deveriam deter "o segredo de persuadir os espíritos". (STAËL, 1991, p. 66, 72-77)

Em seus textos críticos, as associações com ideias de outros autores se desdobram no modo como Staël compartilha com eles suas reflexões. Dentre as inúmeras remissões, selecionei os moralistas britânicos já citados, mais Fergusson e o pensador político e literato William Godwin, os franceses Bossuet, Voltaire, Marmontel, Condorcet, Rousseau e La Harpe, adicionados os alemães Kant e Goethe. Não há, entretanto, menção aos ensaios estéticos de Edmund Burke, autor citado em sua leitura crítica da Revolução Francesa, e de Kant, de 1764-1766, citado em seu texto *Os conflitos das faculdades* (1798). (STAËL, 1991, p. 58-60, 418)

Com o deslocamento para os textos da suíça-francesa Germaine de Staël, adentramos o período revolucionário iniciado em 1789 e os anos da expansão do exército francês para a Holanda e para além do Reno. Muito de seu ativismo nesse período provinha da convicção quanto à utilidade da escrita ficcional e seu poder de aproximar a narrativa à vida dos leitores, expressos na própria tessitura literária: "tudo é ao mesmo tempo inventado, nada é verdadeiro, mas onde tudo é verossimilhante". (STAËL, 1979, p. 39) A essa convicção vinculou a escrita de dois romances importantes. Afinal, se imagens

e sentimentos se associavam a convicções, cuja força persuasiva se mostrava muito mais poderosa do que o procedimento "seco" dos tratados morais, recorrer à escrita literária implicava impactar a imaginação de seus leitores e os convidar ao recolhimento da reflexão. Nesse movimento, a projeção imagética passava pelo raciocínio e fixava-se como certeza, convicção.

Por associar o grande poder das ficções à sua capacidade de emocionar e por estar convicta da importância e da necessidade de, no vazio deixado pelos acontecimentos revolucionários, formar os mores [princípios éticos] republicanos, Staël dedica sua escrita ao declarado intuito de animar corações e mentes a se voltarem para situações exemplares. Além de três contos de juventude e anteriores a 1789, "Mirza ou Lettre d'un voyageur", "Adélaïde et Théodore", "Histoire de Pauline" e o posterior "Zulma", de 1794, publicados postumamente em 1820, a autora exercitaria a ficção em dois grandes romances, *Delphine* e *Corinne ou l'Italie*, publicados em 1802 e 1807, respectivamente. Neles, a escrita ficcional estabelecia sua verossimilhança pela temporalidade em que a narrativa se inscrevia e pelas características atribuídas aos personagens. Com esse procedimento, a autora colocava em movimento emoção e razão, sentimentos e deveres, apresentados, muitas vezes, de modo conflituoso, como embates íntimos de seus personagens ficcionais.

Entrar na trama narrativa de *Corinne ou l'Italie* e de *Delphine* nos remete ao texto de Kant sobre o belo e o sublime que, tal como o de Burke, não é citado por Staël. Entretanto, as duas noções ressoam como um "lugar comum" nesse final do Século das Luzes e início do XIX e nos levam a uma pequena deriva de retorno a Burke associado a Kant, já que as observações deles sobre as características desses dois sentimentos se aproximam, embora guardem nuances e oposições. Para Burke (1993, p. 65-68), como indiquei acima, "os efeitos da paixão" causados pelo sentimento do sublime causavam o mais poderoso assombro e, ao colocarem em suspenso todos os movimentos da alma, bloqueavam o uso da razão; associavam-se intimamente ao sentimento do medo. Embora o autor indique certo grau de deleite, caso o medo e a dor não alcançassem uma grande intensidade, o sentimento do sublime sempre implicaria a suspensão momentânea da reflexão. Já

Kant aproximou o sentimento do belo ao do sublime e os considerou serem os sentimentos mais refinados, conquanto agissem de modo diverso. Aproximava-se da acepção de Burke ao associar o sentimento do sublime à visão de montanhas altíssimas ou a tempestades furiosas e o efeito provocado – o prazer misturado ao medo, acompanhado pela tristeza ou admiração silenciosa –, mas dele se distanciava ao vincular os dois sentimentos a qualidades morais pessoais de cada ser humano e aproximar o sentimento do belo à dignidade da natureza humana. (KANT, 1980, p. 451-453, 463) Já para Burke (19913, p. 99-100) seriam as qualidades dos objetos externos que, pelo contato com os sentidos, acionavam diferentes sentimentos nos indivíduos. Assim, para ele, o sentimento de beleza provinha do contato dos sentidos com as "qualidades sensíveis dos corpos que despertam amor ou paixão". Colocava, entretanto, em dúvida a afirmação do senso comum de ser o sentimento do belo provocado pelas exatas proporções das coisas, já que, para ele, "a beleza [tal como o sublime] não requeriam nenhum auxílio do nosso raciocínio".[11]

É, porém, imprescindível sublinhar os divergentes pontos de vista adotados por eles. Burke (1993) afirmava serem os sentidos, a imaginação e o juízo as faculdades inatas do homem e partia de um pressuposto: o de serem os objetos exteriores com suas específicas e diferentes qualidades acessíveis pelos sentidos, estes sim, iguais ou ligeiramente diferentes em todos os seres humanos. Detinha-se na faculdade criativa denominada imaginação por ser a única interessada pelas paixões sentidas por todos os homens sem o "auxílio do raciocínio". Ou seja, somente quando as paixões estendiam-se até os costumes, às ações e aos desígnios dos homens é que suas virtudes e vícios deslocavam-se para a esfera do raciocínio, do juízo. Assim, pode-se entender que o objetivo de Burke (1993, p. 23-31) em sua investigação consistia em descobrir os "princípios pelos quais a imaginação é afetada e se era comum a todos os homens". Por seu lado, Kant, que afirmava ser seu texto antes o resultado do olhar do observador do que do filósofo, partia do pressuposto de que "as sensações do prazer ou do desprazer estavam menos na natureza exterior das coisas que as excitavam e mais na capacidade própria a cada ser humano de por elas ser tocado agradavelmente ou não". (KANT, 1980, p. 451)

Esse pressuposto levou Kant (1980) a enumerar as gradações dos sentimentos do belo e do sublime na natureza humana, a lhes conferir qualidades intrínsecas e específicas, os dividir em sentimentos inatos e adquiridos e, ainda, a afirmar os sentimentos dizerem respeito ao homem em geral. Contudo, ele estabelece uma ampla variedade de caráter por sexo e por nacionalidade, sendo significativa a aproximação entre as várias gradações desses atributos definidas em suas observações quando associadas a perfis dos personagens masculinos e femininos e de diferentes nacionalidades nos dois romances de Staël. Para Kant (1980), seriam os italianos e os franceses os mais suscetíveis ao sentimento do belo, embora com características nuançadas; os ingleses, alemães e espanhóis mais se aproximavam do sentimento do sublime, em correlata graduação do sublime nobre, do magnífico e do fantástico; já os holandeses mostravam-se destituídos de sensibilidade refinada, ampliando a atribuição de diferenciado caráter aos árabes, persas, africanos e indígenas da América do Norte. Quanto aos sexos, suas observações ecoam lugares comuns: "não seria pueril dizer serem as mulheres o belo sexo" e ser sublime o caráter do sexo masculino, ou "sexo nobre"? Na sequência, desfia os sentimentos do belo, do gracioso, o prazer das belas roupas como qualidades próprias das mulheres que possuiriam, em termos quantitativos, inteligência igual à dos homens, diferenciada, entretanto, em bela inteligência e inteligência profunda para o sexo masculino, correlatas à bela virtude e à virtude nobre. Às mulheres, cabia se emocionar com objetos que tocavam os sentimentos de modo mais fino, deixados especulações ou conhecimentos abstratos, úteis, mas áridos, "à inteligência aplicada, sólida e profunda dos homens". Da prioridade concedida aos atributos do pensamento masculino, Kant (1980) concluía: "plenamente conscientes de sua inferioridade", consistiria mesmo "um gosto contra a natureza" levar mulheres a compartilhar com os homens o gosto das armas e das ciências. Podemos, sem dúvida, daí inferir os desdobramentos dessas diferenças quanto ao sexo se sobrepõem à nacionalidade das pessoas.

Esse pequeno desvio meio errante pelas observações de Kant cotejadas com as de Burke nos coloca novamente em contato com Staël para examinar os personagens de suas ficções literárias. Em

Corinne ou l'Italie, publicado em 1807, Oswald, lorde de Nevil, par da Escócia, personifica a ética racional britânica; contrapõe-se ao caráter de Corinne, poeta, escritora, improvisadora e uma das mais belas mulheres de Roma, caráter definido como "paixão reflexiva" (*passion réfléchissante*). Caracteres específicos somados ao clima e à temporalidade histórica dão lugar a associações polarizadas: o frio cinzento das ilhas britânicas e o brilho do sol da Itália, a situação política da Itália, mergulhada no passado do qual lhe restava unicamente "a glória das belas artes" e o poderio político e econômico do Império britânico presente e espalhado por boa parte do mundo; "os hábitos contidos do inglês", sua introversão e menor interesse pelos objetos exteriores unidos ao sentimento do dever à pátria acima de tudo estabelecem contraste com a exposição pública dessa mulher dotada de dons artísticos e que "inspira aos italianos todos os talentos da imaginação". (STAËL, 1985, p. 49-55) A atração apaixonada entre os dois se faz pelas diferenças de caráter; contudo, os contrastes se impõem quando a chamada ao dever faz o britânico Oswald se distanciar de Corinne, que, apesar de filha de pai inglês, herdara da mãe italiana os dons das artes e sua inclinação aos sentimentos.

Em *Delphine*, de 1802, embora os dois personagens sejam franceses, caráter e convicções formam outro par de oposições posto em jogo pela trama narrativa situada nos anos revolucionários e cujo ápice se localiza no período do Terror: a ética do Antigo Regime e seu código de honra contrapostos à ética dos princípios republicanos.[12] Novamente, a mulher se apresenta como elemento desestabilizador. Delphine d'Albémar, educada nos preceitos liberais por um "tutor esclarecido e adepto das ideias filosóficas das Luzes", só se conduzia por sua própria consciência; (STAËL, 1981, t. 2, p. 282) Léonce de Mondoville, de mãe espanhola, católica e adepta convicta dos costumes conservadores e pai nobre francês, se via preso aos laços familiares e à monarquia. Afastados pelos respectivos códigos éticos, unem-se pela paixão que os conduz à morte. Repete-se em *Delphine* a oposição de caracteres moldados por éticas diversas e incompatíveis, inconciliáveis, personagens unidos pela morte.

Nos dois romances, situados nos anos dos acontecimentos revolucionários na França, os conflitos se projetam nos personagens

cuidadosamente construídos em seus perfis de caráter forte que, mesmo submetidos a intenso sofrimento, não se desvencilham dos pressupostos éticos nos quais foram criados. A narrativa tira sua força do embate da associação entre o poder dos sentimentos e as amarras dos costumes firmemente estabelecidos e do improvável deslocamento desses personagens atados a princípios, preconceitos e às rédeas sociais. Se Staël se aproxima do lugar comum sobre as características dos sexos e dos princípios éticos nacionais, explicitado nas observações de Kant, ela também segue a sequência: imagens – sentidos – imaginação – sentimentos, própria do "sensualismo britânico". Essa sequência de noções atuantes nas mentes parece reinar no pensamento e procedimentos narrativos de vários escritores nesses anos finais do século XVIII e no século XIX.

Aqui, proponho mais uma deriva pela literatura ficcional, pois Charles Dickens nos introduz de modo direto, sem muitos rodeios, ao universo das relações mediadas pelos sentimentos movidos pelos interesses individuais, fortemente marcados pela formação da subjetividade burguesa: traça o perfil de Mr. Gradgrind simplesmente com as palavras com as quais interrompe a conversa de sua filha com o irmão Tom e a repreende: "Louisa, never Wonder!".

Esta advertência destinava-se a lembrá-la de que "a arte mecânica e o mistério para educar a razão passavam pelo bloqueio do cultivo dos sentimentos e afeições". (DICKENS, 1982, p. 89) Em *Hard Times* (*Tempos difíceis*), Dickens (1982) fez de Mr. Gradgrind, pai de Tom e Louisa, professor responsável pela educação das crianças da cidade mineradora Coketown, um personagem saturado de predicados do utilitarismo, filosofia política e moral formulada em finais do século XVIII, atribuída ao filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham. *Tempos difíceis* constrói, por associações entre personagens e situações, uma crítica irônica e mordaz aos pressupostos morais prevalecentes na sociedade britânica do século XIX.

Outra associação importante se faz por esse romance ter sido dedicado ao escocês Thomas Carlyle, pensador crítico do liberalismo e do utilitarismo benthamita, cujas ideias e projeções negativas da sociedade industrial alimentaram boa parte do debate intelectual,

social e político na primeira metade do século XIX, muito além das ilhas britânicas. Seus escritos sobre as características dos "tempos modernos" em *Signs of the Times*, de 1829, e sobre o movimento cartista em *Chartism*, de 1839, associavam os pressupostos utilitaristas, em seus desdobramentos legais e sociais, ao extremo individualismo, à difícil condição dos trabalhadores (*working people*) e à sua resistência e reivindicações por direitos políticos como projeção de potencial ameaça à sociedade civilizada. Carlyle se mostrou mestre em associações com figuras mitológicas e figuras da linguagem, em particular, as metáforas. Para criticar a crença nas estatísticas como belas abstrações inconclusivas, recorreu às Danaides da lenda grega.[13] (CARLYLE, 1980) Seu foco associava duas noções: a precedência dada à racionalidade da produção, do lucro e à impessoalidade do *chash nexus* (vínculo monetário) em detrimento da convivência afetiva comunitária.

Na mesma trilha de Dickens, Carlyle lançou mão de noções do romantismo para associar o êxodo rural, a extinção da produção doméstica, seu ritmo e sua forma baseada em laços familiares à rápida substituição da variada destreza artesanal pelo movimento rítmico mecânico e repetitivo da atividade fabril, na qual cada minuto deveria ser obrigatoriamente dedicado ao trabalho. E a esse trabalho destituído de desafios, a destreza aplicada e atada a movimentos repetitivos acoplou a atmosfera sombria do ambiente fabril. Uma cadeia de associações que pode ser remetida ao liberal Adam Smith, atento, já em 1776, à necessidade de devolver pela educação formal o conhecimento e a criatividade, antes qualidades detidas pelo trabalhador artesanal. Com seu alerta, Smith (1983, p. 123) visava evitar – e a associação é significativa – que o trabalhador pobre inglês, considerado um ser inteligente, se tornasse, como resultado da "uniformidade de sua vida estagnada", um ser "tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana".

Mas voltemos à observação de Mr. Gradgrind: "Louisa, Never Wonder". "Wonder" associa-se à lembrança das *Seven Wonders of the World*, a condição de "maravilha" atribuída a sete objetos arquitetônicos do mundo antigo.[14] Dentre os vários sentidos contidos no verbo "to wonder" – maravilhar-se, surpreender-se, ter dúvida e

curiosidade sobre algo –, parece-me significativa a frase "We cease to wonder at what we understand" (Johson). (WEBSTER'S..., 1979) Ora, se deixamos de nos surpreender, maravilhar, de ter dúvidas e curiosidade quando passamos a entender o que causava impacto aos nossos sentidos, o cessar da surpresa pode ser entendido como um deslizamento da imaginação e dos sentimentos para a razão. Há, sem dúvida, nesse percurso da imaginação para o pensamento racional, a associação com a perda do brilho e da curiosidade quando se classifica e se atribui a algo um lugar no campo reticulado do conhecimento. Lá ele repousa e se fixa.

Fatos e números compunham o campo das certezas de Mr. Gradgrind e o mantinham alerta e preocupado com os livros disponíveis na biblioteca da cidade, repletos de contos de fadas, de gênios e outros personagens fantásticos. Deixemos de lado a expressão de infelicidade de Tom e Louisa em diálogos nos quais "I Wonder", mais aproximado das expressões brasileiras "eu acho", "eu creio" ou "eu penso", surgia com naturalidade. Em *Tempos difíceis*, ainda se pode associar a experiência da menina Sissy, cuja vida transcorria no circo entre cavalos adestrados por seu pai e sua incapacidade intelectual para explicar o que era esse animal, contraposta à rapidez com que seu colega de classe diligentemente sentenciou e classificou-o no campo do conhecimento erudito: quadrúpede, herbívoro, com 40 dentes etc. (DICKENS, 1982) Poderíamos correlacionar a situação novelesca a uma crítica ao esquematismo seco dos escritos moralistas, extensivo ao pensamento utilitário?

Há, entretanto, uma dimensão intrigante nas posições dos personagens utilitaristas de *Tempos difíceis*: a exclusão da imaginação, das surpresas e das dúvidas parece contradizer pelo menos um dos escritos de Jeremy Bentham, reconhecidamente fundador e divulgador do pensamento utilitarista. O recurso à imaginação se faz presente no decorrer da escrita de *The Panopticon Writings* (*As cartas sobre o Panóptico*), escritas em 1787, 1790-1791, texto que ganhou ampla divulgação ao ser analisado por Michel Foucault (1975) em *Vigiar e punir*. Nas cartas, Bentham (1995a) projetou por meio de palavras o edifício panóptico e concedeu enorme espaço à imaginação ao descrever nos mínimos detalhes sua arquitetura. A diretriz – "não perder nenhuma oportunidade de

falar ao olhar" – está presente em cada palavra que detalha os vários componentes da estrutura penitenciária, dispostos com racionalidade extrema, e mostrava ser possível a projeção imagética de "a new mode of obtaining power of mind over mind, in a quantitiy hiterto without example". (BENTHAM, 1995b, p. 31)

A obtenção de poder da mente sobre outras mentes em quantidade até então desconhecida se fazia, contudo, por associar a criação ficcional de Deus ao guardião invisível, figurado como entidade onipotente, onividente e onipresente, sediado na obscuridade velada da torre central do edifício. O olhar firme e a voz do inspetor desubjetivados se dirigiam a cada prisioneiro individualmente em sua cela ou ao conjunto deles, mantendo-se sempre invisível. Essa presença efetiva configurava e se associava a uma figura imaginária poderosa e vários dispositivos completavam o ambiente. Sons estranhos, gritos e gemidos produzidos artificialmente, como se alguém estivesse sofrendo terríveis castigos físicos, o uso pelos prisioneiros de máscaras com expressões da gravidade das culpas, além da episódica exposição pública, atuariam como um "perpétuo pelourinho". Ou seja, a ideia da punição – mais ainda, o "espetáculo [imaginário] da punição" – consistia no dispositivo mais eficaz a ser associado ao terrífico, relacionado à penitência e à punição moral e física. Deveria agir sobre as mentes, aterrorizá-las, submetê-las à disciplina prisional sem o uso da força física. (BENTHAM, 1995b) A ideia de um possível castigo associado à dor física do sofrimento produzido pela projeção imaginária da dor cumpria a tarefa disciplinar.

Afinal, o próprio Bentham (1995b, p. 35) propõe aos leitores, já na carta II, o recurso à imaginação quando os incita a formar a ideia geral do edifício pela leitura do texto, antes de olhar a planta do panóptico projetado por seu irmão: "o edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Podem chama-las, se quiserem, as celas [...]".[15] Toda a minuciosa e racional descrição do edifício e de suas partes componentes, a espessura das paredes e o afastamento das grades frontais das celas para impedir qualquer aproximação entre os prisioneiros, Bentham (1995b) a desloca para uma reflexão filosófica no texto "A Fragment on Ontology", anexado a *The Panopticon Writings*. Em "Ontology", o autor

expõe as características das entidades – as perceptíveis, as reais e as ficcionais – e o modo pelo qual novas ideias são produzidas por meio da imaginação. Há, em seu texto, assim como na narrativa ficcional de Dickens, um deslizamento constante entre situações vivenciadas, verossimilhantes e imaginárias. O pensamento de Bentham trabalha por associações e ultrapassa o plano das sugestões ao afirmar de modo claro o poder da imaginação sobre as mentes.[16]

Sem pretender deslindar o emaranhado do campo da ontologia, designada por Bentham (1995b, p. 117) como a união da somatologia, "a ciência dos corpos", com a psicologia, "a ciência da mente", dele retiro sua observação sobre ser "o campo das entidades extremamente abstratas um labirinto não penetrado, um deserto até então nunca explorado".[17] De início, as divide em perceptíveis e inferidas, bifurcadas cada uma em real ou fictícia. Sua definição das entidades perceptíveis imediatamente o associa a Burke e aos moralistas britânicos – por serem entidades cuja existência chegaria aos seres humanos pelo testemunho direto de seus sentidos, sem o apoio do raciocínio, isto é, sem reflexão. Elas seriam sempre um corpo, uma substância, palavra genérica e, diz ele, bifurcada ao infinito. Já as entidades inferidas não seriam apreensíveis pelos sentidos e sua existência, como a alma ou Deus, exigia o raciocínio para ser inferida. De seu lado, as entidades reais se referiam aos objetos designados por palavras, ou seja, a associação necessária e urgente que estabelecera a interlocução humana em seus primeiros estágios. Já as entidades fictícias seriam as faculdades e os poderes da mente e suas disposições – as exemplifica com a palavra "ideias" –, das quais nossa percepção é mais imediata e direta do que a das substâncias corpóreas, embora dependessem de modo incontornável de sermos persuadidos pelas palavras. Ou seja, deviam sua existência à lógica da linguagem discursiva. (BENTHAM, 1995b, p. 115-158)

Retenho dessas ideias pinçadas em "A Fragment on Ontology" (BENTHAM, 1995b) duas afirmações: as entidades perceptíveis nos chegam diretamente pelos sentidos, sem o recurso ao raciocínio/razão; as entidades fictícias devem sua existência à linguagem e ao raciocínio, à lógica, e são produzidas pela mente humana. Essas designações, ora menos, ora mais elaboradas, ora explicitadas, ora implícitas, percorrem todo esse nosso caminho pelo uso das associações nos textos dos

autores visitados neste artigo. As associações nos remetem às palavras iniciais de *The Panopticon Writings* quando Bentham (1995b) afirma estar propondo, por meio de palavras, um projeto, a arquitetura de "um novo modo de obter poder da mente sobre a mente, em quantidade sem exemplo até então".

A materialidade da arquitetura atuaria diretamente sobre os sentidos dos prisioneiros sem passar pelo raciocínio, o que incluía a figuração da vigilância ininterrupta do inspetor. A materialidade das palavras usadas na descrição detalhada da penitenciária produz na imaginação do leitor uma projeção, um projeto ou uma imagem, apoiada em observações que lhe conferem sentido, na explícita intenção de Bentham de persuadir seus leitores quanto a sua exequibilidade e utilidade. Nas Cartas, há uma constante associação entre uma palavra-ideia e algo existente. A penitenciária, sempre explicitamente associada à penitência do ponto de vista religioso, também cumpria a função de, pelo arrependimento somado ao trabalho, produzir a ressocialização do condenado. A proposta da cela individual se associava à cela monástica, lugar de retiro isolado, próprio a induzir à reflexão; a introdução de instrumentos de trabalho na cela tinha a função de não dar alternativa ao trabalho contínuo e cumpria o objetivo de manter o prisioneiro ativo e produtivo, prepará-lo para um provável retorno ao convívio social; a torre central, cuja distância das celas se baseava em cálculo racional, figurava em termos materiais a vigilância permanente e projetava ficticiamente a representação de Deus associada ao aparente controle efetivo da mente do inspetor sobre as mentes dos prisioneiros.

Poderíamos prosseguir na associação entre os detalhes arquitetônicos da penitenciária e os efeitos esperados, apresentados nas Cartas escritas por Bentham em 1787 e nos anexos de 1791 e 1791, mas lembro que a aposta em sua eficácia completava-se pela produção fictícia do espetáculo da punição, a punição real substituída pela ideia da punição pelo sentimento do medo provocado pela dor associado à ideia da provável punição física. Enfim, nada seria mais próximo do sublime artificialmente produzido do que a associação entre a retórica da materialidade e a projeção retórica das palavras, tal como prescritas por Edmund Burke. A projeção da materialidade arquitetônica da

penitenciária se aproxima de uma figura de linguagem extremamente útil na produção de imagens e sentimentos: a metáfora. O projeto da penitenciária figura em uma cadeia de imagens a metáfora da punição pela privação da liberdade, a vigilância contínua e penitência cotidiana.

As metáforas propõem mais uma deriva associativa, desta feita, a um dos textos do filósofo Paul Ricoeur sobre o processo metafórico. Mas nela se deter alongaria em demasia este texto já longo. Retenho somente a suposição principal do autor sobre a possibilidade e eficácia do recurso a metáforas estar vinculado à semelhança, e o momento pictórico ou icônico se relacionar à similaridade, como um desvio aceitável. Nas palavras do autor, "a metáfora não é o enigma, mas a solução do enigma", (RICOEUR, 1992, p. 148) e lembro a figura das Danaides postas por Carlyle em paralelo à estatísticas para associá-las a trabalho inconclusivo. Esse seria o processo metafórico: uma aproximação entre ideias heterogêneas, operação sintética que age sobre a imaginação, tal como um *insight* dentro da semelhança, uma assimilação produtiva ou um "enxergar a *semelhança* apesar e através da diferença". (RICOEUR, 1992, p. 150, grifo do autor) Fundava-se na habilidade da imaginação para produzir novos tipos por assimilação e produzi-los exatamente por meio das diferenças, sem eliminá-las; permitia formar a dimensão pictórica, o caráter figurativo da metáfora, que não se detém na figura mental de alguma coisa, mas expõe relações de uma maneira figurativa. No texto, Ricoeur ensina que o significado verbal gera imagens que rejuvenescem e restabelecem os traços da experiência sensorial e nos lança a uma psicologia da imaginação produtiva. (RICOEUR, 1992) Com esses primeiros passos do processo metafórico, desejo sugerir o quanto recorremos a metáforas e elaboramos associações em nosso cotidiano e lembrar sua eficácia para a inter-relação comunicativa.

Mas há ainda um pequeno ruído perturbador que me faz indagar sobre se, como seres urbanos, detemos as características de sermos menos sensíveis ao contato com o que nos é exterior, menos emotivos e mais racionais do que os que vivem em contato próximo com a natureza, uma oposição clara entre sociedade e comunidade, como nos alertou Georg Simmel e, na sua trilha, Walter Benjamin fez

importantes reflexões. Escolhi dois poemas de Baudelaire trazidos por Benjamin para dizer por imagens contrapostas e associadas a condição do ser urbano:

> Cada um, nos acotovelando sobre a calçada escorregadia,
> Egoísta e brutal, passa e nos enlameia,
> Ou, para correr mais rápido, distanciando nos empurra.
> Em toda parte, lama, dilúvio, escuridão do céu:
> Negro quadro com que teria sonhado o negro Ezequiel.
> (BAUDELAIRE apud BENJAMIN, 1989, p. 120)

Contraposto a esse outro poema em que o poeta fala dos sentidos do urbanita tão atentos com o que vê e que o emociona, é o tempo que foge num espaço nebuloso, tempo e espaço deslizam, se esvaem, sem se fixarem:

> A rua em torno era um frenético alarido.
> Toda de luto, alta e sutil, dor majestosa,
> Uma mulher passou, com sua mão suntuosa
> Erguendo e sacudindo a barra do vestido.
> Pernas de estátua, era-lhe a imagem nobre e fina
> Qual bizarro basbaque, afoito eu lhe bebia
> No olhar, céu lívido onde aflora a ventania,
> A doçura que envolve o prazer que assassina.
> Que luz... e a noite após! – Efêmera beldade
> Cujos olhos me fazem nascer outra vez,
> Não mais hei de te ver senão na eternidade?
> (BAUDELAIRE apud BENJAMIN, 1989, p. 117)

Como disse no início: fazer associações é enveredar por um caminho tortuoso. Pode levar a descaminhos, surpreender, nos aprisionar no labirinto das imagens verbais. Pode propor mais indagações do que respostas; incitar a prosseguir na senda das surpresas e descobertas, nos alertar sobre nada fixar ou cristalizar sob um rótulo.

NOTAS

1 Este texto é parte da pesquisa Bolsa Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (3.2015-2.2010).

2 Remeto à noção de deriva a partir do texto "Teoria da deriva" de Guy-Ernest Debord, do prefácio de Carlos Roberto Monteiro de Andrade e da apresentação de Paola Berestein Jacques, do livro *Apologia da deriva*: *escritos situacionistas sobre a cidade*, 2003. Desloquei a noção de deriva do espaço urbano para o espaço da(s) palavra(s).

3 L'homme a, dans le secret de sa pensée, un asile de liberté impénetrable à l'action de la force.
La littérature ne puise ses bautés durables que dans la morale la plus délicate [...].
Étudier l'art d'émouvoir les hommes, c'est approfondir les secrets de la vertu.
L'éloquence, l'amour des lettres et des beaux arts, la philosophie, peuvent seuls faire d'un territoire une patrie...

4 Remeto todas as citações e referências à edição brasileira.

5 Há um mistério acerca da data e da pessoa de Dionisios Longinus ou Cassius Longinus, a quem se atribui *Sobre o sublime*, manuscrito grego e, tal como o autor, supostamente escrito no século X com edição impressa em 1554. Há dúvida sobre Dionisius e Longinus serem pessoas diferentes, e o manuscrito chega incompleto e teve sua tradução para o inglês com autoria de Dyonisius Cassius Longinus. O tradutor para o inglês afirma que se presume que sejam as traduções feitas a partir do assim denominado "the Paris manuscript", preservado na Royal Library at Paris (Remeto a Spurdens e Longinus, 1836, p. 3 e Longin, 1993, nota 1, p. 41).

6 *Wit* seria a habilidade de perceber conexões inesperadas entre ideias, coisas ou situações e expressá-las de forma breve, engenhosa e frequentemente aguda. (WEBSTER'S..., 1979)

7 Referência provável a *An Essay concerning Human Understanding*, publicado em 1690 e que mereceu rápida tradução em francês no ano de 1700.

8 Emprego aqui a noção de lugar comum na acepção proposta por Miriam Revault D' Allonnes (1999, p. 9): "Les lieux communs ne sont pas seulement des clichés ou des poncifs. Ils sont aussi les lieux du 'commun', le fonds ou s'échangent les paroles, les croyances, les préjugés, les arguments et les opinions de la cité réelle".

9 Na apresentação da coletânea, Roberto Romano expõe a intensa presença dos moralistas ingleses em autores da Europa continental, exemplificados por ele em Kant, Rousseau e Diderot, tradutor de Shaftesbury.

10 Sua crítica mais acerbada ao período jacobino se encontra nesse ensaio sobre a influência das paixões escrito entre 1793, quando exilada na Inglaterra, e 1795, já na Suíça. (STAËL, 1979)

11 Após discorrer sobre a beleza presente no mundo vegetal e animal não estar relacionada a medidas e proporções, Burke (1993, p. 107, 131) estabelece a crença nas "alardeadas proporções" a algo que dizia: "Há muito tempo se repetiu de trás para diante, de um escritor para outro, milhares de vezes, que as proporções dos edifícios foram estabelecidas com base no corpo humano", concepção que o tradutor supõe ser referência a Vitruvius.

12 Por ser um romance epistolar, salvo nas páginas finais, após a morte dos dois personagens Léonce e Delphine, as datas das cartas vão de 1790 a 1792.

13 Em uma das versões da lenda das Danaides, consta terem sido condenadas à tarefa eterna de encher com água uma vasilha sem fundo. A expressão é associada a um trabalho sem resultado proveitoso. (ENCYCLOPAEDIA, 1958, v. 7, p. 13)

14 Pirâmides do Egito, Mausoleu de Hakicarnasssus, templo de Artemis em Éfeso, os jardins suspensos da Babilônia, o Colosso de Rhodes, a estátua de Zeus de Fídias e o Farol de Alexandria. (WEBSTER'S..., 1979, p. 210)

15 A força da imaginação se apresenta tão poderosa nas Cartas que mereceu, em 1932, um livro de Charles Kay Ogden, *Bentham's Teory of Ficitons* (1932), e nos anos 1990, entre outros autores, Jacques Lacan (1994) fez várias referências à teoria das ficções de Bentham em *Le Seminaire*, no capitulo 8.

16 Bentham associa sua "simples ideia arquitetônica" ao "ovo de Colombo", um desvio importante de seu argumento. Mantém-se, porém, no campo da racionalidade utilitária quando finaliza sua última carta afirmando que a adoção desse único princípio mudaria toda a cena da face da sociedade civilizada: "a moral reformada, a saúde preservada, a indústria revigorada, a instrução difundida, os encargos públicos aliviados, a economia fixada como estivesse sobre uma rocha, o nó górdio das leis dos pobres, não cortado, porém desatado, tudo por meio de uma simples ideia arquitetônica". (BENTHAM, 1995b, p. 95) Vale lembrar a introdução de instrumentos punitivos e pedagógicos na proposta de Bentham para a penitenciária, dentre os quais, estava a *treadwheel* – um moinho movido por pessoas ou animais por meio de degraus móveis ou por uma esteira; consistia em um dos castigos impostos aos prisioneiros. Esse dispositivo punitivo foi utilizado em penitenciárias da Grã Bretanha. (IGNATIEFF, 1978, p. 176-178)

17 "The Field of Ontology, or as it may otherwise be termed, the field of supremely abstract entities is a yet untrodden labyrinth, – a wilderness never hiterto explored".

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas III*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENTHAM, J. A Fragment on Ontology. In: BENTHAM, J. *The Panopticon Writings*. Londres: Verso, 1995a.

BENTHAM, J. *The Panopticon:* Writings. Londres: Verso, 1995b.

BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. Tradução, apresentação e notas de Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papirus: Ed. Unicamp, 1993.

BURKE, E. A Philosophical Inquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful. In: BURKE, E. *The Works of Edmund Burke*. Londres: G. Bell & Sons, LTD, 1913. v. 1, p. 49-182.

BURKE, E. *Reflexões sobre na Revolução em França*. Tradução de Renato de Assunção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto, Carmem Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília, DF: UnB, 1982.

BURKE, E. *Reflections on the Revolution in France*. Harmonsworth: Penguin books Ltd, 1979.

BUTLER, J. et al. *Filosofia moral Britânica*: textos do século XVIII. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. v. 1.

CARLYLE, T. Chartims. In: CARLYLE, T. *Selected Writings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980. p. 149-232.

CARLYLE, T. Signs of the Times. In: CARLYLE, T. *Selected Writings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980. p. 59-85.

D'ALLONNES, M. R. *Le dépérissement de la politique*: Généalogie d'un lieu commun. Paris: Flammarion, 1999.

DICKENS, C. *Hard times*: For these times. Harmondsworth: Penguin Books, 1982.

ENCYCLOPAEDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1958. v. 7.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir:* o nascimento da prisão. Tradução de Ligia L. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GAY, P. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*: a educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HUTCHESON, F. Ensaio sobre a natureza e conduta das paixões e afecções. Tradução de Álvaro Cabral. In: FILOSOFIA moral britânica: textos do século XVIII. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. v. 1.

IGNATIEFF, M. *A just measure of pain*: The penitentiary in the industrial revolution. 1750-1850. Nova York: Columbia University Press, 1978.

KANT, E. Des observations sur le beau et le sublime. Tradução de Bernard Lotholary. In: KANT, E. *Oeuvres philosophiques*. Paris: Gallimard, 1980. v. 1, p. 452-523.

LACAN, J. *Le Seminaire*: La relation d´objet. Paris: Seul, 1994. t. 4.

LONGIN, R. *Du sublime*. Tradução, apresentação e notas de Jackie Pigeaud. Paris: Rivages, 1993.

OGDEN, C. K. *Bentham's Teory of Ficitons*. Londres: Kegam Paul, 1932.

RICOEUR, P. O professor metafórico como cognição: imaginação e sentimento. Tradução de Franciscus W. A. Van de Wiel. In: SACKS, S. (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC: Pontes, 1992. p. 145-166.

SHAFTESBURY, L. Uma investigação acerca da virtude ou do mérito. In: FILOSOFIA moral britânica: textos do século XVIII. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. v. 1.

SMITH, A. *A riqueza das nações*: investigações sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Barúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 2.

SPURDENS, W. T; LONGINUS, D. C. *On the Sublime*: translated with notes original and selected and Three Dissertations, Disquisition I, II e III. Londres: Longman, 1836.

STAËL, G. *Corinne ou l'Italie*. Prefacio de Simone Balayé. Paris: Gallimard, 1985.

STAËL, G. *Delphine*. Paris: Éditions des femmes, 1981. 2. v.

STAËL, G. *De la littérature.* Paris Flammarion, 1991. t. 1.

STAËL, G. *Essai sur les fictions suivi De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*. Paris: Ramsay, 1979.

STAËL, G. Mirza, ou lettre d' un voyageur: Adélaïde et Théodore, Histoire de Pauline e Zulma. In: STAËL, G. *Oeuvres completes de Mme La Baronne de Staël*: Paris: Treuttel e Würstz, 1820. t. 2, p. 216-372.

STAËL, G. *Oeuvres complètes de Mme*: La Baronne de Staë. Paris: Treuttel et Würstz, 1820. t. 2.

WEBSTER'S New Dictionary of the English Language. New York: Simon and Schuster, 1979.

PENSAR POR

ATLAS

PENSAR POR ATLAS

RICARDO TREVISAN

> De vez em quando chego a vislumbrar uma Verdade mais verdadeira, escondida por trás de simulacros imperfeitos de si própria, mas, à medida que me aproximo, ela se move, mergulhando mais fundo no pântano agreste da cizânia. (MITCHELL, 2016)

Quando o músico japonês Toshi Ichiyanagi compôs a obra "Cloud Atlas I-X" para piano, entre 1985 e 1999, ele sequer imaginou os desdobramentos de tal feito. Não tanto pela música – para desapontamento do compositor –, mas sim pelo título empregado. Ao atrair a atenção do escritor David Mitchell, o romancista inglês oportunamente apropriou-se dele para intitular seu terceiro livro: *Cloud Atlas* (*Atlas de Nuvens*), lançado pela editora britânica Sceptre em 2004. *Best-seller* em diversos países, essa premiada obra eclipsou a fonte original do título ao ser mais reconhecida, seja por publicações em vários idiomas, seja pela adaptação ao cinema em 2012. Particularmente, comprei o livro pelo nome, no intuito de auxiliar-me na atual pesquisa sobre atlas, tentando dele extrair possíveis definições ou interpretações.

Spoilerismo à parte, *Atlas de Nuvens* articula seis narrativas, separadas no tempo – de 1849 a 2321 – e no espaço – Polinésia, São Francisco, Londres, Seul etc. –, interligadas por personagens que possuem um elemento em comum: um cometa como marca de nascença. Histórias

retratadas em tempos distintos – passado, presente e futuro –, cada qual com sua particularidade. Obra conduzida até o momento ápice de cada uma das seis tramas, quando se utiliza da cronologia reversa para conclui-las. Extratos temporais e espaciais conectados por elementos comuns a todos eles: desde objetos que avançam de um episódio a outro, até as personagens, suas interações e suas memórias. Diferentes imagens, construídas em momentos isolados, alinhavados por um plano maior, por toda aquela gama de sentimentos intrínsecos a qualquer indivíduo. Um romance fictício que aponta para o futuro apocalíptico e pós-apocalíptico da humanidade. Um livro indicado para quem gosta do gênero, porém pouco elucidativo para o motivo que me levou a comprá-lo. Para além da descoberta de que o título é oriundo de uma composição japonesa, o romance serviu ou para me distrair momentaneamente ou para conseguir dele sorver algumas poucas passagens, a exemplo: "O que não daria eu agora para ter um mapa inalterável dessa inefável constante? Possuir, por assim dizer, um atlas de nuvens?". (MITCHELL, 2016)

Fato é que nem Mitchell nem Ichiyanagi revelam os reais motivos que levaram à adoção do nome *Cloud Atlas*, fazendo-me lançar algumas especulações: seria pela efemeridade e inconstância inerentes à forma das nuvens? Seria pelo entendimento do atlas como um objeto que reflita o passar do tempo, o movimento, a transposição de algo? Ou seria pelas particularidades que cada imagem nos traz, criando a cada composição, a cada sobreposição de tempos distintos, uma narrativa reveladora? Nesse romance, as nuvens podem ser as diferentes histórias e narrativas, recortadas e agrupadas conforme o olhar do espectador. Enfim, explorações vagas que apenas ampliaram a "Verdade" sobre atlas, sem desanuviar qualquer possibilidade de conceituação.

De certo, não nos interessa meramente compreender o que é um atlas, como se ele fosse somente o *quê*, e não também o *como*. Almeja-se sim, com o presente estudo, transpor tais valores convencionais, atribuindo ao atlas um outro papel, uma qualificação que o retire de sua posição estática – objeto-produto – e o coloque em ação – dispositivo-motriz. Nesse sentido, o atlas deixa de ser uma obra física, com capa, folhas, ilustrações e textos elucidativos, e ganha imaterialidade, transformando-se em meio, em método, em um modo de *pensar por*.

Um ensaio que, ao discorrer sobre as possibilidades de utilizar o atlas como um método analítico da história, pretende compartilhar com pesquisadores e estudiosos interessados uma alternativa para nos debruçarmos sobre nossos familiares objetos e deles extrairmos interpretações e associações imprevistas ou inusitadas. Um saber construído a partir de experiência própria, a qual prometo não tratar como um registro narcísico, mas como uma dialética pela qual pretende-se suscitar elementos-chave à compreensão e ampliação de debate sobre o tema.

Atlas em primeira pessoa

Preciso deixar claro que o entendimento de "pensar por atlas" passa necessariamente por uma cronologia pessoal. Uma cronologia em primeira pessoa, pela qual a linha da minha história cruza com a linha das cidades novas, destacando-se dessa conexão os flertes, as fricções, os embates, as aquietações próprias a uma trama histórica. História iniciada em 1997, quando graduando no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ao produzir o relatório de iniciação científica intitulado "Cidades Novas de colonização e expansão territorial no Noroeste do estado de São Paulo (1930-64)", sob as orientações de Sarah Feldman e Carlos Roberto Monteiro de Andrade. História avolumada com estudos no mestrado[1] e no doutorado[2], até chegar à atual pesquisa: *Atlas de Cidades Novas no Brasil republicano*, desenvolvida junto ao Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

Elaborado em 2011, o projeto de pesquisa foi um retorno à ideia lançada nas considerações finais da tese de doutorado *Cidades Novas*, de Trevisan (2009), com intuito de mapear casos brasileiros nos últimos 120 anos – investigação que me permitiria avançar nos estudos direcionados a esta, que considero uma tipologia urbanística. Um propósito claro para prosseguir e aplicar o conhecimento obtido, mas ainda obscuro no percurso para atingi-lo.

Inicialmente, o plano era identificar e reunir exemplares produzidos após 1889 no país, objetivando levantar, sistematizar e catalogar o

maior número de informações relativas a cada um (dados biográficos) e revelar projetos urbanísticos empregados, associando-os às teorias em voga no período fulcral. Até o presente momento, tem-se contabilizadas mais de 260 cidades novas, disseminadas pelo território nacional nas mais diversas unidades federativas e implantadas a partir de 1892, com Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, e Guarujá, em São Paulo. Destes e de outros exemplares que possam vir a ser descobertos, direcionarei a pesquisa, num primeiro estágio, para uma breve avaliação caso a caso, no intuito de montar uma ficha cadastral com os dados biográficos e iconográficos de cada cidade nova, bem como tratar os respectivos planos urbanísticos em escala similar, buscando facilitar análises morfológicas comparativas. De antemão, já se previa que seria um trabalho hercúleo, demandando dedicação plena e participação de outros pesquisadores (docentes e discentes). Porém, alguns procedimentos continuaram em aberto, como a análise dos produtos obtidos e o meio de divulgação dos dados confeccionados.

Definições que começaram a ser delineadas em 2015, quando me encontrei com a professora Paola Berenstein Jacques, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Faufba), durante estágio pós-doutoral em Nova York. Na ocasião, os primeiros passos de uma aproximação entre o *Atlas de Cidades Novas* e a *Cronologia do Pensamento Urbanístico*[5] foram dados. Honrado pela proposta-convite de Berenstein em participar de tal projeto, com as boas-vindas da professora Margareth da Silva Pereira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em outubro de 2015, a parceria foi efetivada em abril de 2016, quando ambas as pesquisadoras nos prestigiaram com a apresentação “Cronologia do Pensamento Urbanístico e o Pensar por Nebulosas” na IV Jornadas Labeurbeanas da FAU-UnB. A possibilidade de contribuir com dados obtidos pelo projeto *Atlas de Cidades Novas* e tê-los divulgados em renomada plataforma era, talvez, a peça que faltava à pesquisa. Caberia, nesse momento, dar sequência aos afazeres, articulando para cada cidade nova uma ficha cadastral e sua transposição ao modelo de verbetes da *Cronologia*.

Então, para cada cidade nova, um novo verbete. Assim, 260 cidades novas gerarão 260 verbetes a serem carregados na internet e disponibilizados à comunidade. Todavia, quando os verbetes começaram

a ser elaborados, a necessidade de estabelecer arranjos, conexões, constelações e nebulosas trouxe-nos um dilema. Desde que o projeto *Atlas* foi concebido, a ideia era disponibilizar seus resultados numa *homepage* própria. Contudo, com a disponibilidade do *site* da *Cronologia*, questões operacionais surgiram: o que é um atlas e quais são as suas atribuições? Qual a real necessidade de se criar uma outra plataforma? Seria uma sobreposição de trabalhos? Ao criar uma página na *web* para o *Atlas de Cidades Novas no Brasil republicano*, estaria eu declinando da parceria, colocando em xeque o trabalho conjunto com as professoras Paola Berenstein e Margareth Pereira?

Cronos ou Atlas? Mnemosyne responde!

> O presente manipula o passado virtual em seu próprio interesse, para dar crédito a suas mitologias e legitimidade à imposição da sua vontade. (MITCHELL, 2016)

Priorizar a *Cronologia* ou investir no *Atlas*? No afã de responder a esse dilema empírico, a esse jogo de polaridades – dinamografia –,[6] recorri aos deuses do Olimpo. Na mitologia grega, Cronos é o rei dos titãs e deus do tempo, aquele que regula e rege o destino de todos nós, enquanto Atlas é o titã que a tudo suporta, possuidor de conhecimento e sabedoria exasperantes.[7] Portanto, cada qual com sua identidade, cada qual com seus predicados. Desse modo, espelhei tal delimitação para os projetos da *Cronologia* e do *Atlas*, os quais teriam distintamente função e atribuições claras e determinadas para com a pesquisa de cidades novas.

Mas se a *Cronologia* já apresenta uma maturação, um domínio maior por parte de seus autores e colaboradores, o mesmo não se tem do *Atlas*. Diante desse cenário, fez-se necessário compreender o atlas, entender sua origem, suas atribuições, seus significados, sua aplicação para essa pesquisa. Foi quando a deusa da memória, a Mnemosyne, apareceu para revelar um universo até então inexplorado. Em um primeiro contato com obra *Memory, Metaphor, and Aby Warburg's Atlas of Images*, de Christopher D. Johnson (2012), fui apresentado ao *Atlas Mnemosyne*, ou *Bilderatlas*, ou *Atlas de Imagens*, de autoria

do filósofo e historiador alemão Abraham Moritz Warburg (1866-1929), notoriamente Aby Warburg, elaborado entre 1927 e 1929. Obra-prima, inacabada, o atlas warburguiano é considerado seu testamento metodológico, pois possibilita repensar o *modus operandi* de trabalhar e ler a história.

Esse novo percurso desviou-me do anterior, daquele de compreender um atlas aos moldes do gênero epistêmico produzido desde o Renascimento, quando Gerardus Mercator (1512-1594), no século XVI, usava a figura simbólica do titã como a capa de seus livros de mapas. (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 1985) Essa coletânea de imagens, gráficos, ensaios e ilustrações tornou-se recorrente durante o enciclopedismo das Luzes, reunindo informações de um determinado assunto – fronteiras, clima, mares e rios, economia, geologia, população etc. – a partir de diferentes panoramas, do particular ao genérico, do local ao global, ou vice-versa. Um gênero ilustrativo e instrutivo, uma "forma visual de conhecimento", geralmente de agradável leitura, "[...] cujo propósito é oferecer aos nossos olhos, de modo sistemático ou problemático – incluindo o poético com risco a erros [...] –, toda uma multiplicidade de coisas ali reunidas por afinidades eletivas". (MUSEU NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA, 2010) Um gênero científico que ganhou espaço em diversas áreas, como nas ciências da vida e seus infindáveis atlas de medicina, e até mesmo na disciplina do Urbanismo, como revelam algumas produções.

O antológico *Atlante di Storia dell'Urbanistica: dalla preistoria all'inizio del secolo XX* (1963), de Mario Morini, contempla planos urbanísticos, edifícios emblemáticos e personagens de destaque na produção do espaço urbano, desde o Egito Antigo até as teorias de Howard e Tony Garnier. Um retrato pela história da humanidade, associando-a à história das cidades e de suas culturas. Um documento iconográfico e consultivo, como o próprio autor descreve em seu prefácio, com enfoque na essência do processo urbanístico e dos valores espaciais presentes em diferentes épocas. Um resgate histórico que evidenciou, ao momento de sua publicação, o fervoroso debate sobre intervenções conscientes em centros consolidados, contrapondo-se à tábula rasa e ao pragmatismo modernista. Um atlas como manifesto urbanístico.

As recentes e curiosas obras *Atlas of lost cities: a travel guide to Abandoned and Forsaken Destinations* (2014), do francês Aude de Tocqueville, e *Atlas of improbable places: a journey to the world's most unusual corners* (2016), dos ingleses Travis Elborough e Alan Horsfield, trazem localidades não habituais do senso comum, revelando no diferente, no esquecido, um campo rico a ser explorado. Na primeira, diagramada como um mapa de caça ao tesouro, temos assentamentos abandonados ou cidades fantasmas na África, América, Ásia e Europa, representadas por gravuras esquemáticas e textos que trazem a história de cada exemplar, de seu nascimento a sua morte. Já a segunda retrata locais – ilhas, desertos, ruínas, palácios, monumentos, núcleos urbanos etc. – presentes nos quatro cantos de nosso planeta e que chamam a atenção por se destoarem da paisagem circundante. Como elo entre ambas, a referência ao célebre *Le città invisibili* (1972), de Italo Calvino. Dueto de atlas excêntrico, lúdico e divagante.

No pretencioso trabalho *Atlas of Cities* (2016), de Paul Knox, verificam-se quatro funções fundamentais nas cidades e estipulam-se 13 tipos de assentamentos,[8] pelos quais o autor buscou retratar o universo urbano contemporâneo nos cinco continentes. Um seleto número de exemplares mapeados e tipificados por "padrões e processos de urbanização – atuais e passados" (KNOX, 2016, p. 11), conduzidos pelo olhar e direcionamento de pesquisadores locais. Um conteúdo auspicioso, porém restrito aos estudos de caso escolhidos. Para o mundo cada vez mais urbano, taxonomias definidoras e limitadoras são um tanto quanto incongruentes. Um atlas radiográfico parcial de nossas urbes.

Já a trilogia de atlas organizada por Rebecca Solnit e Jelly-Schapiro, aqui representada pelo *Nonstop Metropolis: a New York City Atlas* (2016), aborda três metrópoles norte-americanas – São Francisco, Nova Orleans e Nova York – a partir de experiências etnográficas e culturais, de mapas imagéticos e ensaios informativos; enfim, o *lado B* das cidades que não se encontra em guias tradicionais de turismo ou aplicativos similares. Uma deriva por atrativos e espacialidades dedicada aos errantes dispostos a desvendar recantos eclipsados de tais cidades. Uma tríade atlante alternativa e instigante.

A obra referencial *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial* (2000), do professor Nestor Goulart Reis, mesmo sem "atlas" no título, é um catálogo iconográfico e cartográfico de amplitude sobre cidades, vilas, povoações e aldeias brasileiras dos séculos XVI ao XVIII. Um material organizado por critérios geográficos e seguindo uma ordem cronológica, referenciado por textos originais presentes nas gravuras e desenhos ou notas explicativas. Um trabalho direcionado ao grande público (exemplares no formato livro e CD-ROM), não apenas a especialistas em estudos das imagens. Uma coletânea construída desde a década de 1960, tendo um estudo prévio daquilo a ser divulgado, segundo o entendimento do autor e de seus colaboradores, realizando-se apenas "[...] o recolhimento dos desenhos que pudessem, direta ou indiretamente, servir para o conhecimento dos núcleos urbanos no seu conjunto". (REIS, 2000, p. 12) Um atlas sobre a nossa ancestralidade urbana.

E, nessa mesma temática, tem-se a produção *Atlas histórico da América Lusa* (2016), dos professores e historiadores da UnB Tiago Gil e Leonardo Barleta. Uma coletânea riquíssima de informações sobre cidades, vilas, freguesias, povoados e até mesmo tabas indígenas existentes no território sul-americano quando sob o domínio português. Uma obra que transpassa a materialidade de seu exemplar físico e ganha consistência e alcance público em sua versão virtual.[9] Um atlas histórico interativo, sinais dos novos tempos.

Todavia, identificou-se em tais exemplares a exceção da versão digital do *Atlas da América Lusa*, uma limitação no manuseio e no uso desses volumes. Embora confirmem, na essência, ser uma coletânea sobre um determinado tema, o modo estanque, imóvel, fixo com que seus objetos, suas imagens, seus dados são apresentados, seguindo uma organização dada *a priori* por cada autor, restringe a interatividade entre o usuário e a obra. O *modus operandi* é predeterminado, cabendo ao leitor pouca margem de manobra. O atlas adquire, portanto, os moldes daquilo que resolvi denominar de objeto-produto.

Já o *Atlas Mnemosyne* de Aby Warburg foge a essa regra, ao trazer não um atlas, um objeto-produto encerrado em si mesmo, mas um modo de *pensar por.* Um método em que o espectador é o sujeito que irá conectar as relações existentes entre as imagens. Nesse sentido, o

filósofo e historiador francês Georges Didi-Huberman foi essencial para melhor compreender o atlas warburguiano. E o ponto de partida foi assistir a sua entrevista enquanto curador da exposição ATLAS, ¿Cómo llevar el mundo as cuestas? (2010), realizada pelo Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, em Madri.

Nessa entrevista, Didi-Huberman suscitou alguns preceitos que aproximam aquilo visionado para o *Atlas de Cidades Novas*. Em uma das passagens, afirma:

> Atlas é uma forma de conhecimento visual. Atlas é uma apresentação sinóptica de diferenças: vê-se uma coisa e outra completamente distinta colocada ao seu lado. O atlas é uma ferramenta muito mais visual do que pode ser qualquer arquivo; é um trabalho de montagens em que se unem tempos distintos; é um choque. (MUSEU NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA, 2010, tradução nossa)

Justamente, o atlas warburguiano traz em si a possibilidade de impactos e confrontações proporcionados por nexos entre imagens diferentes, não pela similaridade e nem pela coexistência em um mesmo tempo, mas por conexões obscuras até então inimagináveis e pela sobreposição de tempos distintos (heterocronia). Nesse sentido, a exposição realizada em Madri teve como propósito aproximar esse modo de associação – esse *modo de pensar* – a produções de artistas dos séculos XX e XXI, tendo a história da imaginação como enredo principal. Ao percorrer a exposição, não se tinha uma única narrativa, mas tantas quantas fossem possíveis de se estabelecer.

Portanto, distinto à concepção limitada que se tinha inicialmente, o atlas warburguiano sacudiu minha percepção sobre tal objeto, aproximando-o ao método de pensar por nebulosas debatido no projeto da *Cronologia do Pensamento Urbanístico*.[10] O atlas warburguiano objetiva possibilitar narrativas. Para além de um trabalho de síntese, o atlas é, antes de mais nada, um *working process*, um meio, um processo em constante realização feito sobre uma mesa, um suporte, em que arranjos, montagens e colocações são estabelecidos conforme os objetos disponibilizados. Como resultado, sempre leituras distintas.

Assim, o atlas passou a ser encarado por mim não mais como um objeto-produto, mas como um meio, uma ferramenta, um modo de ver e compreender – um dispositivo-motriz.

Algo melhor depurado pela leitura de *Atlas ou Gaia a ciência inquieta: o olho da história* (2013), de Georges Didi-Huberman, um livro em que o filósofo irá esmiuçar e interpretar o trabalho de Aby Warburg à luz de outros pensadores, um conteúdo que permitiu romper com as ideias iniciais pretendidas para o projeto *Atlas de Cidades Novas*, visionando novas possibilidades e tendo mais claro os rumos a serem seguidos.

Ao buscar interpretar a obra inacabada de Aby Warburg, Didi-Huberman nos contempla com algumas ponderações, definições e caracterizações, a partir das quais estabeleço com o autor um diálogo textual a fim de estruturar uma possível definição funcional para atlas.

A leitura e o uso de um atlas se dá por dois modos: ou objetivamente (ao se procurar uma informação precisa); ou erraticamente, por divagação, sem intenção (ao se deixar devanear por suas páginas).

> [...] um atlas dificilmente se constitui por 'página' no sentido habitual do termo: será antes por tabelas, por pranchas, onde se encontram dispostas imagens, pranchas que consultamos com um fim específico ou que folheamos por prazer, deixando divagar, de imagem em imagem e de prancha em prancha, a nossa 'vontade de saber'. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 11)

Nesse sentido, compara o atlas a uma mina explosiva composta pela soma entre a estética e o saber. O atlas é, ao mesmo tempo, uma "forma visual do saber" – paradigma estético – e uma "forma sábia do ver" – paradigma epistêmico –, embaraçando quaisquer limites de inteligibilidade. "Contra toda a pureza epistémica, o atlas introduz no saber a dimensão sensível, o diverso, o carácter lacunar de cada imagem. Contra toda a pureza estética, introduz o múltiplo, o diverso, a hibridez de toda a montagem". (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 12)

E desse somatório entre a estética e o saber, o atlas surge como um método sem limites, sem certezas preestabelecidas, como "[...] uma

teoria do conhecimento exposta ao perigo do sensível e a uma estética exposta ao perigo da disparidade". (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 13)

> Quebra as certezas autoproclamadas da ciência convicta das suas verdades, como da arte convicta dos seus critérios. Inventa, entre tudo isto, zonas intersticiais de exploração, intervalos heurísticos. Ignora deliberadamente os axiomas definitivos [...]. Desconstrói, pela sua própria exuberância, os ideais de unicidade, de especificidade, de pureza, de conhecimento integral. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 12)

Atlas torna-se, assim, um instrumento, uma ferramenta de abertura às possibilidades ainda não experimentadas, cuja força-motriz é a imaginação. O atlas proporciona a obtenção do conhecimento pela imaginação. Imaginação presente no conhecimento transversal, no processo de montagem, desmontagem e remontagem. O atlas, portanto, não é um simples arquivo, mas uma ferramenta. "A imaginação aceita o múltiplo e renova-o sem cessar, a fim de aí detectar novas 'relações íntimas e secretas', novas 'correspondências e analogias', que serão por seu turno inesgotáveis [...]". (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 14)

Uma ferramenta a se configurar como um suporte de encontros – como uma mesa, uma "Mesa de oferenda, mesa de cozinha, de dissecção ou de montagem". (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 17)

> A mesa mais não é do que o suporte de um trabalho que pode ser continuamente retomado, modificado, senão mesmo recomeçado. É apenas uma superfície de encontros e de disposições passageiras [...] seu plano de trabalho [...] acolhe sem hierarquia. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 18)

Uma ferramenta anacrônica ao admitir e trabalhar tempos heterogêneos. Uma ferramenta potencializadora de se ver e ler o tempo. "É o tempo mesmo que se torna visível na montagem das imagens [pensamentos urbanísticos, práticas profissionais]. Compete a cada um converter tal visibilidade na potência de ver os tempos". (MUSEU NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA, 2010)

Uma ferramenta com regra própria: o “princípio-atlas”, o princípio da efemeridade, do provisório, do passageiro.

> O atlas, por seu turno, não é guiado senão por princípios móveis e provisórios, aqueles que podem fazer surgir inesgotavelmente novas relações – muito mais numerosas do que os termos entre si – entre coisas ou palavras que, inicialmente, nada parecia emparelhar. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 14)

Desse provisional, surgem dois caminhos de leituras possíveis: uma denotativa (em busca de mensagens) e outra conotativa (em busca de montagens – com destaque especial para essa). O atlas pode ser compreendido, em suma, não somente como uma ferramenta, mas como um aparelho de leitura, uma máquina do saber, um objeto de saber e contemplação.

> Poderá considerar-se [...] que o atlas de imagens é uma máquina de leitura no muito amplo sentido que Benjamin pretendeu atribuir ao conceito de Lesbarkeit. [...] O atlas seria um aparelho da leitura antes de tudo, quero dizer, antes de qualquer leitura ‘séria’ ou ‘em sentido escrito’: um objeto de saber e de contemplação para as crianças, ao mesmo tempo infância da ciência e infância da arte. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 15)

Portanto, o atlas warburguiano inventou uma maneira de dispor as imagens entre si e inaugurou um novo gênero do saber: a aposta – um modo de reler o mundo por narrativas antes despercebidas ou inimagináveis.

> A aposta de que as imagens, agrupadas de uma certa maneira, nos ofereceriam a possibilidade – ou melhor, o recurso inesgotável – de uma releitura do mundo. Reler o mundo: vincular de modo diferente os pedaços díspares, redistribuir a sua disseminação, um modo de a orientar e de a interpretar, é certo, mas também de a respeitar, de a remontar sem pretender resumi-la nem esgotá-la. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 19-20)

Um modo de reler o mundo, sobretudo, porque o atlas warburguiano tem um caráter permutável de configurar seus objetos, suas imagens – "fecundidade heurística e desrazão". (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 20) Para Warburg, o pensamento é uma matéria de formas transformantes, e não de formas fixas.

> Nem desordem absolutamente louca, nem ordenação muito sensata, o atlas Mnemósine delega na montagem a capacidade de produzir, através de encontros de imagens, um conhecimento dialético da cultura ocidental, essa tragédia sempre renovada – sem síntese, portanto – entre a razão e desrazão, ou, como dizia Warburg, entre os astra do que nos eleva até o céu do espírito e os monstra do que nos precipita até às profundezas do corpo. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 21, grifo do autor)

Um modo de reler o mundo que influenciou as ciências humanas, verificado nas obras de compilação e de remontagem de vários artistas.[11]

> O atlas, desde Warburg, não só modificou em profundidade as formas – portanto, os conteúdos – de todas as 'ciências da cultura' ou ciências humanas, como incitou ainda um grande número de artistas a representar por completo, em forma de compilação e de remontagem, as modalidades segundo as quais as artes visuais são hoje elaboradas e apresentadas. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 17)

Esse modo de releitura está presente no atlas autobiográfico de Jorge Luis Borges e María Kodama, de 1984. Embora refute a ideia de atlas, o escritor argentino refere-se a ela como trama e caos intencionalmente compartilhados no mesmo objeto.

> Acho que o primeiro a falar na pluralidade das causas foi Stuart Mill; no que se refere a este livro, que certamente não é um Atlas, posso apontar duas, inequívocas. A primeira se chama Alberto Girri. No grato decurso de nossa residência na terra, María Kodama e eu percorremos e saboreamos muitas regiões, que sugeriram muitas fotografias e muitos textos. Enrique Pezzoni, a segunda causa, viu-as; Girri observou que

> elas poderiam tramar-se num livro, sabiamente caótico. (BORGES, 2010, p. 9)

Em síntese, o atlas warburguiano é um objeto que se lê e se usa de modo objetivo ou errático, tensionado por paradigmas estético e empírico, cujos limites da compreensão nem sempre são claros. Um dispositivo movido pela imaginação, cuja base de suporte é uma mesa; um dispositivo concomitantemente negligente e potencializador do tempo; um dispositivo regrado pelo aleatório, pelo improviso. Um dispositivo de leitura de caráter permutável, com características de uma máquina do saber e de contemplação. Um jeito novo de relacionar imagens, uma maneira de reler o mundo.

Aby Warburg, ao reunir todos os objetos de sua pesquisa em uma ferramenta de "painéis móveis" constantemente montados, desmontados, remontados, deu ao atlas um novo sentido. O titã Atlas, portador do mundo em seus ombros, definitivamente daria significado a seus predicados – depositário de conhecimento e sabedoria – a partir do trabalho warburguiano e das interpretações elaboradas por Didi-Huberman.

Desse modo, ao rebater tais leituras na pesquisa de cidades novas, nosso *Atlas* seria o suporte às imagens, às cidades novas e seus atributos; enquanto a *Cronologia* seria a mesa onde as amálgamas seriam condensadas e expostas. No *Atlas*, visionaríamos cada objeto e seus predicados; na *Cronologia*, compreenderíamos suas relações e conexões "íntimas e secretas". No *Atlas*, teríamos as cartas; na *Cronologia*, jogaríamos o jogo, tal qual:

> Baralhar e distribuir as cartas, desmontar e remontar a ordem das imagens numa mesa para criar configurações heurísticas 'quase adivinhas', ou seja, capazes de entrever o trabalho do tempo sobre o mundo visível: esta seria a sequência operatória de base para qualquer prática a que aqui chamamos atlas. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 55)

O *site Atlas de Cidades Novas* representaria o grande arquivo de objetos, a primeira mesa, cabendo ao *site* da *Cronologia* reproduzir as

"montagens", as nebulosas, confeccionadas a partir de diferentes leituras. E a cada montagem, a cada narrativa criada, teremos como resultado novos olhares e um aumento de conhecimento sobre a tipologia "cidades novas" e, consequentemente, sobre a história da cidade e do urbanismo no Brasil.

As imagens no atlas, as amálgamas na cronologia

> O passado real é frágil, cada vez + apagado e + difícil de acessar e reconstruir: em contraste, o passado virtual é maleável, cada vez + nítido e + difícil de contornar/denunciar como uma fraude. (MITCHELL, 2016)

Ciente dos predicados de cada plataforma e da compreensão do atlas como um meio, e não um fim, cabe aqui expor a operacionalidade da pesquisa.

O *Atlas de Cidades Novas*, com o Brasil republicano como recorte temporal, será uma plataforma na *web* na qual estarão os dados básicos sobre cada exemplar de cidade nova encontrado, devidamente cadastrado e catalogado. Assim como Didi-Huberman (2010) referiu-se à obra warburguiana, será um trabalho de "história natural infinita", um "atlas do impossível", pelo qual se pretende recolher os casos de cidades novas originários no Brasil desde 1889. Como catadores de cidades novas e de seus atributos, daremos luz a informações não encontradas na historiografia urbana brasileira. Pretendemos criar condições para "reconfigurar a ordem dos lugares", em que não há um só modo de se contar a história das cidades novas no Brasil. Fazer um atlas é reconfigurar o espaço, redistribuí-lo, desorientá-lo. Montar um *Atlas de Cidades Novas* é possibilitar a releitura do urbanismo e da urbanização brasileira, a partir de, no mínimo, 260 exemplares já encontrados.

Ilustrativamente, o *site* consistirá na primeira aproximação ao tema e aos exemplares. A partir da página inicial, haverá acesso ao mapa do Brasil pontuado por cidades novas. Ao clicar em cada cidade, será aberta uma imagem: o mapa com as delimitações originais daquilo

que foi o projeto da cidade nova em sua origem, sem considerar a expansão da mesma. A exemplo do estudo feito por Philippe Panerai e colaboradores (1985) sobre as *bastides* francesas, a intenção é ter uma compreensão sobre o traçado projetado de cada cidade nova. Para cada cidade, quando desejado, um quadro com os seis atributos – os seis genes – se abrirá, contendo informações básicas: empreendedor, função dominante, região, projetista, filiação teórica e data do projeto. Também constará nesse quadro um *link* para o verbete no *site* da *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. O *site Atlas* ainda terá um dispositivo de filtro que permitirá ao interessado estabelecer as correspondências preliminares, seja por empreendedor, função dominante, região, profissional, projeto ou período; seja por combinações desses atributos. E como disse Cláudio de Moura Castro (1978, p. 312-313): "O levantamento de dados, de hoje ou de ontem, é apenas o princípio".

Concomitantemente, os verbetes para o *site* da *Cronologia*, com informações mais detalhadas de cada cidade, serão elaborados e adicionados à respectiva plataforma, juntamente com arranjos preliminares já formulados.

Será *na* e *para* a *Cronologia* que teremos a liberdade para criar as amálgamas, modificá-las, remontá-las em pilhas, constelações e nebulosas.[12] As variáveis, os atributos das cidades novas serão articulados a fim de descobrir novas analogias, novos trajetos de pensamentos, até mesmo percursos profissionais ofuscados. (PEREIRA, 2014) Não haverá uma única nebulosa de cidades novas, mas inúmeras. A depender da porta de entrada escolhida, tramam-se distintas urdiduras e tessituras, definem-se procedimentos e métodos específicos, revisitam-se e revisam-se certezas e narrativas conclusivas e encerradas. Seja pela função dominante original (administrativa, empresarial, balneária, colonizadora, de relocação, satélite, de expansão); pelas personagens envolvidas (empreendedores, planejadores, projetistas, construtores, habitantes); pelos atributos físicos assumidos (sítio, projetos urbano e arquitetônico, paisagem, zoneamento); pelo contexto histórico (aspectos político-econômico-sociais); cada investigação sobre cidades novas direciona seu lineamento e estabelece suas aproximações e, por conseguinte, suas distinções.

A partir dessa constelação, as mais distintas formas vaporosas podem ser captadas, registradas e decifradas. *Atlas de Cidades Novas* permitirá ao interessado montar, a critério ou aleatoriamente, a sua nebulosa. Assim, a construção e disponibilização de uma imagem abrangente de cidades novas, a partir de um resgate histórico de sua produção, permitirão compreender a dinâmica das transformações urbanas no país nos últimos 120 anos. Do mesmo modo, a construção de um arcabouço referencial para todo e qualquer estudo urbanístico e arquitetônico auxiliará pesquisadores a entender os fatores que contribuíram para os atuais cenários urbanos, bem como aumentará o repertório de profissionais, docentes e discentes debruçados sobre a temática.

O *Atlas de Cidades Novas* não será apenas uma narrativa dessas tipologias na cronologia de longa duração, mas o dispositivo que possibilitará atentar e criar tantas outras narrativas quantas forem possíveis – histórias que narrem a origem do projeto e a construção dessas cidades; histórias que permitam uma melhor compreensão do processo de urbanização e do urbanismo no século XX em nosso país. Um arranjo feito a partir de informações obtidas e contidas no *Atlas de Cidades Novas*, a ser disponibilizado na *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. Por ora, a "Verdade mais verdadeira" por mim encontrada, até ela se entreverar novamente às profundezas da "cizânia".

NOTAS

1 Dissertação *Incorporação do ideário da Garden-City inglesa na urbanística moderna brasileira: águas de São Pedro*, realizada entre 2001 e 2003 no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), orientada por Ricardo Siloto da Silva. Um estudo de caso aprofundado sobre esse balneário paulista, uma cidade nova planejada pelo engenheiro civil Luiz Camerlingo (1908-1938) e projetada sob o comando rigoroso do engenheiro Jorge de Macedo Vieira (1894-1978) nos anos 1930. Uma cidade nova empreendida por empresários do café, envolta pela lógica do turismo e pela comercialização de lotes urbanizados. Um projeto cuja filiação teórica nos remete, em parte, aos preceitos howardianos de fins do século XIX.

2 Tese: *Cidades Novas*, desenvolvida entre 2006 e 2009 junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UnB, sob a supervisão de Sylvia Ficher e com contribuições precisas de Philippe Panerai e Donatella Calabi durante estágio doutoral em Paris e Veneza. Nesse trabalho, cheguei a seis atributos verificados e aplicados em dezenas e dezenas de estudos de caso analisados – seis genes a comporem o DNA de uma cidade nova. Nesse sentido, identifico uma cidade nova como núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de relocação, balneária, satélite etc.); 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agente(s) definido(s) – eventualmente profissional(is) habilitado(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso.

3 Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para obtenção de Bolsa de Produtividade (PQ-2), contemplado para o triênio 2015-2018.

4 Paul Veyne irá abordar o emprego das palavras “teoria”, “tipo” e “conceito” em seu livro *Como se escreve a história* (2014). Mesmo de acordo com a ideia de que “tipo” ou “teoria” “só podem servir para abreviar uma descrição”, com ressalvas para “uma tipologia só estaria completa se a sua compreensão fosse muito fraca e se ela se reduzisse a um inventário do léxico histórico” (VEYNE, 2014, p. 100), eu intencionalmente utilizo a palavra “tipologia” para me referir a um caso – cidades novas – em que a repetição de esquemas – os seis atributos – se faz presente em inúmeros exemplares. Como Veyne (2014, p. 99) coloca, “[...] ao encontrar os mesmos fatos, há séculos e a milhares de léguas de distância, parece que ficou excluído qualquer acaso [...] pois adapta-se a uma misteriosa lógica das coisas”.

5 Para maiores detalhes, acessar: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>.

6 Aby Warburg denominou o jogo de polaridades como uma dinamografia, um "[...] jogo permanente, um pouco ofegante, poderia dizer-se, de polaridades sempre em movimento, sempre em conflito ou em transformações recíproca". (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 77)

7 Como descreve Georges Didi-Huberman (2013, p. 76, grifo do autor), "A palavra atlas, em grego, é formada pela combinação do a prostético (ou seja, da adjunção, no início de uma palavra, de um elemento não etimológico que não modifica o sentido da própria palavra) e de uma forma do verbo tlaô, que significa 'portar', 'suportar'. Tlas ou atlas é, portanto, no sentido literal, o portante, o portador por excelência. Mas suportar não é, de todo, um gesto simples. Suportar só é possível graças ao encontro de dois vetores antagonistas, o peso por um lado, a força muscular por outro. Suportar manifesta, portanto, a potência do portador, mas igualmente o sofrimento a que está sujeito sob o peso que suporta".

8 Para Paul Knox (2016), as quatro funções fundamentais de uma cidade são: 1) Capacidade decisória (núcleos de poder político e econômico); 2) Capacidade transformativa (tamanho, densidade e variedade das populações – diversidade de estilos de vida e comportamentos); 3) Função mobilizadora (infraestrutura física); e 4) Função generativa (interação, competitividade, inovação, troca de conhecimento e informações). Já os 13 tipos de cidades foram classificados mediante o enquadramento em cinco temas: Origem (da Antiguidade ao Mercantilismo): 1) Funcional; 2) Em rede; 3) Imperial; Industrialização (séculos XIX e XX): 4) Industrial; 5) Racional; Globalização (a partir da segunda metade do século XX): 6) Global; 7) Das celebridades; Megalópole: 8) Megalópole; 9) Instantânea; 10) Transnacional; 11) Criativa; Sustentabilidade: 12) Verde; 13) Inteligente.

9 Para maiores detalhes, acessar: <http://lhs.unb.br/atlas>.

10 Para Didi-Huberman (2010), Aby Warburg "[...] é para a História da Arte o equivalente ao que Freud, seu contemporâneo, foi para a Psicologia: incorporou questões radicalmente novas para a compreensão da arte, e em particular da memória inconsciente. Mnemosyne foi sua paradoxal obra-prima e seu testamento metodológico [...]".

11 Como exemplo de atlas revolucionários, Didi-Huberman aponta: Handatlas dadaísta; Album, de Hannah Höch; Arbeitscollagen, de Karl Blossfeldt; Boîte-en-valise, de Marcel Duchamp; Atlas, de Marcel Broodthaers e Gerhard Richter; Inventaires, de Christian Boltanski; Montagens fotográficas, de Sol LeWitt; e Album, de Hans-Peter Feldmann.

12 Os fatos estarão dispostos no Atlas, caberá estabelecer na *Cronologia* as possíveis tramas. Tramas sem a sequência cronológica predeterminada e entendida como uma "uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isola segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa [...]". (VEYNE, 2014, p. 42)

REFERÊNCIAS

BORGES, J. L. *Atlas*. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALVINO, I. *Le città invisibili.* Torino: Giulio Einaudi, 1972.

CASTRO, C. de M. Memórias de um orientador de tese. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica*: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 307-326.

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas ou a Gaia ciência inquieta*: o olho da história, 3. Tradução de Renata Correio Botelho e Rui Pires Cabral. Lisboa: KKYM/EAUM, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas*. ¿Cómo llevar el mundo as cuestas? 2010. Disponível em: <http://www.museoreinasofia.es/publicaciones/atlas-como-llevar-mundo-cuestas>. Acesso em: 11 dez. 2016.

ELBOROUGH, T; HORSFIELD, A. *Atlas of improbable places*: a journey to the world's most unusual corners. London: Aurum Press, 2016.

GIL, T. L.; BARLETA, L. B (Coord.). *Atlas histórico da América Lusa*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

JOHNSON, C. D. *Memory, Metaphor, and Aby Warburg's Atlas of Images.* Ithaca: Cornell University Press, 2012.

KNOX, P. (Org.). *Atlas das cidades*. São Paulo: Ed. SENAC, 2016.

MITCHELL, D. *Atlas de nuvens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORINI, M. *Atlante di Storia dell'Urbanistica*: dalla preistoria all'inizio del secolo XX. Milano: Editore Ulrico Hoepli, 1963.

MUSEU NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA. ATLAS. *Entrevista con Georges Didi-Huberman*. [S.l.], 21 dez. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WwVMni3b2Zo>. Acesso em: 11 dez. 2016.

NEW ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. 15th. Chicago: Encyclopædia Britannica Inc., 1985. v. 1.

PANERAI, P. et al. *Les Bastides, d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béaru*: Essai sur la regularité. Bruxelas: Archives d'architecture moderne, 1985.

PEREIRA, M. da S. O rumor das narrativas: a história da arquitetura e do urbanismo do século XX no Brasil como problema historiográfico – notas para uma avaliação. *Redobra*, Salvador, n. 13, ano 5, p. 201-247, 2014.

REIS, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SOLNIT, R.; JELLY-SCHAPIRO, J. (Ed.). *Nonstop Metropolis*: a New York City Atlas. Oakland: University of California Press, 2016.

TOCQUEVILLE, A. de. *Atlas of lost cities*: a travel guide to Abandoned and Forsaken Destinations. New York: Black Dog & Leventhal Publishers, 2016.

TREVISAN, R. *Incorporação do ideário da Garden-City inglesa na urbanística moderna brasileira*: águas de São Pedro. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

TREVISAN, R. *Cidades novas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. Brasília, DF: EdUnB, 2014.

PENSAR POR

BIO
GR
A
FI
AS

PENSAR POR BIOGRAFIAS

Notas sobre modos de romper modelos, atravessar fronteiras e ativar o passado[1]

PRISCILLA PEIXOTO

Enquanto gênero literário, a biografia resiste de Plutarco a Donatella Calabi, somando odes e críticas imensas e apaixonadas ao longo de quase 2 mil anos de história. Desenvolver essa questão em um breve artigo – como o proposto para esse capítulo – é, portanto, um grande desafio. Afinal, tem-se o risco eminente de recair sobre aspectos fartamente já estudados.

Visando minimizar tamanha imprudência, busca-se, aqui, delimitar um recorte mais circunscrito: o pensar por biografias nos estudos de história do urbanismo. Dito de outra forma, tematizaremos a valorização recente das narrativas que interpretam as condições de possibilidades individuais na produção de uma cultura que interroga e projeta as diferentes dimensões da vida em cidades.

Assim, este capítulo é organizado em três partes. Primeiramente, será abordada a escrita da história do urbanismo em dois importantes seminários no Brasil. Neste cenário, será destacado o papel que os estudos biográficos passaram a desempenhar. Na sequência, interrogaremos os motivos que, mesmo de forma latente, orientam essa abordagem. Por fim, serão visitados alguns autores que não se detiveram sobre a escrita da história do urbanismo especificamente, mas que trazem insumos para as questões desenvolvidas ao longo deste percurso.

Estabelecendo um ponto de partida

Como já mencionado, antes de abordarmos diretamente os estudos biográficos, enfocamos uma questão mais ampla: como os modos de narrar o urbanismo – a historiografia do urbanismo – vêm sendo tematizados nos últimos anos no Brasil?

Para ilustrar essa questão, apresentamos dois conjuntos de trabalhos separados no tempo por cerca de 20 anos. O primeiro, três artigos do II Seminário de História das Cidades e do Urbanismo (SHCU), de 1993. O segundo, um conjunto de artigos produzidos para os três primeiros Seminários Urbanismo e Urbanistas no Brasil (SUUB), entre 2013 e 2017.

O SHCU é um evento bienal "criado por iniciativa do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, [...] [que] vem sendo realizado [...], desde 1990". (APRESENTAÇÃO..., 2016) Ele tem por objetivo contribuir para o conhecimento das cidades e do urbanismo a partir da história.

Ao analisar os anais do evento, observa-se que, na sua segunda edição, de 1993, houve um esforço de definir o *corpus* do próprio seminário. Isso se torna evidente ao observarmos que alguns trabalhos colocaram questões como: qual seria a especificidade dos objetos de estudo da história urbana?[2]

Apesar dos títulos nem sempre apresentarem essa questão de forma evidente, três trabalhos merecem nossa atenção: "História urbana: história na cidade?", de Raquel Rolnik; "Permanência e ruptura no estudo das cidades", de Maria Stella Bresciani; e "A cidade e o urbano como espaço-tempo", de Milton Santos.

Nota-se que a comunicação de Raquel Rolnik é breve. No entanto, em sua argumentação, a autora busca lançar luzes sobre quais seriam os objetos da história urbana. Ela se pergunta: seria o território? O espaço? A vida social?

Na tentativa de construção de uma resposta aos seus próprios questionamentos, percebe-se que Rolnik desenvolve uma clara filiação

ao estruturalismo, sobretudo por citar diretamente o entendimento que Fernand Braudel elaborou sobre história social. Justamente por isso, Rolnik evidencia um entendimento de história urbana como aquela destinada a "dar a ver" os processos na longa duração, dos aspectos que mudam muito lentamente. Evidencia, portanto, os aspectos mais perenes desses processos, suas estruturas. É ela quem escreve:

> A questão fundamental para os historiadores urbanos [...] seria o significado dos processos de territorialização e desterritorialização na história e sua relação com o processo mais global e genérico que acontece na vida social, econômica e política dos povos. (ROLNIK, 1993, p. 27-29)

O trabalho desenvolvido por Maria Stella Bresciani também se inicia pela "difícil definição de um objeto", para utilizarmos as palavras da própria autora. Aprofundando ainda mais o interesse já demonstrado por Rolnik, Bresciani apresenta como possibilidades para a história urbana tanto a tematização da dimensão material das cidades quanto a de uma história que toma por objeto as disputas conceituais, ideológicas e de formas de ação nas cidades. Apesar de enunciar essas duas correntes, Bresciani mostra-se claramente engajada na segunda.

O trabalho de Bresciani ainda possui mais desdobramentos. No entanto, é curioso notar que, como no caso de Rolnik, ao definir seu objeto, Bresciani também dava mostras de sua filiação no que concerne a suas práticas historiográficas, ou seja, a maneira como escolheu escrever história.

No caso de Bresciani, além da já mencionada inclinação à história das ideias, nota-se também ênfase em uma narrativa que faz emergir as dualidades, como as conhecidas oposições entre campo e cidade, arte e técnica, classe burguesa e proletariado.

Por fim, deve-se se destacar também o trabalho do geógrafo Milton Santos – na época, possivelmente o nome de maior envergadura presente no seminário. Em seu trabalho, "A cidade e o urbano como espaço-tempo", é possível observar a emergência ainda de uma terceira questão relativa ao objeto da história urbana e, por conseguinte,

das práticas de escrita da história. Seu texto, também curto, faz um balanço do que foi debatido em uma das mesas daquele seminário.

Nesse balanço, ele entende que o objeto da história urbana é aquele mesmo enunciado por Rolnik e que toma por objeto os processos de urbanização na longa duração. No entanto, a questão que emerge em seu texto é justamente a insuficiência dessa forma de história para dar a ver a especificidade dos diferentes contextos, aquilo que muda de uma cidade a outra. Contra a história urbana – para ele, uma espécie de "história universal" –, ele propõe a história das cidades. É ele quem escreve:

> Na realidade, duas coisas estão sendo confundidas gratuitamente, graciosamente, alegremente: a cidade e o urbano. Há duas coisas que se pode fazer separadamente ou conjuntamente: a história da cidade e a história do urbano. O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir. (SANTOS, 1993, p. 242-243)

Quase 20 anos após essa edição do SHCU, o campo dos historiadores do urbanismo pôde contar com outro fórum de discussões. Tratou-se da criação do SUUB, em 2013. Este segundo evento da área não silencia ou desarticula a organização do primeiro, apenas torna mais específica a abordagem que aglutina suas pesquisas, as biografias de urbanistas. Esse aspecto já era sublinhado no anuncio do seminário, em seu sítio na internet:

> Seminário sobre os profissionais urbanistas (brasileiros e estrangeiros) que atuaram no Brasil nos séculos XIX e XX. Neste evento os debates direcionam-se à documentação pesquisada, com ênfase em abordagens teórico-metodológicas, as narrativas desenvolvidas, as categorias analíticas e os debates profissionais sobre a construção e institucionalização do urbanismo como campo disciplinar e prática profissional. Interessa a atuação de profissionais nos setores públicos de urbanismo, no ensino, a produção intelectual em artigos, livros e revistas, os planos urbanísticos e a participação no planejamento urbano e regional. (APRESENTAÇÃO..., 2013)

Atualmente, este seminário já está em sua terceira edição e, de fato, tornou-se um importante local de estudo do urbanismo no Brasil a partir de biografias intelectuais dos urbanistas. Seus anais dão conta de um importante panorama da maneira como o urbanismo vem sendo praticado no país, permitindo-nos elaborar comparações e interpretar os limites das diferentes culturas urbanísticas.

No entanto, mais do que analisar de maneira pormenorizada as comunicações desse seminário, interesso-me aqui em compará-las àqueles trabalhos que buscaram estabelecer o escopo das pesquisas do SHCU, quase 20 anos antes.

O primeiro aspecto que nos chama atenção é, sem dúvida, uma mudança radical nas "escalas de análise". (LEPETIT, 1998) Se, no conjunto de trabalhos apresentados em 1992, no SHCU, privilegiavam-se as análises na longa e média duração com sua atenção às estruturas, aos invariantes culturais e aos processos, bem como às mentalidades e aos grupos sociais, o conjunto dos trabalhos do SUUB demonstra, por outro lado, uma atenção mais fina à curta duração na qual indivíduos, suas práticas e suas culturas específicas são o foco das narrativas.

O segundo aspecto a ser sublinhado é a virtualidade do próprio tema inicial do SHCU. Chamando-se Seminário da História das Cidades e do Urbanismo, é curioso notar que o último termo – "do urbanismo" – tenha sido substituído por um correlato chamado "urbano". Como se pôde observar nas comunicações que apresentamos, os debates se concentraram, de fato, na história urbana e das cidades, na qual se sublinhou ora o estudo dos processos de construção das cidades, ora o caráter plural de seus construtores. Em ambos os casos, a especificidade do urbanismo é ou rebaixada, ou silenciada[3].

No SUUB, o panorama é, de fato, outro. No editorial da revista que publicou os primeiros anais do encontro, podemos observar justamente os contornos precisos desse objeto:

> O interesse no estudo dos profissionais passa fundamentalmente pela possibilidade de compreensão dos processos de circulação das ideias urbanísticas e sobre os problemas

> e desafios urbanos de um modo geral. Foram (e são) essas ideias que estruturaram (estruturam) os debates sobre melhoramentos urbanos e planos urbanísticos, planos diretores, planos regionais, o desenvolvimento social-urbano a construção-institucionalização do urbanismo no Brasil, especialmente a institucionalização do campo disciplinar do urbanismo como prática profissional de atuação nas administrações municipais para soluções dos 'problemas urbanos': neste caso especialmente pela atuação de engenheiros e urbanistas. Ao mesmo tempo, essas mesmas ideias têm papel importante, mesmo fora do campo dos especialistas, ao instruir paulatinamente as formas de apreensão e entendimento do urbano. (FARIA; CERASOLI, 2013, p. 1)

Assim, ao contrastarmos as posições dos artigos do II SHCU e as dos três primeiros SUUB, percebe-se uma mudança do ponto de vista teórico-metodológico que orienta as pesquisas de cada seminário. De certa forma, a opção pelo caminho do estudo de biografias parece dar forma a parte da crítica realizada por Milton Santos à história urbana, pois ela justamente traz a especificidade das práticas de construção de cidades em situações específicas, balizadas pelo olhar de um dos seus atores.

Nesse ponto, nota-se que o encaminhamento dado pelos trabalhos do SUUB não responde a todos os matizes da crítica do geógrafo, pois ela está mais centrada na potência construtiva das práticas dos urbanistas enquanto saber especializado, e não de todos aqueles envolvidos nas construções das cidades. Contudo, o que gostaríamos de sublinhar aqui é justamente a escolha do estudo do urbanismo a partir da biografia dos urbanistas e o objetivo que ele traz latente consigo: a possibilidade de olhar o caso particular e, com isso, demonstrar a pluralidade desse "saber-fazer".

No entanto, não queremos dar aqui a falsa impressão de que o estudo por biografias é alguma espécie de "evolução" em relação ao olhar para a escala da longa duração. De fato, não é essa a questão – tanto que autores que estavam presentes nos primeiros SHCU, como Maria Stella Bresciani, também fazem parte dos autores do SUUB.

Acredita-se aqui que a escrita da história se beneficia de um certo jogo de escalas. (REVEL, 1998) Escolher olhar ora para curta-duração, ora para média-duração e ora para a longa-duração deve ser uma espécie de calibragem que as hipóteses e os objetivos de cada pesquisa é que irão determinar.

Afinal, como bem já havia apresentado o próprio Fernand Braudel (2009, p. 44), aquele mesmo citado por Rolnik, o tempo pode se desdobrar em diferentes temporalidades – ritmos, para dizermos de maneira mais simples –,[4] tais como: o tempo curto do evento e dos indivíduos; o tempo cíclico da conjuntura, das mentalidades e das representações; e o tempo dilatado das estruturas sociais e econômicas, dos invariantes culturais e das mudanças geográficas.

De certa forma, é a uma conclusão semelhante a que os envolvidos no SUUB chegam ao final da segunda edição do evento, conforme aponta o relato de Rodrigo de Farias (2016, p. 6):

> No primeiro Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil, realizado em 2013 na FAU-UnB, a problematização qualificativa ocorreu no confronto/oposição teórico-metodológica entre as ideias de 'Trajetória' e 'Biografia'; nesse segundo, realizado em 2015 no IAU-USP, a problematização esteve centrada nas trajetórias e interlocuções transatlânticas, sem aquele sentido interrogativo do primeiro. E foi justamente esta característica que abriu o caminho para certa provocação final (no bom sentido da provocação) ao próprio Seminário, ou seja, para apresentar outra proposta de análise, algo como outro caminho em relação aos temas e objetos do urbanismo no Brasil.

Como parte da estratégia de construção de uma narrativa que não escapasse ao eixo proposto, e reconhecendo meus próprios limites para formular uma análise ao mesmo tempo em grande angular e com as particularidades inerentes ao campo disciplinar do urbanismo e dos profissionais que atuaram nesse campo e no Brasil, um primeiro movimento que empreendi foi o de compilar algumas análises já realizadas sobre a pesquisa em história do urbanismo no Brasil.

Conforme podemos observar no relato de Farias, o estudo das biografias responde a uma demanda específica: dar a ver a multiplicidade das ações individuais. Por outro lado, o estudo de séries de biografias acaba fazendo com que vislumbremos certos movimentos coletivos, que vão para além dos ajuizamentos individuais. Esse relato exemplifica, portanto, que, para interpretar os movimentos de um "saber-fazer" – que se constrói e se modifica pelas ações individuais, mas que, ao mesmo tempo, constitui uma cultura, algo que se coletiviza –, é necessário manejar essas diferentes escalas.

No entanto, se nos parece evidente hoje que, para escrever qualquer história do urbanismo, é necessário o manejo dessas diferentes escalas, pode-se perguntar: por que há uma valorização da biografia na nossa historiografia recente?

Biografias: uma forma de narrativa contra os "modelos"

Aqueles que se interessaram pela história do urbanismo, mas que traçaram seu percurso intelectual a partir do campo da história propriamente dito, já devem ter sido apresentados às críticas às abordagens estruturalistas, de fins dos anos 1960, que requalificaram a história política e os próprios indivíduos na história. É no interior desse movimento que a subjetividade reemerge como questão – para além dos estudos psicanalíticos, artísticos ou memoriais –, a tematização das culturas ganha maior complexidade e o próprio gênero literário biografia passa a ser redescoberto pelos historiadores.

Segundo François Dosse (2010), a biografia, que havia passado longos anos como um "gênero impuro" para a escrita acadêmica da história, passa a ser, então, redescoberta. É ele quem escreve:

> Hoje, assistimos a uma inversão espetacular. O que era desvantagem ontem, tornou-se mesmo motivo de o sucesso. Trata-se desse caráter transversal [da biografia]. A biografia popular é mais exigente de um verdadeiro saber-controlar e os historiadores acadêmicos estão mais atentos às ondas individuais de sua disciplina. O resultado é uma aproximação entre a história

> e a biografia, a ponto de que aqueles que eram críticos [à biografia], seguindo Pierre Bourdieu, da 'ilusão biográfica', como [por exemplo] os adeptos da escola Annales, se tornaram autores de biografias impressionantes e notáveis como a de Saint Louis, publicada por Jacques Le Goff, em 1996. Em favor de uma virada pragmática e hermenêutica da disciplina histórica, a biografia foi retomada como um objeto de uma história acadêmica que se interroga sobre a ação humana dotada de sentido, intencionalidade, justificativas dos atores e traços memoriais.[5] (DOSSE, 2010, p. 81-82, tradução nossa)

Se essa leitura historiográfica sublinha um panorama excessivamente francês, podemos dizer que as contribuições da micro-história italiana (GUINZBURG, 1991; LEVI, 2006; PORTELLI, 1989) e também da "história de baixo para cima",[6] cunhada pelo inglês Edward Palmer Thompson (1966) e apropriada também por Eric Hobsbawn (1998), confirmam a tomada dessa mesma direção.

Contudo, se hoje observamos a história do urbanismo ser contaminada por essa onda de redescoberta dos indivíduos na história, não podemos dizer que essa matriz tenha sido a única ou principal nesse processo. Para falarmos sobre a revalorização do indivíduo nas narrativas sobre o urbanismo, é preciso remontar aos mesmos fins de anos 1960 e pensar que ele não vem "a reboque" de práticas de outro campo disciplinar, mas que compartilha (e também produz) um movimento de revisão epistemológica.

Para que essa hipótese se torne mais clara, podemos nos ater a dois trabalhos de Françoise Choay: *L'Urbanisme, utopies et réalités: une anthologie* (1965) e *La règle et le modèle: sur la thèorie de l'architecture et de l'urbanisme* (1980). Trata-se de livros em que a autora buscou sistematizar e interpretar os debates iniciais do urbanismo.

Publicado em 1965, *L'Urbanisme, utopies et réalités, une anthologie* é, ainda hoje, um livro reconhecido por seu caráter didático e amplamente utilizado nas escolas de arquitetura e urbanismo em todo o mundo. Essa boa recepção da obra da autora deve-se, em grande parte, à sistematização que ela elabora buscando identificar "modelos" que

deram origem a disciplina, bem como as possibilidades de reflexão e ação sobre as cidades que não eram de origem modelar – este último, um aspecto pouco comum na bibliografia especializada sobre o tema, naqueles anos.

Os "modelos" eram, para a autora, espécies de arquétipos que alimentavam as propostas dos urbanistas ao longo de sua história, como, por exemplo, o culturalismo, o progressismo, o naturalismo. Seu trabalho de sistematização agrupou autores e ideias afins que haviam construído distintas "culturas urbanísticas", para utilizarmos um termo mais atual.

No entanto, neste olhar analítico e sistematizador elaborado por Choay, subjazia também uma crítica. Ao afirmar que o urbanismo era, em grande parte, de origem modelar, Choay denunciava que ele trabalhava por repetição de formas. Ou seja, ela expunha claramente seus limites.

Contudo, essa crítica de Choay não parece inviabilizar de todo a proposição de novas maneiras de se construir espaço, pois ela expõe também, mesmo que timidamente, que o urbanismo não é a única maneira. Mesmo que ele parecesse hegemônico nesta função, ao demonstrar que existiu um *pré-urbanismo sem modelo* ou que existia em seu tempo uma *antrópolis*, ela dava indicações desses outros caminhos.

Essa abertura na interpretação sobre o modo de construir espaço pode ser verificada também na escolha do gênero literário para elaboração do livro e a maneira como ela o apresenta. Ao decidir produzir uma antologia e, antes de cada texto, expor uma breve nota biográfica sobre o autor e o contexto de produção do texto a ser lido, Choay parece convidar o leitor a percorrer ele mesmo os caminhos que ela havia realizado, bem como a formular sua própria interpretação a partir do acesso às fontes.

Além desses aspectos da estrutura do texto, é importante destacar que, na época de sua publicação, a antologia de Choay representou outra forma de contribuição. Ela traduziu e fez circular textos estrangeiros no ambiente francês justamente em um momento de crise propositiva

e institucional do urbanismo. É Jean-Louis Violeau, tratando das pressões por mudanças no ensino de arquitetura nos anos 1960, na França, mais precisamente sobre a escassez de referências bibliográficas que dessem suporte a esse processo, quem melhor situa as contribuições de Choay no período. Referindo-se à bibliografia proposta para a entrada na École des Beaux Arts de Paris, em 1967, ele resume:

> [...] Se confrontarmos [...] [a] demanda de 'Teoria' e de um ensino 'científico' vinda dos estudantes e jovens professores ao conselho [da Escola de Belas Artes] e as orientações bibliográficas anteriormente emitidos pela Direção dos estudos [...] [nesta instituição], a comparação é edificante: a 'Biblioteca d'Admissionista' distribuída, por exemplo, em março de 1967 pela administração da Escola não contém nenhuma obra de ciências humanas. [Ela] alinha uma série de referências cuja maioria foi publicada há mais de dez anos (Giedion, Sfaellos, Zevi), aconselha ainda uma obra de Gramont ('A arte dos jardins', os escritos fundadores de Le Corbusier ('Por uma arquitetura', 'A cidade radiosa' e 'O Modulor'), Ledoux e Paladio, a auto biografia de Wright e um conjunto de referências 'sensoriais' [como] escritos de pintores ou monografias [de artistas] (Klee, Mondrian, Picasso, Van Gogh, Delacroix, etc.).
>
> A imaginação poética de Bachelard [...] ([em] 'A água e os Sonhos', 'O ar e os Sonhos' e especialmente 'A Poética do Espaço'), [bem como] [...] a 'Fenomenologia da Percepção' de Merleau-Ponty são esquecidos. Quanto a 'O homem vive como um poeta' e 'Construa, viva, pense', as duas conferências que Heidegger pronunciou em 1951, só se tornariam célebres junto aos arquitetos anos mais tarde. Não são mensionados nenhum trabalho de Levi-Strauss, nem ao menos de Roland Barthes, nem Henri Lefebvre, que já havia começado a trabalhar sobre a cidade. Os arquitetos ignoram ainda a maior parte dos trabalhos do ISU sobre a habitação operária e obra de Henri Coing, 'Renovação urbana e mudança social', que também aparece, em 1966, em Payot. Neste ano de 1967, Anatole Kopp publica 'Cidade e Revolução' e Roger-Henri Guerrand [publica] 'As origens da habitação social', obras

> conhecidas apenas em pequenos círculos, como também a antologia de textos reunidos por Françoise Choay. Uma antologia que também terá um sucesso considerável porque responde precisamente à necessidade de 'teoria' e referências em um ambiente onde as traduções são quase inexistentes.[7] (VIOLEAU, 2005, p. 123, tradução nossa)

O momento descrito por Violeau (2005) era de grande pressão para reformulação do ensino de arquitetura e declínio de prestígio do próprio ensino de urbanismo. (LILLE, 2005) Tratava-se de uma crise deflagrada, sobretudo, pelo fracasso dos "conjuntos habitacionais" e o esvaziamento dos antigos centros urbanos. Alguns autores, notadamente do círculo próximo a Henri Lefebvre, denunciavam também a falência da própria figura do urbanista.

De fato, nesse período na França, a atuação do urbanista, seja aquele que se interessava pelas cidades a partir dos estudos de arquitetura, seja do urbanismo propriamente dito, encontrava uma teoria balizada pelas proposições dos Congressos Internacioanais de Arquitetura Moderna (CIAM) e de Le Corbusier, que haviam guiado a prática da disciplina de forma quase hegemônica desde a década de 1920, mas que não subsidiavam mais o enfrentamento dos problemas aqui descritos.

Assim, a antologia de Choay, além de situar o percurso de uma tradição em eminente falência e, com isso, mostrar onde residiam seus limites, trazia também experiências passadas e contemporâneas que, distante da França, pareciam instaurar novas formas de construção do espaço. Ou seja, fazia uma espécie de voto à renovação teórica da disciplina, como reclamada pelos alunos e jovens professores à época. (VIOLEAU, 2005, p. 123)

La règle et le modèle, sur la thèorie de l'architecture et de l'urbanisme foi publicado 15 anos após a antologia e sua produção exigiu um fôlego muito maior da autora. Esse livro é o resultado de uma *thèse d'État* defendida no departamento de Letras da Universidade de Nanterre, sob a orientação de Mikel Dufrenne, em 1978. (CHOAY, 1978)

Os resultados parciais da elaboração de *La règle et le modèle* já eram sentidos em pequenos artigos publicados em um periódico de grande circulação, a *Quinzaine Literaire*, entre fins da década de 1960 e começo da década de 1970. No entanto, a questão central de sua tese, a oposição entre duas tradições discursivas de textos instauradores de espaço – a utopia e a tratadística –, aparece claramente enunciada em uma apresentação de um colóquio organizado pelo Institut de l'Environnement, em 1972. (CHOAY, 1974, p. 151-183) Como se pode perceber, tratou-se de um esforço de síntese intelectual construído ao longo de, pelo menos, dez anos.

Em relação ao livro precedente, Choay mantém o interesse pela digressão histórica para pensar o problema da produção dos assentamentos humanos, e ela se mantém fiel também ao estudo dessa prática a partir de sua forma textual. Ainda em relação ao livro precedente, ela reafirma sua hipótese de que o urbanismo, da maneira como está sendo praticado em sua época, é de origem modelar e utópica.

No entanto, uma série de posições é alterada entre um livro e outro. Em *La règle et le modèle*, o arco temporal analisado pela autora recua ao século XVI e não se circunscreve apenas ao urbanismo. Ela se aproxima da literatura e da antropologia e amplia de fato seu objeto de estudo para os discursos instauradores de espaço, nos quais o urbanismo é apresentado apenas como uma de suas modalidades, que toma forma a partir da Revolução Industrial. Assim, sua busca por uma prática de construir cidades longe dos modelos não aparece mais timidamente, pois ela encontra na tradição dos artistas e arquitetos do Renascimento um modo a pensar esse processo de engendramento de formas materiais e imateriais. Ou seja, um modo de instaurar o novo, aquilo que pede atualização ou ainda não pode ser formulado.

Ao apresentar esses dois trabalhos desenvolvidos por Choay, gostaríamos de sublinhar dois aspectos operados pela autora: primeiramente, ela identifica o impasse vivido pelo urbanismo nos anos 1960, uma crise de proposição desencadeada por um modo operativo baseado em modelos. Em seguida, ela propõe uma alternativa para desarmar esse aparente "ciclo vicioso" do pensar por modelos. Apresentando os autores (urbanistas) e suas ideias, Choay explicita que proposições

reagem a situações especificas, são interpretações realizadas por um indivíduo diante de uma questão. Por conseguinte, identifica que, ao se generalizar uma solução ou ao adotar uma solução que se propõe genérica, silenciam-se autores e situações. Esse duplo problema tem como resultado a morte do próprio urbanismo, entendido em seu viés "científico" como ele vinha sendo considerado até então.

Voltando a nossa discussão inicial – os usos da biografia nas narrativas sobre o urbanismo – e contrapondo à operação desencadeada por Choay, pode-se concluir que a escrita biográfica[8] vem acompanhada de uma crítica ao urbanismo que é operado por repetição de modelos; portanto, uma reação a interpretações do urbanismo de modo genérico e a-situado.

Biografias: uma forma de se construir "história de baixo para cima"

Acredita-se, aqui, que o problema que Choay busca enfrentar nas suas publicações de 1965 e 1980 é ainda hoje atual. É curioso notar, por exemplo, que em um recente encontro da International Planning History Society (IPHS), em 2012, a conferência de abertura tenha tido como título "Cities as Planning Models". Mais curioso ainda é observar que essa exposição pouco polemiza o estatuto do modelo enquanto difusor de práticas. Stephen Ward (2012, p. 22-23, tradução nossa) resume sua conferência:

> Ao longo da história do planejamento moderno, uma característica chave tem sido a importância das cidades 'modelo', lugares específicos amplamente admirados por seu perceptível 'bom planejamento'. Elas têm sido cidades que inspiraram e informaram outras, nascidas tanto no mesmo país quanto em outros. Em graus variados, elas estimularam a emulação, o empréstimo seletivo ou parcial e até mesmo a cópia direta de seus admirados recursos de planejamento [...].
> Esta palestra explorará esse fenômeno das cidades como modelos de planejamento. Destacará algumas cidades que planejaram modelos em diferentes momentos e em diferentes regiões do mundo. Também considerará o processo de como eles se tornaram ou estão se tornando modelos. Isto envolverá a análise dos métodos pelos quais o conhecimento e a reputação

> do 'modelo' foram e são disseminados e adquiridos.
> [...]
> Em geral, a palestra identificará uma importante área para os historiadores do planejamento investigarem. Uma área que tenha dimensões tanto específicas quanto genéricas. É também um fenômeno que permanece como uma característica chave e, possivelmente, um recurso de fortalecimento na circulação do conhecimento do planejamento contemporâneo. A palestra não responderá a todas as questões circundantes [ao tema, não será dado um nem] sentido final, [nem um sentido] definitivo [para o termo], mas se pretende abrir novos debates e estimular os historiadores e comentadores do planejamento.[9]

Aqui, a reflexão fomentada nos trabalhos de Choay, em que o pensar por biografias é uma parte constitutiva, desaparece. Nas palavras de Ward, não só o termo "modelo" se desprende de sua historicidade e dos sentidos que ganhou na nossa história recente, como também passa a estar cristalizado nas formas materiais das cidades. Destituindo-as das práticas urbanísticas que as engendraram, dos seus "lugares de enunciação", das situações e motivos que fizeram com que seu(s) autor(es) decidisse(m) por uma solução e não por tantas outras. Afinal, uma Paris, uma Nova York ou um Rio de Janeiro de hoje não são resultados do gesto de um único ator social, muito menos de um gesto realizado em um único ato (tempo).

Desconhecer ou silenciar esses aspectos das produções urbanísticas resulta, portanto, no mesmo problema já enunciado pela autora: empobrecer o urbanismo e o aleijar de sua capacidade de inventar novas práticas, novos futuros e de ser crítico à vida presente. Em outras palavras, impede o urbanismo de ser verdadeiramente histórico.

Assim, diante do problema da difusão de modelos e da alienação dos discursos do urbanismo, pensar por biografias pode ser um convite a uma abordagem que o historiador inglês Edward Palmer Thompson chamou de "história de baixo para cima", ou uma história que refuta as categorias pré-estabelecidas e as análises da longa duração para construir a interpretação histórica a partir da análise dos próprios atores sociais e suas práticas.

Trata-se de uma abordagem já sublinhada em trabalhos como aqueles de Michel de Certeau (1975, 1982) sobre a noção de "operação historiográfica", mas que será certamente mais valorizado com a história cultural realizada por Roger Chartier. Nela, a atenção aos atores sociais e suas práticas ganha uma maior complexidade. Ao se centrar nas noções de "prática" e de "representação", ele incita a construção da narrativa histórica sobre o mundo social entre aquilo que limita a ação dos atores, "suas condições de possibilidade", e os caminhos que eles inventam e/ou por onde eles escapam dos sentidos hegemônicos. (CHARTIER, 2009, p. 11-12)

No entanto, neste ponto, é necessário explicitar ainda outro aspecto do convite expresso pelo pensar por biografias. Trata-se da valorização da curta duração e da profundidade que a análise centrada na trajetória de um único indivíduo pode revelar sobre um tema.

François Dosse (2005), em *Le pari biographique: écrire une vie*, se detém à biografia enquanto gênero narrativo da história, desdobrando as reflexões de Certeau. Para ele, a biografia possibilita uma espécie de jogo entre várias escalas de análise, pois mantém um olhar atento às especificidades dos gestos individuais sem apartar o indivíduo biografado de sua rede de sociabilidade e das suas condicionantes sociais e/ou culturais.

Mais especificamente em relação à "biografia intelectual", Dosse (2005) nos traz ainda mais insumos para se estruturar essa reflexão. Para ele, esse tipo de biografia busca realizar uma leitura transversal entre vida e a produção intelectual. É nesse processo de fricção do relato das experiências vividas pelo biografado com a leitura de sua obra que o historiador formula questões. Ou seja, ele dá forma à "intriga", nas palavras de Paul Ricoeur. Nesse processo, o historiador, ao mesmo tempo, flerta e se afasta dos perigos da "ilusão biográfica", alertada por Pierre Bourdieu, pois ele se esquiva da tarefa inexequível de dar sentido a todos os gestos do percurso de um indivíduo e passa se engajar (apenas) na formulação de hipóteses, na construção de um conjunto especifico de interpretações.

Deve-se mencionar ainda o trabalho recente de Sabina Loriga (2011), *O pequeno X: da biografia à história*. Ao explorar um conjunto de

autores que se estende de Burkardt à Tolstoi, passando por William James, Max Weber, Walter Benjamin e Siegfried Kracauer, a autora resume de maneira elucidativa que a criatividade dos indivíduos não é um princípio absoluto, "ela procede da ação recíproca entre os indivíduos". Ao mesmo tempo, lembra-nos que a sociedade, como totalidade social, não é independente, nem uma estrutura superior aos indivíduos. Ela justamente é uma obra que se estabelece no jogo entre as dimensões individual e coletiva. Além disso, seu livro nos ajuda a lembrar que a história, enquanto narrativa, não precisa uniformizar o passado, visto que ele é mesmo de natureza multiforme e aberta.[10] (LORIGA, 2011, p. 16)

Por fim, pode-se lembrar que a biografia, como uma abordagem para a história do urbanismo, se beneficia dos estudos antropológicos, que entendem que um saber-fazer – o urbanismo é um saber-fazer – é produto de culturas. Nessa condição, o urbanismo é estabelecido a partir do conjunto de práticas individuais que, no jogo do cotidiano, são coletivizadas e ressignificadas. Isso nos permite afirmar que a produção de um urbanista é, ao mesmo tempo, fragmento de um percurso pessoal, mas também sintoma de mudanças no próprio campo epistemológico e produtora de sua reformulação.

Biografias: para atravessar fronteiras e ativar o passado

Dois importantes seminários realizados no Brasil, o SHCU e o SUUB, separados 20 anos no tempo, nos ajudaram a mapear como a escrita da história do urbanismo vem se delineando e como, apesar do aumento de interesse pela escrita biográfica hoje, ela não significa a preponderância deste gênero sobre os demais.

A comparação dos artigos desses dois seminários nos possibilitou perceber que a escrita da história parece uma sucessão de pranchas de arquitetura, na qual diferentes escalas são manipuladas para construir a obra. O autor-arquiteto, para compor o texto-projeto, precisa ora se aproximar, ora se afastar de seu objeto de estudo, para obter dele diferentes pontos de vista; ou seja, para interpretá-lo.

No entanto, mesmo sabendo disso, coube ainda pergunta: por que insistir em tomar em consideração os aspectos fugazes da existência, a curta-duração, ou a vida de um único indivíduo? Por que escrever um "pensar por biografias"?

Ao longo do presente artigo, buscou-se demonstrar como trabalhos de historiadores como Dosse e Loriga apresentam com clareza os sentidos que a escrita biográfica têm adquirido na contemporaneidade. No entanto, visou-se enfatizar também como, no urbanismo, os trabalhos de Françoise Choay trouxeram contribuições para a questão. Neles, as biografias são um recurso importante não só para revelar diferentes culturas urbanísticas, como também para desconstruir uma historiografia e uma prática profissional pautadas por modelos. Ou seja, desconstruir os *a priori* que parecem assombrar a vivacidade do urbanismo desde os anos 1960.

Assim, a ênfase dada ao "pensar por biografias" aqui procura apresentar a importância de se narrar urbanismo de modo situado e atento aos diferentes sentidos que esse saber-fazer pode ter para indivíduos e suas culturas. Portanto, ela procura romper modelos, atravessar fronteiras e ativar o passado.

NOTAS

1 Agradecimentos: este trabalho se beneficia diretamente dos debates promovidos pelos ciclos de historiografia do Laboratório de Estudos Urbanos do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), especialmente ao diálogo com os colegas de laboratório Mário Magalhães e Daniela Ortiz dos Santos. Agradecemos também pelas contribuições e críticas de Guilherme Meirelles e Marcela Giraldo, colegas de doutorado no PROURB/FAU/UFRJ, e a revisão realizada pela professora doutora Margareth da Silva Pereira, nossa orientadora de doutorado.

2 Pode parecer curioso, mas esta edição do SHCU dedica-se realmente a discutir o objeto da "história urbana" e não da "história do urbanismo", que dá nome ao próprio seminário.

3 Vale ressaltar que não estamos apontando para a necessidade de pensar o urbanismo como um saber "de especialistas" ou de um "ramo profissional". Como já apontamos de início, entende-se o urbanismo como uma cultura que interroga, interpreta e projeta as diferentes dimensões da vida em cidades. Contudo, o aspecto que se salienta é o silenciamento de sua especificidade.

4 A noção de "temporalidades" vem sofrendo diferentes leituras ao longo dos últimos 50 anos. Em "Gestos urbanos: pensar o tempo", Margareth Pereira (2017) realizou um balanço historiográfico aprofundado sobre o tema, que aqui aparece apenas de maneira tópica.

5 "Aujourd'hui, l'on assiste à um renversement spectaculair. Ce qui était handicap hier. Devient raison même du succès, soit ce caractere transversal. La biographie populaire est plus exigeante d'un véritable savoir contrôlé et les historiens savants sont plus attentifs aux ondes individuées de leur discipline. Il en resulte un rapprochement entre histoire et biographie au point que ceux-là mêmes qui se sont fait les dénonciateurs, à la suíte de Pierre Bourdieu, de 'l'illusion biographique' comme les tenants de l'ecole des Annales se sont fait les auteurs d'imposantes et remarquables biographies comme celle de Saint Louis publiées par Jacques Le Goff en 1996. À la faveur du tournant pragmatique et hermeneutique de la discipline historique, la biographie a fait retour em tant qu'objet de l'histoire savante s'interrogeant sur l'action humaine dotée de sens, l'intentionnalité, la justification des acteurs, les traces mémorielles".

6 Tradução nossa para "history from below".

7 "[...] Si l'on confronte [...] [la] demande de 'Theorie' et d'un enseignement 'scientifique' émanant des étudiants et des jeunes enseignants aux conseils et orientations bibliographiques auparavants délivrés par la Direction des études aux Beaux-Arts, la comparaison est édifiant : la 'Bibliothèque de l'admissioniste' distribuée, par exemple, em mars 1967 par l'administration de l'École ne contient aucun ouvrage en sciences humaines, aligne une suite de références parues pour la plupart depuis plus de 10 ans (Giedion, Sfaellos, Zevi), conseille encore un ouvrage de Gramont (L'art des jardins), les écrits fondateurs de Le Corbusier (Vers une architecture, La ville radieuse et Le Modulor), Ledoux et Palladio, l'autobiographie de Wright, et une kyrelle de références 'sensibles', des écrits de peintres ou de monographies (Klee, Mondrian, Picasso, Van Gogh, Delacroix...). L'imagination poétique de Bachelard et tout un pan du travail du philosophe (L'Eau et les rêves, L'Air et les Songes, et surtout La Poétique de l'espace) ainsi que la Phénoménologie de la perception de Merleau-Ponty sont oubliés. Quand à 'L'Homme habite en poète'et 'Bâtir, habiter, penser', le deux conférences qu'Heidegger prononça en 1951, elle ne seront célèbres chez les architectes que bien plus tard. On ne mentionne aucun ouvrage de Lévi-Strauss, encore moin de Roland Barthes, ni d'Henri Lefebvre qui a pourtant déjà commencé à travailler sur la ville. Les architectes ignorent encore pour la plupart les travaux de l'ISU sur l'habitat pavillonnaire. L'ouvrage d'Henri Coing, 'Renovation urbaine et changement social', qui paraît lui aussi en 1966 chez Payot. En cette année 1967, Anatole Kopp publie 'Ville et Revolution' et Roger-Henri Guerrand, 'Les origines du Logement Social', ouvrages qui ne sont alors connus que de petits circles, tout comme l'anthologie de textes ressemblés par Françoise Choay. Une anthologie qui devra aussi son succès considerable au fait qu'elle répond précisement au besoin de 'théorie'et de références d'un milieu où les traductions sont quasiment inexistentes".

8 É importante ressaltar que Françoise Choay não é uma biógrafa propriamente dita. Marcada pelo estruturalismo dos anos 1960, em seus trabalhos, muitas vezes, desencorajou os estudos biográficos. No entanto, sua prática narrativa afirma uma atenção aos atores e seus discursos, aspecto que posteriormente seria reconhecido como "biografias intelectuais". É justamente esse último aspecto que nos interessa aqui.

9 "Throughout modern planning history, a key feature has been the importance of 'model' cities, specific places widely admired for their perceived 'good planning'. They have been the cities that have inspired and informed others, both in the same country and in others. In varying degrees, they have stimulated emulation, selective or partial borrowing, even direct copying of their admired planning features [...].
This lecture will explore this phenomenon of cities as planning models. It will highlight some cities which have been planning models at different times

and in different world regions. It will also consider the process of how they became or are becoming models. This will involve examining the methods by which the knowledge and reputation of the 'model' has been and are disseminated and acquired [...].
Overall the lecture will identify an important area for planning historians to investigate, one that has both specific and generic dimensions. It is also a phenomenon that remains also a key and, arguably, a strengthening feature in the circulation of contemporary planning knowledge. The lecture will not answer all the surrounding questions in any final or definitive sense but it aims to open up new debates and stimulate historians of and commentators on planning".

10 Os aspectos que Loriga sintetizou recentemente de maneira elucidativa são os mesmos que estão na estruturação base do projeto *Cronologia do Pensamento Urbanístico* (http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/) e do conceito de nebulosas de Pereira (2007) e Topalov (1999), desenvolvidos ambos há longa data.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO. XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Carlos, 2016. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/shcu2016/?page_id=2>. Acesso em: 29 out. 2017.

APRESENTAÇÃO: Informe I. I Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://trajetorias-urbanistas.blogspot.com.br/2011/12/apresentacao-do-seminario-informe-i.html?view=sidebar>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. (Org.). *Cidades & historia*: modernizacao das cidades brasileiras nos seculos XIX E XX. 1. ed. Salvador: UFBA, 1992. p. 11-26. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/29>. Acesso em: 21 set. 2014.

CALABI, D. *Marcel Poëte et le Paris des années vingt*: aux origines de “l’histoire des villes”. Paris: L’Harmattan, 1997.

CERTEAU, M. *L’écriture de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

CERTEAU, M. L’opération historique. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). *Faire de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1974. p. 3-41.

CHARTIER, R. *Au bord de la falaise*: l’histoire entre certitudes et inquietudes. Paris: Albin Michel, 2009.

CHOAY, F. *La cité du désir et la ville modèle*: essai sur l’instauration textuelle de la ville. 1978. Thèse (Doctorat en Philosophie) – Université de Paris X, Paris, 1978.

CHOAY, F. *L’urbanisme, utopies et réalités*: une anthologie. Paris: Seuil, 1965.

CHOAY, F. *Notes Preliminaires a une semiologie du discours sur la ville*. Notes metodologiques en architecture et en urbanisme (3/4). Centre de Mathématiques, Méthodologie, Informatique; Institut de l’Environnement, janv. 1974. p. 151-183.

CHOAY, F. *La règle et le modèle*: sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme. Paris: Seuil, 1980.

DE LILLE, L. C.; BUSQUET, G.; CARRIOU, C. *Un ancien institut...* Créteil: Paris XII/IUP, 2005.

DOSSE, F. Biographie, prosopographie. In: DELACROIX, C. et al. *Historiographies, I*: Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010. p. 79-85.

DOSSE, F. *Le pari biographique*: Écrire une vie. Paris: La Découverte, 2005.

FARIA, R. O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira: percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina. *Risco*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 6-14, 2016.

FARIA, R.; CERASOLI, J. Editorial: urbanistas e urbanismo no Brasil. *Urbana*, Campinas, v. 5, n. 7, p. 1-4, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/issue/view/304/showToc>. Acesso em: 14 out. 2017.

GUINZBURG, C. et al. *A micro-história e outros ensaios*. Viseu: Tipografia Guerra, 1991. (Original de 1989).

HOBSBAWN, E. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-232. (Original de capítulo em 1985 e do livro 1997).

LEPETIT, B. Sobre a escala na história. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77-102. (Original de 1996).

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-182. (Original de 1989).

LORIGA, S. *O pequeno X*: da biografia à história. Belo Horizonte: autentica, 2011.

PEREIRA, M. Las Nebulosas In: URQUIZO, W. L. *Enfoques historiográficos conteporáneos*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Faculdad de Artes, 2007. (Documentos de historia y teoria, 16).

PEREIRA, M. Inocência e reflexividade: ou notas sobre as construções narrativas da história da arquitetura e do urbanismo. In: BERENSTEIN, P.; BRITO, F. (Org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*: memória, narração e história. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 17-46. VI. Memória narração história. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/pronem/ColecaoTomoIV.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PEREIRA, M. Gestos Urbanos: pensar o tempo. In: BRITO, F.; BERENSTEIN, P. (Org.). *Corpocidade*: gestos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 150-171. Disponível em: <https://issuu.com/laboratoriourbano/docs/000>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PORTELLI, A. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. *Historia y Fuente Oral*, Barcelona, n. 1, p. 5-32, 1989.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROLNIK, R. História urbana: história na cidade? In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 1993, São Paulo. *Anais*... São Paulo: [s.n.], 1993. v. 2, p. 27-29. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/29>. Acesso em: 21 set. 2014.

SANTOS, M. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DAS CIDADES E DO URBANISMO, 1993, São Paulo. *Anais*... São Paulo: [s.n.], 1993. v. 2, p. 242-243. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/29>. Acesso em: 21 set. 2014.

TOPALOV, C. *La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France*, 1880-1914. Paris: Éd. de l'EHESS, 1999.

THOMPSON, E. P. History from Below. *Times Literary Supplement*, London, p. 279-280, Apr. 1966.

VIOLEAU, J.-L. *Les architectes et Mai 68*. Paris: Éditions Recherches, 2005.

WARD, S. V. Cities as Planning Models. In: 15TH IPHS Conference: cities, nations & regions in planning history, São Paulo, Brazil, 15-18 july 2012: book of abstracts. [S.l.: s.n.], 2012. p. 22-23.

P E N S A R P O R

CON
ST ELA
ÇÕE S

PENSAR POR CONSTELAÇÕES

—

RITA VELLOSO

> O que está fora de mim está justamente em mim, é meu – e inversamente'
> (Novalis, Encyclopédie)
>
> O próprio da escrita é, a cada frase, parar para recomeçar. (BENJAMIN, 2011, p. 15)

Hipótese

O termo "constelação" emerge numa acepção epistemológico-crítica na filosofia de Walter Benjamin (1892-1940) e ocupa um lugar importante em sua obra, seja na primeira fase de seus escritos, com o texto "Questões introdutórias de crítica do conhecimento", que abre a *Origem do drama trágico alemão*, publicado originalmente em 1925, sua tese de livre docência, seja nos textos finais, as notas para o *Passagen-Werk* (1927-1940) e as *Teses sobre a história* (1940).

Por "constelação", Benjamin designava a relação entre os componentes – as estrelas – de um conjunto – as linhas imaginárias que desenham um agrupamento constelar –, relação essa que se define não apenas pela proximidade entre as estrelas, mas também pela possibilidade de significado que o conjunto adquire, o sentido que lhe pode ser atribuído.

A constelação é uma imagem na qual cada estrela, um singular, marca um extremo de linha que a liga a outra estrela, outro extremo singular. Nesse traçado de linhas imaginárias que delimita uma forma, uma configuração, não há um centro – com o que, tem-se, no centro da constelação sempre está o vazio. Essa imagem benjaminiana é bastante profícua quando se trata de imaginar um caminho ou a construção mesma do pensamento – o que faz Benjamin no seu prólogo ao *Drama trágico* é apresentar um programa para a própria escrita.

Para o filósofo alemão, as ideias se relacionam com as coisas assim como as constelações se relacionam com as estrelas. As constelações são ferramentas de um método. Coisas são o análogo das estrelas, e coisas são fenômenos particulares. Como tais, Benjamin precisa inserir esses particulares numa classificação. Assim, o filósofo se vale dos conceitos. Para classificar os fenômenos, conceitos são mediadores. Conceitos concretizam ideias, posto que são suas representações, são operadores do conhecimento e função do entendimento.[1]

No esforço da construção de um pensamento sobre o urbano com Walter Benjamin, muito embora não exclusivamente com ele, é necessário a meu argumento a estratégia benjaminiana segundo a qual os conceitos são construídos a partir dos extremos dos fenômenos – agrupando-nos para traçar distinções – a partir de suas diferenças, e não desde as homogeneidades.

Logo, para ver e falar sobre o urbano, devo colocar sob a lente não apenas a forma da cidade, sua ordenação física e seus desdobramentos materiais num determinado território – ou ainda os planos para seu desenvolvimento –, mas também aquilo que historicamente excedeu sua forma, seja enquanto crescimento desordenado, suas franjas e periferias, contrariando a ordem do desenho e do planejamento, como, ao mesmo tempo, a ação de seus habitantes, os conflitos, reivindicações, suas demandas por espaço, suas formas de vida.

Quando se trata de escrever sobre a espessura histórica de uma cidade ou de uma proposição urbanística, a constelação é uma *estratégia de pensamento* de grande valia: permite pensar por extremos, desde os

fragmentos, enfrentando a descontinuidade ou o vazio como algo incontornável no esforço do conceito.

A meu ver, a *constelação do urbano* e o método que lhe corresponde podem ser estudados, paradigmaticamente, em relação a algumas áreas de pensamento – filosofias da história e da linguagem –, a gêneros filosóficos e literários privilegiados por Benjamin – ensaio *versus* tratado, fragmento e citação, comentário e crítica – e a objetos urbanos específicos – dentre os quais estão a passagem, os monumentos, as barricadas – compreendidos como teoria. Em carta a Buber, em fevereiro de 1927, Benjamin afirma que deseja apresentar a cidade "sob o fato de que nela, 'todo fato já é teoria', e bastendo-se de qualquer abstração dedutiva, de todo prognóstico e, dentro de certos limites, de todo julgamento também". (ROCHLITZ, 2003, p. 176)

Considerado o método de Benjamin no que diz respeito ao urbano, constata-se rapidamente que o problema da historicidade ocupa ali um lugar central. Segundo Molder (2010), a filosofia benjaminiana da história reposiciona a questão da origem: ao colocar a origem como um momento ou um instante originário, que se dá no fluxo da experiência atual para iluminar o passado e reciprocamente o presente, a origem é um fenômeno, aquele originário da história.

O conceito de origem ressurge na análise da forma-vida denominada "cidade". Se a origem é sempre histórica, pois se dá num momento específico, num contexto determinado, aqui me interessa refletir, a partir de Walter Benjamin, sobre um objeto específico – um conjunto de acontecimentos na história das cidades a que denomino "arquiteturas da insurreição", designando o conjunto das lutas urbanas insurreicionais, acontecimentos esses que são parte componente da constelação do urbano na filosofia benjaminiana.

Trata-se de pensar uma escrita urbana por meio da narrativa "a contrapelo" de sua história, isto é, a narrativa das lutas urbanas segundo a constelação que as configura, quais sejam, num extremo a sua espacialidade (seus territórios e escalas) e, no outro extremo, os sujeitos que se empenham em lutar – sua linguagem, sua práxis comunicativa, sua organização em coletividades.

Teoria urbana

Mas, de que urbano é possível falar, desde a matriz do pensamento constelar de Benjamin?

"Cidades são campos de batalha" (BENJAMIN, 2001, p. 165), ele escreveu ao comentar O *livro de leitura para habitantes de cidades*, de Brecht. Naquele "oceano de casas", onde homens e mulheres citadinos experienciam múltiplas e contínuas interações sociais, dá-se o epicentro do conflito social que surge da tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico. Uma cidade, não obstante ser o lugar da luta (individual e coletiva) pela existência e da disputa entre classes sociais, exige que os indivíduos adaptem seus atos e suas disposições de espírito à sucessão de encontros casuais, habituais ou fortuitos. Viver num ambiente urbano implica a capacidade humana de construir laços, reconfigurar relações sociais e lidar com objetos e coisas em meio à vida cotidiana.

As diferenças entre grupos, entre indivíduos ou comunidades são reconhecidas e postas à prova continuadamente na cidade. As relações sociais se realizam, concretamente, na forma das relações espaciais, denotando o que se deve nomear por política do espaço. No uso da cidade por seus habitantes, isto é, na experiência da arquitetura urbana desempenhada por homens e mulheres na frequentação dos edifícios, colocam-se as possibilidades de negociação e o partilhamento de interesses comuns, privados e coletivos. Ocorre que, sendo da ordem do político, o espaço urbano é, por natureza, objeto de estratégias. Além disso, desde o início do século XX, o território de uma grande cidade tornou-se objeto de um planejamento referido à lógica do desenvolvimento econômico.

Isso implica que a vida urbana, para realizar-se plenamente, precisa desafiar, sucessiva e cotidianamente, a predominância de uma lógica que é da mercadoria. No cotidiano é que se dão os movimentos, as construções e as transformações na forma urbana: à vida cotidiana deve ser atribuída tanto uma ação – pelo que se torna necessário perguntar pelo(s) sujeito(s) que a desempenha(m) – quanto uma concepção de posição: quando a experiência da arquitetura urbana

desempenha-se no cotidiano como lugar de resistência e transformação, é a partir desse lugar que se pode criticar o arranjo capitalista que submete todas as esferas da vida, que se pode erigir o protesto contra a passividade que é inerente ao avanço tecnológico sobre as estruturas da vida cotidiana.

Ao urbanismo coube, desde o momento de sua constituição como disciplina, a ordenação física do ambiente material, e a ele foi dado exercer determinada forma de controle cujo desempenho configura parte fundamental na arquitetura do poder espetacular.[2] O urbanismo sempre foi uma estratégia de poder na sociedade denominada do espetáculo. Desde o segundo pós-guerra, com a reorganização das forças geopolíticas no Ocidente, no capitalismo ocidental tanto quanto nas experiências socialistas, a cidade tem se tornado parte do espetáculo em suas mais reconhecidas formas.

Uma proposição urbanística, em sua essência, é decisão sempre autoritária, afirmada para planejar o lugar como território da abstração. É força técnica da economia capitalista e salvaguarda do poder de classe, no cerne da pretensão capitalista de "colonizar o espaço", isto é, desenhar seu cenário na totalidade. Com os habitantes dispersos no espaço, suas mentes tomadas por preocupação em sobreviver minimamente, vivendo imersos em apatia, a cidade concebida no ideário funcionalista implica isolamento e integração na produção e no consumo aliado ao controle: ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina, afinal, com a supressão da rua.

A cidade moderna, originariamente, decorreu dos processos de industrialização vigentes desde o século XVIII; por isso, chamamos de metrópole aquele território dominado pela técnica, no qual o capital se movimenta em meio a contradições.

Conforme afirmei acima, para Benjamin, "origem" é uma categoria histórica, e não uma categoria lógica – é um determinado passado que revela o presente a si mesmo. De tal forma que uma investigação começa quando o pesquisador demonstra que o fato que ele investiga possa revelar-se como um fenômeno de origem, algo autêntico – aquilo que se chama de selo de origem dos fenômenos, e sua descoberta será

aquilo que traz à luz esse fenômeno –, seja através de experiências ou manifestações da consciência, possibilitando, contudo, o reconhecimento dos fenômenos que se relacionam em certas investigações. (BENJAMIN, 2011, p. 35)

> a origem, mesmo sendo uma categoria histórica, não tem nada a ver com a gênese das coisas. A origem não designa o devir do que é nascido, mas aquilo que está nascendo no devir e no declínio. A origem é um turbilhão no fluxo do devir... em cada fenômeno de origem define-se a figura na qual uma idéia não cessa de cronfontar-se no mundo histórico até que ela se torne, se encontre incluída na totalidade de sua história. Em consequência, a origem não emerge de fatos constatados, mas ela toca sua pré e pós história. (BENJAMIN, 2011, p. 44)

Portadora das ideias de racionalização, a moderna arquitetura da cidade é a projeção, num território, das relações referentes à produção e ao consumo das coisas, com a consequente constituição de lugares diferenciados pelas funções que neles se exercem. A cidade é o meio em que o capital descobre o trabalho humano como riqueza. Henri Lefebvre (1999a, p. 86) observa que a cidade é o sujeito ao qual Marx imputa a dissolução do modo feudal e a transição para o capitalismo:

> Como a terra em que se apóia, a cidade é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante [...]. A cidade veicula as mudanças da produção, fornecendo, ao mesmo tempo o receptáculo e a condição, o lugar e o meio. [...] A cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais.

A essência do processo de urbanização decorrente da industrialização é o espaço tornado mercadoria, e o solo parcelado é a substância da cidade que nasceu com a Revolução Industrial. Desde então, os processos urbanos são capazes de contar a história do capitalismo, pois a cidade é fenômeno de interação entre as relações de produção e forças produtivas, constituindo-se lugar da aglomeração das forças produtivas construídas pelo trabalho empregado no curso do processo de circulação do capital. Por todos os lugares de uma cidade,

evidenciam-se as relações materiais entre pessoas, assim como são inumeráveis, num ambiente urbano, os modos como relações sociais tornam-se relações coisificadas.

As relações sociais em torno da propriedade da terra e do solo, mais exatamente aquela relação social estreitamente ligada às forças de produção que impõe uma forma ao solo e à terra, podem ser consideradas parte da base econômica. Convertido em mercadoria, o espaço é produzido no interior de uma estratégia cujo fim é a acumulação de capital. Desse modo, o urbanismo é, essencialmente, uma ferramenta de transformação física na sociedade de consumo e resume-se a atuar como instrumento da regulamentação e administração do espaço construído.

A cidade moderna – à semelhança do Estado moderno e das instituições que o compõem – exigiu um espaço que pudesse ser organizado segundo suas próprias exigências econômicas, o que significou determinar a configuração daquele. Configuração resultante dessa dupla demanda (instituições e forças produtivas), o espaço da cidade tornou-se tanto um produto para ser usado e consumido como também um meio de produção. Mas se é verdade que a grande cidade é cumulativa de todos os conteúdos da vida prática – na simultaneidade que os caracteriza –, é também verdade que o mundo urbano dá-se num espaço a tal ponto dominado pela técnica que se arrisca, permanentemente, a não ser apropriado por seus habitantes, pois é sempre espaço na iminência de ser destituído da produção de relações livres de determinismos e constrangimentos.

O urbanismo moderno tomava a cidade-mercadoria como forma, isto é, objeto "definido e definitivo". Operando para ocultar e para dissimular a estratégia capitalista "sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica", o urbanismo

> [...] oscila entre a representação de um vazio, quase geométrico, tão somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias. (LEFEBVRE, 1999b, p. 141)

A primazia do plano, princípio ordenador da arquitetura urbana da primeira metade do século XX, impunha-se como solução teórica; contudo, mascarava as contradições internas do espaço e concorreu para o predomínio de uma lógica da visualidade como elemento estruturador da cidade. O que os pensadores do urbanismo moderno oferecem é um espaço vazio, pretensamente neutro e apto a receber conteúdos fragmentados, configurando um ambiente em que objetos, pessoas e modos de vida pudessem ser simplesmente introduzidos. Ora, a neutralidade, uma ideologia em ação, é uma falsa hipótese. A teoria arquitetônica que pretendeu desenhar a cidade como sistema se serviu dos mesmos mecanismos do capitalismo que forjou, na modernidade, a sociedade burocrática de consumo dirigido.

A cidade moderna evoluiu suportada pela compreensão errônea de que seu espaço pudesse ser percebido na geometria abstrata de um plano, que separava e segregava funções. (LEFEBVRE, 1984) Um plano urbanístico pretende produzir lugares neutros, mas é sempre uma versão política impositiva de um modo de vida. Tudo se passava na cidade do funcionalismo, como se o espaço pudesse,

> [...] de um modo mais ou menos harmônico, 'organizar' seus principais fatores: planos e unidades modulares, a composição e a densidade de ocupação, elementos morfológicos (ou formais) versus elementos funcionais. [...] O discurso dominante sobre o espaço – descrevendo o que é visto por olhos afetados por defeitos congênitos muito mais sérios que miopia ou astigmatismo – rouba a realidade do significado, vestindo-o um uniforme ideológico que não aparece como tal, mas ao contrário, dá a impressão de ser não-ideológico (ou então de estar 'além da ideologia'). (LEFEBVRE, 1999b, p. 317)

A cidade funcional explicitava a segregação no zoneamento,[3] o qual é responsável precisamente pela fragmentação sob uma unidade frágil chamada tecido urbano, de um espaço tornado abstrato, repressivo em essência e *par excellence*. Fruto de uma racionalidade homogeneizante, que toma por suposto a existência de um grau zero do espaço, desde sempre definido pela tendência a neutralizar contradições e diferença da vida social, o zoneamento segrega por meio da localização, da

imposição de hierarquia, enfatizando a produção e apropriação do espaço na cidade e seu entorno, privilegiando as exigências funcionais da indústria. A rigor, tratava-se de reproduzir a lógica da divisão técnica do trabalho na unidade fabril na organização socioespacial da cidade, pensando o espaço da reprodução social coletiva como extensão do espaço da produção e condicionando sua apropriação social ao funcionalismo produtivista da indústria e à lógica do mercado de terras e edifícios, privatizando e despolitizando assim a cidade e o espaço de vida.

Ao se fazer a crítica do urbanismo funcionalista, na matriz racionalista em que se figurou na primeira metade do século XX, é preciso recolocar em pauta a relação cidade-política – e é dela exatamente que Benjamin nos falava em sua estratégia-método de pensar por fragmentos em outras filosofias, de antes e coetâneas a ele. Senão, vejamos.

Constelação do urbano

Foi por um fragmento escrito em 1920-1921, em que se lia sobre a urgência da "troca de uma visão histórica do passado por uma visão política", que Walter Benjamin começou a se ocupar da cidade. A culminacão dessa tarefa, para o autor, se daria na concepção da imagem urbana como montagem de tempos heterogêneos, já em 1929, no texto sobre o Surrealismo, e finalmente nas teses sobre a história, texto que datamos de 1940.

Para Benjamin, foi imperativa a tarefa de revelar a tradição que está no avesso dos discursos oficiais, pois é dessa revelação que se depreenderão o sentido e a consciência histórica para a humanidade. Há nessa ideia benjaminiana uma exigência de ruptura – a ruptura que desobscurece momentos escondidos, momentos decisivos que ficaram à sombra no curso do tempo. São momentos de interrupação libertadora do curso, para Benjamin, catastrófico, do curso das coisas. Se Benjamin recobra uma tradição, ela está oculta, oprimida, sempre ameaçada. É assim que o filósofo reivindica a visibilidade das revoltas descontínuas, de pronto recalcadas e esquecidas, difíceis de descobrir, mas vitais para o futuro da liberdade humana.

Se viveu um tanto fascinado pela história em ruínas da capital do século XIX, Benjamin não a registrou somente por meio das lentes do materalismo histórico. É possível afirmar que, para sua escrita sobre Paris e tantas outras cidades, convergiu também o conceito de crítica vigente no Romantismo alemão sobre o qual se debruçara na tese de doutoramento.[4] Ao pensar a cidade, o autor a considera – no escopo de sua teoria do conhecimento – um médium-de-reflexão. Objeto de sua filosofia quando dava início a uma abordagem materialista histórica da experiência estética, a cidade é ali analisada segundo estratégias de percepção, não de sua produção. Para tal, o filósofo mobiliza, no arranjo constelar, os conceitos de fantasmagoria, iluminacão profana, imagem dialética, ruptura.

Para o filósofo alemão, tratava-se, ao pensar a cidade, de *pensar por imagens*. Em outros termos, de construir o pensamento sobre a vida urbana a partir da visibilidade, isto é, pelo que dão a ver vestígios, cicatrizes, superposições, incompletudes, frestas. O que ganha relevo ao ler o pensamento-imagem-cidade benjaminiano é sua dupla fundação. Por um lado, fantasmagoria – a imagem que sobrevive no presente a nos dizer o futuro do pretérito de um lugar – e, por outro, fragmento – o que se nos deixa ver nos muitos tempos e idades de uma cidade.

Para Benjamin, há, como sabemos, uma dialética das imagens sem a qual a experiência do visível perderia sua força crítica, sua potência materialista. Nosso argumento, aqui, é que, ao tratar da experiência do visível, Benjamin confere a essa um novo estatuto, em que a imagem, fragmento e fantasma, é uma instância do pensamento que revoga a pretensão de sistema, remetendo ao inconcluso e informe do cotidiano como fonte e possibilidade de crítica, filosofia e poesia. Benjamin associou conhecimento a imagens dialéticas, ou seja, à presença de imagens relativas a diferentes experiências históricas presentes num mesmo momento, numa mesma constelação. A percepção destas imagens é possível porque elas não têm como origem o mesmo momento histórico; elas apenas se expressam em um mesmo momento histórico.

Para desdobrar os passos desse raciocínio, é preciso olhar para o que Benjamin olhou, colocando em movimento tanto nosso tempo

presente, como também a própria estratégia dialética (benjaminiana), na qual o presente é o tempo em que se realiza a iluminação profana que permite conhecer, que é condição do despertar.

A cidade-imagem benjaminiana é um tecido de cicatrizes e, como tal, fragmentos-fantasmas de tempos outros. É que a cidade, tal como a concebeu o filósofo alemão, é o lócus por excelência da "montagem de tempos" que se oferece à experiência, não apenas história objetificada. A imagem-cidade é um lampejo, um reflexo de luz que fulgura sobre as malhas da urbanidade para torcê-la, esgarçar seu tecido, instabilizar topografias, monumentos, edifícios, mercadorias, corpos, vazios, terrenos baldios. A imagem que Benjamin quer revelar está no avesso: há, ali em seu texto, uma exigência de ruptura, exigência de desobscurecer momentos que restaram escondidos e que ele entende como sendo decisivos.

Ao prospectar essa relacão imagem-cidade-montagem de tempos históricos, tem-se a importância central da imagem-fragmento na teoria benjaminiana; contudo, para compreender esse espaço imagético que é o núcleo da sua filosofia, foi preciso que nos debrussássemos sobre a concepção de fragmento de que fala o filósofo.[5] Há, em Benjamin, segundo afirma João Barrento (2010), "o paradigma do fragmento". Quando Benjamin reivindica uma tradição, ela está oculta, foi reprimida e somente pode retornar em tais momentos de "interrupção libertadora do curso das coisas". É desse modo que ele pode reivindicar a visibilidade das revoltas descontínuas, recalcadas ou esquecidas, mas necessárias ao futuro da vida livre nas cidades – foi isso o que valorizou no Surrealismo:

> ele foi o primeiro a encontrar as energias revolucionárias que aparecem no 'antiquado', nas primeiras construções de ferro, nas primeiras usinas, nas fotos mais antigas, nos objetos que começam a morrer, nos pianos de salão, nos vestidos de mais de cinco anos, nos lugares de reunião mundana quando eles começam a passar de moda. A relação desses objetos com a revolução, eis o que nossos autores compreenderam melhor do que ninguém [...] Eles fazem explodir as poderosas forças atmosféricas que esses objetos encobrem.

O fragmento retoma, como expressão máxima de escrita e apresentação do pensamento, uma tarefa infinita que tende do individual ao universal, da forma de exposição à forma absoluta. O fragmento em seu "inacabamento essencial" (LACOUE-LABARTHE; NANCY, 2004, p. 4) faz-se "motor da busca incessante do sentido". (BARRENTO, 2010, p. 67) Em sua forma breve e transitória, crítica e ironia produzem o limiar entre filosofia e poesia. Pois, como escreveu Schlegel, citado por Benjamin (1993, p. 52): "A filosofia começa pelo meio [...]".[6] A possibilidade de pôr em obra que a crítica romântica propõe e a poética aberta do fragmento tornam-se armas de combate.

A modernidade urbana europeia, desde os anos de 1750, marcada por grandes transformações sociais e perceptivas, tornou a questão da crítica e do conhecimento mais complexa.

> Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos encontrou-se desabrigada, numa paisagem que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e, debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões destruidoras, o frágil corpo humano. (BENJAMIN, 2012, p. 214)

Ao falar de sua atualidade, por meio da barbárie da guerra de 1914, bem como do que dela advém – pobreza, inflação, violência –, Benjamin expressava e radicalizava o sentimento moderno de exílio em seu próprio tempo, homogêneo e vazio, no qual se perdia progressivamente a capacidade de produzir experiências partilháveis, a capacidade real de comunicação numa sociedade que se esgarçava.

Para estudar as transformações da Paris capital, capturado pela poesia de Charles Baudelaire, Benjamin se debruça sobre o tema dos limites do conhecimento histórico, dessa vez escrevendo no exílio, durante o domínio nazista em seu país de origem. Nas *Passagens*, numa tentativa de compreender a mentalidade e a cultura oitocentistas, retoma determinadas afirmações do prefácio do *Drama trágico alemão*, dessa feita com algumas nuances. No início das notas do "Caderno N",[7] modula a ideia de conhecimento como "haver" ao afirmar que: "o conhecimento existe apenas em lampejos" e "texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo". Na segunda anotação, retoma a ideia do método

como caminho indireto: "o que são desvios para os outros, são dados que determinam a minha rota". (BENJAMIN, 2007, p. 499)

Além disso, o autor define a tarefa do projeto como uma aprendizagem por imagens históricas a fim de compreender as forças históricas atuantes, a consciência e a inconsciência das classes sociais, as contradições da modernidade ela mesma, para "[...] educar em nós o médium criador de imagens para um olhar estereoscópico e dimensional para a profundidade das sombras históricas". (BENJAMIN, 2007, p. 500)

Esse aprendizado com imagens torna-se crítico à medida que se exercita um método designado por Benjamin como "montagem literária", na qual se pode valer das imagens que ressoam nos textos, mas também nos edifícios, não aquelas valiosas e espirituosas, e sim os farrapos e resíduos, fazendo-lhes justiça. Desse modo, ao citar essas imagens-farrapos recolhidas no plano da experiência histórica, pretende produzir um desvio na própria legibilidade do mundo.

A montagem literária é a estratégia de escrita de uma história das imagens arruinadas. Benjamim pretende, assim, afastar-se da historiografia burguesa, linear, científica e causal, pautada na ideia de progresso, para aproximar-se de outra forma de escrita da história, a que conte a história dos vencidos, das coisas ínfimas que pereceram e perderam o valor no fluxo do tempo. Este modo de contar passa, fundamentalmente, por seu modo de apresentação na montagem, que se alia às composições artísticas das vanguardas, à lógica fragmentária do mosaico, como da arte da citação sem aspas e, sobretudo, como compromisso de atualização da história. Este movimento acontece erguendo "grandes construções através de elementos recortados com clareza e precisão [...] descobrir na análise do pequeno momento individual, o cristal do acontecimento total". (BENJAMIN, 2007, p. 503)

Num movimento de atualização, Benjamin concebe o médium-de-reflexão como modo de utilizar modos diferentes de *apresentação* para núcleos distintos de *reflexão*, extraindo a criticabilidade da matéria com a qual se defronta. Em escalas de diferenciação, Benjamin vai da continuidade crítica romântica dos fragmentos à continuidade

descontínua alegórica barroca nas ruínas e chega à descontínua continuidade das imagens dialéticas nas rememorações e montagens.

O espectro do fragmento como obra inacabada e abertura potencial atravessa o trabalho de Benjamin, atualizando-se nos núcleos de reflexão. O grande salto em relação ao primeiro Romantismo é o distanciamento da crítica que tende ao absoluto, lançando-a no campo da história materialista. Dessa forma, adiciona um terceiro termo à reflexão, radicalmente moderno e político, que já estava presente nos românticos, porém é recolocado de modo mais incisivo: a história. Enquanto os românticos esforçavam-se para unir filosofia e arte, pensamento e poesia, Benjamin interessava-se na força histórica desse procedimento e, no limiar do pensamento poético, queria extrair as energias revolucionárias para a escrita política da memória. Segundo Lowy (1990, p. 201), o Romantismo revolucionário de Benjamin se tece nas "relações dialéticas entre o passado pré-capitalista e o futuro pós capitalista, a harmonia arcaica e a harmonia utópica, a antiga experiência perdida e a futura experiência liberada".

Método

De acordo com Benjamin (2011, p. 14), a quintessência de seu método é a apresentação. Método (*Weg*) é caminho indireto, é desvio (*Unweg*). Incansável, o pensamento começa sempre de novo e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. No "Prólogo" do *Drama trágico*, o autor define que cabe ao âmbito filosófico o exercício da busca da apresentação da verdade, em contraposição à sua antecipação num sistema. Contra os sistemas filosóficos oitocentistas, que tentavam "se acomodar a um sincretismo que tenta capturar a verdade numa teia de aranha estendida entre varias formas de conhecimento, como se ela voasse de fora para cair ali". (BENJAMIN, 2004, p. 14) De acordo com o filósofo, ao considerar um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, o pensamento toma fólego: recebe, ao mesmo tempo, um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificação para a intermitência de seu ritmo. (BENJAMIN, 2004, p. 15) Tal é o sentido de seu pensamento constelar.

A proposta de Benjamin é construir uma constelação que ofereça, sem descrevê-la, a imagem da verdade, e o método a ser utilizado é o da apresentação.

> método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar... Não surrupiarei coisas valiosas, nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os. (BENJAMIN, 2006, p. 1030)

Tal apresentação exige a capacidade de perceber a verdade na forma produzida através da justaposição de elementos heterogêneos, que mostram o objeto de modo sempre novo. O movimento é comparado à construção do mosaico, no qual as imagens são produzidas a partir da justaposição de elementos isolados. A Benjamin interessa fazer ver que, nos mosaicos, quanto menor a relação dos fragmentos com a imagem resultante, maior será o valor de apresentação. Isto é, o valor da apresentação é inversamente proporcional à distância entre ela e os elementos que a compõem.

A imagem da constelação é elaborada no contexto de uma epistemologia proposta por Benjamin, como afirma Eagleton (1993, p. 239),

> em que o conceito se funda não na ideia por trás do fenômeno como uma essência que o informa, mas, antes, na ideia como modo segundo o qual um objeto é configurado conceitualmente desde os seus elementos diversos, extremos e contraditórios.

Sua expectativa é de um materialismo da imanência no qual os menores objetos tragados pelo que chamam civilização – a história dos vencidos, sempre ocultada – e relegados pela própria dinâmica dessa construção histórica da destruição – a flecha sempre apontada para a frente, o progresso – pudessem revelar seus diversos aspectos, trazendo junto com seu abandono, sua redenção. É uma imagem da história radicalmente negativa e, ao mesmo tempo, profana; que se alimenta das imagens do passado, em busca da redenção da humanidade, e só

essa humanidade redimida pode apropriar-se totalmente desse passado, conforme ressoa no conjunto das *Teses sobre o conceito de história*. Imagem que pode, afinal, preencher uma função revolucionária: a de arrancar do esquecimento o mundo urbano ainda presente, mas camuflado sob as ruínas de edificios ou em narrativas fraturadas, de falas cada vez menos proferidas.

O método da filosofia crítica benjaminiana, que formula conceitos estabelecendo um conjunto de correlações entre fenômenos, de modo a aproximá-los, sem, contudo, reduzí-los a uma unidade identitária, pode ser resumido numa afirmação do autor: "fórmula: construção por disposição e reunião de fatos". (BENJAMIN, 2006, p. 1033)

Com todo o risco de conduzir sua construcão teórica a uma dificuldade irredutível diante de seus objetos históricos, a Benjamin interessa chegar ao conceito por meio de uma montagem, isto é, aproximando fênomenos em suas heterogeneidades. Ora, é exatamente na cidade onde dá a diversidade incontornável dos fenômenos que a caracterizam, que se justifica o emprego do método benjaminiano. Trazida à cidade, a empiria que funda a filosofia de Benjamin faz justiça à multiplicidade dos sedimentos da experiência urbana – a imagem, o tempo, a ação, a política –, em que se cruzam natureza e comunidade humana, artefatos e corpos, de tal modo que só poderá ser uma configuração de extremos historicamente específica. Uma constelação, afinal.

NOTAS

1 "ideas are no more present in the world than constellations actually exist in the heavens, but like constellations they enable us to perceive relations between objects. It also means ideas are not the same as concepts, nor can they be construed as the laws of concepts. Ideas do not give rise to knowledge about phenomena and phenomena cannot be used to measure their validity. This is not to say the constellation is purely subjective or all in our heads. The stars in the night sky are where they are regardless of how we look at them and there is something in how they are positioned above us that suggests the image we construct of them. But having said that, the names we use for constellations are embedded in history, tradition and myth. So the constellation is simultaneously subjective and objective in nature. It is not, however, a system, and this is its true significance for Benjamin, who rejects the notion that philosophy can be thought of as systemic, as though it were mathematical or scientific instead of discursive. Benjamin developed this notion further in his account of the arcades in 19th-century Paris". (CONSTELLATION, 2010)

2 Contudo, quando a população do mundo se torna preponderantemente urbana e a grande cidade explode em subúrbios, periferias, vazios urbanos ou pequenos aglomerados satélites; quando cada cidade pequena se transmuda em semicolônia da metrópole, o urbanismo formal expõe seu limite, vítima do próprio parâmetro da eficácia. É nesses campos urbanos que surge um novo gênero de existência social, dirá Guy Debord (1997, p. 173), como resultado da organização técnica do consumo. Para o teórico francês, na medida em que se caracterizava pela ditadura do automóvel, pelos indivíduos isolados em conjunto e pelos "hipermercados construídos em áreas afastadas, sustentados por estacionamentos, essas fábricas de distribuição" (DEBORD, 1997, p. 173), aquela arquitetura urbana vigente na Europa dos anos 1960 refletia a oposição – fundamental no espetáculo – entre atores e espectadores. Nos supermercados, nos arranha-céus e nos lugares de férias do tipo *club mediterranée*, figurações típicas da vida urbana, tornava-se evidente que a verdadeira dicotomia moderna situava-se entre organizadores e organizados. Conforme pensava Debord (1997, p. 173), compreender tal mundo urbano é compreender a dinâmica do consumo, que "está no primeiro plano da dissolução geral que levou a cidade a se consumir a si mesma". Debord (1997) já demonstrava, em 1967, de que modo o urbanismo da cidade moderna colonizara o cotidiano implicando a banalização do espaço; agora, quando completa 50 anos a publicação de *A sociedade do espetáculo* e vivemos todos num mundo hiperurbanizado, o texto debordiano é mais atual que nunca, conforme atestam-nos as histórias e as teorias contemporâneas sobre a cidade. Dentre esses relatos, aqueles que se ocupam em fazer a crítica da cidade dominada pelas práticas do capitalismo são, em sua grande maioria, devedores do argumento debordiano de que viver alternativamente a uma tal colonização para superar a pretensão capitalista de desenhar o espaço em sua totalidade permanece como estratégia de resistência ao modo da vida espetacular.

3 O zoneamento do uso do solo urbano é um instrumento da legislação urbanística de controle da cidade; surge na Alemanha do XIX e se desenvolve nos Estados Unidos. Implica a criação, amparada por lei, de zonas com regulamentos diferenciais, dividindo a cidade de forma conveniente para estabelecer os usos, regulamentando alturas e volumes, e deve garantir uma ordem disciplinária.

4 Walter Benjamin aproxima-se dos românticos de maneira radical em sua tese de doutorado, intitulada *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão* (1919). Nesse trabalho, apresenta a centralidade da ideia de crítica na teoria do conhecimento do primeiro romantismo alemão, sobretudo nas obras de Friedrich Schlegel e Novalis. Sua intenção era "reunir e intensificar certa noção de crítica de arte" (OLIVEIRA, 2006, p. 13), que, neste movimento, estava intimamente ligada à poesia e à literatura. A partir da análise deste processo central dos românticos, Walter Benjamin (1993) cunha o termo "médium-de-reflexão" (*reflexionsmedium*), para apresentar o núcleo de reflexão no qual a obra se transforma, fazendo dela mesma o médium da reflexão. O médium-de-reflexão, como determinação da arte, produz o conhecimento das obras por meio da crítica que se dá no trânsito entre a singularidade da obra e a infinitude da arte, tornando possível o seu desdobramento infinito e sua intensificação potencial. A obra, inacabada, reflete no médium a arte, conecta-se com outras obras e dá continuidade a sua forma rumo ao absoluto – percurso infinito e impossível.

5 Devo muito da argumentação e das formulações sobre o fragmento como estratégia textual em Walter Benjamin aos debates realizados com os pesquisadores Leonardo Izoton Braga, Laura Castro e Marina Moraes, no segundo semestre de 2017, por ocasião da nossa produção conjunta de textos sobre a filosofia benjaminiana.

6 O fragmento completo é: "Subjetivamente considerada, a filosofia sempre começa pelo meio, como um poema épico". (SCHLEGEL, 1997, p. 60) Porém, utilizamos o recorte de Benjamin que potencializa a argumentação aqui referida.

7 O livro *Passagens* é dividido por temas em seções alfabeticamente distribuídas e numeradas, sendo o tema da seção N: teoria do conhecimento e teoria do progresso.

REFERÊNCIAS

NOVALIS. *Encyclopédie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1756. Fragmento 1753.

BARRENTO, J. O *gênero intranquilo*: anatomia do ensaio e do fragmento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BENJAMIN, W. Comentário aos poemas de Brecht. *Revista inimigo rumor*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 151-179, 2001.

BENJAMIN, W. *O conceito de crítica de arte no primeiro romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras, 1993.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119.

BENJAMIN, W. *Origem do drama trágico alemão*. Lisboa: Assirio e Alvim, 2004.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BENJAMIN, W. Prefácio epistemológico-crítico. In: BENJAMIN, W. *Origem do drama trágico alemão*. Edição e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 15-47.

CONSTELLATION. In: BUCHANAN, I. *Dictionary of Critical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2010. Disponível em: <http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199532919.001.0001/acref-9780199532919>. Acesso em: 12 dez. 2017.

DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, P. *Estio do tempo*: romantismo e estética moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

EAGLETON, T. O rabino Marxista. In: EAGLETON, T. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 230-246.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LACOUE-LABARTHE, P., NANCY, J. L. A *exigência fragmentária*. [S.I.: s.n] 2004.

LEFEBVRE, H. A *cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

LEFEBVRE, H. *Critique of everyday Life*. New York: Verso, 1991.

LEFEBVRE, H. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Antropos, 1978.

LEFEBVRE, H. *Production of space*. Oxford: Blackwell, 1984.

LEFEBVRE, H. Quotidién et quotidienneté. In: ENCYCLOPAEDIA universalis. Paris, 1972.

LEFEBVRE, H. A *revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999b.

LOWY, M. *Romantismo e messianismo*: ensaios sobre Lukács e Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO, F. de A. P. *Imanência e história*: a crítica do conhecimento em Walter Benjamin. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MOLDER, M. F. Método é Desvio. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 27-75.

OLIVEIRA, B. B. C. de. *Olhar e narrativa*: leituras benjaminianas. Vitória: EDUFES, 2006.

OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ROCHLITZ, R. O *desencantamento da arte*: a filosofia de Benjamin. Bauru: EDUSC, 2003.

SCHLEGEL, F. O *dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SELIGMANN-SILVA, M. O *local da diferença*: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, M. Walter Benjamin e os sistemas de escritura. *Revista Remate de Males*, Campinas, 2012.

SHERINGHAM, M. *Everyday life*: Theories and practices from Surrealism to the Present. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PENSAR POR

DA
D
O
S

PENSAR POR DADOS[1]

Um banco de dados
jamais abolirá o acaso[2]

Você acorda, verifica no seu *smartphone* se possui mensagens SMS ou de WhatsApp. Checa *e-mails*, entra no Facebook e dá uma olhada na previsão do tempo. Em cinco minutos, acessou bancos de dados de servidores nos quais essas mensagens estão gravadas (Google/Gmail; Facebook e WhatsApp) e criou novos dados (mensagens, acessos, postagens). Em uma pesquisa de julho de 2017, 90% de todos os dados no mundo em 2016 foram criados somente nos dois últimos anos. (IBM MARKETING CLOUD, 2017)

Criamos dados quando nos conectamos, mandamos mensagens, escrevemos *e-mails*, fazemos pesquisas, postamos conteúdo, utilizamos aplicativos. Cada busca, clique, curtida, compartilhamento – ou mesmo a informação de quanto tempo o cursor do mouse passa sobre uma imagem – pode ser monetizado. Não fica claro, para nós, especificamente, quais dados estamos disponibilizando para essas empresas. De fato, isso depende do aplicativo e da plataforma utilizada. Ao instalar os aplicativos, clicamos em "aceitar" os contratos de licença (ou termos de uso) sem ler os contratos – que são longos, em letras miúdas e em terminologia jurídica, incompreensíveis para a grande maioria de pessoas. Além disso, muitas vezes, achamos que esses dados que geramos – e fornecemos de graça – são irrelevantes: não temos nada a esconder.

Sites como a Amazon guardam informações de cartões de crédito, endereços, produtos comprados. Usam estes últimos para nos sugerir outros tantos que julgam similares. Na internet, vivemos em bolhas, visualizando aquilo que algoritmos de busca avaliam que nos é relevante. Faça um teste: em dois computadores de pessoas diferentes, digite algo uma busca no Google e veja os resultados. Em cada computador, o resultado será diferente, já que a busca leva em consideração a identidade de quem busca (quem fez o *login*).[3] O algoritmo de busca e classificação não é tornado público. Além disso, diariamente, a Google introduz mudanças em seu algoritmo de classificação. Nas palavras da empresa:

> Você quer a resposta, não bilhões de páginas web, então os sistemas de classificação da Google ordenam, dentre as centenas de bilhões de páginas no nosso Index de Pesquisa, para te dar resultados *úteis* e *relevantes* em uma fração de segundos. Estes sistemas de classificação são constituídos por uma série de algoritmos que analisam o que você está procurando e quais informações retornar para você. E, à medida que evoluímos, buscamos torná-lo mais útil, refinamos nossos algoritmos para avaliar suas pesquisas e os resultados em detalhes mais finos para tornar nossos serviços funcionando melhor para você. (GOOGLE, 2017, grifo nosso)

Mas como Google escolhe o que é "útil e relevante" para cada um de nós? E como esses algoritmos "evoluem"?

Mundos de dados

> O produto da televisão. Televisão comercial. É o público. Televisão entrega pessoas a um anunciante [...] Na transmissão comercial o público paga pelo privilégio de ser vendido. É o consumidor que é consumido. [...] Você é consumido. Você é o produto da televisão. Televisão entrega pessoas.[4] (TELEVISION..., 1973, tradução nossa)

Nos anos 1970, quando a mídia de massa mais ubíqua era a televisão, Richard Serra e Carlota Schoolman chamaram atenção para o fato de

que os comerciais exibidos nas programações das redes de TV, muito mais que proverem informação ao público, entregam sujeitos aos anunciantes, construindo subjetividades e forjando demandas e desejos.

Em 1996, foi publicada a *Declaração da Independência do Ciberespaço*, escrita por John Perry Barlow, que ilustra o sonho *nerd*-libertário de um espaço livre, onde seria possível existir de modo diverso à existência material, livres das mídias de massas, dos "governos do mundo industrial". Acreditamos que um "vírus da liberdade" estava se espalhando.

Entretanto, atualmente, é cada vez mais difícil ser anônimo, não deixar pegadas na internet. Em cada ação *on-line*, estamos trabalhando de graça, construindo perfis que serão vendidos a anunciantes, pesquisas e empresas de tipos diversos (*marketing*, análises científicas, saúde, bancária, comercial, que falam de "prevenção" de crimes e identificação de comportamentos suspeitos). Decisões feitas com base nos perfis gerados por dados determinam, de maneira duvidosa, quem somos, quais conteúdos veremos, que tipo de produtos nos serão oferecidos, a quais serviços teremos acesso, o que podemos mostrar ou ver, quais territórios podemos cruzar.

De acordo com os dossiês publicados pelo projeto Chupadados, de autoria do coletivo Coding Rights, que se apresenta como "uma organização liderada por mulheres dedicada a promover a compreensão sobre o funcionamento de tecnologias digitais e expor as assimetrias de poder que podem ser ampliadas por seu uso".

> Sensores cada vez mais avançados possibilitam a digitalização massiva dos ambientes em que vivemos, dos nossos corpos e de nossos hábitos. Esse processo faz com que nossos movimentos, gostos de consumo, pensamentos íntimos, sentimentos e relações sejam registrados e transformados em dados, em informações de valor que são exploradas economicamente. (FELIZI; VARON, [20--])

O coletivo analisou, dentre outros, aplicativos de encontros[5] e de acompanhamento de ciclos menstruais. Assusta saber quantos dados

são fornecidos voluntariamente, como são desprotegidos e facilmente vazados. As empresas desenvolvedoras de aplicativos acabam conseguindo o consentimento, ainda que desinformado, dos dados dos usuários, dando margem a uma série de abusos. Aplicativos de encontros coletam muito mais informações do que deveriam, capitalizando afetos e, devido a falhas, colocando em risco a privacidade e a segurança das pessoas, sem que elas fiquem sabendo. Dentre os dados coletados para exibir ou esconder o que veremos, estão: gostos e afinidades, distância e localização geográfica, amigos em comum, doenças. Usuários de aplicativos de namoro têm tendência a pagar pelo seu uso, o que aumenta as possibilidades de encontros. Isso gera mais uma forma de lucro para essas empresas. Ainda assim, não se sabe exatamente quais são as regras que ditam quais serão as pessoas que vão aparecer para cada participante.

E como Richard Serra já ressaltava, para a grande maioria que prefere usar a versão grátis desses aplicativos, visualizando anúncios dentro destes, o usuário que é o produto (como acontece no Facebook, que é "gratuito"). Os dados sobre o comportamento das pessoas em flerte são fornecidos aos anunciantes, empresas de *marketing*, pesquisa e parceiros comerciais. Isso faz com que sejam exibidas propagandas direcionadas ao perfil de quem usa, a partir da venda de suas informações a empresas dedicadas a comercializar e analisar grandes volumes de dados.

Muitas vezes, os dados recolhidos podem ficar disponíveis mesmo que você saia do aplicativo e cancele sua conta. Guardando dados, fotos e conversas, as empresas seguem lucrando com os perfis gerados pelos dados.

Em setembro de 2016, poucas semanas depois das Olimpíadas, foi revelado que um membro do exército ligado ao governo de São Paulo se infiltrou em um grupo de ativistas de oposição ao governo do presidente Michel Temer. Vinte e uma pessoas, sendo seis adolescentes, foram presas antes de um protesto contra o governo. Sob o nome Baltazar Nunes, o capitão Willian Pina Botelho criou perfis falsos em redes sociais e aplicativos como o Tinder e acabou conhecendo uma pessoa que o introduziu no grupo, levando à prisão dos ativistas.

Em relação aos aplicativos de monitoramento de saúde, a narrativa que predomina é a de que a prática do monitoramento de vários aspectos da vida através de números e ferramentas digitais (o chamado *quantified self*) levam a uma vida melhor. Alimentadas pelos nossos dados, essas ferramentas funcionam como laboratórios para a observação de padrões fisiológicos e comportamentais, que vão desde a frequência da menstruação e de sintomas associados a ela até hábitos de compra e navegação na *web* de todas as suas usuárias.

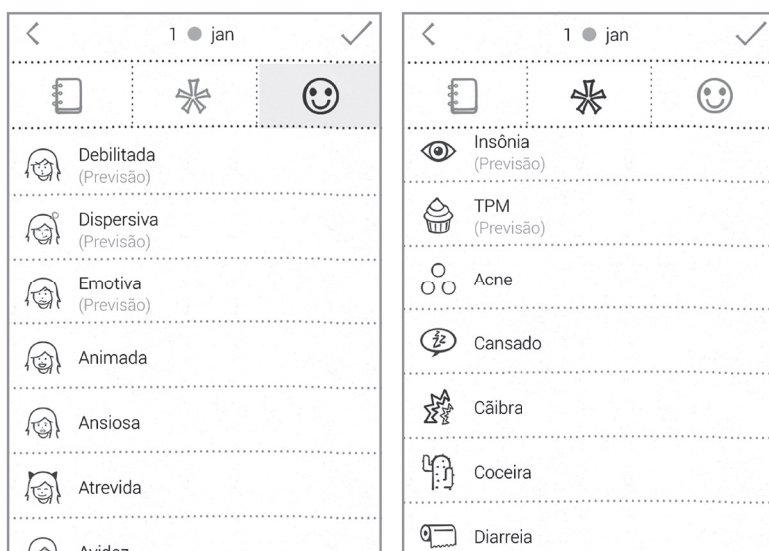



Figura 1: Aplicativo Maya/Lovecyles

Informações que podem ser inseridas: pressão sanguínea, mastalgia, constipação, cólicas, diarreia, tontura. Como se sente: debilitada, dispersiva, emotiva, animada, ansiosa, atrevida, preguiçosa.

Fonte: Aplicativo Maya.[6]

Sob um discurso de "empoderamento" feminino, tais aplicativos mandam diariamente "dicas" que acabam por ditar regras ou valorizar modos de vida, lembrando que a maior parte de usuárias é de jovens mulheres. O aplicativo Glow, por exemplo, exibe mensagem de que

> aos 29 anos, você é parte da esmagadora maioria de mulheres tendo filhos. Um estudo sugere que a melhor idade para ter filhos é entre os fins dos vinte e início dos trinta anos. Pesquisas indicam que esperar até essa idade está associado com mais vantagens sociais e melhor saúde para a mãe e a criança. (Glow app)

Há mais de quatro anos que aplicativos menstruais estão disponíveis nas *app stores*. A mais nova fronteira da "digitalização vaginal" é a combinação entre aplicativo e *hardware*, ou seja, entre o aplicativo e um coletor menstrual inteligente. O Looncup[7] e o my.Flow[8] são apresentados como os primeiros coletores menstruais[9] "inteligentes", que, além de coletar, avisam pelo celular, por *bluetooth*, quando o copo está cheio, como estão a cor e volume da menstruação. Ainda não estão a venda e não disponibilizaram termos de uso ou políticas de privacidade, ou seja, não é possível ainda verificar as condições de proteção dos dados coletados.

Vibradores e diafragmas conectados e que coletam informações sobre aquelas que os usam e podem colocar em risco a vida das usuárias, em caso de dados vazados, em países onde o adultério, o aborto, a homossexualidade e/ou a posse e uso de *dildos* são criminalizados.

Analisar o aplicativo Glow pode deixar mais claro o lucro que nossos dados podem gerar. Sua política de privacidade diz que a empresa pode decidir compartilhar os dados coletados pelo aplicativo com terceiros. Tais dados podem ser utilizados tanto para serviços dentro do aplicativo, quanto para indicar produtos e serviços externos que possam ser de interesse de quem forneceu os dados. Ou seja, os dados coletados incrementam os negócios das empresas parceiras. Mesmo que você pare se usar o aplicativo e cancele sua conta, seus dados continuam com a empresa, aprimorando o algoritmo, que é vendido como cada vez mais inteligente. Os dados são compartilhados com empresas de serviços de saúde, *fitness* ou pesquisa. A versão paga do Glow (50 dólares por mês) promete sucesso nas tentativas de engravidar num prazo de dez meses. Caso isso não aconteça, a empresa promete pagar o tratamento de fertilidade. O aplicativo Affirm, outro produto da mesma incubadora do Glow, funciona como agência de credito

virtual. Isto é, depois de conseguir engravidar, tendo recebido toda a publicidade julgada adequada, pede-se um empréstimo através de um aplicativo parceiro.

Mas talvez a maior novidade em termos de produção e disponibilização de dados pessoais esteja por vir da China, que pretende implementar, até 2020, um sistema de atribuição de uma nota a cada cidadão, a partir de dados coletados durante toda sua vida. Em junho de 2014, o Conselho Estadual da China publicou um documento de nome "Planning Outline for the Construction of a Social Credit System". Uma das ideias contidas no texto é a implementação de uma avaliação, em forma de pontuação, que indica que "tipo" de cidadão cada pessoa é. Quando a maior parte das atividades diárias são constantemente monitoradas e avaliadas, é fácil saber o que cada pessoa compra *on-line*, onde está a cada hora, quem são seus amigos e como interage com eles em redes sociais; quantas horas joga videogame, quais taxas e contas paga ou não paga. Esse Social Credit Score servirá para definir quem é confiável e quem não é, criando um *ranking* que determinará a elegibilidade para um financiamento, um emprego, a escola de seus filhos, permissão para viagens ao exterior, dentre outras vantagens.

Esses dados coletados são armazenados em servidores que existem materialmente em grandes centros de computadores. Tais dados, entretanto, estão replicados e podem ser acessados pelas "nuvens". A nuvem, em terminologia informacional recente, é usada para se referir a qualquer tipo de informação ou de dados que não esteja armazenado no aparelho da pessoa, mas em um servidor remoto que possibilita o acesso por meio da internet. Esses dados, pelo ponto de vista do usuário, não possuem existência física, como armazenamento em disco rígido, que pode ser quebrado a qualquer momento, ou até mesmo em tradicionais arquivos em papel, que também podem ser danificados. Os dados se transformaram em impulsos elétricos que viajam rápida e constantemente entre localidades distintas e, por vezes, remotas. Essa fluidez permite que sejam acessados de qualquer lugar, a qualquer hora e por qualquer pessoa (desde que autorizada); os dados têm em sua suposta ubiquidade a garantia de serem infalíveis e duradouros. Ainda assim, essa terminologia acusa a sua condição fugaz e frágil.

No meio dessa miríade de dados (conhecida atualmente sob o termo "big data"), aquele que consegue criar informação a partir deles sai ganhando. Essa tarefa é chamada de extração de dados, mineração de dados ou *web scrapping*. Um dado fora do contexto não possui significado relevante e não conduz a nenhuma compreensão. Representa algo que não tem sentido, a princípio. Portanto, é complicado que seja usado para embasar conclusões ou respaldar decisões importantes. E se alguns dados estão presentes, muitos outros nem foram criados. Continuam imersos no ambiente, nos corpos, sem que estejamos atentos a eles.

A profissão de cientistas de dados foi eleita a profissão do século XXI devido ao volume de dados disponível para análise atualmente. Informações abertas na internet, Google Analytics, Customer Relationship Management (CRM), interações por *e-mail* e pesquisas são algumas dessas fontes possíveis. A procura por profissionais que utilizem esses dados a favor dos negócios não para de crescer, já que, dessa forma, as empresas conseguem conhecer melhor o seu cliente, prever tendências de comportamento, encontrar padrões de consumo, aumentar a conversão[10] de mídias digitais e mais.

Hoje, multiplicam-se cursos de formação de "cientistas de dados", que ensinam técnicas de coleta, tratamento e análise de dados para gerar informação e criar soluções inovadoras para negócios – em geral, utilizando linguagens de programação como Python e Structured Query Language (SQL).

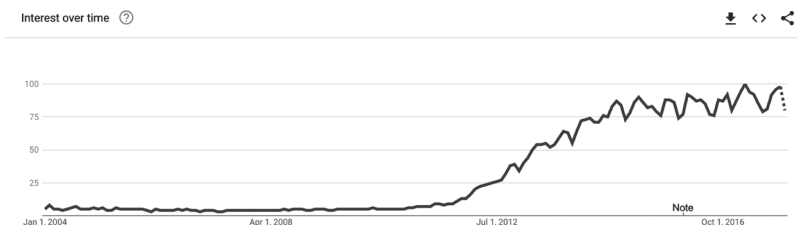



Figura 2: Resultado de busca do termo "big data" no Google Trends

Nota-se o crescente interesse desde, principalmente, 2012.

Fonte: GoogleTrends.

Esses dados extraídos servem também para aprimorar algoritmos e "ensinar" sistemas de inteligência artificial. No Facebook, por exemplo, conteúdo denunciado como impróprio é verificado por pessoas. Essas pessoas, que trabalham para o Facebook e seus usuários, têm acesso a uma linha do tempo "alternativa", que exibe apenas as postagens que foram denunciadas, de forma aleatória, junto a um menu sobre possíveis violações. Os moderadores só visualizam o nome do autor das publicações e não têm acesso a seus perfis completos. Sua missão é apagar, ignorar ou encaminhar a publicação para a avaliação superior – o que ocorre especialmente em casos de suicídio ou pedofilia, que, por sua vez, são encaminhados a autoridades. As decisões, pautadas por políticas internas da rede social, servem para "educar" os algoritmos, que, com o tempo, repetem as respostas automaticamente, por meio de recursos avançados de identificação de rostos ou frases ofensivas. Assim, quanto mais os funcionários trabalham, mais ensinam os algoritmos e vão se tornando cada vez menos necessários. Tornam o próprio trabalho obsoleto. Esses funcionários estão expostos a imagens de violência com animais, pessoas, mensagens de ódio. A rotatividade é alta e a maioria não completa um ano no posto.

Chama-se de banco de dados uma coleção organizada de dados, e dado, algo "extraído", "raspado" de uma pesquisa, condição social ou *site* de internet. Dado é o menor nível de abstração da informação, sendo entendido como um aspecto de um fato em sua forma primária.

Já informação seria a ordenação e organização dos dados de forma a transmitir significado e compreensão dentro de um determinado contexto, um conjunto ou consolidação dos dados de forma a fundamentar conhecimento.

A noção de informação como algo que pode ser armazenado, transferido ou comunicado a um objeto inanimado e a noção de informação como uma quantidade definida matematicamente não surgem antes do século XX. Para Claude Shannon (1948), informação seria uma mensagem enviada por um emissor a um receptor. Ou seja, seria um sinal. Para ele, a informação não tem relação nem com a semântica nem com a pragmática. Weaver, na introdução que escreveu

ao livro de Shannon, diz que "informação não tem nada a ver com significado", apesar de constituir um padrão. Independia do sentido. Donald MacKay (1951), três anos após Shannon propor sua definição de informação, defendeu outra abordagem para a compreensão da natureza da informação. Sugeriu que informação deve ser definida como mudança mental em um receptor, portanto, com significado, não apenas como sinal do remetente. Propôs um tipo de informação que chamou de "estrutural": uma mensagem sobre como interpretar uma mensagem. O significado pode ser inventado. Até mesmo os dados são inventados. Não é possível prever os significados criados a partir de um dado: "todo pensamento emite um lance de dados".[11] (MALLARMÉ, 1897) O que consideramos como informação depende do contexto, de onde e como está sendo produzida e usada.

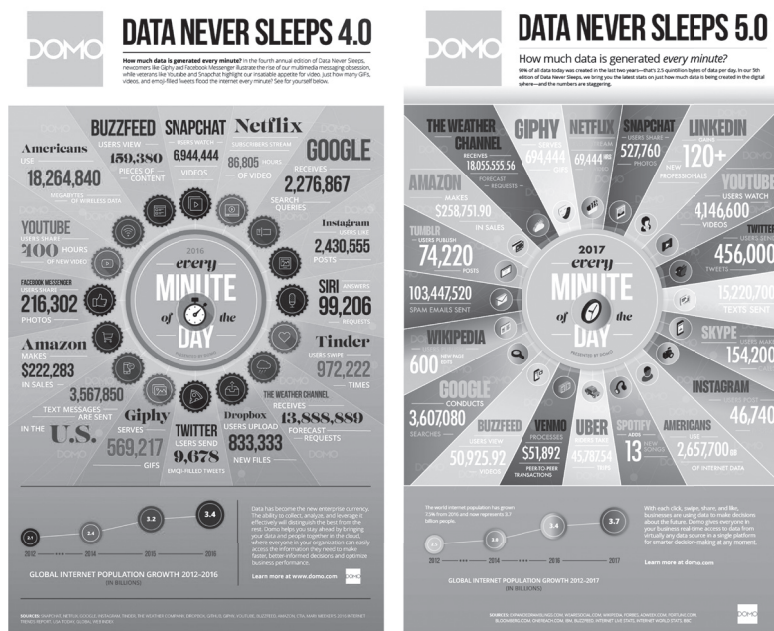



Figura 3: Gráficos produzidos pela empresa de *software* DOMO ilustram quantidade de dados produzidos a cada minuto, em 2016 e 2017

Fonte: À esquerda, James (2017a); À direita, James (2017b).

Na língua inglesa, a palavra "informação", de acordo com o *Oxford English Dictionary*, aparece por escrito pela primeira vez em 1386, por Chaucer: "informacions".[12] A palavra é derivada do latim a partir do francês, combinando a palavra "informar", que significa "dar uma forma para a mente", com o sufixo "ção", que denota um substantivo de ação. Esta primeira noção refere-se a um item de treinamento ou moldagem da mente. A próxima noção de informação, "comunicação do conhecimento", aparece brevemente em 1450.

Quão confiável é um dado?

Recentemente, no Brasil, uma foto compartilhada no Facebook serviu como um dado para supostamente provar aspectos repulsivos da arte contemporânea, tratada como algo inquestionável, como parte de um discurso cujo significado estaria evidente já na sua superfície. O compartilhamento dessa foto, a partir de uma interpretação pessoal do que acontecia nesta performance entre o artista e uma criança da plateia, fechou exposições, mudou leis e criou uma multidão de especialistas em arte contemporânea.

A dispersão da imagem digital reforça sua existência como sendo um aglomerado de códigos e influencia sua apresentação visual, considerando os diferentes aparelhos e programas que possibilitam tais visualizações. Hito (2009) apontou essas e outras condições como sendo parte do conceito de "imagem pobre", declarando que ela "não é mais sobre a coisa real – o original originário. Em vez disso, é sobre suas condições reais de existência: sua circulação abundante, dispersão digital, temporalidades fraturadas e flexíveis". Esses novos modos de circulação de imagem permitem que elas sejam entendidas não mais como objetos únicos ou cópias, mas, assim como dados em nuvens, objetos (mesmo que não físicos) que existem em múltiplos locais (mesmo que não físicos) simultaneamente, independente de dimensões fixas ou exatidão na representação das cores na tela-monitor. A imagem digital é uma cópia visível do arquivo (dado) invisível. É uma instância, uma atualização de um virtual. O digital cria a ilusão de que não existe mais diferença entre original e cópia, de que tudo que temos são cópias que se multiplicam e circulam em redes

informacionais. Mas não podem existir cópias sem um original. A diferença entre original e cópia é extinta no caso da digitalização, pelo fato de que o dado original é invisível: ele existe no espaço invisível atrás da imagem, dentro do computador. Não é possível adentrar o espaço invisível atrás da imagem digital para encontrar o dado ele mesmo. Ao olhar uma imagem digital, somos confrontados a cada vez com um novo evento de visualização de um dado invisível.

Acontece que um dado, por si só, não é informação. Se um dado só existe quando é separado do seu entorno, ao realizar essa separação, já estamos agindo sobre aquilo que será visto como um dado: recortando, escolhendo, justapondo, narrando. Um "dado" pode ser fabricado, viciado, temperado. Esse episódio da foto da performance, de certa forma, se conecta à emergência, após 2016, do fenômeno das *fake news*.

Acredita-se, geralmente, que uma discussão livre e justa é base de toda sociedade que se almeja democrática. Porém, argumentações irracionais e dados falsos, como premissas, podem impossibilitar um debate justo. Do ponto de vista tecnológico e sociológico, é possível pensar que a crescente influência de falsas notícias tenha acontecido, talvez, pela maior possibilidade de criação e disseminação de conteúdos através das mídias sociais. Ou, e também, pela crescente desconfiança nas instituições sociais tradicionais: o sistema político, o sistema das mídias e a ciência – como, por exemplo, o movimento antivacinação.

Pesquisadores tentam mapear e descrever modos pelos quais a desinformação é disseminada e ampliada. Muitos desses estudos dizem respeito às mídias sociais e como as informações falsas circulam através delas.

É importante lembrar que termos como "fake" ou "falso" implicam uma ideia de verdade e algum critério para reconhecê-la. Podemos passar de uma concepção "dura" de fatos (a do realismo externo) ao seu oposto, como algumas posições niilistas segundo as quais não há fatos, mas apenas interpretações.

Nos Estados Unidos, o Facebook admitiu, em setembro, que grupos russos criaram perfis falsos ligados a movimentos sociais, como o Black Lives Matter, para divulgar memes[13] que incitavam o ódio de grupos

racistas durante as eleições de 2016. Segundo as revelações do Senado americano, notícias falsas sobre muçulmanos também teriam sido impulsionadas por russos na rede para irritar o eleitorado xenófobo.

Internet das coisas, *smart cities*

> É tão conveniente, tudo se comunica![14]
> (Jacques Tati, Mon Oncle, 1958)

A irmã do senhor Hulot mora em uma casa moderna, do meio do século XX, projetada para ser prática, estéril e funcional. Apesar das boas intenções, muitas coisas não funcionam tão bem.

O que vimos acima sobre dados e as vidas das pessoas serve para pensarmos os dados e nossos ambientes de vida, as cidades.

A internet das coisas supõe um mundo de objetos conectados, acessíveis pelas redes, que geram dados que servem de *input* para que outras máquinas funcionem. *Smart cities*, as cidades inteligentes, são exaltadas como um benefício para todos, mas às custas de maior vigilância, centralização de poder e controle. Podem existir a partir de elementos domésticos e urbanos conectados. Na Inglaterra, por exemplo, quando um ônibus, ao enviar sua geolocalização à central de controle, tem um atraso diagnosticado, isso serve para que os sinais de trânsito de seu caminho a percorrer tenham um tempo de luz verde mais longo que o normal, permitindo que ele chegue a seu destino no horário determinado.

Segundo o estudo conduzido por Natusch, Felizi e Varon ([201-]), desde a implementação do bilhete único no estado do Rio de Janeiro, os dados dos passageiros de ônibus não estão seguros. Aprovado em 2009 e implementado no ano seguinte, a emissão, comercialização e distribuição do bilhete único está a cargo da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro (Fetranspor). Esta entidade congrega 10 sindicatos, reunindo cerca de 200 empresas de ônibus em todo o estado. É também a proprietária da RioPar Participações S.A., uma *holding* que controla diferentes aspectos

relacionados ao transporte coletivo – e que tem em um dos seus braços a RioCard TI, responsável pelo gerenciamento dos dados coletados pelos cartões de bilhete único.

Ou seja, todos os dados coletados no sistema ficam nas mãos da iniciativa privada, principalmente do empresário Jacob Barata, dono direto ou indireto de cerca de 25% da frota de ônibus da cidade do Rio. Além disso, seu filho é um dos principais sócios da M2M Solutions, que atende a Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMTR) no monitoramento em tempo real, via GPS, das viagens de ônibus pela cidade. A Linktrans, companhia de tecnologia de informação que gera relatórios a partir dos dados de GPS para as empresas de ônibus, também tem na família Barata seus sócios majoritários.[15]

Quanto à Riocard, mesmo que pertença a três sócios principais, tem como presidente do Conselho de Administração Jacob Barata Filho, herdeiro do império do pai e sócio ou diretor de várias empresas que operam ônibus no Rio de Janeiro. Cabe lembrar que em julho de 2017 Barata Filho foi preso por envolvimento no esquema de corrupção na área de transporte público no governo de Sérgio Cabral. Desde então, vai e volta da prisão, já que conta com a proteção do ministro Gilmar Mendes, que o liberou três vezes. Este último foi padrinho de casamento da filha do acusado. Só para termos um panorama geral de quem lida com nossos dados.

Seria lógico esperar que o poder público, ainda mais por conceder a exploração do serviço à iniciativa privada, tivesse diretrizes e leis claras sobre a gestão dos dados pessoais (e privados) coletados, mas isso não acontece. Não há termo legal que deixe claro como os dados do transporte dos cidadãos são utilizados e a quem são transferidos, seja no setor público ou privado. Para fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão, as Secretarias de Transportes da cidade do Rio e do Estado do Rio de Janeiro (Setrans) recebem relatórios com os dados coletados no sistema do cartão de transporte.

O governo recebe apenas relatórios usados para a prestação de contas das empresas de ônibus, sendo que a Coordenação e Controladoria Geral do Bilhete Único, órgão da Setrans, têm acesso à base de dados para auditar o sistema contra fraudes, mas não controla o

que a federação faz com os dados, como, por exemplo, se os vende para *databrokers*.[16] Conclusão: o enorme banco de dados sobre os passageiros fica nas mãos de uma entidade privada, controlada por um pequeno número de pessoas nada confiáveis.

Mais grave ainda, está sendo implementado um sistema de biometria. Segundo a Fetranspor, esse sistema garantirá mais segurança e eficiência no controle das gratuidades. Dados ainda mais sensíveis serão coletados através do uso dos bilhetes únicos, sem nenhuma garantia de que funcionarão adequadamente. O público desses transportes – em geral, as camadas menos favorecidas – vira produto, o que pode gerar mais fontes de lucro para esse pequeno número de empresários.

Figura 4: Cartaz em ônibus do Rio de Janeiro, incriminando o empréstimo do bilhete único e justificando a necessidade da biometria para a segurança do sistema

Fonte: Bazani (2017).

Isso não é alarmismo. Em 2015, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) notificou a Telefônica/Vivo por vender dados de GPS de seus clientes. Informações sobre a movimentação de pessoas serviriam para o desenvolvimento de estratégias comerciais, de *marketing* e de serviços. Atualmente, não sabemos se os dados de transporte no Rio de Janeiro são utilizados para esse fim. E nem mesmo existe legislação que impeça isso.

Outras estratégias tecnológicas para "ordenamento", monitorização e administração de cidades são redes de câmeras, balões de vigilância (também com câmeras), *drones* e bloqueadores de rede de telefonia celular.

O *big data* pode gerar formas de discriminação mais intensas e mais precisas, baseadas em dados. Como argumenta Steyerl (2016), atualmente a visão humana vem perdendo importância e está sendo substituída pela filtragem, decriptação e reconhecimento de padrões em meio a esse mar de dados.

É pensando sobre esses dados digitais que podemos mais globalmente pensar no significado da palavra "dado". Cada pessoa é muito mais do que esses dados extraídos, essas partes que, em geral, dão uma ideia muito restrita da complexidade do todo. Não somos a soma dos dados extraídos de nós. Ou você acha que é?

NOTAS

1 "Dado", do latim *datum*, plural *data*, particípio passado de *dare*, "dar", tinha também o significado de "conceder", "entregar". Na língua brasileira: adjetivo, algo que se deu, fornecido. Determinante indefinido: "num dado momento". Substantivo masculino: cada um dos elementos conhecidos de um problema. Informação que se constitui como elemento necessário para uma avaliação. Resultado de pesquisa ou cálculo. Informação relativa a um indivíduo. Informação capaz de ser processada por um sistema informático. Aquilo que foi combinado. O que é habitual. Elemento inicial de qualquer ato de conhecimento antes de ser elaborado no processo cognitivo. E o objeto "dado", uma peça de múltiplos lados numerados, tinha, em árabe, o nome de *az-zahr*, dando origem ao "azar", que tem sentido mais próximo de eventualidade, acaso, do que de algo preciso.

2 O poema de Mallarmé, "Un coup de dès jamais n'abolira le hasard", foi publicado em 1897 na revista *Cosmopolis*.

3 Para saber mais sobre algoritmos usados pelo Google, ver em: <https://searchengineland.com/8-major-google-algorithm-updates-explained-282627>.

4 "The Product of Television. Commercial Television. Is the Audience. Television delivers people to an advertiser. ... In commercial broadcasting the viewer pays for the privilege of having himself sold. It is the consumer who is consumed. [...] You are consumed. You are the product of television. Television delivers people."

5 Alguns aplicativos de encontro: Happn, Grindr, Tinder, Ok Cupid e Match.com (os três últimos do grupo Match Group). O lucro desse grupo é de mais de US$ 2 bilhões ao ano.

6 O antigo Love Cycles.

7 Ver mais informação em: <https://www.kickstarter.com/projects/700989404/looncup-the-worlds-first-smart-menstrual-cup>.

8 Para saber mais, ver: <http://www.trackmyflow.com/mission.html>.

9 Um coletor menstrual é um copinho de silicone hipoalérgênico e antibacteriano que é colocado na entrada da vagina para coletar o sangue da menstruação. Ou seja, é um dispositivo interno, de barreira, que coleta o fluxo ao invés de absorvê-lo.

10 No vocabulário do *marketing* digital, conversão é a execução de uma ação que leva uma pessoa a comprar um produto ou serviço. Por exemplo, quando um visitante executa uma ação através de uma chamada em um *site*, quando o visitante "paga" o produto com um compartilhamento em alguma de suas redes sociais, ou um *e-mail* com oferta que faz alguém realizar uma compra no *site*.

11 "Toute pensée émet un coup de dés".

12 "Whanne Melibee hadde herd the grete skiles and reasons of Dame Prudence, and hire wise informacions and techynges". (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 2010)

13 A expressão "meme de internet" é usada para descrever um conceito ou uma ideia através de imagem (em movimento ou não) que se espalha via internet. O termo foi derivado a partir do conceito de meme, criado por Richard Dawkins em *The Selfish Gene* (1976) para descrever pequenas unidades de cultura que se espalham de pessoa para pessoa através da cópia ou imitação.

14 "C'est si pratique, tout communique!".

15 A influência e poder dos Barata extrapola os limites territoriais do Rio de Janeiro, chegando ao Ceará e Portugal.

16 Empresas que compilam e vendem dados.

REFERÊNCIAS

BARLOW, J. P. *A Declaration of the Independence of Cyberspace*. Davos, 1996. Disponível em: <https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>. Acesso em: 15 out. 2017.

BAZANI, A. Ônibus do Rio bloqueiam 34 mil cartões de gratuidades por uso indevido e RioCard lança campanha. *Diário do transporte*, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2017/02/22/onibus-do-rio-bloqueiam-34-mil-cartoes-de-gratuidades-por-uso-indevido-e-riocard-lanca-campanha/>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BOTSMAN, R. Big data meets Big Brother as China moves to rate its citizens. *Wired*, [S.l.], 21 Oct. 2017. Disponível em: <http://www.wired.co.uk/article/chinese-government-social-credit-score-privacy-invasion>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DAWKINS, R. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

FELIZI, N.; VARON, J. *O que é o Chupadados e por onde anda essa entidade?* [20--]. Disponível em: <https://chupadados.codingrights.org/introducao/>. Acesso em: 1 jan. 2018.

GOOGLE. *Como funcionam os algoritmos da pesquisa*. 2017. Disponível em: <https://www.google.com/search/howsearchworks/algorithms/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GOOGLE TRENDS. Disponível em: <https://trends.google.com/trends/explore?date=all&q=big%20data>. Acesso em: 1 jan. 2018.

GROYS, B. *From Image to Image File - and Back*: Art in the Age of Digitalization. Cambridge: MIT Press, 2008.

IBM MARKETING CLOUD. *10 Key Marketing Trends for 2017 and Ideas for Exceeding Customer Expectations*. 2017. Disponível em: <https://public.dhe.ibm.com/common/ssi/ecm/wr/en/wrl12345usen/watson-customer-engagement-watson-marketing-wr-other-papers-and-reports-wrl12345usen-20170719.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JAMES, J. *Data Never Sleeps 4.0*. 2017a. Disponível em: <https://www.domo.com/blog/data-never-sleeps-4-0/>. Acesso em: 1 jan. 2018.

JAMES, J. *Data Never Sleeps 5.0*. 2017b. Disponível em: <https://www.domo.com/blog/data-never-sleeps-5/>. Acesso em: 1 jan. 2018.

LOGAN, R. K. *Que é informação?* a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

MANOVICH, L. Database as a symbolic form. *Millennium Film Journal*, [S.l.], n. 34, 1999.

MACKAY, D. M. The nomenclature of information Theory with Postscript on Structural Information-Content and Optical Resolution. In: MACKAY, D. M. *Information, Mechanism and Meaning*. Cambridge: MIT Press, 1951. p. 165-189.

MALLARMÉ, S. Un coup de dés jamais n'abolira le hasard. *Cosmópolis*, Paris, t. 6, n. 17, p. 417-427, 1897.

MON ONCLE. Direção de Jacques Tati. Intérpretes: Yvonne Arnaud; Jean-François Martial; Adelaide Danieli. Paris: Alter Films, 1958. 1 bobina cinematográfica (117 min), son., color., 35 mm.

NATUSCH, I.; FELIZI, N.; VARON, J. *Bilhete único*: concentração de dados e dinheiro no transporte público do Rio. [201-]. Disponível em: <https://chupadados.codingrights.org/com-o-riocard-seus-dados-passeiam-pelo-rj-e-ninguem-sabe-onde-vao-descer/>. Acesso em: 1 jan. 2018.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY. Oxford: Oxford University Press, 2010.

TELEVISION Delivers People. Produção de Richard Serra e Carlota Fay Schoolman,. [S.l.: s.n.], 1973.1 videocassette (6 min.), son., color.

SHANNON, C. A Mathematical Theory of Communication. *Bell System Technical Journal*, New York, v. 27, p. 379-423, 623-656, July/Oct. 1948.

STEYERL, H. A Sea of Data: Apophenia and Pattern (Mis-)Recognition. *E-flux*, [S.l.], n. 72, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.e-flux.com/journal/72/60480/a-sea-of-data-apophenia-and-pattern-mis-recognition/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

STEYERL, H. In defense of the poor image. *E-flux*, [S.l.], n. 10, Nov. 2009. Disponível em: <http://www.e-flux.com/journal/in-defense-of-the-poor-image/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PENSAR POR

IMAGENS

PENSAR POR IMAGENS

Do interior do retrato ao retrato do exterior[1]
ou diante das fotografias de Aracy Esteve

(Bahia 1950-1965)

JUNIA MORTIMER

FIGURA 1

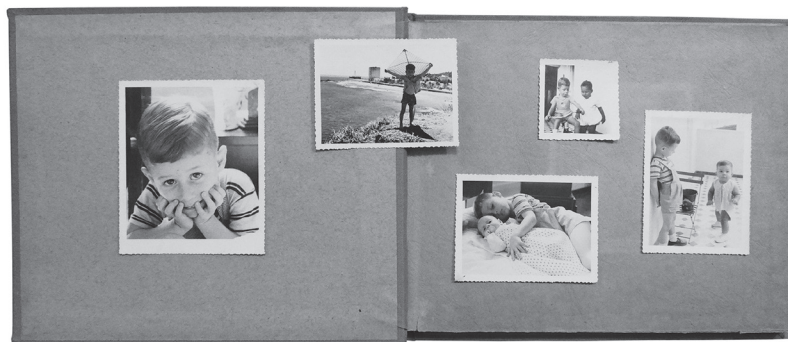



Figura 2

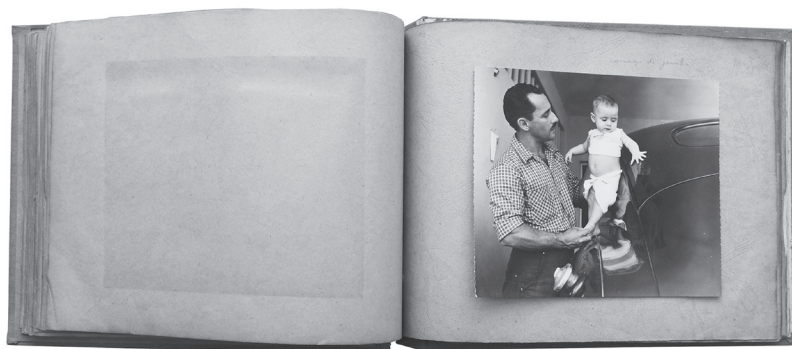



Figura 3

FIGURA 4

FIGURA 5

FIGURA 6

FIGURA 7

FIGURA 8

FIGURA 9

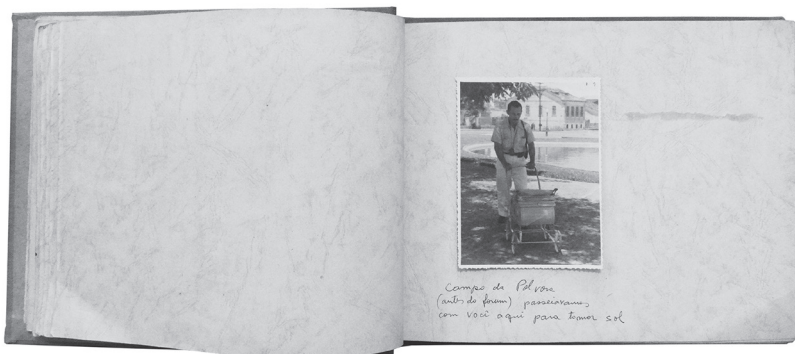
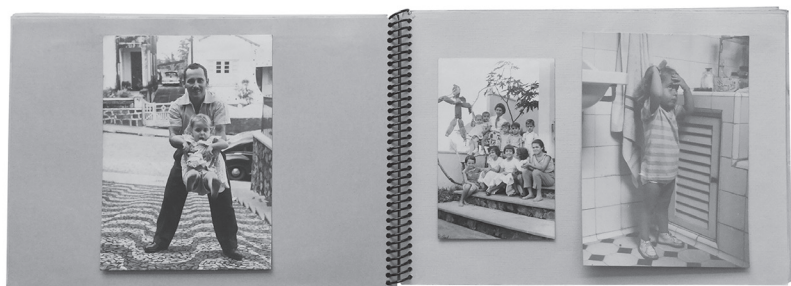



FIGURA 10

FIGURA 11

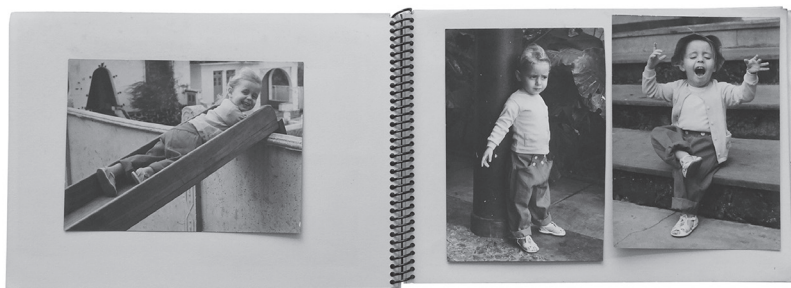



Figura 12

Figura 13

Uma imagem, ponto de partida

Em primeiro plano (Figura 1), um menino abre os braços e segura com as mãos as pontas de um papagaio. Sua envergadura coincide com a do objeto e, entre o arco dos braços e aquele da estrutura voadora, seu rosto permanece hesitante entre suspender a brincadeira e posar para a fotografia. Ao fundo, dois símbolos arquitetônicos nos localizam geográfica e historicamente: o Farol da Barra, à esquerda, e o edifício Oceania, em frente, nos convocam até uma Salvador de meados do século XX. No alto da colina de onde a foto foi tirada, há uma estátua de Cristo, a qual não vemos na imagem. No seu lugar, temos a figura do menino. Os mesmos braços abertos. Mas se na imagem religiosa estaria a morte, na criança da fotografia está um movimento de voo. Mas um movimento suspenso na brincadeira interrompida pela rigidez da pose. Esse resíduo de voo desestabiliza a imagem: há sol, há mar, há uma cidade inteira em franco processo de modernização, mas, nos punhos cerrados e no cenho levemente franzido da criança, algo resta suspenso. Uma breve perturbação se abre entre a pretensa liberdade construída nas formas, tanto do menino-papagaio como dos símbolos arquitetônicos, e um possível cerceamento (cultural? social?) que delineia impiedosamente o limiar do possível.

Em que medida os resíduos que vemos nessa imagem podem ser desdobrados em termos de modos de apreensão e experiência de cidade numa perspectiva histórica, talvez invisíveis em historiografias oficiais de Salvador? Que modos de apreensão de espaço, de se pensar sociedade e cultura, historicamente construídos, é possível imaginar partindo dessa fotografia inicial? E em que medida esse movimento historiográfico poderia afetar nossos próprios modos de produção e apreensão da cidade hoje?

Da singularidade da imagem fotográfica

Vamos tomar, portanto, essa fotografia como nosso ponto de partida. Ela será nosso "lugar de problematização" num campo de estudos expandido que se dedica a discutir espaço, sociedade e cultura, na perspectiva da história da cidade e do urbanismo; mas com valiosas implicações também para o campo da fotografia, das artes visuais e do imaginário.

No entanto, antes de adentrar a especificidade deste nosso ponto de partida, a fotografia inicial, Boris Kossoy (2001) nos adianta dois desafios incontornáveis ao lidar com a imagem fotográfica como lugar de problematização para uma pesquisa de caráter histórico: primeiro, o fato de existir um "aprisionamento multissecular à tradição escrita como forma de transmissão do saber [...]; nossa herança livresca predomina como meio de conhecimento científico". (KOSSOY, 2001, p. 30) Segundo, o fato de, por conta desse iletramento visual, a imagem configurar-se como um obstáculo, já que a informação não é "transmitida segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita". (KOSSOY, 2001, p. 30)

No entanto, mesmo uma suposta educação visual, ainda assim, não daria conta, segundo Barthes (1984), de certa irredutibilidade da imagem. Mesmo que consideremos todos os aspectos culturais que conseguimos decifrar na leitura de uma fotografia, sobrevive a essa decifração uma relação com a imagem que é da ordem do mágico, do inexplicável. Essa relação, de dimensão fetichista, entre observador e imagem fotográfica é aquilo que atrai o observador, por dilacerá-lo.

E ainda que ele não consiga explicar essa atração, segundo Barthes (1984), o observador pode narrá-la, pode compartilhá-la. Essa é a famosa dialética entre *punctum* e *studium* defendida pelo pensador francês nas suas notas sobre fotografia. Para ele, a fotografia se destaca justamente quando, na sua condição de um "isso foi", é capaz de furar, dentro de uma esfera individual e particular, o discurso codificado da cultura (*studium*) e afetar o indivíduo de forma pungente e dilacerante (*punctum*). Barthes (1984) aposta, assim, na relação entre um discurso codificado, socialmente compartilhado e culturalmente constituído e na insuficiência desse mesmo discurso para dar conta da potência desestabilizante e transformadora abrigada na fruição individual e particular da imagem fotográfica. Vale ressaltar, portanto, que o *punctum*, para ele, não é algo que possa ser instituído/institucionalizado, pois isso seria já o seu esgotamento.

Barthes (1984), no entanto, exclui do fotógrafo a habilidade de agenciar essa dialética conscientemente. Por isso, ele se debruça menos sobre o gesto de fotografar e mais sobre o gesto de fruir a fotografia. Em Barthes, essa tensão entre código cultural e magia é própria da fruição, pois o *punctum* é justamente o apontar de dedo (índice) para o sujeito. Segundo Dubois (2012), do mesmo modo que "isso foi" – *noema* da fotografia –, o é para o referente na reflexão sobre a fotografia. Desviando-se do gesto de fotografar para se concentrar nessa fruição, Barthes se debruça, no seu livro *A câmara clara* (1984), sobre algumas fotografias de modo a narrar e compartilhar esse dilaceramento que a imagem lhe provoca como algo que não é passível de projeto, como algo que escapa ao controle de categorias analíticas da arte, da estética, da história ou mesmo da epistemologia. E, sobretudo, como algo que emana do visível (isso foi), e não do dizível. (RANCIÈRE, 2012, p. 24)

É interessante como um semiólogo, autor de obras anteriores como *Mitologias* (1957), coloca em suspensão, nas breves notas de *A câmara clara* (1984), justamente a possibilidade de todo o letramento visual empreendido pela semiologia. Mas é chamando atenção para o irredutível da imagem que Barthes, de algum modo, devolve a potência do visível à fotografia e recoloca no campo a dimensão da mágica, do feitiço, da imago. E por isso mesmo, a fotografia, para ele, se insere

numa determinada codificação visual ao mesmo tempo em que escapa a ela: está justamente aí a sua potência.

Essa tensão entre a codificação cultural e irredutibilidade dilacerante da imagem pode ser lida como uma dialética entre visível e dizível, segundo Rancière (2012), ou entre saber e ver, como propõe Didi-Huberman (2013, p. 190) por meio da imagem de tecido e rasgadura.

> Não se trata de modo algum de escolher um pedaço, de fatiar – saber *ou* ver [...] – mas de saber permanecer no dilema, *entre saber e ver*, entre saber alguma coisa e não ver outra coisa em todo caso, mas ver alguma coisa em todo caso e não saber alguma outra coisa... Em nenhum dos casos se trata de substituir a tirania de uma tese pela de uma antítese. Trata-se apenas de dialetizar: pensar a tese *com* a antítese, a arquitetura com suas falhas, a regra com sua transgressão, o discurso com seu lapso, a função com sua disfunção [...] ou o tecido com sua rasgadura [...].

Rasgadura como aquilo que desestabiliza as leituras estabelecidas e solicita interpretações outras, as quais a historiografia tradicional ignora o reprime:

> Nessa rasgadura, portanto, trabalha alguma coisa que não posso apreender – ou que não pode me apreender inteiramente, duradouramente – pois não estou sonhando, e que no entanto me atinge na visibilidade do quadro como um acontecimento do olhar, efêmero e parcial. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 204)

Essa irredutibilidade do ver, daquilo que é específico da imagem – espécie de impossibilidade de codificação cultural ou desvio diante dessa codificação –, aparece também, como na teoria da imagem, como dimensão escatológica. (AGAMBEN, 2007, p. 28) A dimensão escatológica do gesto que o bom fotógrafo sabe colher, para Agamben (2007, p. 28), está no poder desse gesto colhido de "condensar e convocar ordens inteiras", de magicamente resumir em si o sentido de toda uma existência, "sem porém diminuir em nada a historicidade e a singularidade do evento fotografado". Nesse sentido, esse

gesto colhido condensa o indício histórico e, ao mesmo tempo, pela singularidade poderosa do gesto captado, consegue "remeter a outro tempo, mais atual e mais urgente do que qualquer tempo cronológico". (AGAMBEN, 2007, p. 28)

Agamben (2007, p. 29) complementa essa transtemporalidade da fotografia, implicada na dialética entre visível e dizível, com um outro aspecto que ele denomina como "exigência: o sujeito fotografado exige algo de nós". Nessa exigência – que podemos relacionar com a "solicitação de interpretar", proposta na rasgadura de Didi-Huberman (2013) –, Agamben (2007) não vê nada de estético nem de documentação de evento, isto é, não se trata de algo da ordem dos códigos culturais ou de um simbólico estabelecido no imaginário. Agamben (2007, p. 29) identifica essa exigência como exigência de redenção: "aquela pessoa, aquele rosto exigem o seu nome, exigem que não sejam esquecidos". Profecia do corpo glorioso, Agamben (2007) conclui, portanto, que a imagem fotográfica é um gesto que historiciza na sua singularidade, dentro de uma dimensão cultural, mas que também exige uma redenção. Redenção não necessariamente como algo que nos escapa de qualquer conhecimento dos códigos culturais (como seria o *punctum* segundo Barthes), mas algo que escapa ao que é já sabido, ao que é já estabelecido, e que coloca em evidência o descarte, o resto; o interstício, a margem, o infame e o afogado. É nesse sentido que ele a entende como "o lugar de um descarte, de um fragmento sublime entre o sensível e o inteligível, entre a cópia e a realidade, entre a lembrança e a esperança". (AGAMBEN, 2007, p. 29)

Flusser (2011) concorda com esse jogo entre códigos culturais que está implicado na atividade de fotografar quando se dedica sobre o gesto de fotografar – se Agamben (2007) prioriza o gesto colhido pela objetiva, Flusser (2011) enfatiza o gesto do fotógrafo. Focando-se menos na fruição da fotografia, como Barthes, e mais na produção da imagem fotográfica, o autor argumenta que o fotógrafo, engranzado numa selva de códigos culturais, busca desviar-se deles para produzir suas imagens. Diante da selva de objetos culturalmente construídos, o gesto de fotografar implicaria um desvio com relação a esse sistema de símbolos: "Os caminhos tortuosos do fotógrafo visam driblar as intenções escondidas nos objetos. Ao fotografar, avança contra as

intenções da sua cultura". (FLUSSER, 2011, p. 49) Nesse sentido, fotografar seria também rasgar um certo véu da cultura.

Mas o rasgar deste véu se dá, ao mesmo tempo e invariavelmente, por meio da constituição de outro véu, aquele de um mundo imaginário, no sentido de um mundo constituído por imagens, "[...] mundo das fotografias, dos filmes, do vídeo, de hologramas, mundo radicalmente inimaginável para as gerações precedentes". (FLUSSER, 2008, p. 41-42) O gesto de fotografar, no anseio de desviar-se das intenções escondidas no véu da cultura, constitui um outro véu, aquele da superficialidade que caracteriza, para Flusser (2008), o universo das imagens técnicas no qual vivemos inseridos. E esse véu exige outro tipo de entendimento que, para ele, como para Kossoy (2001), não é aquele do pensamento linear da escrita. Trata-se de um outra lógica, porque se insere num outro regime, o regime de visibilidade, cujas formas de aproximação não são aquelas do texto nem da escritura.

A partir de uma genealogia simplificada sobre a relação imagem e escrita, Flusser (2008, p. 16) aborda o que Kossoy chama de "aprisionamento multissecular da tradição da escrita" como o desdobramento de uma necessidade de se controlar as imagens (as pictóricas, as imagens não técnicas): para controlar essa inteligência da imaginação, de natureza distanciada (um passo atrás para criar uma cena) e mágica (ritualística), teria sido instituído um pensamento linear, processual, explicativo, que é o pensamento da escrita. Nesse esforço de controle das imagens estaria um combate ao risco da alienação e da idolatria por meio da explicação da imagem – uma forma de controle – colocando-a, portanto, como ilustração do texto ou restringindo-a a lugares específicos – outra forma de controle: museus e galerias.

Se na tradição ocidental as imagens ficaram submetidas por muito tempo à escrita, admitidas nos livros como ilustrações, portanto, domadas e controladas, Fontcuberta (2016, p. 11) lê o excesso de imagens que vivenciamos hoje como uma revolta, uma insurgência, uma insubmissão das imagens ao controle que lhes foi imposto. Mas essa insubmissão configura um território de disputa por visibilidade que acontece sem uma consciência crítica sobre o poder das imagens,

sobre o poder do conhecimento construído nessa base e de como isso nos afeta. É uma disputa da qual participamos mas cujos códigos desconhecemos ou com o quais temos muito menos intimidade. O que implica, portanto, nesse contexto de insubmissão pelo excesso tomar uma imagem como ponto de partida para um estudo historiográfico? Quais os riscos desse movimento?

Flusser (2008) complexifica ainda mais a questão colocando o argumento de que as fotografias não são ontologicamente equivalentes às imagens pictóricas, que foram controladas pelo pensamento linear e processual da escrita. Elas são imagens técnicas, produzidas por meio de um aparelho e, portanto, resultantes de um conceito, de uma escrita. No entanto, essa dimensão do aparelho foi progressivamente apagada da fruição dessas imagens justamente para continuar a lhes atribuir o caráter aurático ou mágico das imagens não técnicas. Nessa equivalência, tendemos a não considerar o condicionamento da aparelhagem para a construção de diferentes regimes estéticos, regimes de visibilidade. Ainda assim, considerar a aparelhagem não significa anular o caráter mágico que essas imagens alcançam à revelia da diferença ontológica que as separa das imagens não técnicas. O *punctum* de Barthes (1984) aponta nessa direção, e igualmente o faz o próprio jogo de códigos culturais que Flusser explora no gesto de fotografar. Para Flusser (2011, p. 65), enquanto não levarmos em consideração essa ambiguidade do código fotográfico, a intenção do aparelho prevalecerá sobre a intenção humana.

Dessas considerações sobre este objeto que tomamos como ponto de partida de nossa reflexão, uma fotografia, ficam algumas provocações para trabalhar a imagem fotográfica como lugar de problematização para apreender a malha de urbanidade de outros momentos históricos. Essas provocações nos inserem num lugar de discussão que tenta ao mesmo tempo fazer avançar nossos conhecimentos sobre a cidade de Salvador, sem, no entanto, ignorar ou abrir mão do potente debate que está atrelado à imagem fotográfica: como desdobrar um conhecimento de história das cidades cientes das questões inerentes à condição dialética da fotografia, nosso ponto de partida? Como explorar sua natureza de evidência histórica, cujos signos podem ser interpretados semiologicamente, explicados e, ao mesmo tempo, não

perder de vista seu caráter mágico, herdado das imagens pré-técnicas e de uma intencional anulação do aparelho, para que a mágica continue a acontecer? Como atravessar o iletramento visual sem ignorar a especificidade da imagem técnica? Como trabalhar as intencionalidades (códigos) do fotógrafo (o gesto de fotografar que dribla os códigos culturais) em relação à codificação (intencionalidades) do aparelho, em função de outras historiografias urbanísticas possíveis?

Diante do arquivo, diante da cidade

A fotografia que abre este texto pertence ao acervo pessoal de Aracy Esteve Gomes, mulher, mãe, professora de matemática e fotógrafa amadora residente em Salvador desde meados do século XX. Encontrei este retrato, no qual vemos seu filho, Arlindo Esteve Gomes, solto na primeira página de um dos álbuns de família (Figura 2) do seu acervo.[2] As fotografias de Aracy estão, portanto, organizadas dentro de uma estrutura linear e de dimensão privada, aquela do álbum de retratos/álbum de família. Dentre as várias imagens que compõem este acervo, interessam-nos algumas: aquelas que, como fagulhas de visibilidade, atravessam a dimensão privada e estrutura cronológica do álbum e nos impelem a pensar sobre a Salvador daquele momento histórico.

Na primeira breve conversa que tivemos,[3] Aracy, hoje com 94 anos, pontuou reiteradamente dois aspectos principais na narrativa que ela construiu pelas suas fotografias: primeiro, a sua relação visceral com a câmera – "vivia com a câmera pendurada no pescoço, para baixo e para cima na cidade" –; e segundo, a positividade de sua postura feminista – "era uma mulher à frente do seu tempo". Quando dirigia, "todo mundo olhava, porque não era hábito mulher dirigir naquele tempo". A fotografia do menino com a pipa, realizada por Aracy, parece reforçar essa narrativa: mulher e filho aventurando-se juntos numa cidade que se aventurava pela modernização.

Ao estudarmos essa fotografia ou nos concentrarmos no seu dizível, no seu *studium*, notamos a caracterização urbanística da orla na praia do Farol, ainda ocupada por generosas residências unifamiliares. Ao

fundo, o edifício Oceania parece debutar sua presença na paisagem, e, em frente a ele, a histórica construção do Farol marca o início da Baía de Todos os Santos. Mas, para continuar nos termos de Barthes, o que me atravessa e me perfura dessa fotografia, isto é, o que emerge como *punctum* – a porção irredutível do visível – é a sutil suspensão presente no gesto do menino com a pipa. Algo aí vacila, ainda que a construção visual sugira, ao contrário, o voo obstinado de uma cidade em direção ao progresso. Atento-me a essa primeira emergência dentro do acervo de Aracy, a esse "ponto de surgimento" ou "lugar de afrontamento"[4] (FOUCAULT, 1998, p. 23-24) – que é ponto de partida para a constelação de imagens que configura este texto.

Em outras fotografias do arquivo de Aracy, encontramos argumentos visuais que remetem a essa narrativa que ela construiu por suas imagens: numa delas (Figura 3), pai e filha deslumbram-se com o brilho lustroso da lataria do automóvel, o moderno e precioso bem da família; noutras (Figura 4), a filha observa desinteressada um microscópio de brinquedo, vestígio simbólico de uma fé indelével no espírito científico, ou o filho manipula um jornal (Figura 5), sentado numa poltrona, forjando gestos de leitura informativa, resquícios de uma crença nos fatos jornalísticos e na verdade que eles revelariam sobre o mundo e as atualidades. Em todas, sobrevive um maravilhamento com objetos e hábitos modernos, nos quais se parece depositar uma esperança de novos ares.

Historicamente, essas fotografias do acervo de Aracy, organizadas nos álbuns de retrato/álbuns de família, também por ela produzidos, localizam-se, em sua maioria, entre os anos de 1950 e 1965. O período é demarcado pelo nascimento de seu primeiro filho, Arlindo, e pela adolescência da filha, Núria. As crianças mobilizaram Aracy a fotografar. E ao se colocar a fotografá-las, como mãe, Aracy teria, primeiramente, dado continuidade à habilidade que aprendera com o pai, José Esteve, imigrante espanhol, também fotógrafo amador, em cujo acervo estão inúmeras fotografias realizadas em Santo Antônio de Jesus, no interior da Bahia, nas décadas de 1920 e 1930. E teria mesmo ido além, explorando essa habilidade como sujeito feminino emancipado, mulher ativa no mundo público da cidade, "à frente de seu tempo".

Foi provavelmente esse imaginário de mulher enquanto figura pública e emancipada, à frente de seu tempo, quem produziu algumas fotografias bastante simbólicas dos processos de transformação urbana da Salvador daquele período:

> Adulta, foi das poucas mulheres a dirigir sozinha – 'independente' – pela cidade. Registrou preciosidades, como o Dique do Tororó margeado por uma horta imensa; a orla da Barra, em que o edifício Oceania reinava; a fachada do antigo Mercado Modelo, à frente do Elevador Lacerda. 'A foto do abrigo de bondes da Rua Chile, eu tive que implorar para o homem da Confeitaria Triunfo me deixar subir no prédio para fazer. Contei minha toda, teimei, e ele deixou.' A foto traz um ponto de vista raro, já que o prédio não existe mais – que dirá o abrigo.[5] (SANGIOVANNI, 2012, p. 22)

Nesse conjunto de imagens, que, no entanto, não são numerosas no acervo de Aracy, vemos fotografias bastante diretas, descritivas do meio urbano, sobretudo do centro antigo (Figuras 6 a 8). Mas a singularidade delas no acervo (não há vestígios de repetição de ângulos, da sequencialidade de tomadas) sugere tratar-se de momentos mais raros e de movimentos rápidos, breves, quase como pequenos roubos, e provavelmente menos habituais à fotógrafa. Ainda que o percorrer a cidade acompanhe a narrativa de Aracy quando ela fala de suas fotografias – ou a partir delas –, a cidade, dessa maneira descritiva e direta, talvez não tenha sido a paisagem que mais atraiu as lentes da fotógrafa. Ou não o foi mais que as crianças, e talvez por isso as fotografias da cidade enquanto espaço público apareçam em menor número no acervo da fotógrafa amadora – mas não com menor intensidade.

Vale observar que frequentar o centro antigo, nesse período histórico, poderia ser, para determinada classe social, um movimento que implicaria convivências tidas como indesejáveis:

> Em função dos diversos projetos realizados para a cidade e o redirecionamento do crescimento para a região nordeste de Salvador, da migração das principais atividades administrativas,

> comerciais e serviços e da facilidade de acesso à nova área do Iguatemi e da Avenida Tancredo Neves, o centro tradicional entra em decadência, transformando-se numa área residencial de baixa renda, marginalidade e prostituição e numa área comercial para as classes baixas – Avenida Sete de Setembro e Baixa dos Sapateiros. (PINHEIRO, 2011, p. 294)

É bastante sugestivo, portanto, de acordo com uma determinada historiografia urbanística de Salvador, a relação entre a decadência do centro, tanto o centro antigo quanto o Comércio, seu usufruto pelas classes baixas e a escassez de fotografias urbanas no acervo de Aracy. Como membro de uma classe social mais abastada – a posse da casa no Barbalho, da casa em Mar Grande, o carro e a própria câmera são indicativos do estatuto social de Aracy e de sua família –, esse trânsito urbano poderia ser uma prática evitada e, por isso, haveria menos fotografias desses lugares no arquivo de Aracy. Mas seria precipitada a conclusão: a família do esposo de Aracy, Arlindo Gomes, era proprietária de um casarão no Comércio,[6] onde funcionava a loja "Gomes & Barbosa", gerenciada pelo sogro de Aracy entre as décadas de 1930 e 1960 (a loja fechou em 1967). Nessa mesma rua, teria ainda funcionado a loja "Argos", que o esposo de Aracy e a própria Aracy teriam administrado entre 1957 e 1967, antes de o marido se dedicar integralmente à escultura. Logo, não seria necessariamente por Aracy não frequentar esses lugares centrais – em processo de estigmatização e mudança de perfil de ocupação, seja o Centro Antigo, o Comércio ou outros ambientes urbanos – que haveria menos fotografias urbanas no seu acervo; mas talvez por não se sentir suficientemente à vontade para fotografá-los com tanta frequência, seja pela exposição do sujeito fotógrafo – sobretudo para uma fotógrafa naquele momento histórico numa Salvador tão patriarcal –, seja por uma possível sensação de insegurança diante da estigmatização do local em virtude da vulnerabilidade social dos marginalizados.

Já no que concerne às fotografias que Aracy realizou de seus filhos, estas sugerem tratar-se de um hábito frequente, realizado com o zelo e o maravilhamento de um olhar desperto pelo desestabilizar de ordem provocado pelas crianças e seduzido pela emocionante trajetória de crescimento delas. Um olhar que, ao visibilizar felizes

peripécias infantis, faz, talvez inconscientemente, emergir no interior do retrato, na proximidade da foto de família, "[...] um não-lugar, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço". (FOUCAULT, 1998, p. 24)

A cidade, como emergência e enquanto complexa malha de relações sociais, *aparece* nas imagens de Aracy, mas "[...] ninguém é responsável por [essa] [...] emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício". (FOUCAULT, 1998, p. 24) E essa cidade aparece, contrariamente, menos nas furtivas fotografias urbanas, que apresentam o antigo Mercado Modelo e o Elevador Lacerda (Figura 6), a Rua Chile (Figura 7) ou os saveiros no cais (Figura 8) e mais nos restos, nos vestígios de urbanidade que atravessam a redoma da vida privada, perfuram a casca de proteção quase alienante da classe média e instalam, no teatro da imagem, a mesma peça:

> Em certo sentido, a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. Homens dominam e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam e é assim que nasce a ideia de liberdade [...]. (FOUCAULT, 1998, p. 24-25)

É essa cidade, enquanto malha de urbanidade, tecido de relações sociais de disputa e dissenso, palco e personagem de diferentes modos de apreensão e produção do meio que vislumbramos no destemido e cordial enfrentamento entre o menino e o baleiro (Figura 9) ou, mais incisivamente, no gesto da babá de levantar o menino dentro de uma panela ou bacia (Figura 10). Talvez em princípio inofensivos na sua despretensão cotidiana e gratuita, esses gestos fotografados pela mãe, muito provavelmente visando eternizar as descobertas da criança, são indícios históricos que recolocam no presente os traços, as marcas de um processo brasileiro e soteropolitano de formação social excludente e injusto.

Os gestos fotografados tornam-se, como vimos, segundo Agamben (2007, p. 29), um pedido de que nos lembremos. Não necessariamente da criança, que é o motivo inicial do gesto fotográfico da mãe, mas sim daqueles que não conseguimos descobrir o nome, cujos destinos

os donos do acervo desconhecem, e de quem, num movimento a contrapelo, procuramos saber mais: o baleiro e a babá; ou, nos termos de Foucault, os infames, os que foram colocados à margem, os vencidos. Os historicamente afogados.

A emancipação feminina de Aracy, que, por um lado, relaciona-se ao gesto de dirigir sozinha na Salvador de meados do século XX, ao gesto de dar aulas de matemática ou ao gesto de empunhar a câmera para baixo e para cima na cidade, incide, por outro lado, nesse gesto mesmo de fotografar o interior do retrato de modo a visibilizar ali o retrato de um exterior.[7] Nas fotografias que compõem o álbum de retratos, construção de uma dimensão privada, interior e familiar, encontramos os resíduos daquilo que excede essa dimensão; resíduos que dialética e simultaneamente condicionam essa dimensão e a superam: vestígios históricos de uma malha de urbanidade, exterior ao retrato, marcada por enfrentamentos. Enfrentamentos entre uma suposta libertação ou emancipação depositada na modernidade e nos seus símbolos e uma incontornável fragilidade dessa mesma narrativa, construída numa base histórica socialmente injusta e excludente na qual ainda vislumbramos a rica lentidão de uma urbanidade provinciana.

Se, portanto, de um lado, Aracy colhe pela objetiva os gestos de uma cidade que se lança ao progresso segundo uma lógica de exclusão e na qual sobrevivem hábitos e costumes locais que afrontam a ideia de civilização universal implicada na modernidade, de outro, o seu próprio gesto de fotografar já é um enfrentamento. Considerando o aspecto patriarcal da sociedade soteropolitana, não seria vão observar o apego de Aracy, na conversa que tivemos e em outras entrevistas da fotógrafa,[8] à narrativa de emancipação e autonomia feminina construída em torno das singulares fotografias urbanas de seu acervo. Tão forte teriam sido essas experiências que elas parecem ter crescido na memória a ponto de superar um lugar do feminino que aparece, na maior parte das fotografias de Aracy, às margens do espaço público e bastante interiorizado.

Raras são as fotografias nas quais as crianças aparecem em espaços públicos (Figura 11), e mesmo nessas, pouco se vê do entorno; mas

não raras são as fotografias realizadas à porta da casa no Barbalho, onde a família residiu durante grande parte do período entre 1954 e 1969. Em uma dessas fotografias (Figura 12), Arlindo Gomes, o pai das crianças e esposo de Aracy, aparece de costas para rua, com a filha Núria pendurada nos braços. No último plano da fotografia, colhemos resquícios da Salvador de outro tempo, em meados do século XX, quando predominavam naquela região da cidade residências unifamiliares e gradis de baixa altimetria, algumas das quais resistem ainda hoje. Há um sutil e tenso limiar entre dentro e fora, entre o interior do retrato e o retrato do exterior, entre o desejo feminino de emancipação e a lei masculina de uma sociedade patriarcal.

Na fotografia vizinha a essa, na página à direita do álbum, Aracy está sentada na escadaria de entrada rodeada pelos filhos e outras crianças. Ao fundo, o boneco de Judas anuncia a festividade de sua queima. Ainda que o objeto anuncie uma festa pública, a mulher está nesse umbral, nesse limite, numa potência de vir a ser, num movimento de lançar-se ao espaço público da cidade, que é, ainda que simbolicamente, muito cerceado. Nesse limiar, a filha brinca de escorrega (Figura 13) e, no gesto de fotografar da mãe, subleva-se um desejo latente de liberdade, uma exigência, novamente nos termos de Agamben, para não nos esquecermos desse feminino histórico, insubmisso dentro dos seus padrões, por trás dessas imagens.

Considerações finais

Voltemos à fotografia inicial, aquela do menino com a pipa. Nosso ponto de partida. Em todo acervo de Aracy, essa é uma das únicas imagens na qual observamos um retrato no qual a criança aparece numa tomada com ângulo mais aberto, mostrando também a cidade de Salvador. É uma fotografia na qual o retrato, hábito de uma dimensão interior em Aracy, se abre para aquilo que é o fora de suas imagens, a paisagem urbana. Abre-se, assim, espaço para imaginar a aventura de mãe e filho em descobrir a cidade e fotografar. Mas a singularidade dessa fotografia no acervo de Aracy como também a escassez de fotografias da cidade sugerem que a abertura para a aventura urbana fica, de algum modo, suspensa, atualizando-se sutil e

quase invisivelmente em lampejos, pequenas rasgaduras que perfuram as relações socioespaciais e iluminam a malha de urbanidade que constituía Salvador.

Procurar por esses lampejos visuais em arquivos que se façam disponíveis é uma proposta de pensar por imagens a fim de chegar a outras possibilidades historiográficas do urbano e das cidades. Este texto é um gesto inicial nessa direção a partir do arquivo de Aracy. Um gesto ainda incipiente, frágil e estranho, mas talvez por isso tanto mais necessário e válido.

NOTAS

1 O título deste artigo é inspirado na exposição realizada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, entre junho e outubro de 2012, intitulada "Do retrato interior ao exterior do retrato – Coleção Aracy e José Esteve". A exposição, com curadoria de Diógenes Serra Moura dos Santos, reuniu fotografias de José Esteve, a maior parte realizada em Santo Antônio de Jesus, entre 1920 e 1930, e de sua filha, Aracy Esteve Gomes, a maior parte realizada em Salvador, Mar Grande e na fazenda do marido, Arlindo Gomes, em Canabrava, entre 1950 e 1970. A pesquisa do acervo fotográfico de Aracy Esteve é parte do projeto "Imaginários e visibilidades: práticas urbanas em fotografias soteropolitanas (1940-1970)" e "Cronologia do Pensamento Urbanístico – campo de debates sobre popular", por mim coordenados, desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa Laboratório Urbano, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/FAUFBA).

2 As fotografias do acervo de Aracy são retratos provenientes desses álbuns de família. Várias páginas já foram alteradas para digitalização com fins expositivos e os álbuns estão, portanto, alterados com relação às montagens iniciais. O conjunto de imagens deste texto mistura fotografias que realizamos dos álbuns de famílias e também cópias digitalizadas que nos foram gentilmente cedidas pelo filho de Aracy, Arlindo Esteve Gomes, que nos abriu as portas para conhecer esse impressionante acervo de imagens.

3 Conversamos com Aracy em agosto de 2017. A pedido do filho, Arlindo Esteve Gomes, essa primeira conversa não foi gravada. O conteúdo que mencionamos é, portanto, resultado de anotações e considerações posteriores a esse momento, no qual estávamos presentes Aracy, seu filho, Arlindo, o doutorando do PPG-AU/UFBA Cícero Menezes, também integrante do grupo de pesquisa Laboratório Urbano, e eu.

4 Segundo Foucault (1998, p. 23-24), emergência "é o princípio e a lei singular de um aparecimento [...]. A emergência se produz sempre em um determinado estado de forças. [...] A emergência é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude. [...] a emergência designa um lugar de afrontamento [...] um não lugar, uma pura distância".

5 Trecho extraído da entrevista de Aracy realizada pelo jornalista Ricardo Sangiovanni, para o caderno "Muito", do jornal A *Tarde*, em de junho de 2012.

6 Segundo o filho de Aracy, Arlindo Esteve Gomes, a loja "Gomes & Barbosa" ficava na Rua Lopes Cardoso, nº 29, no Comércio, e teria funcionado de 1930 a 1967. Na mesma rua, no nº 21, funcionou a "Argos", loja administrada por Arlindo Gomes, com apoio de sua esposa Aracy, entre 1957 a 1967.

7 Reitero aqui o jogo de palavras que proponho com o título da exposição sobre a obra de Aracy e de seu pai, José Esteve, organizada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, de 9 de junho a 30 de setembro de 2012. A exposição, intitulada "Do retrato interior ao exterior do retrato – Coleção Aracy e José Esteve" reúne, desde 1920 a 1970, retratos produzidos por José Esteve no interior da Bahia até as fotografias realizadas pela filha Aracy em Salvador.

8 Em entrevista a Ricardo Sangiovanni, para o caderno "Muito", do jornal *A Tarde*, de Salvador, edição de junho de 2012, p. 20, Aracy apresentou essa narrativa: "Joguei bola, subi em pé de pau, usei maiô transparente. Não tinha isso de deixar de fazer as coisas porque era menina, não. Meu pai me criou assim, meio diferente".

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARTHES, R. *A câmara clara*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante da imagem*. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DUBOIS, P. O *ato fotográficos e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 2012.

FONTCUBERTA, J. *La furia de las imágenes*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2016.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 15-38.

FOUCAULT, M. O a priori histórico e o arquivo. In: FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Annablume, 2011.

FLUSSER, V. *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.

FLUSSER, V. O *universo das imagens técnicas*: elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.

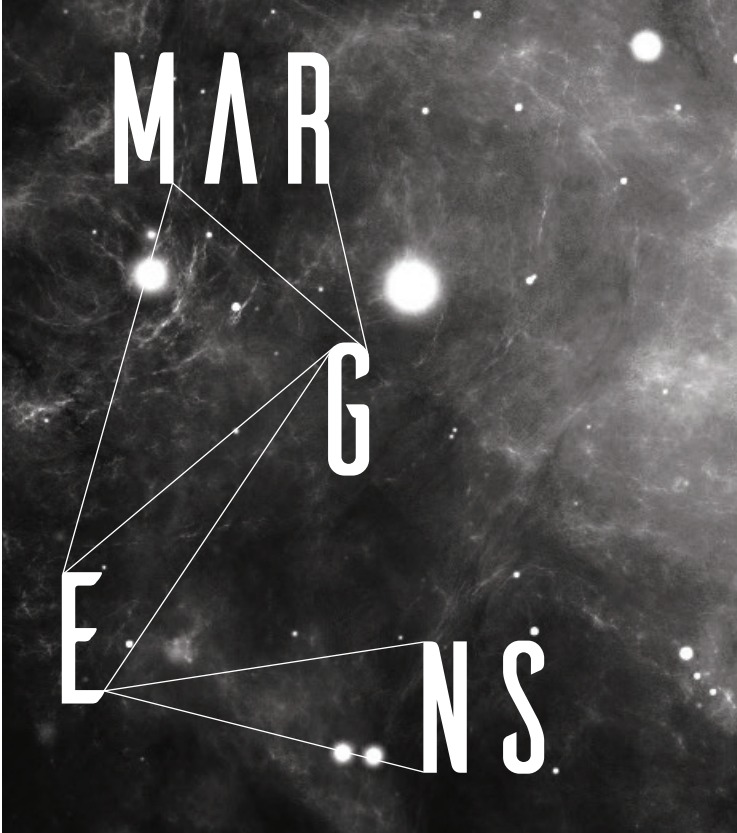
KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

PINHEIRO, E. P. *Europa, França e Bahia*: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

RANCIÈRE, J. O *destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANGIOVANNI, R. Biografia fotográfica. *A Tarde*, Salvador, p. 18-23, Jun. 2012. Caderno Muito.

P E N S A R P O R

MAR
G
E
NS

PENSAR POR MARGENS

THAÍS TRONCON ROSA

A partir dos anos 1960, com o crescimento vertiginoso da população urbana no Brasil, a questão dos espaços de moradia das camadas populares nas cidades ganha visibilidade, especialmente através da multiplicação de favelas em algumas de suas principais capitais. Tomando tal questão como mote, todo um campo de estudos urbanos se consolidará no país, pautado, em um primeiro momento, pelo grande interesse despertado pelo tema da favela carioca e, posteriormente, pela análise das periferias que se espraiavam nas regiões metropolitanas, notadamente em São Paulo.

A construção de tal campo de estudos teria acompanhado as mudanças ocorridas nos cenários político e urbano brasileiros, sob influência, entretanto, de marcos teóricos específicos presentes no pensamento sociológico latino-americano nas décadas de 1960 e 1970. Assim, as primeiras abordagens de cunho acadêmico das favelas cariocas se fizeram no contexto do debate sobre a articulação entre a "teoria da marginalidade social" e a ideia de uma "cultura da pobreza", a partir da qual esses espaços foram interpretados como "a mais típica manifestação da não-integração" de parcelas significativas das camadas populares à cidade e à "sociedade urbana".[1] (VEKEMANS; VENEGAS, 1966) Já os primeiros estudos acadêmicos sobre as periferias paulistanas representariam uma superação desse referencial, sob

influência da teoria da acumulação capitalista,[2] promovendo reflexões sobre a relação entre Estado, habitação e condições de reprodução da força de trabalho e encarando as periferias como espaços urbanos que, ocupados por trabalhadores pobres, seriam "socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana".[3] (TORRES et al., 2003, p. 98)

Além de consolidarem a favela e a periferia como objetos e campos de estudos urbanos, esses estudos pioneiros acabariam por promover sua conceituação, transformando-as em categorias de análise a partir das reflexões sobre a pobreza urbana e dos debates sobre moradia popular e a produção do espaço urbano no Brasil. Acompanhando os caminhos que promoveram tal construção conceitual das favelas e periferias no âmbito dos estudos urbanos,[4] é possível apreender que, já na origem de ambos os conceitos, estariam presentes interpretações dicotômicas da cidade – manifestas inicialmente nas oposições cidade/favela e centro/periferia –, das quais esses fenômenos urbanos seriam "o avesso": territórios à parte, sem lei, sem Estado, sem urbanidade. Produzidos em sentido contrário aos discursos e práticas normatizadores da sociedade – urbanísticos, jurídicos, políticos, entre outros –, esses espaços seriam o extremo oposto da ordem e da formalidade da cidade.

Desde então, diversos – e importantes – trabalhos foram produzidos ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 e, ao mesmo tempo em que desvendaram os processos sociais, culturais e de produção material e simbólica de tais fenômenos urbanos, construíram e formularam conceitos e categorias que, aos poucos, foram sendo incorporados ao debate público e, de certa forma, naturalizados na esfera acadêmica, tais como "cidade informal" ou "cidade ilegal". Consolidadas nos debates acadêmicos e políticos e legitimadas socialmente como "os espaços da pobreza nas cidades", as favelas e periferias seriam mesmo indissociáveis da concepção dual – e hegemônica – da realidade urbana, que, no correr das últimas quatro décadas, se expressaria através de diferentes polaridades, "tais como formal-informal, integrado-excluído, favela-bairro, centro-periferia", sempre tendo a questão da "ilegalidade" como um dos "critérios diferenciadores" desses supostos pólos.[5]

A partir década de 1990, intensificaram-se, no debate público, tais concepções dualistas da cidade, em função, principalmente, do renovado interesse – não apenas acadêmico – pelo “problema da favela”, com especial destaque para a metrópole carioca. A centralidade adquirida por temas como o tráfico de drogas e a violência urbana conferiria legitimidade social a tais concepções, que acabariam, de certa forma, por territorializar nas favelas a exclusão social, a violência e a ilegalidade urbana. Partindo da chave de leitura da exclusão, diversos estudos produzidos nesse contexto atestariam o agravamento dos contrastes socioespaciais entre os espaços de moradia das camadas populares na cidade – tipificados e associados quase genericamente às favelas – e “a cidade” em si, tornando-se frequentes nos debates públicos – não apenas cariocas –, desde então, as metáforas de “cidade partida”, “*apartheid* socioespacial”, bem como a associação desses espaços a “guetos”, “enclaves”, “bolsões de pobreza” etc. (RIBEIRO; LAGO, 2001; VALLADARES, 2005)

Nessa perspectiva, acentuaram-se aquelas interpretações das favelas e periferias a partir do que elas não têm. Ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de cidadania, ausência de ordem, ausência de planejamento – em última instância, *ausência de cidade* propriamente dita. Através da qualificação pela negação – que é um dos modelos teóricos bastante recorrentes nos estudos sobre “os pobres”, “os trabalhadores”, “as classes populares” –,[6] as favelas e periferias seriam compreendidas sempre em oposição àquilo que lhes seria negado e àqueles que os negariam – ou ainda a quem *eles negariam*, dependendo do referencial adotado: repõem-se, nas dicotomizações centro/periferia, asfalto/favela, as “oposições clássicas” – ou “falsas oposições” – que permeiam o pensamento social sobre os pobres, a pobreza urbana ou a cultura popular.[7]

O presente artigo é um desdobramento de uma senda investigativa que vem sendo construída por esta pesquisadora desde 2005, quando da aproximação ao campo da história,[8] o qual se ancora, por um lado, na crítica à perspectiva totalizante de “cidade” que orientaria as concepções originárias – e seus desdobramentos contemporâneos – de “favela” e “periferia” e as abordagens dicotômicas sobre as cidades dela decorrentes, calcadas em categorias como “cidade

informal" ou "cidade ilegal"; e, por outro, na crítica à perspectiva etnocêntrica que encararia tais configurações urbanas exclusivamente pela chave da ausência e que culminaria em proclamá-las "o avesso da cidade": afinal, que cidade é essa que não estaria presente nos inúmeros espaços de moradia das camadas populares? Não seria a mesma cidade que os produz e que é também produzida por eles? E o que dizer da enorme parcela da sociedade que vive nesses espaços, das práticas, relações, disputas que os produzem e lhes dão sentido cotidianamente? Não seriam estes outros aspectos a serem considerados como forma de produção da cidade? Ao delimitar teoricamente fronteiras demasiadamente rígidas entre duas formas de produção da cidade – uma "formal", legalizada e exposta à sociedade e outra "informal", "ilegal" e, no mais das vezes, considerada "periférica" –, tais abordagens não deixariam escapar a complexidade de relações que caracterizam, na prática, essas supostas fronteiras?

A partir de tais questionamentos, vimos nos aproximando de um amplo campo de debates que procura dar conta do quanto as mudanças em curso na economia e na sociedade, desde, pelo menos, o final dos anos 1980 e intensificadas a partir da segunda metade dos anos 1990, desestruturaram o "diagrama de relações" entre trabalho, cidade e política, a partir do qual se formularam aquelas reflexões pioneiras sobre a questão urbana no Brasil (RIZEK, 2003), embaralhando os pares conceituais que a pautavam e evidenciando uma "ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não-direito, entre o público e o privado, a norma e a exceção". Nesse contexto, diversos autores chamavam a atenção para a necessidade de se apreenderem as "realidades urbanas em mutação", uma vez que, a despeito da inegável existência das desigualdades e diferenças e de seu significativo aumento nos últimos anos, já há algum tempo, elas vêm se condensando em espaços múltiplos, redesenhados a partir de práticas, circuitos e relações que não cabem "nas dualidades supostas nos estudos anteriores". (TELLES, 2006, p. 49, 61)

Em especial a partir dos anos 2000, uma gama diversificada de trabalhos passou a introduzir questionamentos àquelas explicações

gerais sobre "a crise urbana", bem como às definições categoriais de "pobreza", "exclusão" ou "segregação". Desde então, esforços de reinterpretação das cidades desde os espaços e experiências urbanas das camadas populares vêm sendo empreendidos, mobilizando e articulando disciplinas, fontes, métodos dos mais variados. Se, por um lado, reatam-se criticamente fios das importantes abordagens produzidas nas décadas de 1970 e 1980, por outro, busca-se construir novos parâmetros do debate sobre os diversos fenômenos urbanos abarcados genericamente sob as noções de favela e periferia.

Na medida em que têm procurado apreender, descrever e analisar as insuspeitadas e velozes transformações pelas quais tais fenômenos vêm passando nas últimas décadas – e as práticas, os processos e os expedientes mobilizados em sua produção –, os conceitos e categorias antes acionados parecem já não dar conta da diversidade de realidades que continuam a nomear de forma genérica, evidenciando que dimensões da chamada "crise urbana" são também cognitivas.

Na tentativa de renovar e articular parâmetros críticos e parâmetros descritivos para pensar as transformações nas cidades contemporâneas brasileiras,[10] nota-se, entre os trabalhos, um amplo debate sobre fontes, métodos e fronteiras disciplinares. A "prática restrita da interdisciplinaridade" (LEPETIT, 2001) é algo a destacar, em que a antropologia – e mais especificamente, a etnografia, enquanto perspectiva epistemológica –, é experimentada em interfaces com a sociologia, a ciência política, a psicologia social, a geografia, a economia, a arquitetura e o urbanismo. A atenção a categorias e representações "êmicas"; a apreensão, através de trajetórias individuais e familiares, de práticas, processos e expedientes mobilizados na produção do espaço urbano; a perspectiva relacional adotada para compreender tais fenômenos a partir dos cruzamentos, das mediações, dos agenciamentos, das relações que os produzem: eis alguns dos recursos mobilizados na tentativa de promover uma revisão analítica e conceitual do universo em questão, tarefa de grande envergadura que tem resultado em um esforço conjunto de pesquisa, em curso desde então.

Entretanto, se no contexto mais recente de intensificadas transformações urbanas no país, assentadas, em grande medida, nas dobras

entre dimensões da financeirização e do empresariamento urbano e o acirramento da autoprodução de enormes parcelas das cidades pelas camadas populares, emergem rupturas em relação aos processos históricos de produção das cidades brasileiras, há também uma série de continuidades e permanências, nas quais se evidenciam processos de longa duração vinculados, sobretudo, às desigualdades e diferenças sob as quais tal produção se constitui. Dessa perspectiva, a produção, os usos, as apropriações da cidade pelas camadas populares, em seus atravessamentos de classe, raça e gênero, recobram seu lugar como componentes centrais da questão urbana contemporânea no país. (GLEDHILL; HITA; PERELMAN, 2017, p. 42)

É nesse sentido que emerge a perspectiva de um “olhar para a cidade a partir de suas margens” (AGIER, 2011; TELLES, 2013), ou do *pensar por margens*, como aqui proposto. A retomada contemporânea da noção de margens para pensar as “situações periféricas” (ALMEIDA; D’ANDREA; DE LUCCA, 2008) urbanas no país, tomando a “cidade como plano de referência” (TELLES, 2006), distancia-se em muito daquela já mencionada articulação entre a teoria da marginalidade social e a ideia de uma cultura da pobreza, a partir da qual se fizeram as primeiras reflexões acadêmicas sobre as favelas no Brasil. Assumindo o viés crítico e político da noção, tais reflexões contemporâneas recusam-se a pensar as margens na chave da ausência ou da exclusão, pensando-as relacionalmente e em perspectiva multiescalar: são encaradas em sua relação intrínseca com o “centro”, são os “supostos necessários” do Estado, da sociedade, da cidade. (DAS; POOLE, 2004; FELTRAN et al., 2011)

Birman (2013, p. 7), em apresentação à coletânea de artigos organizada por Cunha e Feltran, propõe considerar

> os lugares construídos como ‘periféricos’, mas sem buscar fixá-los a priori (por meio de atributos sociais, pelo estatuto de seus habitantes ou outros exames que desconsideram as formas variadas de inserção nesses espaços).

Ao que eu acrescentaria também as formas variadas de produção e apropriação dos mesmos. Destacando o já mencionado processo coletivo de "elaboração rica de um campo analítico, cuja complexidade se deve ao reconhecimento de que as fronteiras das periferias estão longe de se constituírem por coordenadas somente ou primordialmente espaciais" (BIRMAN, 2013, p. 7), a autora evoca, em diálogo com os artigos da coletânea, a noção de margens, enfatizando que estas podem ser "políticas, religiosas, sociais, administrativas, culturais – sem que se recubram de forma a criar espaços fixos, homogêneos, unificados e submetidos às mesmas clivagens". (BIRMAN, 2013, p. 7)

Trata-se, nesse sentido, de uma perspectiva que propõe pensar além do modelo espacial centro-periferia e, ao direcionar o foco para as margens, permite evidenciar novos nexos e relações de sentido frente às dinâmicas socioespaciais em curso, colocando-as no centro das reflexões sobre as cidades brasileiras.[11]

Tal perspectiva pode ser aproximada a um vasto e recente campo de reflexões, de âmbito internacional, em torno da noção de margens, de suas implicações simbólicas e materiais complexas e de sua ambiguidade em relação às fronteiras, a partir de reflexões sobre a reconfiguração geopolítica do mundo contemporâneo e os contextos de migrações internacionais, deslocamentos forçados e expulsões que a conformam. Conforme aponta Agier (2016), o mundo atual se faz, em grande medida, de mobilidades compulsórias, de contínuas buscas por moradia e pontos de fixação, de ancoragens cada vez mais incertas.[12]

Atestando a proliferação contemporânea das margens a partir de um processo contínuo de expansão de fronteiras pela globalização capitalista, cuja manutenção e perpetuação dependem, em grande medida, das práticas, sujeitos, tempos e espaços que conformam as – e se conformam nas – margens, diversos autores atestam sua dimensão produtiva, seu papel estratégico e central na atual configuração mundial (AGIER, 2008, 2016; MEZZADRA; NEILSON, 2013): constantemente produzidas e deslocadas, são também frequentemente alvo de intervenção, em termos da "destruição criativa" (HARVEY, 2007) que anima o capitalismo contemporâneo, ancorado nas dobras do que se denomina "estado" e "mercado".

Em que pese sua proliferação, as margens são reiteradamente invisibilizadas, deslegitimadas ou criminalizadas nas narrativas de modernização que delineiam historicamente o Estado e suas territorializações. Das e Poole (2004, p. 3, tradução nossa) propõem, em contraponto, repensar criticamente o Estado a partir de suas margens, refletindo sobre "como as práticas e políticas de vida nas margens moldam as práticas políticas de regulação e disciplinamento que constituem aquilo que chamamos 'o estado'". Atestando a polissemia da noção de margens, estas são mobilizadas na coletânea organizada pelas autoras, em sentido tanto descritivo quanto crítico, e sintetizadas em três proposições conceituais mais recorrentes: margens da legalidade oficial; margens da legibilidade estatal – associadas à documentação escrita –; e margens da normalidade – relação entre corpos, lei e disciplina, tendo por referência o conceito de biopoder foucaultiano.

A partir da etnografia de práticas, lugares e linguagens consideradas à margem do estado-nação, as margens são pensadas não como espaço periférico, lugar-fora estático, mas como dinâmicas que perpassam e atravessam o Estado por dentro, num permanente jogo dentro/fora. A apreensão desse movimento torna as margens centrais para compreender o Estado, justamente por instaurar uma ruptura em termos da modernidade hegemônica: as margens são bem mais do que espaços de desordem ou locais onde o Estado não pôde instaurar a ordem. Apontando a relação entre violência e funções ordenadoras do Estado como questão-chave para a reflexão sobre as margens, em que a patologização ou criminalização de populações, práticas e territórios – alvos dos paradigmas desenvolvimentistas/modernizadores – se faz *modus operandi* da relação Estado-margens, os diversos trabalhos reunidos na coletânea evidenciam outro aspecto importante para a abordagem que aqui delineamos: as margens não são inertes, as margens são instituintes de formas alternativas de ação política, de formas locais de pluralidade legal, econômica e cultural, lugares onde racionalidades e normatividades outras são praticadas cotidianamente. As margens, portanto, estariam permanentemente tensionando e disputando a modernidade hegemônica, para além dos momentos críticos e eventuais de resistência.

As margens emergem, portanto, como dimensão central na experiência contemporânea, fazendo transbordar a noção de fronteira ao embaralhar as distinções entre dentro e fora, privado e público, legal e ilegal, norma e transgressão, soberania e exceção, identidade e alteridade: para além do ato de dividir e conectar, para além da linha que institui a fronteira – estabelecimento de limites –, esse entendimento de margens as associa a uma espécie de zona móvel, continuamente redefinida, não fixa, elástica, em constante formação, evidenciando sua dimensão processual e relacional. (MEZZADRA; NEILSON, 2013; WEIZMAN, 2007)

Nesse sentido, a partir da ideia, recorrente nos diversos autores aqui mobilizados e nas experiências etnográficas empreendidas em minhas próprias pesquisas, da indeterminação, incerteza e ambiguidade constitutiva das margens contemporâneas, nos aproximamos também da noção de limiar, tal como proposta por Walter Benjamim, em uma distinção rigorosa da noção de fronteira: mais do que conter e manter, delimitar e separar – como o faz a fronteira –, o limiar se configuraria como uma zona de transição, não estritamente definida, remetendo a fluxos e contrafluxos, lugares e tempos indeterminados e de extensão indefinida, "um entre, uma zona cinzenta que funde categorias e mistura oposições". (RIZEK, 2012, p. 34) Situam-se entre a possibilidade de um futuro em aberto – zonas de transição – e o achatamento gestionário da vida – zonas de detenção.

A aproximação entre as noções de margens e limiares, que aqui apenas se esboça,[13] parece ser fértil em termos do que aqui consideramos pensar a cidade a partir de suas margens, sobretudo em diálogo com Arantes (2000), que, refletindo sobre as cidades contemporâneas brasileiras, propõe a noção de "zonas limiares": lugares sociais conformados por uma diversidade de categorias e sujeitos sociais, territorialidades e sociabilidades que se superpõem e se entrecruzam de modo complexo, não apenas no espaço, mas também no tempo. Essas zonas resultariam de referenciais de tempo-espaço "produzidos nos conflitos e sociabilidades chamadas marginais". Também Perlongher (1987) reflete em termos de "espaços intermediários da vida social", cujas territorialidades não são estritamente fixas e evidenciam passagens relacionais entre elas, conformando formas de "resistência à ordem

social hegemônica". Ou, nas palavras de Ribeiro (2010), tais zonas limiares corresponderiam à criação de "instáveis territorialidades" em meio – ou por sobre – políticas urbanas excludentes e sua materialidade na cidade, as quais se associam à emergência de relações e tensionamentos entre diferentes racionalidades, normatividades e territorialidades nas cidades contemporâneas.

Os autores apontam para uma dimensão potencial dessas margens – espaços intermediários, instáveis territorialidades, zonas limiares e os corpos e práticas que as conformam –, que residiria na possibilidade de dar novas conotações simbólicas ao suposto esvaziamento do espaço público nas cidades – ou a sua espetacularização –, ao abrigar disputas e conflitos constitutivos da dinâmica urbana contemporânea e fazer constituirem-se outras contratualidades e racionalidades nas grandes cidades brasileiras contemporâneas. (ARANTES, 2000, p. 108)

Não se trata, obviamente, de ignorar as múltiplas violências – físicas e simbólicas – que incidem sobre tais zonas, práticas e corpos, dentre as quais destacam-se políticas e gestões, práticas de planejamento e policiamento e suas reiteradas tentativas de normatização e de conversão de limiares em fronteiras, cuja "transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma transgressão, interpretada no mais das vezes como uma agressão potencial". (GAGNEBIN, 2014, p. 35) Entretanto, os três autores, ao direcionarem o olhar para a construção de vínculos sociais, de sociabilidades, de urbanidades outras em relação àquelas hegemonicamente normalizadas e normatizadas propõem encarar os múltiplos limiares como "enunciações que as práticas sociais podem construir – e efetivamente constroem – no espaço da cidade" (ARANTES, 2000, p. 129), ações possíveis frente aos mecanismos de nivelamento (e supressão) das diferenças e à discriminação e seleção deles decorrentes.

Tais ações possíveis são pensadas por Ribeiro (2010) como espécie de transcendência que germina na imanência: paradoxos e tensões decorrentes de tais políticas, gestões e violências que criariam oportunidades – ainda que contraditórias – para a tessitura de relações sociais, para conformação das urbanidades outras que aqui nos interessam. Invocando as práticas de mediação aí implicadas, a

autora propõe a noção de gestos-fio, os quais “costuram, com fios tênues e tentativos, fraturas e feridas produzidas pela ação dominante”. (RIBEIRO, 2010, p. 30) Também Perlongher (1987) irá propor que se encarem as práticas que aqui nomeamos de limiares menos como desvios, oposições ou rupturas frente às “normas sociais dominantes” e mais como trânsitos, mediações, passagens, entre contiguidade e separação, entre pontos de ruptura e pontos de sutura, invocando também a metáfora e o gesto de costura possível desse campo social desde suas territorialidades, sociabilidades, racionalidades e normatividades outras.

Tais perspectivas se mostram significativas em termos de reflexões sobre as cidades brasileiras contemporâneas, sobretudo quando se considera que, entre arquitetos e urbanistas, parecem ainda prevalecer aquelas explicações gerais sobre “a cidade e sua crise”, projeções quase sempre ancoradas em “totalidades inacessíveis de um ponto de vista empírico – a ‘grande cidade’, o ‘urbano global’, a ‘metrópole’, a ‘urbanização desterritorializada’”[14] (CORDEIRO; FRÚGOLI JUNIOR, 2011, p. 19) e, sobretudo, naquelas mesmas abordagens dicotômicas calcadas em categorias como informalidade, ilegalidade ou anomia, que seguem encarando as diversas dinâmicas socioespaciais e territorialidades não hegemônicas exclusivamente pela chave da ausência, da carência e legitimando intervenções e violências de toda ordem. Em contraponto, a cidade que emerge das pesquisas históricas e experiências etnográficas a partir das quais aqui refletimos se apresenta como campo de trânsitos e mediações em que se articulam – não sem conflitos – temporalidades, espacialidades e universos sociais distintos.[15]

Joseph (1999, p. 33-39), conferindo importância “à tomada de partido rigorosamente descritivo de uma etnografia do deslocamento”, a qual possibilitaria apreender a própria “urbanidade em operação”, fornece algumas pistas para pensar essa dimensão dos trânsitos e mediações que parecem ser constitutivos das margens, como aqui pensadas: seria possível pensar a cidade a partir das categorias da liminaridade, da passagem, da instabilidade, do espaçamento e da contiguidade? Ou, ainda, a partir da ideia de “um espaço descontínuo constituído de várias regiões de significação, com seus recursos cognitivos e nor-

mativos próprios”, articuladas entre si por eventos de mobilidade, cursos de ação singular?

Não se pretende afirmar, com isso, a inexistência de fronteiras socioespaciais a delimitar os territórios, as trajetórias e as experiências em foco nas investigações realizadas e em curso nas margens da cidade. Mas, ao atentar para margens e limiares, buscamos nos distanciar das dicotomias e categorias autoexplicativas – como segregação ou exclusão – e evidenciamos a perspectiva de que há dinâmicas socioespaciais em constante movimento, produzindo e disputando a cidade em suas margens e, portanto, deslocando-as continuamente.

Sem desconsiderar a polissemia da noção, bem como a heterogeneidade material e simbólica das margens, que configuram distintos sentidos a partir dos distintos espaços, tempos, práticas e corpos que as constituem em variadas situações sociais e territoriais, as dimensões aqui brevemente elencadas, que partem do diálogo com alguns autores e têm como plano de fundo pesquisas empíricas realizadas nas margens das cidades desde 2005, já nos dão pistas do quão férteis as margens podem ser em termos da investigação das dinâmicas urbanas contemporâneas, das cidades e também do urbanismo.

Entretanto, mais do que apreendê-las enquanto “categoria” ou “objeto” de investigação, as margens são aqui evidenciadas como perspectiva analítica para compreender as cidades contemporâneas e as disputas que as constituem: pensadas como processos, atentando ao que produz e como se produzem as margens – e, sobretudo, ao que elas produzem –, esse olhar para a cidade a partir de suas margens tem possibilitado novos campos de reflexão e problematização sobre o espaço urbano e seus modos de produção processual e conflitivo.

Ou, se considerarmos o descentramento implicado nesse pensar por margens, bem como as questões e desafios que tal postura coloca aos modos de pensar e produzir conhecimento sobre as cidades e, consequentemente, às “categorias cognitivas e normativas que, por muito tempo, primaram no campo dos estudos urbanos” (TELLES, 2013a),

mais do que apontar para uma necessária renovação nas ferramentas teóricas e metodológicas, pensar por margens implica uma posição, a um só tempo, epistemológica e política.[16]

E aqui tangenciamos, em alguma medida, um conjunto de reflexões contemporâneas que tem problematizado a produção de conhecimento a partir das "margens do mundo", reivindicando o "sul global" como lócus de produção teórica, enfatizando as "fronteiras da diferença colonial" e recobrando outras perspectivas e dimensões da modernidade. Sem nos aprofundar nessa seara, que exigirá um desdobramento mais cuidadoso em outra oportunidade, ao considerarmos as margens como perspectiva epistemológica para pensar as cidades contemporâneas, faz-se inevitável uma aproximação – ainda em curso – a tais abordagens, sobretudo no que tange às concepções de "epistemologia fronteiriça", "pensamento liminar" e "pensamento crítico de fronteira", para citar algumas modulações dessas reflexões[17] que apontam para disputas epistemológicas importantes, que se somam às outras muitas camadas de disputas que as margens encerram, como evidenciado anteriormente.

As questões aqui delineadas se alinham, portanto, a uma reflexão sobre o lugar do pensamento crítico e da produção do conhecimento, desdobrada a partir da atenção aos limiares e às alteridades inerentes às margens das cidades e às disputas aí implicadas. Trata-se, portanto, de uma proposição que as traz para o centro da análise, demandando à produção de conhecimento sobre as cidades uma perspectiva relacional:

> O limiar designa, portanto, essa zona intermediária que a filosofia ocidental - bem como o assim chamado senso comum – custa a pensar, pois que é mais afeita às oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano etc.), mesmo que haja, em alguns casos, um esforço em dialetizar tais dicotomias. (GAGNEBIN, 2014, p. 37)

Partindo também de limiares disciplinares ou da já mencionada prática restrita da interdisciplinaridade, temos nos valido, em especial, dos cruzamentos entre os campos da arquitetura e do urbanismo,

da história e da antropologia na construção desses outros modos de pensar as cidades e o urbanismo a partir de suas margens, que se ancoram na potência cognitiva e crítica da experimentação etnográfica, desdobrando-se metodológica e analiticamente em abordagens relacionais, situadas e multiescalares. Não caberia aprofundar tais desdobramentos metodológicos e analíticos, dados os limites deste texto,[18] mas se faz necessário reiterar a dimensão do encontro, do compartilhamento e do diálogo que a etnografia implica: "a etnografia é em si um debate, um colocar em perspectiva diversos lugares de locução e escuta. Etnografar é um lançar-se ao outro, é gesto que incita deslocamentos de ideias e provações corporais". (RUI; MARTINEZ; FELTRAN, 2016, p. 16) Não se trata, necessariamente, de uma fala desde a experiência em si e, de modo algum, de um olhar externo a ela, mas sim do estabelecimento de uma interlocução etnográfica, da produção de um saber mútuo.

Também Ribeiro (2010, 2012) irá enunciar a prática de uma "episteme dialógica", a qual se concretizaria numa implicação corpórea do pesquisador com as práticas dos "muitos outros" nas cidades e suas zonas limiares, na disposição ao encontro, ao diálogo, à compreensão de outras racionalidades e normatividades, de outros modos de pensar, fazer e viver, e, sobretudo, à partilha de saberes e produção conjunta de conhecimento com aqueles que habitam e produzem cotidianamente as margens da cidade:

> Sem o contato com essas ações – cuja apreensão exige a valorização do instante, de códigos grupais e de linguagens corporais – o pensamento crítico abandona experiências que enlaçam energias sociais e preenchem o cotidiano, confeccionando tecido urbano novo. (RIBEIRO, 2010, p. 29)

Tomadas como perspectiva epistemológica, as margens não aparecem mais, portanto, como desvio ou expressão da "falta de ordem" urbana, mas evidenciam-se como constituintes – e mesmo como condições necessárias – de uma dada concepção – à qual corresponde uma produção – de cidade, de urbanismo, de urbanização.

Não se trata, portanto, de inverter a valoração sobre os processos e dinâmicas socioespaciais que as configuram – da negatividade para a positividade –, mas de mudar a perspectiva de apreensão sobre eles, desnormatizando seu campo de significação. Sem desconsiderar sua construção histórica como "problema urbano" ou "questão social", propomos produzir reflexividade sobre e desde as margens, evitando reificar tal dimensão "problemática" como um dado objetivo que estaria presente qualquer que fosse a situação ou o ângulo de análise.

Dessa forma, tencionamos moldar uma crítica da racionalidade gestionária e aprioristicamente interventora que orienta não apenas práticas, mas também pesquisas no campo da arquitetura e do urbanismo,[19] estabelecendo um contraponto à abordagem das margens nos termos unívocos de sua valoração ou de sua transformação. O que se propõe aqui não tem como destino prévio a necessidade de intervenção, mas a produção de conhecimento: trata-se de compreender como se constituem, como funcionam, como são vividos e significados os processos e as dinâmicas socioespaciais em foco, e não de pensar exclusivamente como transformá-los ou como ordená-los.

Nesse sentido, as pesquisas que vimos desenvolvendo mais recentemente têm se proposto a pensar não apenas as cidades, mas também o urbanismo, a partir de margens e limiares,[20] perscrutando dimensões socioespaciais e, sobretudo, os meandros da conformação de distintos "regimes de urbanidade" (AGIER, 2011, 2015) a serem considerados analítica e politicamente. Espera-se estabelecer uma reflexão ampliada sobre dinâmicas de produção do que vimos chamando "urbanidades liminares" em curso, contemporânea e historicamente, no país, possibilitando desnudar as aproximações e disjunções entre saberes e dispositivos técnicos de planejamento e gestão urbana (e social) e saberes, práticas e narrativas de produção de cidade e urbanidade em ato, alargando e fortalecendo campos de reflexão crítica que se somem aos ainda escassos estudos urbanos que vêm se atentando à existência de diferentes regimes de urbanidade e múltiplas maneiras de "fazer cidade".

NOTAS

1 Para um panorama dessas abordagens, ver, dentre outros, Valladares (2005). Para um estudo sobre a contribuição e a crítica da teoria da marginalidade social, ver Perlman (1977). A concepção de uma "cultura da pobreza" foi proposta em Lewis (1959).

2 Tal ruptura terá como referência paradigmática o trabalho de Oliveira (1972), que ecoará por toda a década de 1970, influenciando significativamente os estudos subsequentes sobre as periferias urbanas. Poucos anos depois, a publicação de um conjunto de trabalhos de pesquisa sobre as condições de vida na cidade de São Paulo (KOWARICK; BRANT, 1975) fará circularem de forma mais ampla as proposições que articulavam acumulação e pobreza, introduzindo no debate as noções de periferia e de urbanização periférica. Caberia aqui, ainda, destacar alguns trabalhos pioneiros, como: Sampaio e Lemos (1978), Bonduki e Rolnik (1979), Maricato (1979), Valladares (1980), entre outros.

3 Para alguns breves balanços dessas interpretações, ver: Valladares (1983, 2005); Coraggio (1989); Kowarick (2000); Marques e Bichir (2001); Frúgoli Junior (2005). Diversos outros autores farão menção a esse momento do pensamento sociológico sobre as cidades no Brasil, frisando sua interlocução direta com o marxismo-estruturalista francês e, em especial, com as abordagens de Castells (1983) e Lojkine (1981).

4 No primeiro capítulo da dissertação de mestrado *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia* (2008), percorri, de forma panorâmica, alguns dos caminhos tomados pelos estudos de favelas e periferias urbanas no Brasil desde sua "descoberta" social e acadêmica. A intenção foi recuperar alguns debates sobre tais fenômenos, no âmbito dos estudos urbanos – com especial destaque para a sociologia urbana de filiação marxista-estruturalista, a ciência política e a antropologia – desde sua construção enquanto problemas sociais, categorias, campos ou objetos de estudos, frisando as continuidades e descontinuidades ao longo dos períodos enfocados. As questões aqui apresentadas somente se fazem possíveis em razão dessa revisão crítica realizada anteriormente, a qual não caberia retomar em detalhes neste texto, dados os limites do mesmo.

5 Lago (2003, p. 2), Valladares (2005), Zaluar e Alvito (2003), Torres e colaboradores (2003) e Silva (2006). De fato, ao longo de todo o processo de urbanização brasileiro, a relação entre ilegalidade e pobreza tornou-se praticamente inexorável: a inserção das camadas populares no espaço urbano tem sido problematizada, em grande medida, pela questão da ilegalidade urbana, ou da chamada "cidade ilegal". Não apenas no Rio de Janeiro – a partir da enorme

difusão das favelas pelo espaço urbano –, mas também na cidade de São Paulo, as origens da constituição de uma "outra cidade" para além da "cidade legal" remontariam às primeiras décadas do século XX (ROLNIK, 1997), ainda que a questão tenha ganhado maior visibilidade apenas no momento em que a progressiva expansão das periferias atingiria dimensões extremas, entre as décadas de 1960 e 1970.

6 Veja-se reflexões nesse sentido em Caldeira (1984); Paoli, Sader e Telles (1983); Paoli e Sader (1986); Sarti (1994); Zaluar (1985); Coraggio (1989).

7 Zaluar e Alvito (2003) afirmam que as origens desse pensamento dualista sobre a cidade, no país, remontariam às representações, produzidas no século XIX, referentes à existência de "dois Brasis", um urbano e moderno e outro tradicional, rural, atrasado. Segundo os autores, "essa reflexão sobre a dualidade brasileira encontrou na oposição favela X asfalto uma de suas encarnações". (ZALUAR; ALVITO, p. 13)

8 Desenvolvi reflexão mais aprofundada sobre tais questões aqui apresentadas apenas brevemente em Rosa (2008, 2009).

9 Trata-se de questionar uma abordagem essencialista da cidade, na qual o conceito se apresenta como universal, naturalizado, e tudo o que escapa de ser englobado por ele configura-se em seu avesso ou sua ausência. Ver também nota 16.

10 "Duplo desafio: a construção de parâmetros críticos (e a reativação da tradição crítica das ciências sociais) implica, ao mesmo tempo, a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação". (TELLES, 2006, p. 48)

11 Feltran (2010), em apresentação à edição especial da revista do CRH intitulada *Margens*, que reuniu alguns trabalhos que evidenciam o conflito político desde lugares e sujeitos considerados "marginais" – favelas, sertões, ruas e prisões; imigrantes ilegais, moradores de rua, pixadores, ladrões –, em seus embates cotidianos com sujeitos e lugares "legítimos" do mundo social, destaca o quanto as margens, sobretudo os "contingentes 'marginais' da população", têm estado no centro do pensamento social moderno – a partir de autores como Simmel e Foote-Whyte; Arendt, Foucault e Rancière; ou ainda dos *subaltern studies* e estudos pós-coloniais. Entretanto, os trabalhos contemporâneos dos quais a coletânea dá uma mostra, mais do que apenas enfocar populações, territórios e circuitos sociais invisibilizados socialmente ou considerados marginais, ou situar objetos de estudo na contramão do "legítimo", evidenciam, justamente, os nexos que se desenham entre esses mundos de práticas, a complexidade de conexões entre os espaços por onde os sujeitos transitam, "lançando luz interpretativa acerca de cotidianos, conflitos pessoais, poderes e discursos em disputa".

12 Destacaria, nesse sentido, os chamados "border studies" (KOLOSSOV, 2005; MEZZADRA; NEILSON, 2013), ou o que Agier (2015, 2016) vem denominando uma "antropologia das/nas margens", para citar alguns exemplos. Importante ressalvar que a distinção entre fronteiras, margens, bordas, limites envolve variações linguísticas e etimológicas – caso das distinções, por exemplo, entre *border*, *frontier*, *boundary*, *margin*, *edge*, para ficar apenas no inglês –, que não caberiam ser aprofundadas aqui, bem como implicações conceituais e mesmo políticas que merecerão maior atenção em outra ocasião. De todo modo, dentre os autores aqui mobilizados, aqueles que se referem, por exemplo, à noção de *border*, o fazem de forma alargada, mencionando, por exemplo, *border situations*, *borderscapes*, *border zones*, cujas definições se aproximam da noção de margens, tal como desdobrada neste texto.

13 Uma reflexão sobre o limiar como perspectiva de reflexão sobre as cidades brasileiras contemporâneas foi esboçada anteriormente em Rosa e colaboradores (2017).

14 Evitando partir de tais totalidades inacessíveis, o esforço epistemológico daí decorrente se faz, entretanto, no sentido de não deslizar para uma perspectiva fragmentária, da cidade como mosaico ou reduzida a localismos, como alerta Smith (2002). Refletindo sobre o espaço geográfico de forma mais ampla, o autor, partindo da crítica a uma abordagem da diferença como totalidade – que se reduziria à diversidade – e dialogando com a proposição de Lefevbre da cidade como espaço das diferenças, conduz a reflexão em termos de uma concepção relacional do espaço – aí incluída a cidade – a partir de uma concepção também relacional das escalas espaciais. Há ainda toda uma reflexão, fundamental, sobre o quanto tal noção totalizante de cidade construiu-se a partir de um referencial eurocêntrico, sendo necessário aos estudos urbanos um descentramento cultural, como indica Agier (2017, p. 424): "Os saberes e imaginários atuais da cidade constituíram-se historicamente no mundo ocidental e só parcialmente correspondem à realidade múltipla dos fatos urbanos no mundo atual. O próprio conceito de cidade que foi construído em transparência com o modelo da cidade europeia, está fornecendo os marcos referenciais e as ordens de grandeza segundo os quais os estabelecimentos humanos do resto do planeta foram, e continuam sendo, medidos".

15 Ver, nesse sentido, Rosa (2014).

16 Conforme Agier (2015, p. 487): "Não a margem como fato social, geográfico ou cultural, mas a margem como posição epistemológica e política: apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante — permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade".

17 Destacamos, nesse sentido, algumas dessas abordagens em âmbito latino-americano, a partir das aproximações ainda em curso em nossas pesquisas: Anzaldua (1987), Mignolo (2003a, 2003b), Mignolo e Tlostanova (2006), as coletâneas organizadas por Castro-Gómez, Guardiola-Rivera e Benavides (1999), Lander (2000), Moraña, Dussel e Jáuregui (2008) ou Borsana e Quintero (2014). Há ainda uma aproximação do campo do urbanismo e do planejamento urbano a esses debates, cujas ideias de um urbanismo subalterno, da informalidade como modo de vida ou da favela como teoria merecem reflexões críticas a serem desdobradas em outra ocasião. Ver, por exemplo: AlSayyad (2004), Roy (2005, 2011), Rao (2006) ou Varley (2013).

18 Ao que remeto novamente, a título de aprofundamento destas perspectivas aqui esboçadas, a Rosa (2014).

19 Tal perspectiva também estaria fortemente presente em pesquisas filiadas à chamada sociologia urbana, conforme esclarece Hirata (2010). O autor, em reflexão sobre a prática de pesquisa nas cidades e suas complexas relações com a gestão das populações urbanas, desenvolve uma crítica à postura gestionária frente aos chamados "problemas urbanos", a partir de uma revisão dos primeiros estudos da Escola de Chicago, nos quais se construiu a noção da cidade como laboratório e clínica do humano: "Ela parte da representação da cidade como laboratório social, onde seria possível identificar as variáveis que constroem o urbano como um meio, e tem como perspectiva a construção de uma estrutura pragmática, a cidade como artefato, em vista de um ordenamento ou um campo de intervenção possível do homem sobre o homem". (HIRATA, 2010, p. 11-12)

20 Nas pesquisas em curso, por mim coordenadas, intituladas "Urbanidades Liminares: moradia e dinâmicas socioespaciais nas 'margens' da cidade" e "Cronologia do Pensamento Urbanístico – campo de debates sobre participação", desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Laboratório Urbano, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/FAUFBA).

REFERÊNCIAS

AGIER, M. *Antropologia da cidade*: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

AGIER, M. *Borderlands*: towards an anthropology of the cosmopolitan condition. Malden: Polity Press, 2016.

AGIER, M. *On the margins of the world*. Malden: Polity Press, 2008.

AGIER, M. Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (Org.). *Disputas em torno do espaço urbano*: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 411-426.

ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 28, p. 109-130, 2008.

ALSAYYAD, N. Urban Informality as a "New" Way of Life. In: ALSAYYAD, N.; ROY, A. (Ed.). *Urban Informality*: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America and South Asia. Maryland: Lexington Books, 2004. p. 7-31.

ANZALDUA, G. *Borderlands/La frontera*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

ARANTES, A. A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência. In: ARANTES, A. *Paisagens paulistanas*: transformações do espaço público. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BIRMAN, P. Apresentação. In: CUNHA, N. da; FELTRAN, G. de S. (Org.). *Sobre periferias*: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2013.

BONDUKI, N; ROLNIK, R. *Periferias*: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAU/USP, 1979. (Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam).

BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. (Comp.). *Los desafios decoloniales de nuestros días*: pensar en colectivo. Neuquén: Educo - Editorial de la Universidad Nacional del Comahue, 2014.

CALDEIRA, T. P. do R. *A política dos outros*: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, Ó. E.; BENAVIDES, C. R. M. de. *Pensar (en) Los Intersticios*: teoría y práctica de la crítica poscolonial. Bogotá: Pensar, 1999.

CORAGGIO, J. L. Pesquisa urbana e projeto popular. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 26, ano 9, p. 23-39, 1989.

CORDEIRO, G. Í.; FRÚGOLI JUNIOR, H. Prefácio. In: AGIER, M. *Antropologia da cidade*: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. p. 9-30.

CUNHA, N. V. da; FELTRAN, G. de S. (Org.). *Sobre periferias*: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2013.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. New Mexico: School of American Research, 2004.

FELTRAN, G. de S. Introdução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 9-13, 2010.

FELTRAN, G. de S. et al. *As margens da cidade*: grupos urbanos 'marginais', política e violência no estado de São Paulo. São Carlos, UFSCar, 2011. Relatório parcial de pesquisa. Não publicado.

FRÚGOLI JUNIOR, H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133- 165, 2005.

GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura, rememoração*: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. Introdução: a questão urbana, hoje. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (Org.). *Disputas em torno do espaço urbano*: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 9-24

HARVEY, D. Neoliberalism as Creative Destruction. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 610, n. 1, p. 21-44, 2007.

HIRATA, D. V. *Sobreviver na adversidade*: entre o mercado e a vida. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. v. 1.

JOSEPH, I. Paisagens urbanas, coisas públicas. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, p. 11- 40, jan./dez. 1999.

KOLOSSOV, V. Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches. *Geopolitics*, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 606-632, 2005.

KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KOWARICK, L.; BRANT, V. C. (Coord). *São Paulo, 1975*: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1975.

LAGO, L. C. do. Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber*: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LEWIS, O. *Five Families*: Mexican case studies in the culture of poverty. New York: The New American Library; Toronto: Mentor Book, 1959.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARQUES, E.; BICHIR, R. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 9-29, jun. 2001.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. *Border as Method or The Multiplication of Labor*. Durham: Duke University Press, 2013.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: "Um discurso sobre as ciências" revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003a. p. 631-672.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b.

MIGNOLO, W.; TLOSTANOVA, M. V. Theorizing from the Borders: Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. *European Journal of Social Theory*, London, v. 9, n. 2, p. 205-222, 2006.

MORAÑA, M.; DUSSEL, E.; JÁUREGUI, C. A. (Ed.). *Coloniality at Large*: Latin America and the Postcolonial Debate. Durham: Duke University Press, 2008.

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1972.

PAOLI, M. C.; SADER, E. Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. da S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1983.

PERLMAN, J. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê*: a prostituição viril. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUIJANO, A. Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización social. In: WEFFORT, F., QUIJANO, A. *Populismo, marginalización y dependência*: ensayos de interpretación sociológica. Costa Rica: Universidad Centroamericana, 1973. p. 180-213.

RAO, V. Slum as theory: the South/Asian city and globalization. Slum as theory: the South/Asian city and globalization. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v. 30, n. 1, p. 225-232, 2006.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1998.

RIBEIRO, A. C. T. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Corpocidade*: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 144-154, 2001.

RIZEK, C. S. Limites e limiares/Corpo e experiência. *Redobra*, Salvador, v. 3, n.10, p. 33-39, 2012.

RIZEK, C. S. *Os sentidos da cidade brasileira*: figurações da ordem e de seus avessos. São Paulo, 2003. Relatório de pesquisa. Não publicado.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1997.

ROSA, T. T. *Cidades outras*: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. 391 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

ROSA, T. T. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. *Anais*... Caxambu: ANPOCS, 2009.

ROSA, T. T. *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano*: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ROSA, T. T. et al. Liminaridades. In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Corpocidade*: gestos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

ROY, A. Urban informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, Chicago, v. 71, n. 2, p. 147-158, 2005.

ROY, A. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.

RUI, T.; MARTINEZ, M. M.; FELTRAN, G. S. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016.

SAMPAIO, M. R.; LEMOS, C. *Habitação popular paulistana*: autoconstrução. São Paulo: FAU/USP, 1978.

SARTI, C. A. *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 215 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, E. A. da. *Nas tramas da "cidade ilegal"*: atores e conflitos em ocupações de terra urbana. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SMITH, N. Geografía, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 27-146, 2002.

TELLES, V. da S. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, V. da S.; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade*: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 35-64.

TELLES, V. da S. Pósfacio. In: CUNHA, N. DA; FELTRAN, G. de S. (Org.). *Sobre periferias*: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2013a.

TELLES, V. da S. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea*: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 359-373, 2013b.

TORRES, H. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALLADARES, L. do P. (Org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VALLADARES, L. do P. *A invenção da favela*: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARLEY, A. Postcolonialising informality? *Environment and Planning D-Society & Space*, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 4-22, 2013.

VEKEMANS, R.; VENEGAS, R. *Marginalidad, incorporación e integracion*. Santiago: DESAL, 1966.

WEIZMAN, E. *Hollow Land*: Israel's Architecture of Occupation. London: Verso, 2007.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PENSAR POR

MON
TA
G
EN
S

PENSAR POR MONTAGENS[1]

PAOLA BERENSTEIN JACQUES

> A montagem será precisamente uma das respostas fundamentais ao problema de construção da historicidade. Porque não está orientada simplesmente, a montagem escapa às teleologias, torna visíveis as sobrevivências, os anacronismos, os encontros de temporalidades contraditórias que afetam cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa, cada gesto. Então, o historiador renuncia a contar 'uma história' mas, ao fazê-lo, consegue mostrar que a história não é senão todas as complexidades do tempo, todos os estratos da arqueologia, todos os pontilhados do destino.
> (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 212)

Sobrevivências

Aby Warburg, historiador da arte que nunca se restringiu ao campo mais estrito da arte e sempre dialogou com outros campos – em particular, com a cultura, a antropologia e a arqueologia –, procurava o que estava escondido ou parecia não ser merecedor de atenção pela maioria dos historiadores, como pequenos fragmentos, pedaços ou detalhes – como dito em sua célebre frase: "o bom Deus se esconde nos detalhes" – e recorreu à montagem como "forma de conhecimento"[2] ou como "imagem de pensamento" – *Denkbild*, como diria Walter Benjamin –,[3]

em particular, no seu famoso *Atlas Mnemosyne* (ou Mnemosine, deusa da memória na mitologia grega), que ele "montou" em sua biblioteca – Kulturwissenschaftliche Bibliothek, a biblioteca para a ciência da cultura – entre 1924 e 1929. O Atlas de Warburg era visual, composto basicamente por imagens e detalhes de imagens ou recortes variados, sempre intercambiáveis. Um Atlas, esse titã, na mitologia grega, condenado por Zeus a carregar os céus nos ombros, já pressupõe um tipo de montagem visual, uma "forma visual de conhecimento" segundo Georges Didi-Huberman (2010).[4]

O *Atlas Mnemosyne* é composto por um conjunto de grandes painéis móveis – painéis simples, de madeira, cobertos de preto, medindo aproximadamente 2 x 1,5 metros cada – que ficavam expostos na entrada da sala de leitura de sua biblioteca em Hamburgo, onde a palavra "Mnemosyne" foi gravada e todos os livros eram dispostos a partir da "lei da boa vizinhança",[5] onde Warburg compôs e expôs suas montagens. Essas montagens eram realizadas a partir de um arquivo com centenas – talvez milhares, só nos painéis da última versão são quase mil imagens – de imagens bastante heterogêneas: fotografias de obras de arte, de detalhes de obras, imagens cosmográficas, cartográficas, mapas, desenhos e esquemas variados, recortes de jornais e de revistas do momento em que o painel foi montado (1929, última versão, ano de sua morte), entre outros. Warburg usava os painéis em suas aulas, palestras, exposições e apresentações. Os painéis móveis eram constantemente montados, desmontados e remontados em função do andamento de seus estudos e, em seguida, fotografados. A última versão do Atlas foi composta de dezenas de painéis de madeira.[6] Trata-se de um tipo de "testamento metodológico" de Warburg, que até hoje parece assombrar as formas mais tradicionais e hegemônicas de se pensar a história – em particular, a história da arte –, ao questionar, sobretudo, as relações mais simplistas entre memória e história.[7]

A questão principal de Warburg em seu atlas de imagens (*Bilderatlas*), como na grande maioria de seus trabalhos, era buscar aquilo que ele chamou de *Nachleben der Antike*, um tipo de sobrevivência – um tipo de "vida" que ressurge em outra época, algo que permanece vivo, principalmente na memória, e "assombra" épocas posteriores – da Antiguidade, no Renascimento. Tratava-se também da sobrevivência

de uma civilização, de uma cultura pagã (*Nachleben des Heidentums*), o que já o levava a um atravessamento do campo específico da arte para o campo da antropologia.[8] Warburg também realizou trabalhos de campo com viés etnográfico,[9] sempre no limiar entre diferentes campos disciplinares, sobretudo ao se confrontar com o formalismo esteticista e com estudos meramente estilísticos, do chamado "método estilístico-formal" ainda dominante na história da arte do século XIX[10] no campo da arte, tensionando também os limites da própria história da arte, buscando sempre trabalhar através ou além – no limiar dos campos disciplinares estabelecidos –, cruzando, assim, diferentes campos de conhecimento, transgredindo os limites tradicionais das disciplinas, como em seu atlas: "Mnemosyne junta o que as fronteiras disciplinares tinham costume de separar". (DIDI-HUBERMAN, 2011a, p. 78)

Nachleben, aqui traduzido por "sobrevivência" – em alguns textos, encontra-se "vida póstuma" ou "sobrevida" –, seria um processo de transmissão, de transformação, de recepção e também de como a memória, sobretudo a involuntária (proustiana) ou inconsciente (freudiana), opera nesses processos. Trata-se de uma forma de presença ou de "herança", como dizia Ernst Bloch (*Erbschaft dieser Zeit*), de um tempo que ainda sobrevive, mesmo que em breves lampejos mnemônicos, em outro tempo. Um tipo de anacronismo pautado na questão da memória,[11] da memória social, cultural, mas também, e sobretudo, da memória involuntária, que pode ser bem exemplificada pela célebre passagem da *madeleine* do livro de Proust, *Em busca do tempo perdido* – que foi traduzido para o alemão por Walter Benjamin –, quando o narrador, ao provar um simples pedaço de *madeleine*, um pequeno bolo francês, molhado no chá, faz emergir a memória de sua infância a partir do paladar. A memória involuntária, como nos sonhos – e também, claro, no seu despertar –, opera por montagens, criando nexos inesperados, de forma não linear, anacrônica e fragmentária.

O Atlas de Warburg (2009, p. 132) é um titânico "sistema mneumotécnico", para usar a expressão de Agamben, que escreveu: "a 'ciência sem nome' buscada por Warburg é, como registra uma anotação de 1929, uma 'iconologia do intervalo'". Warburg ficou conhecido, em particular, a partir dos trabalhos de Panofsky, como o criador – contra uma iconografia formalista e estetizante – da iconologia, "ciência" que

vai além das formas da iconografia tradicional ao incorporar também os significados das imagens. No entanto, a "iconologia do intervalo" proposta por Warburg é bem mais complexa que a proposta de iconologia defendida por Panofsky. O foco de Warburg estaria menos em cada imagem em si e mais no próprio intervalo entre elas, no vazio entre as imagens, nas suas possíveis relações, não estabelecidas *a priori*, mas que emergem no próprio exercício da montagem. Seu interesse pelas imagens residia justamente no seu caráter lacunar, híbrido, falho, impuro, incompleto, intermediário, aberto. Aby Warburg buscava uma concepção de história sempre aberta aos "possíveis ainda não dados", que acolhesse as impurezas, as descontinuidades, as lacunas e os anacronismos. A definição mais interessante para seu atlas de imagens da memória é do próprio Warburg – a partir da noção de *Nachleben*, que também pode ser vista como uma vida fantasmática das imagens –, ao explicar que o que ele buscava fazer era um tipo de "história de fantasmas para gente grande".[12]

> Contra toda pureza epistêmica, o Atlas introduz no saber a dimensão sensível, o diverso, *o caráter lacunar* de cada imagem. Contra toda pureza estética, ele introduz o múltiplo, o diverso, *o caráter híbrido* de toda montagem [...] Ele é uma ferramenta, não de esgotamento lógico de possibilidades dadas, mas da inesgotável abertura aos possíveis ainda não dados. (DIDI-HUBERMAN, 2011a, p. 13, grifo e tradução nossos)

A "forma de pensar"[13] e a concepção da história (ele considerava os historiadores e os sábios "sismógrafos hipersensíveis") de Warburg operam por montagens e imagens consteladas de detalhes (vestígios, reminiscências, gestos). O processo de montagem, desmontagem e remontagem compõe diferentes constelações. Trata-se de uma forma complexa, de "caráter híbrido", de produzir conhecimento "contra toda pureza epistêmica", uma compreensão sinóptica que cruza diferentes campos e disciplinas e que não pode ser engessada como uma simples metodologia operacional. O importante não seria qualquer tipo de resultado final fixo, mas sim o próprio processo aberto, uma renúncia do fixar. A partir dos diferentes intervalos – entre as diferentes remontagens de um mesmo painel, entre as montagens de diferentes painéis e também entre as imagens de cada montagem –, podem surgir outros

nexos, a partir de associações, choques ou tensões entre as imagens, podem emergir relações inesperadas, outras constelações imprevistas, provocando uma série de deslocamentos, inversões, rupturas, descontinuidades, emergências, anacronismos e sobrevivências.[14]

Montagens

> Método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrupiarei coisas valiosas, nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os. (BENJAMIN, 2009, p. 502)

Esse curto fragmento do livro das *Passagens* resume bem o processo deste gigantesco trabalho sobre a cidade de Paris feito por Walter Benjamin, explicitando o tipo de montagem que Benjamin executava não só nesse trabalho sobre Paris, que, como se sabe, ficou inacabado com sua morte prematura, mas também em outras publicações, sobretudo em *Einbahnstraße*. Traduzido como *Rua de mão única* e dedicado a Asja Lacis,[15] o livro de 1928 é um bom exemplo concluso do exercício benjaminiano de montagem, tanto literária quanto editorial, publicado com uma bela fotomontagem de Sascha Stone na capa, da cidade da infância do autor, Berlim. Segundo o biógrafo de Benjamin, Bernd Witte (2017, p. 71): "Esse livro, o único não acadêmico que Benjamin chegou a publicar em vida, tornou-se uma das obras mais significativas da literatura de vanguarda em língua alemã nos anos 1920, e isso se deu por sua forma gráfica e seu design externo".

A montagem literária estava também diretamente relacionada com as narrativas de experiências urbanas dos surrealistas que tanto fascinaram Benjamin, provocando aquilo que ele chamou de "iluminação profana"; em particular, os livros que partem de deambulações pelas ruas e espaços públicos de Paris – verdadeiras montagens, tanto do ponto de vista literário ("escrita automática") como editorial (tipografia, inserção de anúncios, fotografias etc.) – *Le paysan de Paris*, ou *O camponês de Paris*, de 1926, de Louis Aragon, e *Nadja* (1928), de André Breton. A leitura do livro de Aragon, que provocou taquicardia[16] em Benjamin,

foi determinante para a escolha da forma literária e editorial para a publicação de *Rua de mão única*, sem dúvida alguma sua publicação mais surrealista, montada como uma deambulação por uma rua de Berlim. Como comenta Jeanne Marie Gagnebin (2017, p. 22):

> *Rua de mão única* se transforma numa sequência de 61 textos, curtos ou mais longos, que podem muito bem mimetizar os dois lados de uma rua berlinense [...] Bernd Witte vê assim correspondências entre o número 1 ('Posto de Gasolina') e o número 31 ('Loja de Antiquidades') como os dois lados opostos da mesma rua, um emblema da técnica moderna de um lado, um acúmulo de coisas antigas do outro.

Nos três livros – O *camponês de Paris*, *Nadja* e *Rua de mão única* –, a experiência urbana da cidade moderna – em particular, da rápida transformação das antigas cidades europeias a partir dos grandes projetos modernizadores – é a principal protagonista.

Gagnebin (2017, p. 23) nos mostra também uma analogia em *Rua de mão única*, "entre esse caminhar (na cidade moderna) que esbarra em obstáculos e entre a escritura que o descreve". Ela mostra também que há uma mudança na própria forma de escrever do autor:

> Todos os críticos desse livro, a começar por Bloch, Adorno e Kracauer, seus primeiros resenhistas, realçam nele uma mudança literária essencial. Benjamin escreve por fragmentos, ou melhor em *Denkbilder*, 'imagens de pensamento', não mais seguindo um estilo argumentativo dedutivo e linear. (GAGNEBIN, 2017, p. 33)

Benjamin usa a montagem como procedimento literário, o que também não deixa de ser uma forma de narração da própria experiência das cidades modernas, de sua experiência de Berlim – mas também de Moscou, Riga, Nápoles e Paris – em *Rua de mão única* e de Paris no livro das *Passagens*.

A leitura do livro de Aragon, em particular, o capítulo escrito em 1924 sobre "A passagem da ópera", foi crucial também para Benjamin encontrar o tema central – as passagens parisienses – de seu trabalho

sobre Paris como capital do século XIX, como capital da própria modernidade. A passagem da ópera, tema desse capítulo de Aragon, era um lugar de encontro dos surrealistas e foi demolida na continuação da reforma haussmaniana da cidade, em 1925. As passagens, gloriosas no século XIX, já pareciam obsoletas nos anos 1920.[17] No início do século XX, em menos de 100 anos de existência – a maioria surgiu por volta de 1820 –, elas já pareciam antiquadas, sendo que, no século XIX, elas ainda eram o sonho moderno da época seguinte. Benjamin costumava citar Michelet: "Cada época sonha a seguinte". As passagens naquele momento já eram reminiscências em miniatura desse antigo sonho urbano moderno.[18] Nelas, diferentes tempos passaram a coexistir e, assim, a linearidade histórica – passado, presente e futuro – foi rompida.

> [...] A primeira etapa desse caminho será aplicar à história o princípio da montagem. Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão [...] Portanto romper com o naturalismo histórico vulgar. Apreender a construção da história como tal. (BENJAMIN, 2009, p. 503)

O processo de montagem, para Benjamim, era uma outra forma de narrar, de escrever a história – e, assim, propor uma outra teoria da história –, de "erguer as grandes construções (historiográficas) a partir elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão", mas também de narrar a história de uma cidade. Seja na montagem literária, seja na montagem historiográfica ou, ainda, na montagem urbana, associações improváveis proporcionam choques entre ideias diferentes, a partir de diferentes citações ou de diferentes tempos e espaços. As passagens também são "esses elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão", sejam as passagens textuais, citações e recortes de textos variados, que vão de uma ideia para outra; sejam as passagens temporais, de um tempo para outro, de uma época para outra; sejam ainda as passagens arquitetônicas, urbanas, que levam de uma rua para outra, de um espaço urbano para outro. O procedimento da montagem surge, assim, como uma forma de apreender a complexidade da construção da grande cidade moderna, mas também para "apreender a construção da história como tal" – assim, outras

formas de narração histórica criadas para buscar "romper com o naturalismo histórico vulgar".

A ideia de passagem funcionava, assim, para Benjamin, tanto teórica quanto criticamente, como uma categoria analítica da cidade moderna, da modernidade e da própria história. Ele buscava uma narração histórica polifônica e aberta (inacabada), mostrando as diferentes passagens temporais de uma época para outra ou ainda as diferentes "sobrevivências", retomando o termo usado por Warburg, de uma época em outra. O título *Passagens* também pode ser visto simplesmente como uma coleção das diversas passagens textuais, os próprios fragmentos selecionados ou catados, as diferentes citações e anotações realizadas por Benjamin, tanto as passagens textuais quanto as passagens de um texto citadas em outro, por vezes repetidas ou atualizadas. Eram sempre os fragmentos, "os farrapos, os resíduos", tanto temporais quanto textuais, que interessavam Benjamin e, como ele insistia, "não bastava inventariá-los, seria preciso utilizá-los".

Uma fotografia muito conhecida de 1939, feita por Gisèle Freund, mostra Benjamin em atividade na Biblioteca Nacional da França (BNF), em pleno processo de montagem. Podemos vê-lo numa mesa com uma caneta na mão entre várias fichas, copiando referências, citações, escrevendo notas. Benjamin praticava a montagem como um verdadeiro colecionador – a figura do colecionador aparece em várias passagens, assim como a do trapeiro – ou um catador de fragmentos. Colecionava citações, resumos, notas, aforismos, pedaços de textos de campos distintos. Em suma, fragmentos.[19] Para além da figura emblemática do colecionador, do catador ou do trapeiro, Hannah Arendt formula uma das mais belas descrições de Walter Benjamin, sempre preocupado com a transmissão da experiência passada no presente a partir do uso do que estava escondido, esquecido ou descartado: um "pescador de pérolas". E explica, citando o próprio Benjamin em *Rua de mão única*, sua forma de usar as citações: "As citações, no meu trabalho, são como os ladrões de grandes caminhos que aparecem do nada e despojam o caminhante de suas convicções". O pescador de pérolas seria esse colecionador de citações, de "pérolas e corais", essa

"figura aparentemente bizarra do colecionador que vai recolher nos entulhos do passado seus fragmentos e suas peças". Em sua coleção, "podemos sem dificuldade encontrar ao lado de um poema de amor ignorado do século 18, a última notícia do jornal", diz ainda Hannah Arendt (2007, p. 100).

A prática dessas montagens seria, assim, uma forma de utilização daquilo que sobrou, que já parece obsoleto, uma forma de usar os restos, farrapos e resíduos da história através de uma remontagem de antigos fragmentos. Seria, assim, um processo de mistura temporal, mas também de narrativas e narradores, de tempos e narrações heterogêneas, um processo de montagem que formaria também uma série de polifonias.[20] Um procedimento crítico, uma desmontagem, a partir da justaposição de fragmentos distintos, a partir de suas diferenças. A montagem aparece, então, como forma de conhecimento histórico no momento em que ela também caracteriza o objeto desse conhecimento: o historiador cata e monta com os fragmentos que sobram porque estes têm a capacidade tanto de desmontar a história "oficial" ou "hegemônica" do presente, quanto de remontar outros tempos heterogêneos.

> Há de se exigir do pesquisador que ele abandone uma atitude serena, a típica atitude contemplativa, ao se colocar diante seu objeto, para tomar assim consciência da *constelação* crítica em que esse preciso fragmento do passado se situa precisamente nesse presente.[21] (BENJAMIN, 2009, p. 71, grifo e tradução nossos)

Walter Benjamin recorreu à ideia de constelação algumas vezes para explicar sua própria forma de pensar por montagens de fragmentos e, em particular, sua forma de pensar e tensionar o próprio campo da história. Trata-se de um complexo jogo de forças entre passado e presente e também de propostas de futuro,[22] entre o "ocorrido", o "agora" e o porvir, através de montagens sinópticas de tempos heterogêneos, forças do passado ressurgem no presente indicando futuros, forças que sobrevivem para além de sua cristalização, como relâmpagos, lampejos, memórias involuntárias. Trata-se de uma montagem de tempos heterogêneos, uma coexistência de tempos distintos, uma apresentação

sinóptica de diferenças. Um tipo de conhecimento específico e complexo é operado pela prática, trabalho ou jogo da montagem, um exercício que não busca qualquer unidade e pretende mostrar a própria complexidade ao acentuar diferenças e ao misturar, colocando lado a lado, numa mesma superfície, como no Atlas de Warburg ou no livro das *Passagens* de Benjamin, diferentes tipos de fragmentos, documentos, textos ou imagens, ou detalhes de diferentes tempos e campos do conhecimento e, a partir do choque entre suas diferenças, nos fazem compreender outros nexos possíveis, não mais baseados em semelhanças, mas sim na própria diversidade e heterogeneidade.

O complexo processo de montagem-desmontagem-remontagem pode ser pensado também como uma forma de ação política, por ser também, sempre, uma forma de desmontagem do *status quo*, das certezas mais consolidadas, como nos propõe Georges Didi-Huberman (2007, p. 1): “A montagem seria às formas o que a política seria aos atos: é preciso juntar dois significados da desmontagem que são o excesso das energias e a estratégia dos lugares, a loucura da transgressão e a sabedoria da posição”.

Benjamin e Warburg pensavam por montagens, por diferenças, por deslocações, por decomposições e outras disposições, para buscar apreender, de forma caleidoscópica – forma privilegiada da modernidade – uma certa “desordem” ou “desencantamento” do mundo, decorrente tanto da experiência da guerra, quanto da própria experiência cotidiana da grande cidade moderna em impetuosa transformação, sobretudo a partir dos violentos processos de modernizações urbanas, como as reformas do Barão Haussman em Paris.[23] Esse moderno *pensar por montagens* buscava formas mais complexas de ver, apreender a realidade, como aquela oferecida pelo caleidoscópio.[24]

O pensamento por montagens de tempos heterogêneos ou anacrônicos torna a própria noção de tempo bem mais complexa e menos linear, o que permite pensar também outras formas de narração. Um tempo saturado de “agoras” que se encontram com “outroras” em relâmpagos ou breves lampejos, indicando possibilidades futuras.[25] Trata-se de uma desmontagem também do historicismo, das formas de se pensar e narrar a história baseadas

numa simples continuidade ou linearidade histórica como mera sucessão de tempos homogêneos.

O conhecimento pela montagem foi uma resposta das vanguardas modernas[26] aos excessos da própria modernidade, de sua cientificidade "positivista", da ideia de progresso inelutável e acrítico, mas também uma resposta contra os diferentes fechamentos metodológicos funcionalistas e contra os formalismos estetizantes, ambos ainda dominantes em diferentes campos disciplinares. O pensamento pela montagem propõe uma forma aberta de conhecimento por relações, por associações inusitadas de ideias, por "afinidades eletivas", como diria Goethe e Benjamin, ou pela "lei da boa vizinhança", como na biblioteca de Warburg. Um tipo de conhecimento transversal que atravessa campos distintos e explora seus limiares, explodindo seus limites ou fronteiras. Uma forma de conhecimento processual construído pela própria prática, na ação mesma de montar/desmontar/remontar, que admite o acaso – o "acaso objetivo" dos surrealistas –, uma espécie de jogo de cartas de tarô, de búzios ou de dados, como em Mallarmé. Uma forma de pensar em movimento, que atua pelas diferenças, pelas multiplicidades, um pensamento em transformação permanente, que recusa qualquer síntese conclusiva assumindo a incompletude como princípio. Essa forma de pensar por montagens, desses "outros modernos" ou "modernos críticos",[27] pode ser atualizada, desde que seja repensada também a questão – ou o tabu, no campo da história – do anacronismo.

Anacronismos

> O anacronismo, desde logo, poderia não ser reduzido ao que todo historiador patenteado considera espontaneamente um horrível pecado. Ele poderia ser pensado como um momento, como uma pulsação rítmica do método, fosse ele seu momento de síncope, fosse paradoxal, perigoso como o é necessariamente todo risco. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 28)

A recusa do anacronismo costuma ser um consenso entre historiadores. A regra é não projetar o presente no passado, mas como podemos

considerar os diferentes tempos que coexistem em cada época e, em particular, as sobrevivências, para falar como Warburg, de uma determinada época que emerge em outras distintas, provocando um choque entre tempos heterogêneos? Não seria possível pensar por montagens sem "correr o risco" do anacronismo, ainda visto por muitos historiadores como esse enorme "pecado capital" a ser evitado ou "o diabo da história", como se refere Georges Didi-Huberman, ao propor o uso do anacronismo de imagens – pensando a imagem como conceito ou gesto, e não somente como suporte iconográfico – como fundamental para o campo da história da arte. Didi-Huberman (2015, p. 42) insiste:

> O anacronismo é necessário, o anacronismo é fecundo, quando o passado se revela insuficiente, até mesmo constitua um obstáculo à sua compreensão [...] É provável que não haja história interessante senão na montagem, no jogo rítmico, na contradança das cronologias e dos anacronismos.

Jacques Rancière (2011, p. 46) também retoma a questão no texto "O conceito de anacronismo e a verdade do historiador", em que escreve: "É a ideia mesma de anacronismo como erro quanto ao tempo que deve ser desconstruída". De que forma podemos, então, ousar o risco do anacronismo para tentar, seguindo ainda Didi-Huberman, tornar mais complexa a narração histórica "na contradança das cronologias e dos anacronismos", ou seja, levando em consideração toda a complexidade temporal, em particular, através da prática de montagens de tempos heterogêneos?

> Jamais se dirá suficientemente a que ponto o medo do anacronismo é bloqueador [...] a audácia de ser historiador, o que equivale, talvez, a assumir o risco do anacronismo (ou pelo menos, de certa dose de anacronismo), com a condição de que seja com inteiro conhecimento de causa e escolhendo-lhe as modalidades. (LORAUX, 1992, p. 57)

A aceitação de uma "prática controlada" do anacronismo, conforme nos indica Nicole Loraux em seu texto "Elogio do anacronismo",[28] não pressupõe nem uma recusa do eucronismo – compreensão de

um mesmo tempo – nem a prática de um anacronismo vulgar – projeção forçada de um tempo no outro. Trata-se de uma proposta de considerarmos a complexidade de tempos, através das sobrevivências, das emergências de outros tempos, das reminiscências, dos excessos, das sobras e dos restos de tempos distintos que sobrevivem ou ganham uma sobrevida em outros tempos, ou seja, que vivem além de seu próprio tempo, ou ainda através daquilo que se mantém vivo na memória e emerge quando menos se espera. A memória involuntária, como propõe Marcel Proust, é sempre anacrônica, assim como são os sonhos e o momento do despertar. Memórias, sem ser uma rememoração forçada, e sonhos, levando em consideração o despertar, são montagens de tempos e espaços distintos, uma mistura de tempos heterogêneos que poderíamos chamar de heterocronias. Pensar por montagens seria atentar, respeitar ou, ainda, provocar heterocronias. Esse choque de tempos heterogêneos que explicita uma coexistência temporal conflituosa, de temporalidades mais complexas ou mesmo impuras. Trata-se de quebrar a linearidade do tempo positivista, da ideia de progresso e cronologia linear, ao mostrar, por montagens, o inevitável cruzamento, o choque, entre tempos heterogêneos ou, ainda, como diz Jeanne Marie Gagnebin (1999, p. 99), trata-se da "lembrança do passado que desperta no presente o eco de um futuro perdido" e que, portanto, deixa de ser perdido, podendo ser atualizado no presente. O desafio, portanto, é de incorporar os diferentes tempos – como os das memórias que emergem sem serem solicitadas – nas narrativas históricas para quebrar, fissurar e, assim, ir além das linearidades ou outras simplificações temporais. Como diz Didi-Huberman (2015), "o passado nunca cessa de se reconfigurar"; trata-se de uma construção, permanentemente em disputa.

Em aula inaugural para seus estudantes, Giorgio Agamben buscou responder às seguintes perguntas: "O que é o contemporâneo? De que e de quem somos contemporâneos?", a partir de uma resposta dada por Roland Barthes: "O contemporâneo é o intempestivo". Barthes, por sua vez, seguia Nietzsche em suas "considerações intempestivas". Nas palavras de Agamben (2009): "Nietzsche situa a sua exigência de 'atualidade', a sua 'contemporaneidade' em relação ao presente, numa desconexão e numa dissociação". E ele completa:

> Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através deste deslocamento e deste anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.[29] (AGAMBEN, 2009, p. 58)

Agamben (2009) demonstra que só seria possível pensar a contemporaneidade a partir, precisamente, da pluralidade de tempos ou, como ele diz "com a condição de cindi-la em mais tempos, de introduzir no tempo uma essencial desomogeneidade". Esse tempo desomogêneo seria próximo do que chamamos de heterocronias, ou seja, montagens de tempos heterogêneos. Agamben explica melhor: uma "interpolação do presente na homogeneidade inerte do tempo linear". Trata-se, assim, de uma diferente relação com o tempo, não sincrônica e não linear, um tipo de diacronia baseada em dissociações e anacronismos, ou anacronias, como prefere Jacques Rancière (2011),[30] para tentar retirar a conotação negativa ainda atribuída por vários historiadores ao termo "anacronismo". O mais interessante nessa compreensão do contemporâneo é, por um lado, a relação anacrônica entre diferentes tempos, tornando a história bem mais complexa, e, por outro, as interrupções dissociativas, intempestivas, em sua narração, que fissuram qualquer tipo de cronologia linear.

> Compreendam bem que o compromisso que está em questão na contemporaneidade não tem lugar simplesmente no tempo cronológico: é, no tempo cronológico, algo que urge dentro deste e que o transforma. E essa urgência é a intempestividade, o anacronismo que nos permite apreender nosso tempo. (AGAMBEN, 2009, p. 65)

Ao seguir Agamben e Rancière, pode-se afirmar que, para ser verdadeiramente contemporâneo, é preciso ser anacrônico – "aquele que não coincide perfeitamente" com seu próprio tempo – ou ainda ser intempestivo. Para ser contemporâneo, seria preciso deixar que outros tempos emerjam no tempo presente – ou no estudo do passado, para os historiadores, ou do futuro, para os planejadores, arquitetos e

urbanistas –, escapando da linearidade simplista ao misturar passado, presente e futuro, como nos sonhos, e que, ao despertar destes, seja possível uma melhor compreensão de seu próprio tempo. Trata-se do que Benjamin (2009, p. 504) chamou de imagem – de pensamento – que forma uma constelação: "Não se deve dizer que o passado ilumina o presente ou que o presente ilumina o passado. Uma imagem, ao contrário, é aquilo que o Outrora encontra, num relâmpago, o Agora, para formar uma constelação".[31]

Essa coexistência de diferentes tempos está evidente na materialidade da própria cidade, uma vez que no tempo do "agora" estão presentes as sobrevivências do "outrora", sobrevivências, por vezes, de futuros não realizados, mas não de um passado materializado que segue uma cronologia linear. São passados ou futuros que irrompem, emergem no presente e provocam esse choque, uma faísca, de tempos heterogêneos. Em ruínas arquitetônicas, por exemplo, temos resquícios de diversos tempos: de diversos planos de futuro, passados, que acompanham a história do lugar, materializados ou idealizados; de diferentes temporalidades, associadas às práticas urbanas; de planos de futuros no presente, que não param de irromper. O passado, "outrora", permanece um espaço de luta e de tensão no presente, no tempo do "agora", mas também nos sonhos de futuro, mesmo passados. Trata-se de confrontar a linearidade temporal ao explicitar o encontro conflituoso do "outrora" com o "agora", permitindo sobrevivências e tensões de outros tempos.

Pensar por montagens significa pensar pelo choque de tempos heterogêneos, pelas heterocronias – o que Benjamin chamou de "energias revolucionárias do antiquado" e Warburg de "fóssil em movimento" –, quando o "outrora" encontra, "num relâmpago, o "agora", para formar uma constelação". São constelações momentâneas cheias de tensões, prenhas de outros tempos. Pensar por montagens, como diz Didi-Huberman na epígrafe deste texto, seria tornar "visíveis as sobrevivências, os anacronismos, os encontros de temporalidades contraditórias que afetam cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa, cada gesto". Pensar por montagens no campo da história do pensamento urbanístico também seria pensar por montagens de tempos heterogêneos, "na contradança das cronologias e dos

anacronismos", tensionando as diferentes narrativas urbanas de seus mais diversos narradores, construtores e praticantes das cidades, de tempos distintos. Seria ainda utilizar os farrapos e resíduos, fragmentos tanto narrativos quanto urbanos, como tensionadores de homogeneidades, totalidades e partilhas hegemônicas, aprendendo com as heterocronias urbanas, já e ainda presentes – sobreviventes, materialmente ou não, mesmo que por vezes apagadas, silenciadas ou esquecidas – em qualquer cidade.

NOTAS

1 O presente texto é uma versão reduzida, porém atualizada, do capítulo "Montagem Urbana" no tomo quatro da coleção "Experiências Metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea" (publicado pela Edufba em 2015), e constitui um desdobramento do tópico especial "Memória, História, Narração", oferecido na Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/FAUFBA) em 2016, e do minicurso "Sobrevivências, montagens e anacronismos", oferecido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC), e no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Laboratório de Estudos Urbanos (LeU), em 2017. Agradeço aos participantes do tópico especial e também aos organizadores e participantes das duas versões do minicurso pelos ricos debates.

2 Segundo Georges Didi-Huberman (2009, p. 86, grifo e tradução nossos): "A montagem seria *uma forma de conhecimento* e um procedimento formal nascidos da guerra, capaz de apreender a 'desordem do mundo'. Ela assinalaria nossa percepção do tempo desde os primeiros conflitos do século XX: ela teria se tornado o método moderno por excelência".

3 Segundo Georges Didi-Huberman (2017, p. 30, tradução nossa): "A imagem de pensamento é, muitas vezes, algo bem simples ou bem 'menor', até mesmo minúsculo, que nos toca por sua intensidade concreta, imediata e, ao mesmo tempo, sintomática".

4 "Atlas, finalmente, deu seu nome a *uma forma visual de conhecimento*: ao conjunto de mapas geográficos, reunidos em um volume, geralmente, em um livro de imagens, cujo destino é oferecer aos nossos olhos, de maneira sistemática ou problemática – inclusive poética, com risco de ser errática, ou ainda surrealista – toda uma multiplicidade de coisas reunidas por afinidades eletivas, como dizia Goethe. [...] No âmbito das artes visuais, o atlas de imagens, *Atlas Mnemosyne*, composto por Aby Warburg entre 1924 e 1929, que ficou inacabado, constitui para qualquer historiador da arte – e para todo artista hoje – uma obra de referência e um caso absolutamente fascinante". (DIDI-HUBERMAN, 2011a, p. 13, tradução nossa)

5 A heterogênea biblioteca de Warburg foi transferida de Hamburgo para Londres após sua morte, em 1933, durante o regime nazista, se transformando no prestigioso Warburg Institut, associado à Universidade de Londres a partir de 1944. Por sua biblioteca e pelo instituto, passaram intelectuais famosos, considerados seus "seguidores", tais como: Fritz Saxl, Ernst Gombrich, Erwin Panofsky, Frances Yates, Edgar Wind, Ernst Cassirer, Carlo Ginzburg,

entre vários outros que frequentaram a biblioteca, como Giorgio Agamben. Entretanto, parece que aos seus ditos seguidores – com algumas exceções, como Walter Benjamin, seu contemporâneo, ou, mais tarde, Carlo Ginzburg e Giorgio Agamben – e, talvez, ao próprio Instituto Warburg, tem interessado mais os temas que foram trabalhados por Warburg, em particular, o renascimento italiano e a antiguidade clássica pagã, do que seu método peculiar de trabalho, sua forma de pensamento e de conhecimento – talvez por Warburg ter deixado muitos textos não publicados ou mesmo por seus conhecidos problemas psiquiátricos –, com exceção da forma de ordenação da biblioteca do Instituto, que até hoje preserva na sede em Londres, como na época de Warburg, a "lei da boa vizinhança", e não uma catalogação biblioteconômica padrão. Sobre a fascinante organização da biblioteca do Instituto Warburg, ver a revista: *Common Knowledge*, v. 18, n. 1, publicada pela Duke University Press em 2012.

6 A partir das fotografias no arquivo do Instituto Warburg, pode-se ver que as pranchas das montagens foram organizadas por letras e números (de a.C. e de 1 a 79). Algumas foram dispostas no mesmo painel, outras em mais de um painel, outras não têm registro conhecido em fotografias. Essas fotografias dos painéis montados na sala de leitura da biblioteca em Hamburgo, em sua última versão antes da morte de Warburg, em 1929 – os painéis em madeira parecem ter se perdido na mudança da Biblioteca de Warburg para Londres durante a guerra –, foram recentemente publicadas em diferentes línguas: *Der Bilderatlas Mnemosyne*, em Berlim, pela Akademie Verlag GmbH, em 2003; além de Madri e Paris, respectivamente: *Alas Mnemosyne*, 2010, e *L'Atlas Mnémosyne*, 2012.

7 Trata-se de uma "forma de pensar" segundo Leopoldo Waizbort (2015, p. 18, grifo nosso), que organizou recentemente uma antologia em português de textos de Warburg: "Imersas em contextos, as imagens estabelecem relações entre si, arranjam-se em constelações que são variáveis [...] As imagens jamais estão fechadas em si mesmas, como mônadas: elas se abrem para processos de constelação – de que o Atlas Mnemosine seria o exemplo perfeito: imaginando um diálogo de imagens, e de uma forma em que pudessem ser, a cada momento, deslocadas e postas em outras posições, sugerindo novos diálogos com outras imagens, em um processo infindo. [...] Imagens podiam se deslocar no interior de um mesmo painel, ou entre diferentes painéis, assim como painéis podiam ser dispostos em ordenações variadas. Com isso, a possibilidade de associar, constelar, corresponder, tensionar e opor imagens permitiu-lhe uma forma única de conduzir suas discussões, sobretudo em exposições ou palestras. Mas ainda, trata-se de *uma forma de pensar*: podemos dizer que Warburg pensava com imagens consteladas e montagens, e seu Atlas deveria demonstrar essa possibilidade".

8 "Sem dúvida, o ponto de vista do qual Warburg considerava os fenômenos humanos coincide singularmente com o das ciências antropológicas. A forma menos infiel de caracterizar sua 'ciência sem nome' seria talvez inseri-la no projeto de uma futura 'antropologia da cultura ocidental', para a qual convergirão

a filosofia, a etnologia, a história e a biologia, com vistas a uma 'icologia do intervalo': o *Zwischenraum*, em que trabalhava sem cessar o tormento simbólico da memória social". (AGAMBEN, 2009, p. 140)

9 Sobre a conferência de Warburg a respeito do ritual da serpente dos índios norte-americanos, a partir de sua memória do trabalho de campo realizado 30 anos antes, proferida ainda na clínica psiquiátrica, logo antes de sua alta médica, em 1924, ver: Warburg (2011). Sobre o trabalho etnográfico realizado por ele nos Estados Unidos em imagens, base de sua conferência de 1924, ver: Mann e Guidi (1998). Segundo Agamben (2009): "O encontro com a cultura primitiva americana o afastou completamente de uma história da arte como disciplina especializada".

10 Segundo Agamben (2009, p. 132), Warburg "durante toda sua vida conservou 'franca repulsa' pela 'história de arte estetizante' e pela consideração puramente formal da imagem".

11 Não se trata aqui, obviamente, de um trabalho memorialista sobre a memória voluntária. A questão da memória involuntária não diz respeito a uma "verdade" do que se viveu, como podemos ver no texto de Benjamin (1985, p. 37) sobre Proust: "[...] o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência".

12 "Gespenstergeschicthe für ganz Erwachsene", escreve Warburg em nota datada de 2 de julho de 1929, citado por Didi-Huberman (2002, p. 510), que também cita o enunciado de Nietzsche, por sua vez citado por Warburg (1878): "a interpretação verdadeiramente 'histórica' falaria como um fantasma com fantasmas".

13 "Ora, só a montagem – como forma de pensamento – permite espacializar essa 'desterritorialização' dos objetos de conhecimento. [...] Mnemosyne é um objeto intempestivo, por se atrever, na era do positivismo e da história triunfal, a funcionar como um quebra-cabeça ou um jogo de cartas de tarô [...] Mnemosyne [Warburg] é, portanto, o objeto anacrônico por excelência, mergulha no imemorial (a astrologia babilônica das primeiras pranchas) para ressurgir no futuro (previsão, nas últimas pranchas, das irrupções fascistas e antissemitas). Houve quem dissesse que ele se situava a meia distância entre o Talmude e a Internet. Acima de tudo, ele cria uma configuração epistêmica nova – um conhecimento pela montagem que é próximo de Benjamin, bem como, sob certos aspectos, de Bataille e de Eisenstein". (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 406)

14 Uma prancha da montagem warburguiana explicada de forma exemplar por Georges Didi-Huberman (2012, p. 212): "Recordemos que, na última prancha do atlas Mnemosine, coabitam entre outras coisas uma obra de arte da pintura renascentista (*A missa em Bolsena*, pintada por Rafael no Vaticano), fotografias do acordo estabelecido em julho de 1929 por Mussolini com o papa Pio XI,

bem como xilogravuras antissemitas (das *Profanações de hóstia*) contemporâneas dos grandes pogroms europeus de finais do século XV. O caso dessa reunião de imagens é tão emblemático como transtornante: uma simples montagem – à primeira vista gratuita, por força imaginativa, quase surrealista ao estilo das audácias surrealistas contemporâneas da revista *Documents* dirigida por Georges Bataille – produz a anamnese figurativa do laço entre um acontecimento político – religioso da modernidade (o acordo) e um dogma teológico-político de longa duração (a eucaristia); mas também entre um documento de cultura (Rafael no Vaticano ilustrando o dogma em questão) e um documento de barbárie (o Vaticano entrando complacentemente em relação com uma ditadura fascista). Ao fazer isso, a montagem de Warburg produz o clarão magistral de uma interpretação cultural e histórica, retrospectiva e prospectiva – essencialmente imaginativa – de todo o antissemitismo europeu".

15 A dedicatória do livro de 1928: "Esta rua chama-se Rua Asja Lacis em homenagem àquela, que na qualidade de engenheiro, a rasgou dentro do autor". Asja Lacis foi uma diretora de teatro russa (letã) que participou da vanguarda soviética/alemã dos anos 1920/1930 e criou um teatro pedagógico proletário para crianças. Como diz Gagnebin (2017, p. 27): "A dedicatória para Asja em Rua de Mão Única, longe de ser uma declaração romântica, revela Asja como o engenheiro que "rasgou" uma nova rua no autor". Trata-se de uma alusão clara à violenta modernização das cidades europeias naquele momento e, claro, à violenta e arrebatadora paixão do autor pela "urbanista" Asja.

16 Benjamin descreveu em algumas cartas (sobretudo para Adorno) seu fascínio pelo livro de Aragon. Ele dizia não conseguir ler mais de duas ou três páginas do livro à noite na cama, pois seu coração batia muito forte. Também publicou um texto muito elogioso, em 1929, na *Literarische Welt*, sobre os surrealistas: "O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia" (traduzido em português na coletânea *Magia e técnica, arte e política*, 1985).

17 As passagens, no século XIX, eram galerias comerciais de luxo, com piso em mármore e cobertas com estruturas de ferro e vidro, antes só usadas em importantes estações de trem ou galerias, como o Grand Palais. Elas apontavam para o futuro: da mercadoria, da arquitetura, da cidade. Quando Benjamin escreveu sobre as passagens, estas já tinham sido suplantadas pelas grandes lojas comerciais, como a famosa Galeries Lafayette (1896), e algumas passagens já estavam em vias de demolição.

18 Para Benjamin (1987b, p. 25), as passagens moldavam a própria imagem da modernidade, pressentindo o que ele chamou de "energias revolucionárias que transparecem no 'antiquado'", no texto "O surrealismo, o último instantâneo da inteligência europeia", no qual se lê: "no centro desse mundo de coisas está o mais onírico dos seus objetos, a própria cidade de Paris. Mas somente a revolta desvenda inteiramente o seu rosto surrealista. E nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade".

19 Segundo Willi Bolle (2013), organizador da versão brasileira do livro das *Passagens*, o qual ele chamou de “verdadeira enciclopédia urbana”, o livro reúne ao todo 4.232 fragmentos.

20 Dentre as diferentes citações do livro das *Passagens*, temos textos prioritariamente dos séculos XIX e XX, de vários autores e de diferentes campos do conhecimento, críticos, artistas, historiadores, literatos, poetas – com destaque para Baudelaire –, mas também comentadores de guias de turismo, de artigos de jornal ou de revistas, de anúncios de mobiliário urbano, entre outros. São autores de vários campos, mas também são várias formas de narração colocadas lado a lado. O trabalho das *Passagens* é uma enorme coleção de fragmentos heterogêneos, uma montagem fragmentária composta através de uma criteriosa seleção feita em arquivo bem maior, a própria Biblioteca Nacional, que reunia imensa quantidade dos milhares de livros e de outros documentos variados já escritos sobre a cidade de Paris.

21 Walter Benjamin, “Eduard Fuchs, coleccionista e historiador” In: *Obras II*. Madri, Abada, 2009, p. 68-108, tradução de Jorge Navarro Pérez. Ainda sobre a ideia da constelação e dos lampejos.

22 “Aquilo que experimentamos a cada dia com as imagens que nos rodeiam aparenta ser uma combinação de coisas novas e ‘sobrevivências’ vindas de muito longe na história da humanidade; assim como imagens de nosso passado mais profundo podem afetar nosso sonho da noite anterior. [...] Os artistas, filósofos e historiadores também existem para isso: para nos fazer entender que só vivemos nosso presente através dos movimentos conjugados das montagens de nossas memórias (gestos que realizamos em direção ao passado) e desejos (gestos que realizamos em direção ao futuro)”. (DIDI-HUBERMAN, 2013b)

23 Sobre a relação entre diferentes reformas urbanas e algumas narrativas errantes que também usaram a montagem como processo, ver nosso livro: *Elogio aos errantes*, publicado pela Edufba em 2012.

24 Sobre a relação entre o caleidoscópio e a modernidade, ver nosso texto “Caleidoscópio: processo da pesquisa”. (JACQUES, 2015)

25 “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”. (BENJAMIN, 1994, p. 229)

26 A prática de montagens como forma de conhecimento ou de criação, de exposição de ideias ou de problematização de questões que emergem durante o próprio processo – que não é somente uma exposição ou ilustração de ideias já dadas, mas sim uma faísca de possibilidades não dadas – foi praticada sobretudo no período entre guerras por algumas vanguardas modernas – sobretudo pelos surrealistas na Europa e, no Brasil, pelos antropófagos – e, em particular, por uma constelação de artistas, escritores ou teóricos nos anos 1920 e 1930,

como, além de Warburg e Benjamin, Sergei Eisenstein, no cinema; Bertold Brecht, no teatro; ou Georges Bataille, na literatura; entre vários outros. No Brasil, Oswald de Andrade, na literatura; Tarsila do Amaral, na pintura; ou Flávio de Carvalho, na arquitetura e outras artes, para citar alguns dos mais importantes do movimento antropófago brasileiro.

27 Essa vertente – de intelectuais modernos, herdeiros, sobretudo, do romantismo alemão, que recusam as ilusões do progresso e buscaram descontruir essa ideologia moderna do progresso técnico – industrial, não em nome da sua conservação ou de um simples retorno ao passado, mas sim de uma revolução –, por alguns é vista como neorromântica utópica, mas, ao contrário, traz uma concepção da história bastante interessante, não buscando um retorno a um passado ideal, mas sim algo bem mais complexo: um desvio crítico pelo passado em direção a um outro futuro. Dessa tradição, fizeram parte vários "judeus heterodoxos", para falar como Michael Löwy – estudioso dessa rica vertente que mistura romantismo, surrealismo, messianismo e utopia –, que, além de Walter Benjamin, reuniu vários nomes de judeus de "cultura" alemã, que já intuíam a eminente catástrofe do nazismo, como Hannah Arendt, Franz Rosenzweig, Ernst Bloch, Georg Lukács, Gerschom Scholem, Martin Buber, entre outros. Para Benjamin, a utopia não era vista como um resultado do progresso, mas sim de uma visão de mundo (*weltanschaung*). Trata-se de uma forma de pensar, uma (auto)crítica da modernidade, um tipo de interrupção necessária de uma "evolução histórica" que conduzia diretamente para uma catástrofe. Essa vasta corrente de crítica moderna aos excessos da própria modernidade, partindo de uma tradição romântica revolucionária alemã, se ressentia do chamado "desencantamento do mundo" (*entzauberung der welt*) e buscava seu possível reencantamento dentro da própria modernidade. Um trabalho mais aprofundado sobre essa hipótese está em preparação – "Outros modernos", tese para progressão para categoria de professor titular em andamento, cujo título ainda é provisório.

28 Conferência de Nicole Loraux em São Paulo, no ciclo de conferências "Tempo e história – Caminhos da memória, trilhas do futuro", coordenado pela Assessoria de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, publicado em *Tempo e história*, em 1992. Depois, o texto foi publicado em nova versão, em francês, com o título: "Eloge de l'anachronisme en histoire".

29 Essa passagem de Agamben (2009, original em italiano de 2008) se assemelha muito ao que Rancière (2011, original em francês de 1996) escreve, diferenciando linhas de temporalidade de tempos: "Há história à medida que os homens não se 'assemelham' ao seu tempo, com a linha de temporalidade que os coloca em seus lugares impondo-lhes fazer do seu tempo este ou aquele 'emprego'. Mas essa ruptura mesma só é possível pela possibilidade de conectar essa linha de temporalidade com outras, pela multiplicidade de linhas de temporalidade presentes em 'um' tempo".

30 "Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com 'ele mesmo'. Uma anacronia é um palavra, um acontecimento, uma sequência significante saídos do 'seu' tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com outra. E é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de 'fazer' a história. A multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um 'mesmo' tempo, é a condição do agir histórico. Levá-lo efetivamente em conta deveria ser o ponto de partida da ciência histórica, menos preocupada com sua respeitabilidade científica e mais preocupada com o que quer dizer 'história'". (RANCIÉRE 2011, p. 49)

31 "[...] worin das Gewesene mit dem Jetzt blitzhaft zu einer Kostellation zusammentritt" (Das passagen-Werk, Gesammelte Schiften, 1982). A tradução brasileira da frase completa, que usamos em tradução livre a partir das versões em francês e alemão, troca a expressão "como um relâmpago" (*blitzhaft*, *dans un éclair*) por "lampejo": "Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação".

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. *Walter Benjamin 1842-1940*. Paris: Editions Allia, 2007.

AGAMBEM, G. Aby Warburg e a ciência sem nome. *Revista Arte&Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 19 , p. 132-143, 2009.

AGAMBEM, G. O que é o contemporâneo? In: AGAMBEM, G. O *que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 55-73.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, W. M*agia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 36-49. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, W. M*agia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, F. R. (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Tradução de Irene Aron; Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, W. *Rua de mão única.* São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 2).

BENJAMIN, W. O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia. In: BENJAMIN, W. M*agia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 21- 35. (Obras Escolhidas, v. 1).

BOLLE, W. Les Passages – livre, archives ou encyclopédie magique? *Cahier de l'Herne*, Paris, p. 245-252, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas ou le gai savoir inquiet*: L'œil de l'histoire 3. Paris: Les éditions de Minuit, 2011a.

DIDI-HUBERMAN, G. *Devant le temps*. Paris: Les éditions de minuit, 2000.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo*: história da arte e anacronismos das imagens. Tradução de Vera Casa Nova; Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. (Coleção Humanitas).

DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente*: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013a. (Coleção Artefissil).

DIDI-HUBERMAN, G. *História de fantasmas para gente grande*. Rio de Janeiro: MAR, 2013b. Folheto distribuído da exposição Atlas.

DIDI-HUBERMAN, G. *L'image survivant*: histoire de l'art et temps de fantômes selon Aby Warburg. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. *Pós*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. *Quand les images prennent position*: L'œil de l'histoire, 1. Paris: Les Éditions de Minuit, 2009.

DIDI-HUBERMAN, G. Remontée, remontage (du temps). *Revue Étincelle*, Paris, nov. 2007.

DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução de Vera Casa Nova; Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011b.

GAGNEBIN, J. M. Canteiro de obra. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. *Corpocidade*: gestos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

GAGNEBIN, J. M. Entrevista. *Redobra*, Salvador, n. 15, p. 13-17, 2016.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin.* 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos).

GINZBURG, C. de A. Warburg a E. H. Gombrich. In: GINZBURG, C. de A. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das letras, 1989. p. 41-93.

JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, P. B. Montagem urbana. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D.; DRUMMOND, W. (Org.). *Memória, narração, história*: experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea (Tomo IV). Salvador: EDUFBA, 2015. p. 47-94.

JACQUES, P. B. et al. Temporalidades. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. *Corpocidade*: gestos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 295-349.

JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D.; DRUMMOND, W. (Org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2015. v. 4. (Coleção PRONEM).

LORAUX, N. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 57-70.

MANN, N.; GUIDI, B. C. *Photographs at the frontier*: Aby Warburg in America 1895-1896. Londres: Merrell Holberton, 1998.

PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Tradução de Mário Quintana. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

RANCIÉRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos Editora, 2011. p. 21-49.

TEITELBAUM, M. (Org.). *Montage and Modern Life 1919-1942*. Cambridge: MIT press, 1992.

WAIZBORT, L. Apresentação. In: WARBURG, A. *Histórias de fantasma para gente grande*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 7-22.

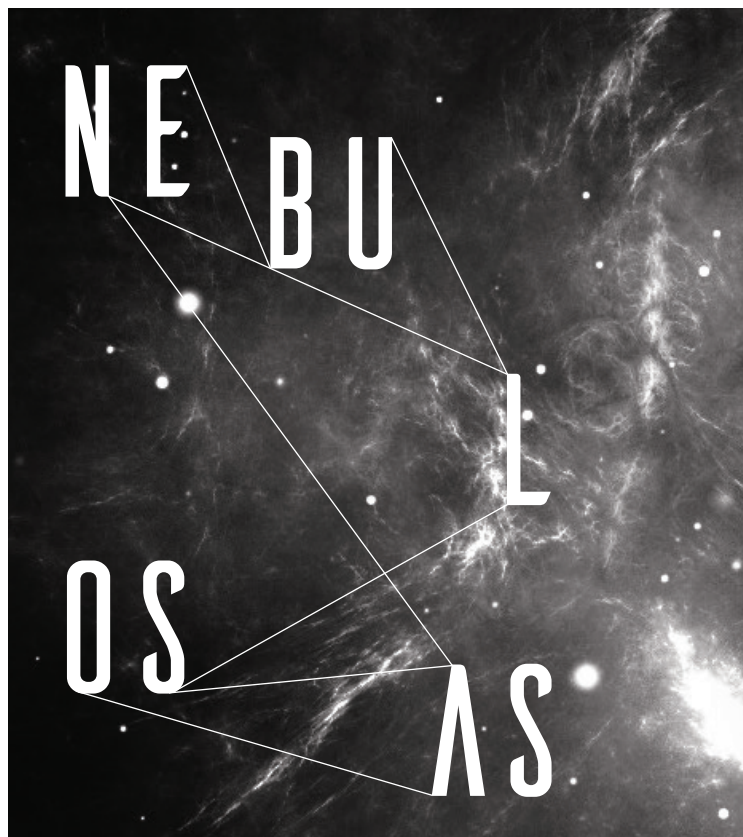
WARBURG, A. *Histórias de fantasma para gente grande*. Tradução de Lenin Bicudo Bárbara. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a.

WARBURG, A. Introdução à Mnemosine. In: WARBURG, A. *História de fantasma para gente grande*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b. p. 363-374.

WARBURG, A. Mnemosyne. *Revista Arte&Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 125-131, 2009.

WITTE, B. *Walter Benjamin, uma biografia*. Tradução de Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PENSAR POR

NE
BU
L
OS
AS

PENSAR POR NEBULOSAS

Notas sobre um modo de pensar a escrita da história

Sou filha da terra e da água
Rebento do céu;
Passo pelos poros de oceano e praias
Mudo, mas não posso morrer.
E, depois da chuva, quando
o pavilhão do céu se mostra sem adornos,
E ventos e raios de sol
Constroem a cúpula de ar azul,
Rio em silêncio, no meu próprio cenotáfio
E da caverna das chuvas,
como criança saída de ventre materno,
como fantasma de tumba,
Irrompo,
e, mais uma vez,
tudo desmonto.
(Percy Bysshe Shelley, *Nuvem*, 1820)

Então, excêntrico estrangeiro. [diga]! A que amas,?
— Amo as nuvens... nuvens que passam... longe... lá muito longe
... maravilhosas nuvens!
(Charles Baudelaire, O *estrangeiro*, 1862)

Deveríamos considerar o universo como vemos as nuvens, em uma fluidez, uma mobilidade e uma metamorfose perene. Continentes vagam, rios escorrem, galáxias colidem, ideias passam e voltam, vivos morrem e às vezes mortos parecem presentes...
(Anatole Farrachi, A *tectônica das nuvens*, 2017)

O passado traz consigo um índice misterioso... não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?
(Walter Benjamin, *Sobre o conceito da História*, 1940)

Nenhum vento sopra a favor daquele que não sabe a qual porto chegar
(Sêneca, *Carta a Lucilius - LXXI*, ca. 64- 65 DC)

De névoas de nuvens e nebulosas ou o peso das palavras

No vocabulário contemporâneo, a palavra "nebulosa" pode ser um adjetivo ou um substantivo. Em português, até o início do século XVIII, só existia o adjetivo "nebuloso(a)", usual para se designar céus, tempos ou atmosferas cobertas de nuvens. (BLUTEAU, 1716, p. 694)

Mais raramente, o termo também podia ser usado de forma figurada para falar de algo sombrio e escuro – como um manto, por exemplo. No feminino, um outro uso do adjetivo, igualmente pouco usual, estava ligado à observação de certas estrelas, vistas só com telescópios, que pareciam estar envoltas em nuvens, as "estrelas nebulosas". Assim, seu emprego costumeiro designava, sobretudo, uma condição atmosférica na qual nuvens estavam umas sobre as outras, formando diferentes conjuntos, em uma situação de certo adensamento ou movimentando-se para tanto.

Se inspirando nesse efeito de sobreposição de nuvens, a inovação em várias línguas foi criar o substantivo feminino "nebulosa"[1] para nomear, agora, corpos celestes envoltos em gases e poeiras cósmicas.

Kant, em sua *Algemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*,[2] de 1755, teria sido um dos primeiros a observar de modo original a estrutura dessas formações no *céu profundo*, como passou-se a dizer à época.

Discutindo as teses de Newton sobre a origem do universo e buscando neutralizar o discurso teológico, distinguiu-as de meros resíduos de estrelas envoltos em névoas e gases, avançando hipóteses sobre a formação das galáxias a partir da possibilidade de multiplicação dos mundos. Chamou aquelas formações de *Nebelwolke*,[3] névoa de nuvens.

Tornadas um objeto de estudo pela contínua observação científica em meio a conflitos entre "homens de religião" e "naturalistas", as "névoas de nuvens" passaram a ser chamadas "nebulosas". Foram associadas, de início, à vida e morte de estrelas, mas, cada vez mais, à formação de galáxias e do universo, como pensou Kant.

Foi capital para essa invenção do substantivo e para sua adoção em outras línguas latinas, inclusive em português, a obra do Charles Messier, um astrônomo auxiliar de um oficial da Marinha Francesa que trabalhava no Observatório de Cluny. Na esteira do tratado de Kant e de outros estudiosos da primeira metade do século XVIII, ele publicou, em 1774, uma primeira catalogação dessas configurações celestes difusas. Nomeou-as "nebulosas".

As nebulosas descritas por outros astrônomos, que paralelamente passaram a estudar objetos nebulosos "no céu profundo", eram observáveis em posições fixas. Diferiam, assim, de tardes nubladas e nebulosas, evocadoras de um tempo coberto e impreciso, formado por um emaranhado de nuvens, ora paradas, ora em movimento.

O seu catálogo, que começou com apenas 45 corpos, visava distinguir aqueles objetos celestes dos cometas, que, como se sabe, movimentam-se.[4] Na cultura portuguesa, bem antes de Kant e de Messier, algumas dessas formações já haviam chamado a atenção e, no início do século XVIII, o dicionário de Bluteau (1716, p. 694) registrava que se denominavam, assim, estrelas fixas – estrelas nebulosas – que emitiam uma "luz muito tênue e desmaiada", das quais cinco já haviam sido identificadas.

Durante a vida de Messier, 107 corpos foram observados, atingindo o numero de 110 objetos no início do século XX, quando os estudos sobre as galáxias e as estrelas tornaram-se mais precisos e complexos.

O uso atual da palavra ligado à astrofísica moderna data, assim, de novos campos de pesquisa que se aceleraram – sobretudo na segunda metade do século XVIII –, à observação de fenômenos celestes até então pouco estudados e ao vocabulário que astrônomos, de diferentes países, foram criando e adotando como seu. Contudo, pode-se perguntar: qual o peso desse passeio terminológico e o estatuto das palavras, para os que trabalham com a história material ou visual? Qual o peso que palavras podem ter diante projetos urbanos, diante de obras de arte, de arquitetura, de urbanismo?

Marcel Roncayolo (2011), lembrando que cidade não é só matéria e que grupos sociais vivem em estruturas construídas, claramente estabeleceu vínculos que podem servir de resposta. Ele resume:

> a lógica das formas que inspiram os arquitetos [...] [estabelece] relação com o resto da história, em particular com a formação dos sistemas de pensamento, de representações, de sensibilidade e de gosto. [...] não são exercícios gratuitos, elas são lugar e suporte de funções e são vistas e percebidas como signos, imagens, símbolos [...] elas não são uma simples adição de comportamentos individuais. Arquitetura e urbanismo são particularmente artes de finalidade e uso coletivos [...] tão perigoso quanto suprimir [formas ou obras] [...] enquanto objeto de estudo, é estabelecer uma barreira pouco porosa entre [...] [a materialidade do construído] e o social. (RONCAYOLO, 2011, p. 161)

Ora, à época de Messier, essas discussões não ficaram restritas a um pequeno grupo de observadores de cometas e de fenômenos celestes. Elas também levaram à construção de um novo sentido para a palavra “espaço”, conceito do qual Kant partira em sua leitura crítica de Newton. (BLUMEMBERG, 2017, p. 79-81) Embora se constate o uso do seu sentido arcaico ainda hoje, o espaço passou a ser visto como um campo relacional e ilimitado no qual as unidades materiais interferem uma sobre as outras.

As consequências para a própria redefinição do sentido atribuído à palavra “arquitetura”, ainda que lentas, foram também consideráveis.

Ao longo do século XIX, sobretudo nos círculos letrados de língua alemã, nos quais essa teorização havia galgado níveis de fineza nos debates e, portanto, argumentações igualmente potentes e muito precisas, a ressignificação do conceito de espaço inspira uma ressignificação da própria arquitetura. Esta deixa de ser considerada uma arte da contemplação e do desenho para ter seu papel rememorativo investido de um significado não mais apenas retórico, como no século XVIII. Ela passa a ser vista por estetas e historiadores da arte como uma arte espacial, uma *Raumkunst* (MALGRAVE; IKONOMOU, 1994), e, portanto, como uma arte da interação entre coisas e da experiência que estas relações podem provocar. Isso significaria dizer que uma arte na qual a afetação dos sentidos que ela procura e potencializa não é apenas ótica, é total. É estética. Isto significa dizer que é uma experiência que permite ao corpo vivenciar o próprio conceito de espaço e de história como tal, a saber como experiência das infinitas possibilidade de criar relações, sublimando a própria matéria.

Esses debates, como se constata, não são de pequena monta. Eles engajam outros tantos termos na mesma convulsão crítica que, em cadeia, provocaria secessões e implicações políticas, como com o uso do termo “cosmos” e a invenção ou reinvestimento em palavras que lhe são derivadas, como “cosmopolítica” e “cosmopolita”. (DERRIDA, 1990) Com eles, fomentou-se uma profunda reflexão sobre as ideias de liberdade e de direito, começando pelo direito de ir e vir e do “estrangeiro”, ou seja, do direito daquele que não possui raízes ou terras onde vive, ou que é nômade, tecendo, ainda, uma estreita interdependência entre ética e estética.

Supor a existência de outras galáxias, ou mesmo um mundo de mundos, como fez Kant, implica discutir a própria criação e mundos não criados ou criado por outros deuses. Diante desse plural – outros mundos possíveis –, mesmo a criação passava a ser apenas uma das possibilidades imagináveis. O mundo – que, como universo fechado e estável, era um objeto único da experiência – abre-se para a incerteza que advém da totalidade de experiências possíveis e da reflexividade que provocam, colocando, de modo ainda mais radical, o homem no horizonte de histórias e da história que ele próprio escreve, como

mostram as revoluções do século XVIII, o nascimento do marxismo ou a expansão das ciências sociais e humanas.

Cem anos mais tarde, em fins do século XIX, Hippolyte Taine dá mostras desse deslocamento do foco de interesse intelectual. Refletindo sobre as formas de abordagem e as práticas do historiador de seu tempo, ele escreve, quase como um conselho:

> A verdadeira história só pode ser erguida quando o historiador começa a desembaraçar [...] na distância dos tempos, o homem vivo, agindo, dotado de paixões, munido de hábitos, com sua voz e sua fisionomia, com seus gestos diferentes e por inteiro, como os daquele que acabamos de deixar... a coisa integral, é o homem agindo, o homem corporificado e visível, que come, anda, luta, trabalha: abandone as teorias das constituições e seus mecanismos, as religiões e seus sistemas e trate de ver os homens em suas oficinas, em seus escritórios, em seus campos, com seus chãos, suas casas, seus hábitos, suas comidas [...] Esse é o primeiro passo da história. (TAINE apud CASSIRER, 1988, p. 42-43)

Georges Gusdorf constatou que os contornos de um novo mundo intelectual com novas estruturas de pensamento já estariam se definindo, com um outro contemporâneo de Taine, um pouco mais jovem, Wilhelm Dilthey. Em sua *Einleitung in die Geisteswissenschaften*,[5] de 1883, Dilthey (apud GUSDORF, 1974, p. 7) opõe à "preponderância abusiva das ciências da matéria e da natureza" um outro tipo de inteligibilidade, o das ciências do espírito. Para ele, o homem é o que interpela o próprio homem, que se esforça em compreender esse outro, mas que não pode fazê-lo se não compreender, antes de tudo, a si próprio. Para ele, como para Taine, a verdadeira inteligência seria histórica e biográfica e se manifesta como uma interpretação da vida.

É o mundo social que a cidade concentra que se torna, ele também, objeto do olhar, do discurso, da ação e da correção, dando passagem para a maturação do urbanismo como disciplina. No interior do grande laboratório social que se torna a cidade, as palavras não podem ser consideradas neutras. Seus usos, como se vê, recortam, prescrevem, mobilizam, segregam, silenciam, excluem.

Enfim, como esclarece Topalov (2013, p. 3):

> As palavras ordenam, qualificam, avaliam [...] as palavras não descrevem apenas; elas constituem formas da experiência do mundo e dos meios de agir nele e sobre ele. As palavras são um dado social [...] resultam também das iniciativas de atores históricos, são instrumentos que permitem o conhecimento e a ação. As palavras são meios para nos comunicarmos, mas são também armas.

Assim, os usos históricos de uma simples palavra – "nebulosa" –, seja do adjetivo ou do substantivo, parecem justificar algumas considerações sobre seus nexos, sobretudo quando vão se constituindo seus elos com a própria constituição, tanto das ciências humanas quanto sociais, e se tece o elogio, como aqui, da sua validade como metáfora de um modo de pensar e fazer história, como narrativa e como ação.

O impacto da obra de Messier foi internacional entre os astrônomos e é perceptível em diferentes áreas do conhecimento e no linguajar corrente. O uso do substantivo, ao se generalizar, passou a ser associado, como se disse, a estudos científicos, até certo ponto, considerados de difícil vulgarização, dedicados a uma zona particularmente obscura do conhecimento, na qual o saber coteja a metafísica.

Os efeitos do novo significado atribuído ao antigo adjetivo – "nebuloso(a)" – foram crescentes. Nos termos de uma ideia de ciência que se deseja um ato de esclarecimento, a palavra passaria a ser empregada cada vez mais de forma pejorativa, qualificando tudo aquilo que não se dá a ver com clareza, toda situação que provoca hesitações, todo objeto de conhecimento que não é facilmente discernível. É ainda no âmbito de uma ciência cada vez mais mediada por uma ideia absoluta de verdade que também se fixa o uso do substantivo pelos astrofísicos, nomeando um objeto de estudo, as nebulosas, e um campo nebuloso de saber.

Na atualidade, poucos se perguntam sobre os termos que usam, e o emprego de "nebulosa" é absolutamente naturalizado e não causa polêmicas.[6] Ninguém mais fala de nebulosas como ilhas, como

imaginou Alexander von Humboldt, em simplesmente *Cosmos* (1845-1859), ao escrever sobre estes corpos não descritíveis através de formas geométricas simples. O que merece a atenção e inspira o modo de *pensar por nebulosas* é a própria conotação negativa relacionada ao termo, que havia sido intuitivamente evitada, no caso de Kant, e foi introduzida com a difusão do catálogo de Messier ao amplificar a utilização do neologismo.

A dupla negatividade, tanto associada ao substantivo quanto atribuída ao adjetivo, pode fazer parecerem gratuitas considerações sobre astronomia ou sobre usos de novas e antigas palavras em um texto destinado a discutir práticas de pesquisa e historiografia. O que está em jogo aqui é justamente o que dá sustentação a essas reservas, prováveis ou concretas.

Isto é, *pensar por nebulosas* reage a uma ideia de ciência que se mostra preponderantemente compartimentada em "áreas" de saber e associa o conhecimento a um ideal de transparência e de claridade – quando não de uma revelação, distante, contudo, daquela benjaminiana, que não apascenta ao iluminar, com perplexidade, o absurdo.

Georges Didi-Hubermann (2017, p. 46) sublinha que Walter Benjamin, evocando Hegel, já havia alertado que a coruja – um dos atributos de Minerva, deusa da sabedoria – só alça seu vôo ao anoitecer.[7] Benjamin, tanto quanto Hegel, um século antes dele, criticava, assim, um modo de pensar o conhecimento que insistia em refutar zonas crepusculares, sombrias, de lusco-fusco e desvio. Em outras palavras, ambos refutavam uma forma de conhecer excessivamente guiada por uma aplicabilidade direta e imediata e que passou a se impor desde fins do século XVIII, evitando ou cobrindo com véus as errâncias e hesitações das reflexões no ir e vir de seus questionamentos e, em suma, denegando resultados inconclusos, provisórios, contingentes.

Ora, sem advogar a mesma positividade desse modo de conhecer e ainda que com outras práticas, o campo intelectual exige, contudo, argumentações e algum esclarecimento quanto ao que "falar" quer dizer.[8] (BOURDIEU, 1982)

Uma nebulosa é, aqui, um conjunto de nuvens. Na expressão “pensar por nebulosas”, não se considera a palavra como Kant ou os astrofísicos contemporâneos. Ela não sugere ou propõe analogias com galáxias, estrelas, corpos celestes ou regiões interestelares envoltas em “névoas de nuvens” que remetem a alguma fixidez, ainda que enganosa.[9] Não se trata de traçar paralelos com os estudos sobre a formação e expansão do universo. Uma nebulosa seria, assim, um substantivo feminino, mas que significa um coletivo de nuvem.

Reivindicar as nebulosas como uma metáfora e, por sua vez, reivindicar a própria forma de pensar metaforicamente, como um modo pleno de pensar: é disso que também se trata de esboçar aqui. É pensar por conjunto de nuvens com seu sentido híbrido, sua forma de estabilidade contingente, com sua natureza singular e plural, coletiva, que, como no poema de Shelley, não morre, desaparece e, de novo, irrompe, faz e desfaz.

Modos de pensar os céus da história

“Pensar por nebulosas” é herdeira de inúmeras nebulosas intelectuais. Certamente, as reflexões desenvolvidas por Christian Topalov, em seu trabalho sobre movimentos sociais na França do século XIX, intitulado *Laboratoire d’un nouveau siècle: la nebuleuse réformatrice en France* (1880-1914), foram uma referência forte às ideias expostas aqui.[10] Elas permitiram que se abrissem caminhos de investigação e intuições ganhassem matizes.

De fato, o sociólogo francês foi, provavelmente, um dos primeiros, senão o primeiro, a intuir o alcance do uso do termo “nebulosa” como uma metáfora do mundo social. O ponto de partida foi a constatação da heterogeneidade que permeava a ação dos grupos de atores engajados em prol de “reformas” sociais na França no período estudado por ele: seja quanto ao seus perfis, suas práticas, suas instituições e, até mesmo, seja quanto ao significado que atribuíam ao próprio termo “reforma”, em torno do qual se moviam.

Escrevendo sobre o uso metafórico que fez da palavra "nebulosa", Topalov (1999, p. 13) esclarecia que o próprio termo indicava "o trabalho a ser desenvolvido: explorar um universo finito mas com contornos indecisos, uma matéria descontínua feita de nós densos e de zonas relativamente vazias, de corpos em formação ou em desintegração, um conjunto de objetos organizados em sistemas parciais mais que seguem um movimento de conjunto". A metáfora permitia, assim, que se dispensasse de definir a palavra "reforma", "como se tratasse de um conceito, de uma ideologia constituída ou de uma corrente reconhecível pelas ideias que professa". (TOPALOV, 1999, p. 13)

O uso da nebulosa como metáfora é um primeiro ponto da defesa da atitude intelectual exposta aqui. Contudo, "pensar por nebulosas" propõe a defesa do próprio modo metafórico de pensar. Nesse sentido, é preciso lembrar que, bem antes do século XIX, as nuvens já haviam se tornado um objeto teórico para muitos pintores, como mostrou Hubert Damisch, em seu livro *Théorie du Nuage*. Isto é, antes mesmo que "estrelas nebulosas" e "névoas de nuvens" viessem no século XVIII a ocupar astrônomos, nuvens passassem a inquietar poetas ou que os céus e constelações servissem de metáfora para se pensar a história em um momento de grande impulso da astrofísica, nos anos 1920 e 1930. Que sejam reconhecidas, assim, em certas associações feitas aqui, também, as contribuições do pensamento damischiano.[11]

De fato, sucessivos esforços teóricos vêm sendo feitos nas últimas, décadas dotando de historicidade termos, categorias e conceitos, multiplicando a atenção aos sentidos e nexos entre palavras e os investimentos e estratégias necessários para a garantia da estabilidade relativa de seus significados. Nos anos 1990, Derrida já insistia em lembrar – a partir da ideia de *différance* –[12] que, no interior do jogo da interpretação, todo trabalho de natureza conceitual transforma e deforma a relação, até então, acreditada, autorizada, naturalizada, entre uma palavra e um sentido.

Talvez seja útil também lembrar como diria, de outro modo, Hans Blumenberg (2017, p. 3):

> Um conceito deve em princípio ser [contudo] definível mesmo quando ninguém, nessa situação, está em condições de satisfazer às exigências da definição. A racionalidade [se ela traduz um esforço de compartilhamento] não se inicia com a satisfação dada a estas exigências, mas do fato que elas são aceitas.

Isto é, elas requerem um consentimento intersubjetivo.

Ora, a ideia de pensar a partir de conjunto de nuvens ou de nebulosas é uma metáfora, e não um conceito. Tanto metáforas quanto conceitos, quando muito, são uma suposição e uma hipótese necessárias à razão, entendida aqui como possibilidade de alguma objetivação que permite o compartilhamento de ideias e práticas. Como metáfora, utiliza-se da ideia de substituição na qual um pensamento seria igual a um conjunto de nuvens, deixando, contudo, a ideia de equivalência em aberto e insistindo em desconstruir a própria clareza e estabilidade, que continuam a ser atribuídas ao processo de conhecimento.

Nesse sentido, visa-se, assim, começar por sublinhar a própria condição de possibilidade dos conceitos que um autor ou um campo erige e dos quais cada qual se serve, perguntando-se sobre sua historicidade, isto é, sobre a situação específica de sua enunciação e os alcances e limites de seu próprio uso.

Com a metáfora, interroga-se, portanto, uma forma de pensar cidades, culturas, atores e memórias que tende a colocar em um plano secundário os regimes de rememoração, torna homogêneas memórias, tempos, espaços e narrativas; insiste, enfim, em criar totalidades herméticas e hierarquizadas.

Pensar por nebulosas, é assim, um convite a uma ideia instável e dialógica de saber que, mesmo quando feita de configurações, conceitos, categorias e noções, entende-as como esforços de uma teorização mais ou menos precisa, mas jamais neutra, e cuja estabilidade e consenso são momentâneos. Esse saber – como nuvens –, antes de tudo, é movediço, formado por inúmeras camadas diáfanas e vaporosas de

outros saberes, inclusive os rechaçados ou não considerados como tal. Um esforço que, sem denegar-se, toma para si a frase de Paul Valery (apud BLUMENBERG, 2017, p. 36): "O que não é inefável, não tem qualquer importância". Esse saber assume o seu caráter metafórico e paradoxal: pensar a partir do que justamente é e permanece pouco claro, que menos esclarece do que tenta fazê-lo. Ele é, assim, um desvio, um corte, uma disjunção em relação tanto a uma visão setorial, positiva e progressiva de ciência, quanto à negatividade atribuída ao que permanece como um índice misterioso e obscuro nas atividades de pesquisa, mas nem por isso é destituído de presença e de contornos que são confrontados não à prova, mas à argumentação e ao esforço de confrontação e compartilhamento.

Talvez, "pensar por nebulosas" possa ser considerada como uma metáfora que evoca não homologias, mas, ao contrário, permite constatar lacunas, perceber o que está tanto presente como, sobretudo, o que escapa, o que não está lá. Uma metáfora, como as metáforas disruptivas de que fala Blumenberg (2017, p. 36-42). No caso das nebulosas, ela se alimenta do poder poético da imagem e conclama a imaginação a agir, chamando a atenção para os elementos díspares que se agrupam enquanto enfrenta o que não se sabe e tece hesitante correspondências e sentidos.

Nebulosas são, assim, conjuntos de nuvens, massas de vapores, emaranhados, sobrepostos, agregados, esparsos, densos ou esgarçados, que se articulam ou se entrechocam e cuja presença, até então inocente, uma vez percebida pelo olhar daquele que vagamente os distingue e enuncia, não se pode mais ignorar. Definem, contudo, um estado passageiro dos céus, onde em seu movimento cada nuvem desenha um conjunto ritmado de algum modo, construído a partir de diferentes sopros e em diferentes temporalidades.

Céu e nuvens, mas também configurações, movimento, efemeridade, instabilidade, choques, fricções e compartilhamentos são palavras-chave no modo de pensar por nebulosas. A utilização do termo retoma o que estava implícito nos usos arcaicos da palavra e de suas declinações a partir de sua origem etimológica latina – *nebula*,

nebulae, névoa; *nubes*, *nubis nubila*, nuvem; *nebulosus*, a, *um* – nebuloso, nublado, cuberto[13] de nuvens; nuvrado, nubrar. (BLUTEAU, 1716, p. 694,714-716, 765, 775-776; MORAES SILVA, 1813, p. 337- 342)

Entretanto, essas especulações etimológicas em torno do termo não prescrevem o que deveriam significar ou ser nebulosas, que sequer podem ser descritas ou são circunscritíveis fisicamente. Antes, buscam justificar a defesa do sentido de "nebulosa" como um substantivo – mas como um substantivo coletivo. Mais que isso, trata-se, nesse seu uso, de um termo cujo significado congrega fenômenos e processos de natureza coletiva.

De fato, uma nebulosa como um coletivo é um conjunto não só movente, mas também híbrido. Cada nuvem, considerada sob certo ângulo, define ela própria uma totalidade, ainda que contingente, pois mesmo sua estaticidade advinha-se que é temporária. Contudo, ela é também formada por inúmeras camadas de névoas e de outras nuvens que assumem diferentes formas. Daí seu caráter híbrido, singular plural. Ou seja, como nuvem, ela pode ser considerada uma figura singular, mas, na medida em que é composta por diferentes vapores e mesmo se articulam francamente a outras nuvens, condensadas sob diferentes formas, ela também é uma figura plural.

Além disso, também se aproximam ou se afastam de tantas outras nuvens e nebulosas e sua configuração jamais é a mesma. Assim, a própria ideia de uma nebulosa como totalidade é relativa e depende dos sentidos e nexos internos e externos que as recortam e recortaram.

Em resumo, trata-se de um modo de pensar, e de pensar a história, analógico ao caráter compósito de nuvens e de conjuntos de nuvens, lembrando que o próprio conceito de "história", quando se formula no século XVIII, pode ser visto como uma metáfora de uma totalidade que é imaginada como o fato de contar histórias. Assim, é também um singular plural: singular, a história; plural, as histórias. (BLUMENBERG, 2017)

Em termos historiográficos, essa analogia entre um modo de pensar

e a formação de nuvens significa dizer que, não sendo propriamente um conceito, uma nebulosa tampouco é uma configuração prévia. Ao contrário, ela se desenha e se dá a ler à medida que se forma, isto é, à medida que intuições sucessivas são verificadas, articuladas, correlacionadas, enquanto outras são deixadas de lado, mostram-se absurdas, sequer são percebidas. Nesse fazer, uma só nuvem ou um fragmento de nebulosa pode também participar ou derivar de tantas outras nebulosas, ao mesmo tempo em que podem ser observadas em suas movimentações.

Certamente, as nebulosas herdam da ideia de rede. As nuvens que as compõem e mesmo as camadas de cada uma delas resultam, como se disse, de nexos e associações. Mas elas integram essa premissa que rege as interações sociais e culturais para desconstruir seu caráter mecânico, insistindo em observar essas interações de modo situado e exibindo, segundo o que se interpreta, descontinuidades, vazios, meros restos de vapores, condensações, ou o anúncio de turbulências.

Por outro lado, antes de ser um método entendido como uma forma de encaminhamento da reflexão ou uma proposta para um percurso regrado em direção a um ponto futuro ou um resultado à frente, a expressão talvez possa ser considerada, primeiramente, como se disse, uma atitude diante da escrita da história.

De fato, como uma metáfora, ela é uma figura de linguagem, e não é, portanto, propriamente um método. O uso do termo, extraído da consulta cruzada de palavras em antigos dicionários, como vimos, descreve uma condição atmosférica que é quase uma imagem. É a imagem de um pensamento que se move e, ao mesmo tempo, um movimento do próprio pensamento como ideação movente. Embora não se trate apenas de reconhecer que o pensamento opera por imagens, por impressões fugitivas, por analogias, por associações, por um livre pensar que segue intuições que constroem um certo conjunto de nexos. É um modo de pensar que se pergunta sobre o próprio ato de conhecer e as operações que lhe são inerentes, a começar pelo que se mobiliza como objeto de estudo e que parece impor-se como memória e exigir alguma escuta.

É, assim, uma atitude intelectual que, implicitamente, sublinha posições e percepções que engajam a totalidade do corpo e da experiência sensível para além do olhar. Essa atitude evoca coisas etéreas para interpelar o que as sociedades construíram de mais material: suas cidades, suas instituições, as próprias práticas do campo do conhecimento.

Embora, até certo ponto, trate-se da contemplação dos "céus da história" e suas "constelações", na expressão de Walter Benjamim em suas conhecidas teses *Sobre o conceito da História*,[14] esses céus se querem ainda mais cotidianos, mais fragmentários, mais movediços do que aqueles que levaram com sua mesma barbárie o filósofo e tantos poetas aos seus limites. Eles exibem nuvens densas formadas pelos consensos, mas também as zonas escurecidas dos conflitos, dos confrontos, dos choques.

Construir e pensar por nebulosas pede a mesma atenção tanto para formações compactas quanto para manchas dispersas, desgarradas e, sobretudo, para as quase névoas que causam como um estranhamento, como uma intuição do que exige de que se fale, do que foi e está sem lugar e emudecido, do que questiona em sua situação de latência e à margem.

Enfim, observar as nebulosas em suas configurações momentâneas, ainda que em si carregue uma ideia de passado e de devir, a performatividade da partilha do que é visto, do que se dá a ver, do que se propõe como formulação de sentidos e de relações se sustenta no instável de um campo de forças, no qual só se pode sentir o rumo dos ventos. São céus que estão aí: na experiência histórica, temporal e espacial de todo dia, de qualquer um ao fazer história, ao reconhecer tempos, ao coreografar espaços como configurações abertas de relações entre o sonho, a esperança, a intolerância, o medo, a fragilidade.

Os mapas dos céus ou a formação das nebulosas

Pensar por nebulosas traduz uma operação de pensar por meio da formação de conjuntos de nuvens de sentidos que erigem a própria

vida coletiva nas mudanças, repetições, perplexidades que interpelam cada um, cada ator, no cotidiano. Nuvens de conceitos, de gestos, de práticas e leituras, que não são aleatórios e cujas imagens exigem a exploração crítica e contínua de diversas camadas com seus pontos de concentração ou esgarçamento.

Assim, ainda que a metáfora remeta à observação dos céus da história,[15] evocados por Benjamin, esta não se beneficia apenas das suas reflexões. Trata-se, antes, de um exame lento e, em certo ponto, ainda em movimento, tanto sobre certas reflexões do filósofo alemão, entre outros pensadores, e das noções que mobilizou, quanto de suas condições de enunciação e suas possibilidades de atualização.

De certo modo, "pensar por nebulosas" se beneficia justamente de noções que permeiam as obras de Benjamim: de constelação, de iluminações profanas e de imagem de pensamento. Mesmo que estas não tenham sido tratadas como objetos teóricos plenos pelo filósofo, elas possibilitam abrir caminho para explorar temas discutidos nos círculos dos historiadores de arte de cultura alemã desde fins do século XIX até particularmente no período entre guerras.

Ela é, contudo, igualmente devedora de aportes de inúmeros autores que, nas últimas décadas e pelo menos desde os anos 1970, e de Certeau, por exemplo, vêm se debruçando sobre a operação historiográfica e abordando modos de pensar os regimes de historicidade e regimes de rememoração e de temporalização que dão fundamento à própria história como campo disciplinar.

Para Certeau, o historiador age em uma zona transitória entre a experiência concreta do corpo a corpo da rua e o que vê do alto de um arranha-céu, entre as impregnações imediatas e a capacidade imaginativa em torno de uma totalidade que só se fecha como um artifício da ordem da retórica e do conceito. A cartografia dos céus das nebulosas entende o fazer do historiador como uma ação que oscila entre pausa e repouso, entre afirmação e impotência, entre força e limite, entre intuição e dúvidas metódicas.

Mas se essa atitude pressupõe, por parte do historiador, uma contemplação dos céus da história e, como pensamos aqui, olhar nuvens que se organizam como diferentes conjuntos de nuvens, também é saber-se em meio elas – afastando-se ou aproximando-se de uma ou de outras, por vezes também em estado de pausa, conforme os ventos, sua força, sua direção.

Tudo que subjaz como história, tudo que irrompe como memória, é signo e representação, mas, antes de tudo, apresentação e trauma, marca de algum passado que interroga um agora, marca de algum presente que reverbera um porquê, um quando, um ainda e insiste para ser lembrado, ser narrado, ser inscrito em um discurso de correspondências.

E nesses termos, a operação historiográfica pressupõe interrogar-se sobre o próprio movimento de ar e sobre a fenda que ele, o historiador, intuiu existir no fundo da Terra e de onde provêm os vapores dos céus. É dessa fenda, é dessa caverna, é dessa tumba – como lembra Shelley – que irrompem as nuvens, passageiras nuvens. É a visita a ela que as nebulosas convidam. É ela que o historiador está prestes a começar a explorar ao interrogar-se sobre os discursos constituídos e instituídos sobre o passado, ao interrogar reminiscências, visões, impressões fugitivas, até, pouco a pouco, dar voz ao que permanecia quase como um murmúrio. Enfim, é o que extrai dessas suas expedições que ele desvela, ao definir seus objetos de estudo, ao fazer sua voz ser também como sopro e vento, ao narrar o que entrevê e experimenta e, enfim, ao propor e submeter este exercício, que é seu, à leitura de seus contemporâneos como algo que possa ser comum.

Essa "viagem ao centro da terra" é a outra face de sua observação dos céus e faz referência a um estado de atenção máxima e, portanto, a um estado de espreita, que precede qualquer ato passível de engendrar um movimento. Isto é, um estado de tensão máxima, que é também de crítica – no sentido de que ela procede a uma avaliação de todo gesto capaz de provocar a passagem de um estado de coisas a outro. Esse gesto, que coloca em movimento no presente os ecos que nos chegam de vozes que emudeceram, parece ser a operação de escrita da história. No exame que temos feito da prática historiográfica e das questões,

inclusive de métodos que a envolve, a imagem de nuvens é, de certo modo, uma imagem de pensamento.

Hubert Damisch (1972) se dedicou, em um longo trabalho de erudição, a construir um dos mais consistentes estudos sobre as nuvens como objeto teórico, analisando suas recorrência e usos na pintura do *Quatrocentto* até Cézanne. Na obra, elas são exploradas em seus efeitos volumétricos e espaciais, "em sua inconsistência relativa à solidez, à permanência, à identidade que define a forma". Damisch lembra, entre outras coisas, de um velho conselho de Leonardo da Vinci: "olhe atentamente as manchas nas paredes, os resto de cinzas nas fogueiras, as nuvens ou a lama, dentre outras coisas semelhantes, elas são quase da esfera do maravilhoso pois é nas coisas confusas que o espírito encontra matéria".

Analisando a arte "celeste" de Corregio e sua maneira "vaporosa" de pintar, Damisch, com Jacob Burckhardt, um dos que também insistiram em reconhecer o valor e as funções das nuvens em relação à ciência positiva e materialista do seu tempo, sublinha sua natureza comunicativa como registro e como elemento não de um estilo, mas de uma construção. (DAMISCH, 1972, p. 29) Sendo imagem, pode ser vista também como conceito. E aqui, um conceito que se sabe etéreo. Isto é, ainda que indecisa e evanescente, plasticamente, ela permitiria a conformação, a deformação, a superposição, a justaposição de corpos, densidades, camadas, matizes como o próprio conhecimento que, sem ser ilusório, permanece em constante recomposição.

Pensar por nebulosas, ao mesmo tempo em que desconstrói e reconstrói conformações mais ou menos efêmeras, é uma atitude intelectual que busca deslocar as ideias de transferência de saberes prontos, se opõe aos modelos fixos e aos métodos reprodutíveis e aplicados e refuta tanto a ideia de hermetismo de culturas quanto sua hierarquização. É um ato de liberdade do pensamento, mas também de escuta e solidariedade. Como se lê nas entrelinhas de *Théorie du nuage*, ela não é inovadora, ela apenas rememora.

NOTAS

1 No *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Antonio Moraes Silva (1813), como no *Vocabulario Portuguez* e *Latino*, de Raphael Bluteau (1716), aparece o termo "nebulosa", no feminino, ligado à astronomia e à *Estrella nebulosa*, e não às investigações sobre as galáxias e a à estrutura do universo, como se deu a partir da metade do século XVIII.

2 *História geral da natureza e Teoria do céu*. Para este texto, consultamos a tradução francesa *Histoire générale de la nature et Théorie du ciel* (1984).

3 Literalmente, "névoa de nuvens". A partir de Kant, na segunda metade do século XVIII e até, pelo menos, Humboldt, em *Cosmos* (1845-1859), os termos empregados por aqueles que estudam essas configurações celestes em alemão são hesitantes *nebula*, *nebelstern*, *nebelwolke*, *nebelfleck*.

4 O estímulo aos estudos de Messier foi dado pela previsão de passagem do cometa identificado por Halley.

5 *Introdução às ciências do espírito*.

6 Todo ano, astrônomos amadores do mundo todo reúnem-se, inclusive, em uma espécie de festa e maratona, na segunda metade do mês de março, buscando identificar o maior número de nebulosas em uma só noite.

7 Essa analogia feita por Hegel entre o processo de conhecimento e a coruja, ave noturna que acompanha Minerva, foi lembrada por Walter Benjamin em texto de 1931 e citada por Georges Didi-Hubermann (2017).

8 Nas palavras de Pierre Bourdieu (1982), em seu livro de mesmo título.

9 Pensa-se, por exemplo, nos anos luzes que nos separam do que vemos no firmamento.

10 Nota-se que as nebulosas reformadoras estudadas por Topalov (1999) movem-se instituindo o mundo social e recortando-o com seu vocabulário em consonância com a própria expansão das ciências humanas e sociais, no mesmo período em que Taine e Dilthey escreveram.

11 Este texto, embora embrionário e que apenas tangencia *Théorie du Nuage*, é dedicado a Hubert Damisch, professor da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) cujos seminários seguimos entre 1983 e 1988, falecido quando acabávamos de concluir esta versão em 14 de dezembro de 2017.

12 O *Glossário de Derrida*, elaborado pelos alunos do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob supervisão de Silviano Santigo, esclarece: "neo-grafismo produzido a partir da introdução da letra a na escrita da palavra 'différence'. A *différance* não é 'nem um conceito, nem uma palavra' [...] Esta 'discreta intervenção gráfica' ('a' em lugar do 'e') será significativa no decorrer de um questionamento da tradição fonocêntrica, [...] o a de différance propõe-se como uma 'marca muda', se escreve ou se lê mas não se ouve [...]". (GLOSSÁRIO..., 1976, p. 22-24)

13 Conforme original.

14 As teses de Benjamim foram traduzidas em português sob o título *Sobre o conceito da História*. Em francês, o título é *Sobre o conceito de história*, que parece melhor corresponder às suas ambições ao redigir essas suas teses. De todo modo, um trabalho mais detalhado, levando-se em conta também sua versão em alemão, carece ser feito no atual estado do conhecimento sobre a obra do autor.

15 A obra de Benjamin, como a de outros intelectuais desde fins do século XIX – de Nietzsche e Riegl a Halbwachs e Kracauer, passando por Bergson – e sobretudo nas décadas de 1920-1930, busca colocar as narrativas do passado em um *Lebenwelt*, um mundo da vida, desnaturalizando a própria faculdade de rememorar.

REFERÊNCIAS

ASTOR, D. *Dictionnaire Nietzsche*. Paris: Bouquins/Robert Laffont, 2017.

BARDET, M. *Pensar con mover*: un encuentro entre danza y filosofía. Buenos Aires: Cactus, 2012.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas)

BENJAMIN, W. Sur le concept d'histoire. In: ŒUVRES III. Traduit de l'allemand par Maurice de Gandillac, Rainer Rochlitz et Pierre Rusch. Paris: Gallimard, 2000. p. 427-444. (Collection Folio Essais).

BENJAMIN, A. *Walter Benjamin and History*. London: Continuum, 2005.

BLUMENBERG, H. *Théorie de l'inconceptualité*. Paris: Éditions de l'éclat, 2017.

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Lisboa: Officina de Paschoal da Silva, 1716.

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*: l'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.

BRETON C.; MAESTRAGGI, S. *Mais de quoi ont -ils eu si peur?* Marseille: Editions Commune, 2016.

CASSIRER, E. *L'idée de l'histoire*. Paris: Les éditions du Cerf, 1988.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAMISCH, H. *Théorie du nuage*: pour une histire de la peinture. 2 ème. éd. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

DELACROIX, C. et al. *Historiographies, concepts e debats*. Gallimard: Folio Histoire, 2010. v. I e II.

DERRIDA, J. *Le droit à la philosophie du point de vue cosmopolitique*. Lagrasse: Ed. Verdier, 1997.

DERRIDA, J. *Du droit à la philosophie*. Paris: Galilée, 1990.

DIDI-HUBERMAN, G. *Á Livres ouverts*. Paris: INHA, 2017.

DURING, É. Méthode ou Système: pour une metaphique locale. *Revue Les Temps Modernes- La Philosophie Française A-T-Elle L'Esprit De Système*, Paris, n. 682, p. 49-71, 2015.

ECO, H. *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset, 1992.

ENCICLOPÉDIA Einaudi: volume 1: memória-história. 3. ed. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

FARRACHI, A. *La tectonique des nuages*. Paris: Corti, 2017.

GLOSSÁRIO de Derrida. Supervisão de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GUSDORF, G. *Introduction aux sciences humaines*: essai critique sur leurs origines et leur développement. Paris: Ed. Ophrys, 1974.

HUMBOLDT, A. von. *Cosmos*: essai d'une description physique du Monde. Paris: Éditions Utz, 2000. 4 v.

KANT, E. *Histoire générale de la nature et Théorie du ciel.* Paris: Vrin, 1984.

KRACAUER, S. *L'histoire:* des avant-dernières choses. Paris: Stock, 2006.

LILTI, A. et al. *L'experience historiographie*: au tour de Jacques Ravel. Paris: EHESS, 2016.

LÖWY, M. *Walter Benjamin*: Avertissement d'incendie: Une lecture des theses "Sur le concept d'histoire". Paris: PUF, 2001. (Collection Pratiques théoriques).

MALGRAVE, F.; IKONOMOU, E. (Ed.). *Empathy, Form and Space, Problems in German Aesthetics – 1873-1893*. Santa Monica: Getty Center for the History of Art and Humanities, 1994.

MESSIER, C. Catalogue des nébuleuses et des amas d'étoiles. In: MEMOIRES de l'Académie royale des science de l'année 1771. Paris: Imprimerie royale, 1774.

MORAES SILVA, A. *Diccionario da Lingua Portugueza Recopilado*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

MOSÈS, S. *L'Ange de l'Histoire*: Rosenzweig, Benjamin, Scholem. 2 ème. éd. Paris: Gallimard Education: Folio Essais, 2006.

PROST, A. *Douze leçons, sur l'histoire*. Paris: Seuil, 2010.

REYES, P. *Projeto por cenários*: o território em foco. Porto Alegre: Sulinas, 2017.

RICOEUR, P. *La memoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

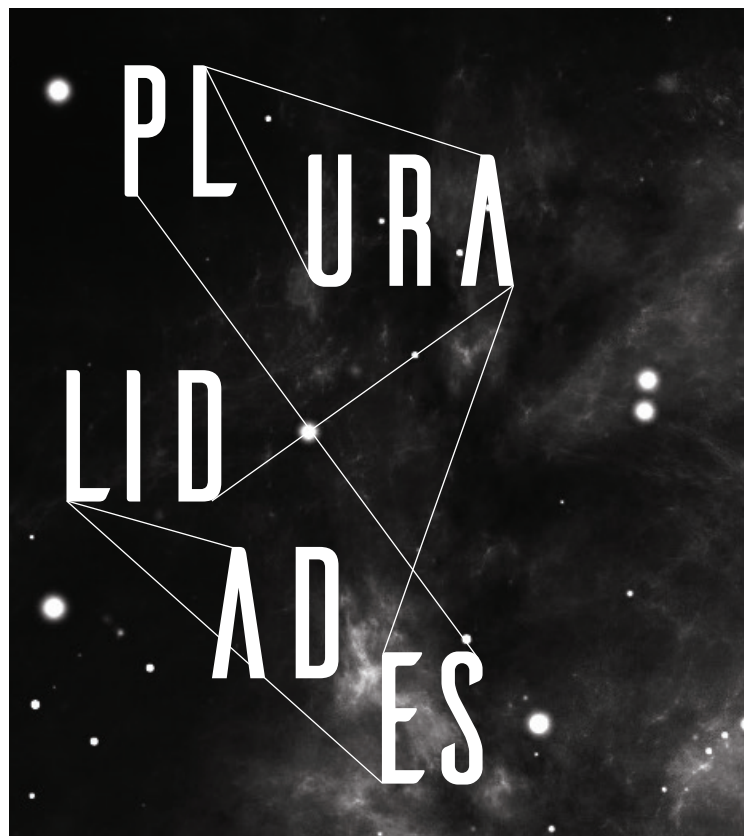
RONCAYOLO, M. *Lectures de Villes*: Formes et temps. Marseille: Parenthèses, 2011.

ROSSET, C. *Impressions fugitives*: l'ombre, le reflet, l'écho. Paris: Éditions de Minuit, 2004.

TOPALOV, C. (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2013.

TOPALOV, C. *Laboratoire du Nouveau Siècle*: La nébuleuse réformatrice en France (1880-1914). Paris: EHESS, 1999.

P E N S A R   P O R

PL
URA
LID
AD
ES

PENSAR POR PLURALIDADES

Pluralidades, cidades

JOSIANNE FRANCIA CERASOLI

> Ao egoísmo pode ser oposto apenas o pluralismo, isto é, o modo de pensar que consiste em não se considerar nem em proceder como se o mundo inteiro estivesse encerrado no próprio eu, mas como um simples cidadão do mundo.
> (KANT, 1798, p. 30)

> A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes [...], os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.
> (ARENDT, 2004, p. 188)

"Cidade", substantivo plural. Segundo os dicionários, "plural", um adjetivo de dois gêneros, remete ao variado, ao múltiplo, sendo antítese de singular. "Pluralidade", qualidade do plural, contemplaria, assim, o existir em grande quantidade, caracterizado pela não unicidade. Nos dois termos, o antepositivo "plur(i)" é herdeiro inequívoco do latim "plus, pluris", "mais, maior", de significado conexo a "miria", "multi", "pleto", "poli" e origem de uma série de noções, como pluriforme, plurívoco, pluralismo, pluralizar, plurivalente.

Definida como uma aglomeração humana com numerosas edificações, mesmo quando as descrições se limitam à materialidade e a seus fins, a cidade é reiteradamente flexionada no plural, como espaço edificado de modo a favorecer ações diversas da vida humana: moradia, comércio, atividades culturais, financeiras, administrativas, mercantis, industriais ou produtivas, em geral, não agrícolas. A dimensão plural é ainda reforçada quando considerada em sua abrangência social – "a primeira das grandes sociedades de várias famílias", segundo verbete da *Encyclopédie* (DIDEROT; D'ALEMBERT, 2006, p. 47) – e sua função política, como *civitas*, burgo, vila, sede episcopal ou base do controle do território, como se destaca ao se abordar a instalação de cidades na América sob domínio ibérico.[1] Todas essas dimensões, materiais, sociais, políticas, consideradas historicamente, ainda multiplicam a pluralidade da cidade, mesmo quando priorizamos o conceito e não as milhões de ocorrências de urbes desigualmente distribuídas pelo mundo. Cidades, pluralidades.

Nas duas epígrafes provenientes de tradições importantes do pensamento filosófico, são assumidas dimensões éticas e políticas no entendimento da pluralidade. No final do século XVIII, ao definir filosoficamente a faculdade de conhecer, Kant (2006) sublinha o pluralismo como uma postura, "um modo de estar no mundo", uma ética ao mesmo tempo distanciada de um mero autoreferenciamento e direcionada a um imaginado cosmopolitismo, a uma disponibilidade para pensar com referências plurais, como um "cidadão do mundo".[2] Kant tem sido referenciado como um dos primeiros a sistematizar ideias a respeito do pluralismo na filosofia, embora se perceba o paulatino afastamento em relação à ideia kantiana dessa oposição ao egoísmo, assumindo-se significados mais próximos ao acolhimento da diversidade, ou uma postura ético-filosófica que admite no mundo uma pluralidade simultânea de elementos. Contemporaneamente, a noção se associa ao reconhecimento da possibilidade de avaliações e interpretações diversas da mesma situação, desdobrando-se em um importante princípio presente em sociedades democráticas quando a postura assume a possibilidade de considerar defensáveis diferentes perspectivas e visões de mundo, como fundamento, por exemplo, da defesa da tolerância.

Não menos controverso seria o percurso do pensamento político que repercute as reflexões contundentes de Hannah Arendt, em meados do século XX, afastando-se de uma suposta definição universal da humanidade para ater-se às condições de humanidade, nas circunstâncias definidoras do humano, sobretudo aquelas profundamente alteradas pela própria modernidade, segundo a autora. A pluralidade está entre os cinco conceitos-chave mobilizados por Arendt (2004, p. 15) para expressar a condição humana, junto a natalidade, mortalidade, mundanidade e terra. Pluralidade, para a autora, condição *sine qua non* e *conditio per quam* de toda a vida política, é, a um só tempo, decisiva para o homem e a própria essência da política, condição humana por definição. A ação, única atividade exercida entre os homens sem mediação das coisas, corresponde à condição humana da pluralidade. Associada à diferença, a pluralidade equivale não à alteridade, mas à capacidade humana de exprimir essa diferença e distinguir-se: só o homem "é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa", afirma Arendt (2004, p. 189). Essa distinção vem à tona no discurso e na ação, e, a partir deles, são estabelecidas as teias de relações humanas, historicamente.

Ao se aproximar investigações sobre a cidade e apontamentos filosóficos em torno da pluralidade, sobretudo em investigações norteadas por perspectivas históricas, não será difícil delinear dimensões similares ou coincidentes com noções mobilizadas até aqui. Elementos como a multiplicidade, a postura pluralista, a relevância da ação e o discurso, ou seja, do encontro de diferenças, a vida política em si, têm sido todas dimensões direta ou indiretamente relacionadas à cidade. Talvez a síntese mais instigante nesse sentido possa ser localizada nas assertivas de Aristóteles, no século IV a.C., justamente na obra *Política*, ao abordar a impossibilidade de se fazer existir a cidade a partir de indivíduos iguais, dada a fundamental importância da dessemelhança na constituição da pólis. Ao analisar as origens e causas das associações humanas em meio a investigações em torno do que chamaria de uma filosofia prática, Aristóteles aprofunda o entendimento ético da pólis, assinalando as virtudes esperadas para os cidadãos na busca racional da autorrealização, segundo afirma, fim último da pólis somente possível em sociedade. (GOMES, 2013) Ao pescrutrar as supostas virtudes do bom cidadão, distingue-as

daquelas do indivíduo, assumindo a necessária composição da pólis por dessemelhantes, não por indivíduos iguais (livro III, 1276b a 1277).[3]

A pluralidade, portanto, seria condição mesma da cidade, localizando-se no centro de suas atividades, definindo-a como fenômeno humano e político singular. Essa dimensão plural é característica distintiva da cidade quando nomeada como urbe, aglomeração humana oposta ao campo; como *civitas*, que remete à cidadania exercida na cidade; ou pólis, assinalando uma sociedade ou cidade-estado caracterizada por um senso de pertencimento ou comunidade. Caberia, portanto, indagar a respeito do lugar da pluralidade, característica essencial, decisivamente presente nas diferentes dimensões e definições em torno da cidade, nos estudos sobre a cidade. Seria oportuno, pois, considerar o papel da pluralidade não apenas como aspecto a ser descrito, a ser investigado em distintos desdobramentos e especificidades, mas também como perspectiva fundamental para se examinar a cidade, para estudá-la a partir de questões igualmente plurais, ainda que essa característica possa torná-la inapreensível a partir de um único ponto de vista.

Essas considerações gerais acerca de dimensões da pluralidade e da oportuna apreensão plural da cidade norteiam os apontamentos com os quais busco responder à provocação trazida por esta coletânea: pensar a cidade "por pluralidades". Busco tecer algumas reflexões sobre a impossibilidade de se abarcar o urbano como um conjunto ou ainda a dificuldade de se compreender seus significados e desafios sem considerar a dimensão plural – paradoxalmente, uma singularidade do urbano. Coloco em pauta essa importância tomando por guias, nesta breve reflexão, alguns modos da pluralidade nos estudos urbanos: como modo de pensar e conhecer ou como uma abordagem, como dinâmica política intrínseca ao urbano e como possibilidade de discussão de uma provável condição cosmopolita, de algum modo associada ao urbano. Para isso, abordo inicialmente um panorama sobre "perspectivas pluralistas" relativas ao conhecimento para discutir alguns riscos da homogeneidade na adoção de pressupostos teórico-metodológicos em investigações sobre a cidade; analiso algumas abordagens, sobretudo relativas à cidade no continente americano; pontuo algumas potencialidades ao se investigar pluralidades e lidar com referências também plurais. Em todo o percurso, meu ponto de

observação está norteado pela reflexão histórica e historiográfica, campo a partir do qual problematizo o urbano como objeto de pesquisa.

Pluralidade, pressupostos, enquadramentos

Ainda se fosse possível supor a total estabilidade dos aportes teóricos e dos próprios sistemas de conhecimento para, mesmo que apenas para um exercício do pensamento, por hipótese ou efeito heurístico, constituir uma base conceitual consistente ou inabalável para apreender o urbano, seria incontornável a consideração da pluralidade de saberes mobilizados para tanto. Mesmo diante de alguma improvável base estável para o conhecimento sobre a cidade, a consideração dos diferentes saberes voltados a seu estudo, diagnóstico e intervenção impõe de saída ao menos justificar escolhas prévias entre diferentes campos – da economia, da política, da economia política, da sociologia, da antropologia, da psicologia, da geografia, da ecologia, da engenharia, do urbanismo, da filosofia, das artes, da história etc. Sem se tomar esses distintos campos do conhecimento em perspectiva histórica, que obrigatoriamente traria à pesquisa o desafio maior de considerar as dinâmicas e relações instáveis entre os diferentes saberes, a pluralidade dos pressupostos mobilizados para apreensão do urbano mostra-se como condição inicial para todo estudo voltado a compreendê-lo. Seria plausível argumentar ser essa uma condição praticamente obrigatória para qualquer temática inscrita na história humana, mas me parece especialmente sensível considerá-la nos estudos sobre a cidade, sobretudo levando-se em conta a demanda desafiante pela organização da vida urbana reiterada cotidianamente.

Que saberes seriam inqueridos diante dos desafios renovados nas cidades, especialmente nos últimos 200 anos, quando a densidade populacional e a complexidade das imbricações e dos problemas associados aos modos de vida urbanos consolidaram a permanência da chamada “questão urbana”, em suas distintas dimensões? Presente na pauta de diferentes campos do conhecimento e numerosas expressões das artes, a cidade tomada como uma questão pode ser entendida tanto como motivação ou origem para determinadas áreas ou saberes, como diretamente aponta as trajetórias do urbanismo, quanto como

incitação ao aperfeiçoamento de certos referenciais e conhecimentos, como a antropologia ou a psicologia urbanas, por exemplo.

Parece-me significativo considerar, entre outros, alguns estudos em torno do urbano que podem ser tomados como pioneiros, como iniciadores de certas abordagens da questão, como os levantamentos de Engels (2008) sobre as condições degradantes de moradia dos trabalhadores na Manchester industrial; os estudos de Gustave Le Bon (2008) sobre a psicologia das multidões, no final do século XIX; as sensíveis reflexões de Simmel (2005) sobre os efeitos da vida monetária para os habitantes das grandes cidades; e os instigantes trabalhos de Benjamin (2007) sobre aspectos simultâneos e múltiplos das mudanças na vida da metrópole, sobretudo em Paris, já no início do século seguinte.[4] Para cada um deles, individualmente, bem como para uma provável avaliação de conjunto que se pudesse extrair de trabalhos como esses, é possível acompanhar tópicos inter-relacionados, todos ligados ao urbano e capazes de apontar a configuração de temáticas variadas a partir de percepções de mudanças nas formas de organização humanas nas cidades.

A prioridade das análises nesses estudos pioneiros não está, de modo geral, na materialidade da cidade, embora seja nela um elemento de grande relevância. Ainda que esteja presente, a análise dos aspectos materiais e formais da cidade aparece entremeada por questões políticas e sociais, como em Engels e Le Bon, principalmente, ou perpassada por aspectos sensíveis, relativos a mudanças de modos de percepção da vida urbana, em Simmel e Benjamin. A relevância dos estudos simmelianos, inclusive seus desdobramentos na configuração do campo da sociologia, sobretudo nos Estados Unidos, e das reflexões benjaminianas, também na expressiva recepção à obra no Brasil, estimulam um olhar um pouco mais detido sobre ambos para se pensar por pluralidades. São duas obras cuja interface nos estudos urbanos, em especial nas humanidades, tem estimulado análises plurais sobre a cidade, além de estabelecerem importantes balizas para pautar investigações sob distintos aspectos.

A despeito da dificuldade de se descrever uma objetiva recepção à obra Georg Simmel no Brasil, segundo levantamento de Waizbort (2007), a

presença das reflexões do sociólogo berlinense pode ser acompanhada em diversos autores, desde pelo menos os anos 1930, com Fernando de Azevedo, em seus *Princípios de Sociologia*, acentuando nos anos 1960, a partir dos trabalhos do antropólogo Gilberto Velho sobre individualismo e cultura. Parece ser nesse movimento que as discussões de Simmel acerca dos efeitos das dinâmicas urbanas na vida dos indivíduos na contemporaneidade encontram maior eco entre os estudiosos no Brasil, assinalando a inserção nesses estudos da análise sobre a vida nas grandes cidades, originalmente traduzido a partir da versão em inglês de 1935 como "Metrópole e vida mental", na importante coletânea organizada por Otávio Guilherme Velho (1967).[5] A sensível reflexão do sociólogo alemão, baseada em seu abrangente estudo sobre o fenômeno histórico do dinheiro, *Filosofia do dinheiro* (1900-1907), tem sido referência fundamental para os estudos em torno da cultura urbana. Preparado especialmente para a Exposição Municipal Alemã ocorrida em Dresden, em 1903, posteriormente traduzido no Brasil como "A grande cidade e a vida do espírito" (2005), o estudo analisa os fundamentos psicológicos sobre os quais se eleva a individualidade na grande cidade, ao lado da intensificação do que denomina "vida nervosa", configurada por mudanças rápidas de impressões interiores e exteriores nos habitantes da cidade. (SIMMEL, 2005, p. 578)

A ênfase desse estudo coloca-se justamente nos efeitos psicológicos, subjetivos, intelectuais da vida urbana sobre seus moradores, e só é possível hoje deduzir a inserção dessa discussão sobre temas que poderiam ser vistos como pouco objetivos na extensa pauta de questões relativas ao urbano abordadas na Exposição de Dresden. Segundo Howard Woodhead (1904a), sociólogo da Universidade de Chicago, correspondente de Simmel nos Estados Unidos no período, os temas abordados na exposição buscavam apresentar um panorama das condições das municipalidades alemãs no início do século, bem como a produção industrial destinada ao uso da municipalidade. Em uma série de artigos publicados no *American Journal of Sociology*, Woodhead (1904a, 1904b, 1904c) detalha e comenta cada um dos temas abordados no evento, tais como o tráfego, a expansão urbana, a questão da moradia, a caridade pública, saúde pública, educação, arte pública, finanças e estatísticas. Pela descrição feita nos artigos,

não é possível deduzir como teria ocorrido precisamente a inserção da apresentação de Simmel nos debates, mas, dada a abrangência do temário da exposição, pode-se imaginar diálogos bastante plurais com os aspectos subjetivos sublinhados pelo autor. Foram esses, aliás, os traços da vida urbana cuja reflexão original do sociólogo berlinense instigou mais expressivas repercussões, permanecendo em diálogo com aspectos dos estudos urbanos, sobretudo do campo da antropologia e da história. Merece destaque a análise do autor sobre o predomínio do caráter intelectualista dos indivíduos na grande cidade, em oposição ao predomínio do sentimento na cidade pequena; resultante, segundo afirma, de certa forma subjetiva de proteção diante do desenraizamento instado pelas coações da vida urbana. (SIMMEL, 2005, p. 578) Ao concluir sua análise, observa um contraponto significativo na grande cidade: para ele, o progresso objetivo e material correspondeu ao retrocesso da cultura dos indivíduos em relação à espiritualidade, delicadeza e idealismo, deixando o indivíduo cada vez mais incapacitado para se sobrepor à cultura objetiva, rebaixando-se à quantidade negligenciável na qual predomina a impessoalidade. (SIMMEL, 2005, p. 588) Não deixa de ser significativa a atualidade dessas reflexões ao se considerar a paulatina expansão das formas de vida urbana – e monetária – nas décadas recentes.

Não seria sem interesse, para pensar o papel das pluralidades na apreensão do urbano, realizar-se um levantamento sobre os usos das reflexões simmelianas nos estudos sobre a cidade, mas certamente tal tarefa demandaria uma pesquisa que extrapola os objetivos destes apontamentos. Parece-me importante, porém, ter em mente ao menos três elementos desse legado acadêmico importante: primeiro, a dimensão sensível e subjetiva nele considerada; segundo, a relevância para os estudos urbanos da obra inicialmente publicada no Brasil na década de 1960 e presente de distintas maneiras; por fim, a inserção original do estudo sobre a grande cidade e a vida do espírito em um evento de caráter técnico e administrativo que visava discutir aspectos múltiplos da cidade no século XX. Parece-me constituir um exemplo significativo da pluralidade de saberes mobilizados e de questões abarcadas pelos estudos urbanos, bem como um sintoma das relações igualmente plurais e movediças entre os campos do conhecimento voltados ao estudo da cidade.[6]

Talvez outra obra ainda mais emblemática para os estudos urbanos, especialmente aqueles voltados à cultura urbana em seus múltiplos aspectos, seja aquela de Walter Benjamin, outro autor cuja recepção e repercussão entre autores no Brasil mereceriam pesquisas aprofundadas em distintas áreas do conhecimento, na literatura, na sociologia, na filosofia, na história etc.[7] No campo dos estudos históricos sobre a cidade, bem como em abordagens da história social e política, a obra, em certa medida, itinerante e pouco ortodoxa de Benjamin provocou significativas viragens – penso, por exemplo, na conformação no Brasil de uma área de estudos aproximando "cultura e cidade" ou nas importantes reflexões norteadas pela noção de "história a contrapelo", de inspiração benjaminiana.[8] Não se trata, porém, de obra particularmente afeita a configurar o que se poderia chamar de "seguidores", dada sua ampla aderência a ousadias tanto interpretativas quanto temáticas e metodológicas, em certo sentido. Obras em si mesmas plurais, capazes de abordar elementos da poesia moderna, da literatura, de obras de arte em diferentes manifestações, da memória em suas tensas relações com a narrativa histórica, das metamorfoses de uma metrópole no XIX, entre outros recursos, os trabalhos de Benjamin ainda se valem de percursos e procedimentos que são, em si, experimentos interpretativos, como o uso de alegorias como forma de aproximação e elaboração, a ampla utilização de narrativas baseadas na memória e suas manipulações, ou o emprego de montagens e variantes em suas mais densas obras, como o trabalho das *Passagens*, obra inacabada que mereceu sua dedicação ao longo de 13 anos ao menos.

Para aproximar o caleidoscópio de estudos benjaminianos do fio condutor destes apontamentos – pensar o urbano a partir de pluralidades – e evitar, ao mesmo tempo, o risco de alguma desorientação diante de tantas possibilidades, busco ater-me à primeira versão do texto que apresenta o trabalho das *Passagens*, o "Exposé de 1935", "Paris, a capital do século XIX". (BENJAMIN, 2007) Valendo-se de poemas, impressões, observações, excertos da dramaturgia e, sobretudo, de singular sensibilidade na leitura de elementos inscritos no cotidiano da metrópole, Benjamin (2007) toma como fio condutor uma tipologia de edificação comercial em Paris, as galerias de compras ou passagens, nas quais as vitrines assumem certo protagonismo

na cena urbana, afetando-lhe as sensibilidades. Chama atenção a abordagem do “Fourier ou passagens”, logo de início, observando-lhes características plurais como condições históricas para sua existência, como uma “conjuntura favorável do comércio têxtil” estimulando os *magasins de nouveautés*, a possibilidade artística de transformação desses espaços comerciais em espécies de galerias e uma condição tão objetiva quanto decisiva, inscrita na história da técnica e da arquitetura: a viabilidade de edificações em ferro como construção artificial. (BENJAMIN, 2007) O modo como entrelaça questões sociais, culturais, técnicas, artísticas e econômicas para problematizar um fenômeno urbano metropolitano mostra-se sem dúvida original, capaz de responder às demandas das novidades que busca descrever, e, ao mesmo tempo, trata-se de uma abordagem bastante exigente aos estudos urbanos, por motivos similares.

Um breve panorama dos tópicos visitados na *Exposé* pode permitir compreender a extensão e as articulações desse panorama complexo do século XIX parisiense, composto ao modo benjaminiano. São seis tópicos entrelaçados de modo a, paulatinamente, acrescer dimensões ao enquadramento, ampliando sua abrangência que, à primeira vista, parece precisa, ou seja, as passagens ou galerias comerciais cobertas de Paris: Fourier ou as passagens; Daguerre ou os panoramas; Grandville ou as exposições universais; Luís Felipe ou o *intérieur*; Baudelaire ou as ruas de Paris; Haussmann ou as barricadas. É o próprio Benjamin (2007) quem aponta uma narrativa cultural e política como pano de fundo para se apreender o entrelaçamento desses tópicos, sugerindo a ideia de Balzac de “ruínas da burguesia” e afirmando ter o desenvolvimento das forças produtivas arruinado os símbolos do desejo do século XIX, numa associação complexa de imagens, projeções e considerações de fundo econômico e social que, por certo, alteraram os referenciais para se pensar as grandes cidades no século XIX. Segundo afirma, o início desse processo se deu por meio dessas inversões enunciadas nos seis tópicos, pela arquitetura enquanto obra de engenharia, notadamente a arquitetura do ferro, seguida pela fotografia de panoramas enquanto reprodução da natureza, pela criação imaginária preparando-se para tornar-se prática enquanto arte gráfica a serviço da publicidade, e pela poesia enquanto montagem no folhetim.

> Todos esses produtos estão prestes a oferecer-se ao mercado como mercadorias. Contudo hesitam ainda no limiar. Desta época, originam-se as passagens e os intérieurs, os pavilhões de exposição e os panoramas. São resquícios de um mundo onírico.[9] (BENJAMIN, 2007, p. 51)

Willi Bolle, organizador das *Passagens* no Brasil e estudioso de Benjamin em suas leituras sobre o urbano, além de apontar essa flagrante discrepância entre progresso tecnológico e qualidade de vida social, formula um novo paradigma de análise ao sintetizar o pensamento sobre o fenômeno da metrópole como palco das transformações ocorridas a partir de meados do XIX, buscando não apenas retratar as mudanças na metrópole, mas tomá-la como "médium-de-reflexão", condição que compara à obra de arte capaz de proporcionar, como a metrópole para Benjamin, conhecimento crítico. Desse modo, pode-se dizer que a aproximação, melhor dizendo, as aproximações possíveis entre a obra de Benjamin e os estudos urbanos permitem não apenas multiplicar as entradas temáticas para se investigar a metrópole ou entrelaçar de modo mutuamente implícito tais entradas, mas também tomar a cidade como referência para renovados exercícios da própria narrativa histórica e do entendimento mesmo do urbano.

> De modo alegórico, a grande cidade contemporânea é considerada um texto enigmático, criptografado, hieroglífico – dentro da tradição de Edgar A. Poe, o qual, em seu conto *O homem da multidão*, apresentou a metrópole como um texto escrito no limite da legibilidade. Pode-se dizer que Benjamin procurou decifrar esse texto durante a vida inteira, desde o livro de estreia, *Rua de mão única*, até seu projeto mais ambicioso, o das *Passagens parisienses*, ao qual deu mais tarde o título de *Paris, capital do século XIX*, e onde se propôs a escrever uma história social dessa cidade. (BOLLE, 2007, p. 98)

Tendo em mente as fundamentais reflexões potencializadas pelas obras de autores como Simmel e Benjamin, tomadas a um só tempo como exemplares de questões e abordagens plurais, ainda que singularmente delineadas, gostaria de retomar a percepção da obrigatória consideração sobre a pluralidade de saberes mobilizados para se

apreender o urbano. Nota-se a insistente presença de aportes plurais mesmo quando restringimos a temporalidade abarcada e os campos do saber, como nesses exemplos. A impossibilidade de perseverar qualquer estabilidade quanto aos aportes teóricos e sistemas de conhecimento implicados nessas apreensões acrescenta ainda outros elementos, capazes de tornar mais complexa a consideração sobre o lugar e os efeitos dessa pluralidade. Parece-me significativo, nesse ponto, acompanhar algumas análises de dois campos do conhecimento que problematizaram o urbano: a filosofia e a própria história urbana, antes de se avançar para pensar o alcance de possíveis "abalos nos fundamentos" de estudos sobre o urbano quando se leva em conta as discussões em torno da crise de referenciais, que teriam colocado em xeque até mesmo a plausibilidade de "teorias da verdade".

Entendo ser importante sublinhar a relevância para os estudos sobre a cidade alguns autores, entre outros, cujo aporte teórico principal se apoia no pensamento filosófico. Além daqueles trabalhos mais recentes, como o do filósofo Luís Arenas, da Universidade de Zaragoza, em estudos sobre a cidade contemporânea (2011) e análises aproximando arquitetura e filosofia; o do antropólogo e filósofo Marcel Hénaff, da Universidade de San Diego, em trabalho instigante sobre a cidade futura (2014) e estudos sobre espaço público e democracia; destaco o estudo crítico de Otília Arantes (2001) sobre as relações entre ao colapso da modernização e os fins do urbanismo; e o estudo exaustivo dos autores belgas, o filósofo Pierre Ansay e o sociólogo René Schoonbrodt, na abrangente reunião de textos filosóficos das mais distintas tradições abordado a cidade, constituindo antologia essencial sobre o tema. (ANSAY; SCHOONBRODT, 1989) Cada um desses trabalhos é referenciado aqui como capaz de, a partir de pontos de vista plurais advindos do campo filosófico, iluminar questões sobre o urbano de modo bastante significativo, configurando-se, a meu ver, em referências importantes para estudos sensíveis a abordagens plurais do urbano.

No diálogo com a filosofia, porém, a despeito da importância de estudos como esses, parece-me incontornável a consideração das investigações da filósofa Françoise Choay, ainda que se possam apresentar reservas a algumas interpretações inclinadas a leituras esquemáticas, sempre suscetíveis a limitações. Suas pesquisas exaustivas apoiadas

no pensamento filosófico resultam em dois trabalhos capazes de colocar em pauta de modo bastante consistente as relações entre teorias e formas, entre pensamento político e linguagens técnicas em arquitetura e urbanismo. Parece-me tratar-se de um acréscimo às reflexões plurais sobre o urbano e as formas arquitetônicas que não mais permite, ao menos desde os anos 1960, a desconsideração de fundamentais preceitos político-filosóficos aos estatutos atuantes nas bases das decisões sobre a cidade e a vida urbana. Na antologia *Urbanismo: utopias e realidades*, originalmente publicada em 1965, Choay (1998, p. 2-3), afirma ter como objeto "as ideias que fornecem suas bases ao urbanismo" e apresenta não uma história desse campo de conhecimento, cuja configuração também é plural, mas "uma tentativa de interpretação" dessas ideias. A abordagem não estaria distante de *A regra e o modelo*,[10] no qual Choay (1985, p. 3) adverte logo de início não se tratar de um livro sobre o espaço construído, o mundo concreto do urbano, a cidade, mas uma pesquisa que "deixa de lado os edifícios efetivamente construídos e trata apenas do espaço da cidade como coisa escrita". No estudo aprofundado do que denomina "textos realizadores e utopias", distingue os elementos teóricos e os pressupostos de tratados de arquitetura e de urbanismo, buscando inscrever no tempo as formas discursivas que os fundamentam. Pode-se, então, localizar a principal contribuição dessas abordagens para os estudos urbanos na possibilidade ímpar de trazer matéria à reflexão sobre a cidade, ainda que não se oriente pela materialidade urbana.

É significativo notar a quase simultaneidade de algumas publicações de algum modo inovadoras – ou capazes de introduzir diferentes aproximações – em torno da cidade e da história urbana, na década de 1960, mais ou menos próximas à antologia de Choay. Uma perspectiva cultural e interpretativa de grande fôlego, publicada por Lewis Mumford (1998) inicialmente em 1961, insere, de modo incisivo, as questões culturais nas investigações sobre as múltiplas ocorrências e transformações da cidade na história. Entre 1966 e 1968, são editadas ao menos quatro obras convertidas imediatamente em referências críticas fundamentais à problematização da cidade: Vittorio Gregotti (2001), com *O território da arquitetura*; Manfredo Tafuri (c1979), com *Teoria e história da arquitetura*, ambos ampliando o entrelaçamento entre pressupostos político-filosóficos e o estudo das transformações no campo da arquitetura; Aldo Rossi (1995), enfatizando a construção

da cidade no tempo, atrelada aos valores sociais; e Robert Venturi (1995), com *Complexidade e contradição em arquitetura*, questionando, de modo decisivo, os diagnósticos e as soluções vistas como reducionistas da arquitetura de matriz modernista, cuja aposta em preceitos racionalistas teria antecipado seu declínio.

É expressivo o panorama que se vislumbra ao se colocar lado a lado essa produção crítica simultânea e de grande repercussão. Choay, Mumford, Gregotti, Tafuri e Venturi certamente introduzem não apenas perspectivas plurais e não lineares a certas questões em torno do urbano, mas, de modo geral, e cada qual a partir de seus pontos de embate, definem dimensões mais complexas e aprofundadas para se perscrutar a cidade. Estivessem isolados e não inseridos em contextos de discussões e desafios ao campo de estudos e ao mundo urbano, cada um desses trabalhos já seria, em si, potencialmente instigante para incentivar estudos urbanos em busca de origens e debates plurais na constituição do próprio temário de pesquisas e reflexões sobre a cidade. Rossi (1995, p. 3-6), por exemplo, refere-se à construção da cidade no tempo para ser possível apreender ela mesma como arquitetura, “como criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta”, e afirma estar exatamente nesse ponto a “natureza coletiva” da cidade, que lhe permite, enfim, incluir “o problema político da cidade”, entendido como possibilidade de escolha – portanto, debate.

São perspectivas, de fato, nem sempre convergentes, que poderiam sugerir a um primeiro olhar não enquadramentos plurais, mas algum sedicioso relativismo ou mesmo algum capcioso pragmatismo cético. Porém, para além de investigações relativas ao próprio campo de estudos sobre a cidade – por si só pluridisciplinar, como se pretende também apontar nestas reflexões –, parece-me importante ampliar esse panorama para outras áreas, ainda que seja por ora apenas para alcançar algumas relações e diálogos possíveis, ou ainda acompanhar problematizações mais complexas, que não seria inadequado supor como problemática estarem direta ou indiretamente envolvidas, a despeito de nichos sempre persistentes nas áreas acadêmicas. Propõe-se aproximar, para efeito hipotético apenas, buscando compor importantes referenciais dessa ambiência crítica, estudos relativamente próximos no tempo, formulados em outras áreas também entre os anos 1950 e

1960, nem sempre próximas nas temáticas, mas com alguma relação possível, sobretudo considerando-se os questionamentos que realizam acerca dos limites das linguagens e representações, bem como das especificidades do conhecimento nas chamadas ciências humanas. Nos anos 1950, registra-se a circulação de algumas publicações, como *A memória coletiva*, de Halbwachs; *História social da arte e da literatura*, de Hauser; *Origens do Totalitarismo* e *A condição humana*, de Arendt; *Empirismo e subjetividade*, de Deleuze; *O grau zero da escrita*, de Barthes; *Crítica e crise*, de Koselleck; *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss; *História e verdade*, de Ricoeur; *A poética do espaço*, de Bachelard; *Cultura e sociedade*, de Williams. Já na passagem para os anos 1960, *How to Do Things with Words*, de Austin; *Arte e ilusão*, de Gombrich; *Mudança estrutural da esfera pública*, de Habermas; *As palavras e as coisas*, de Foucault; *Contra interpretação*, de Sontag; *Estrutura das revoluções científicas*, de Kuhn.

Aspectos relativos às tensas relações entre linguagens e representações, entre culturas e interpretações, ou mesmo críticas, algumas agudas, às teorias da história e às apostas persistentes na racionalidade instrumental, como aquelas mobilizadas por Venturi, aparecem de diferentes maneiras nessa miríade de escritos. A onipotência dos conhecimentos científicos e da própria razão parece tensionada, nesse panorama, por uma pluralidade de formas, métodos, preceitos, viabilizando-se aberturas ao reconhecimento da importância de uma mudança de ênfase no papel da linguagem para compreender os processos múltiplos de fabricação de conhecimentos, entendimentos, significados.[11] O pluralismo, nesse conjunto, parece radicalizar-se e incidir sobre aquilo que se entendia como "verdadeiro", assumindo existir mais de uma forma de ser verdadeiro e trazendo à pauta, desse modo, a necessidade de se investigar pluralidades e lidar com referências plurais. Isso implica assumir que as histórias só podem ser múltiplas, em vez de falar de uma História única e unificada, com "h" maiúsculo, e seguramente também implica envolver – e deve ainda envolver – os debates históricos e historiográficos em relações mais complexas. Na consideração dos pressupostos e enquadramentos, portanto, ao assumir-se a inserção dos estudos urbanos nesse contexto, parece-me inescapável a compreensão de certa relatividade do conhecimento, expressa tanto no chamado "giro linguístico", dos anos 1970, ele mesmo inteiramente conectado ao panorama de escritos acima alinhado,

quanto nos chamados "giros culturais" pós e de-coloniais mais recentes. Não caberia explorar a potencialidade desses questionamentos e seus efeitos para os estudos urbanos, mas, a meu ver, pode ser instigante considerar as "profanações metodológicas" imagináveis quando o futuro do conhecimento é flexionado desse modo interrogativo.

Pluralidade "que vem"

Considerar os debates e acolher as instabilidades dos distintos campos do saber que problematizam a cidade, no meu entender, equivale a pensar por questões, a pensar com – e por meio de – pluralidades. A perspectiva plural, com isso, acena em favor do não linear, do não hegemônico, da consideração das lacunas, brechas, divergências, arenas em disputa. Implica acolher a incerteza – ou a "incerteza viva", para lembrar o tema da 32ª Bienal de São Paulo, em 2016, cuja proposta abarcava as relações entre os corpos e o ambiente, os organismos e os ecossistemas, incluindo o urbano de modo mais ou menos tenso. A ideia norteadora da mostra consistia em acolher a incerteza por entender o desconhecido como um espaço de jogo próprio ao campo das artes "enquanto a estabilidade é compreendida como uma cura para a angústia, a incerteza geralmente é evitada ou recusada". (VOLZ; REBOUÇAS, 2016, p. 20) A justificativa do evento assume, de início, a insistência histórica da arte em "vocabulários que permitem a ficção e a alteridade", reagindo à "incapacidade dos meios existentes de descreverem o sistema do qual fazemos parte" (VOLZ; REBOUÇAS, 2016) – pressupostos fundamentais para inserir a própria criação e apreensão artística na esfera da incerteza, do futuro e do passado interrogativos.

> A incerteza na arte aponta para a criação, levando em conta a ambiguidade e a contradição. [...] A arte se funda na imaginação. E apenas através da imaginação seremos capazes de vislumbrar outras narrativas para o nosso passado e novos caminhos para o futuro. 'Incerteza viva' considera as incertezas como um sistema de orientação generativo e se constrói sobre a convicção de que, para enfrentar objetivamente as grandes questões do

> nosso tempo, como o aquecimento global e seu impacto em nossos habitats, a extinção de espécies e a perda da diversidade biológica e cultural, a crescente instabilidade econômica e política, a injustiça na distribuição dos recursos naturais da Terra, as migrações globais e a assustadora disseminação da xenofobia, é necessário desvincular a incerteza do medo. (VOLZ; REBOUÇAS, 2016, p. 20-21)

Não são reduzidas e tampouco suaves as provocações colocadas pelo evento, e certamente não caberia aqui avaliar as instigantes respostas obtidas e exibidas na mostra. Recolhe-se, na verdade, a indagação instigante sobre o poder da incerteza para aproximá-la aos estudos urbanos, na perspectiva da pluralidade delineada nestes apontamentos. Recorre-se novamente a Hénaff (2014), a partir de seus questionamentos igualmente provocativos sobre o futuro da cidade. Ao constatar o predomínio crescente do mundo urbano como forma de vida predominante no planeta, quando mais de metade dos habitantes de todas as partes pela primeira vez na história habitam áreas urbanas, o antropólogo e filósofo francês apresenta essas indagações: seria a cidade o futuro? Pode-se dizer que a forma urbana triunfou? Haveria um devir-cidade de todas as civilizações que faria da Terra um planeta urbano? E chama atenção para um paradoxo atual: exatamente no momento em que o mundo parece se tornar cidade, a cidade aparentemente deixa de ser um mundo, se pensarmos que a própria ideia de cidade parece dissolver-se, em parte por causa da extensão do espaço construído. (HÉNAFF, 2014, p. 12) Por meio dessas questões, são discutidas por ele duas hipóteses, explorando-se o conteúdo historicamente constituído nela implicadas: de início, pergunta-se se a dissolução da ideia de cidade deveria ser compreendida como uma evolução caótica, equivalente à perda de todo projeto arquitetônico e de toda exigência de organização do espaço urbano, ou seja, como fracasso irremediável; alternativamente, indaga-se a respeito de um possível novo paradigma que estaria para se evidenciar.

São interessantes as ponderações e análises estimuladas por tais questões, e a abertura que parecem contemplar – a acolhida da incerteza – permite discutir tanto elementos constitutivos do urbano, como

o modelo de cidade concebido em numerosas culturas, quanto os resultados de uma observação sobre a configuração pouco vitalizadora do espaço público na cidade contemporânea. Nessa abordagem, é possível colocar em discussão certa apreensão linear do potencial da tecnologia e do progresso material como condição suficiente para a solução dos dilemas do urbano na atualidade, uma vez que permite desconstruir essa suposta linearidade inscrita no modelo de cidade como *monumento* – capaz de produzir um efeito singular –, como *máquina* – voltada à transformação, produção, organização – e como *rede*, na qual os eixos e dispositivos de circulação mantêm os fluxos e intercâmbios. Na análise do espaço público, é ampliada a discussão enquanto é confrontado o conceito mesmo de espaço público à disposição e ao tratamento dos edifícios públicos no espaço urbano, distintos das residências por sua visibilidade e função, ao mesmo tempo em que se investiga seu funcionamento como esfera de informação aberta e de debates livres – revisitando o ideal da pólis, do espaço comum aos cidadãos. É nesse ponto, aproximando as duas críticas, que se enfatiza, a partir do nível mais informal da experiência social na cidade, a importância de se reforçar a esfera comum, entendida como ordem estritamente local de relações citadinas em sua pluralidade.

Hénaff (2014, p. 67-68) propõe, como estratégia para fortalecer a esfera comum, abandonar a oposição público-privado e pensar o espaço comum a partir da rua, para assim instigar o reavivar do mundo urbano, pois entende ser a rua precisamente o lugar onde a diversidade humana encontra oportunidade de ser reconhecida e valorizada – daí sua importância crucial para se repensar o espaço público, o espaço comum na cidade: é aberto a todos, (re)conhecido por todos. A potência da forma visível da cidade, acompanhando-se esse raciocínio, não estaria no planejamento ou controle de suas formas, mas no recurso a um elemento político essencial, definidor da própria condição urbana, presente nas reflexões aqui discutidas a partir da dessemelhança aristotélica, do pluralismo kantiano, da condição humana arendtiana: a pluralidade humana entendida radicalmente como condição definidora da vida humana. A pluralidade como *conditio sine qua non* e *conditio per quam* da cidade.

NOTAS

1 O verbete "ciudad", no dicionário *A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades*, organizado por Topalov, Bresciani, Coudroy de Lille e Rivière d'Arc (2014), apresenta uma ampla visão dos efeitos recíprocos da organização de cidades na América Hispânica, por exemplo. A versão integral do dicionário, com verbetes relacionados ao urbano, preparados a partir do uso em oito diferentes idiomas – alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português, russo, além do árabe –, amplia sobremaneira esse tipo de abordagem histórica do vocábulo. (TOPALOV et al., 2014)

2 A proposição kantiana de pensar a partir dessa possível pluralidade, considerando a espécie humana como um conjunto norteado por uma base comum, convergente quanto às questões morais e políticas, tem sido referenciada na proposta de uma orientação política para os povos em direção ao que denomina "paz perpétua" – denominação da obra publicada em 1795. A proposta de um "direito cosmopolita" ou "direito das gentes", baseada no aprimoramento da razão individualmente e na referência ao todo, é fundamental nessa obra, também apoiada nos princípios da pluralidade, bem como em "A ideia de história universal a partir de um ponto de vista cosmopolita", de 1784.

3 Agradeço à generosa ajuda de Lílian do Valle, professora de Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao buscar precisar o contexto da afirmação atribuída por Sennett a Aristóteles, muitas vezes repetida entre os estudos urbanos. Utilizada como epígrafe em *Carne e pedra* ("Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir."), aparentemente aponta para uma interpretação mais ou menos livre de duas ideias importantes da política, quando o filósofo distingue a unidade do território e a unidade da pólis, constituída pela participação em comum de seus cidadãos. "É preciso que a polis seja, como já se disse anteriormente, uma multiplicidade feita una e comunitária por via da educação." (livro II, 1263 b 35).

4 Os exemplos remetem às seguintes obras: de Engels (2008, 2015), editadas respectivamente em 1843 e 1875, ambas voltadas a investigações e preocupações a respeito da moradia de trabalhadores em cidades industriais da Inglaterra; de Gustave Le Bon (2008), de 1895, que se indaga a respeito dos possíveis riscos do comportamento das multidões à coesão social; o trabalho de 1903, preparado por Simmel (2005) a partir do livro publicado alguns anos antes, *Filosofia do dinheiro*; e em meio a uma múltipla e singular produção sobre a cultura sob a modernidade, o trabalho original das *Passagens* de Benjamin (2007).

5 A coletânea O *fenômeno urbano* figurou como referência às leituras sobre o urbano em perspectiva sociológica, reunindo, além do texto do sociólogo berlinense, artigos de autores fundamentais para a consolidação da sociologia

urbana, como Louis Wirth, ex-aluno de Simmel, em "O Urbanismo Como Modo de Vida", de 1938; Robert Erza Park em "A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano", de 1915; "Conceito e categoria da cidade", de 1911-1913, de Max Weber. O estudo de Simmel sobre a vida nas grandes cidades recebeu anos depois, em 2005, nova tradução a partir do original em alemão, alterando alguns conceitos e o próprio título.

6 A coletânea organizada por Pechman (2014) a partir de evento sobre Simmel e os estudos urbanos atualiza e amplia parte das questões aqui sugeridas.

7 Há um dossiê da *Revista da USP* (n. 15, 1982) especialmente dedicada a Benjamin no Brasil, bem como o interessante estudo de Gunter Pressler (2006) sobre as leituras de Benjamin em meio à formação da intelectualidade no país.

8 Sobre a importância dessa aproximação entre "cultura e cidade" nos estudos de história urbana, ver trabalho publicado por Cerasoli em parceria com Marisa Carpintéro (2009), bem como as reflexões de Bresciani (2002) em que retoma e reelabora estudo que tem sido referência para investigações históricas do urbano, a partir da metáfora das sete portas como entradas conceituais na cidade; sobre a "história a contrapelo", como exemplo e homenagem, registro o trabalho seminal De Decca (1981), entrelaçando memória, história e política.

9 Na segunda versão da *Exposé*, de 1939, essas imagens oníricas associadas ao que denomina de reconhecimento dos monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo de seu desmoronamento, figuradas como fantasmagorias, pois o século, para ele, não teria conseguido responder às virtualidades técnicas com uma nova ordem social.

10 Apresentado como tese em 1978.

11 As reflexões de Feyerabend (2010) sobre a relatividade e a necessidade de consideração consequente da diversidade de culturas, também no campo científico, parecem-me muito importantes no aprofundamento desse panorama e desse debate.

REFERÊNCIAS

ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. *Penser la Ville*: choix de textes philosophiques. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.

ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

ARENAS, L. *Fantasmas de la vida moderna*: ampliaciones y quiebras del sujeto en la ciudad contemporanea. Madrid: Trotta, 2011.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. 3. ed. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARISTOTE. *Œuvres complètes*. Tradução de Pierre Pellegrin. Paris: Flammarion, 2014.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BOLLE, W. A metrópole como médium-de-reflexão. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *Leituras de Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 89-109.

BRESCIANI, M. S. M. Cidade e história. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Cidade*: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 16-35.

CARPINTÉRO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. A cidade como história. *História*: questões & debates, Curitiba, v. 50, n. 1, out. 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CHOAY, F. *A regra e o modelo*: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHOAY, F. *O urbanismo*: utopias e realidades - uma antologia. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DE DECCA, E. S. *1930*: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. R. *Verbetes políticos da enciclopédia*. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora da UNESP: Discurso Editorial, 2006.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. *Sobre a questão da moradia*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2008.

FEYERABEND, P. K. *Adeus à razão*. Tradução de Vera Lucia Joscelyne. São Paulo: Editora da UNESP, 2010

GOMES, M. F. de M. *Ética e direito*: a consciência da virtude em "Ética a Nicômacos". 2. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2013.

GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. Tradução de Berta Waldman-Villa; Joan Villa. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HÉNAFF, M. *La ciudad que viene*. Tradução de Paola J. Aponte et al. Santiago de Chile: LOM, 2014.

KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução de Célia A. Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

LE BON, G. *Psicologia das multidões*. Tradução de Mariana Sérvulo da Cunha. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 2008.

MUMFORD, L. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PECHMAN, R.M. (Org.). *A pretexto de Simmel*: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

PRESSLER, G. K. *Benjamin, Brasil*: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005: um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

ROSSI, A. *Arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SENNETT, R. *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

TAFURI, M. *Teorias e história da arquitetura*. Tradução de Ana Brito; Luis Leitão. Lisboa: Presença, c1979.

TOPALOV, C. et al. (Org.). *A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo Romano: Guerra, 2014.

TOPALOV, C. et al. (Dir.). *L'Aventure des mots de la ville*: a travers le temps, les langues, les sociétés. Paris: Robert Laffont, 2010.

VENTURI, R. *Complexidade e contradição em arquitetura*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VOLZ, J.; REBOUÇAS, J. (Org.). *Guia 32ª Bienal de São Paulo*: incerteza viva: guia. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

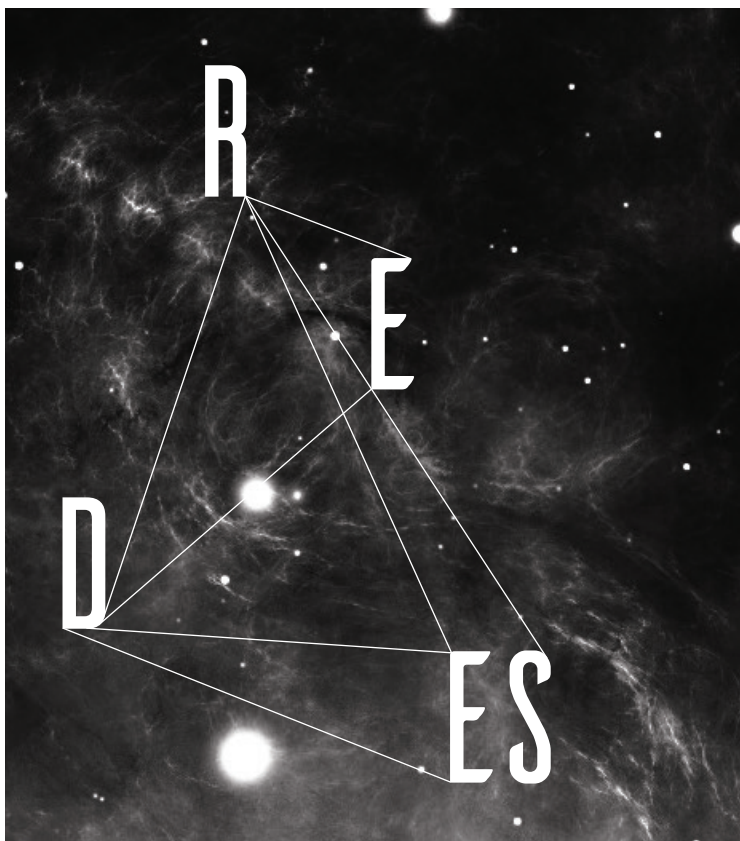
WAIZBORT, L. Simmel no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 11-48, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2016.

WOODHEAD, H. The First German Municipal Exposition. (Dresden, 1903). *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 9, n. 4, p. 433-458, jan. 1904a. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2762173>. Acesso em: 20 out. 2016.

WOODHEAD, H. The First German Municipal Exposition. (Dresden, 1903). *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 9, n. 5, p. 612-630, Mar. 1904b. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2762101>. Acesso em: 20 out. 2016.

WOODHEAD, H. The First German Municipal Exposition. (Dresden, 1903). *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 9, n. 6, p. 812-831, May 1904c. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2762093>. Acesso em: 20 out. 2016.

P E N S A R   P O R

R
E
D
ES

PENSAR POR REDES

Instituições interamericanas e o campo profissional do planejamento urbano-regional no século XX[1]

Pensar por redes: algumas considerações conceituais

Nas páginas iniciais da coletânea *Urbanismo na América do Sul: circulação das ideias e constituição do campo*, publicada em 2009, constam algumas considerações importantes e ainda oportunas para a ideia de "pensar por redes". Da mesma forma, é necessário ressaltar que tais considerações foram antecedidas por uma observação igualmente importante sobre a persistência de lacunas nas discussões produzidas pela área de arquitetura e urbanismo, ainda que reconhecendo os avanços nas pesquisas relativas à história da cidade e do urbanismo. (GOMES, 2009, p. 7) Com base nesse argumento sobre a persistência das lacunas, seria possível enveredar a análise para um debate concernente à condição lacunar da história e como isso orientaria a sua escrita – na mesma perspectiva da escrita da história formulada por Paul Veyne – ou o que seria o seu avesso, as concepções totalizantes.

Dado que esse exercício mais conceitual sobre a escrita da história foi realizado em dois estudos publicados,[2] o movimento analítico ficará concentrado nas considerações enunciadas na referida coletânea. A primeira delas informa que os textos publicados permitem "rastrear o surgimento de redes profissionais, mapear discussões, identificar caminhos e descaminhos

da construção de uma cultura urbanística continental". (GOMES, 2009, p. 7) A segunda consideração está atrelada ao conjunto de perguntas sobre o papel dos congressos profissionais no debate urbanístico, sobre a circulação de informações dos países do continente e sobre como os profissionais viam suas próprias realizações. A partir dessas indagações e reconhecendo que as redes de relações com o contexto europeu – especialmente um profissional, Le Corbusier, e uma organização, os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM) – já eram bem conhecidas, enunciou-se que, por outro lado, "as eventuais redes profissionais de circulação de ideias no âmbito continental são tema ainda pouco explorado pela bibliografia, particularmente a brasileira".[3] (GOMES, 2009, p. 14-15)

Tendo em vista que a coletânea *Urbanismo na América do Sul* foi publicada há quase dez anos, convém ressaltar que, de certa forma, um movimento para ampliar e consolidar certo esforço exploratório e, assim, aproximar a pesquisa brasileira dos estudos em história urbana-urbanística produzidos no continente americano (especialmente sua parte hispano-americana) foi iniciado e está em processo – ainda que não necessariamente orientado para o estudo dessas redes. As duas últimas edições do Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil, realizadas no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da Universidade de São Paulo (USP) em 2015 e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2017; o I Seminário do Grupo de Pesquisa Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina (CACAL), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, realizado no ano de 2017; os Encontros Internacionais Cidades Latino-americanas do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GETHU) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizados desde 2006; os Dossiês da Revista *URBANA* do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) dedicados à América Latina; entre outros movimentos, indicam que a pesquisa brasileira está no caminho para reverter o diagnóstico crítico[4] da coletânea *Urbanismo na América do Sul*.

Entre os textos publicados nessa coletânea, aponto dois que indicam dois grandes contextos espacial-intelectuais de diálogo entre os

urbanistas que atuaram no continente, sobretudo na primeira década do século XX: o primeiro elaborado por Fernando Atique e denominado "Articulações profissionais: os Congressos Pan-americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920-1940"; o segundo elaborado por Eloísa Petti Pinheiro e denominado "Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940". De alguma forma, ambos estão trabalhando com redes; o primeiro, de Fernando Atique, inclusive numa importante aproximação com os debates políticos sobre a própria concepção e historicidade da ideia de "pan-americanismo".

O primeiro texto enuncia a construção de uma rede de debates atrelados aos Congressos Pan-americanos de Arquitetos. Nesse sentido, é mais centrado numa análise sobre um certo "processo endógeno continental" de construção de ideias e proposições marcadamente orientadas pelo protagonismo dos profissionais uruguaios a partir da criação, em 1914, da Sociedad Central de Arquitetos del Uruguai. O segundo texto também explicita o movimento de construção de ideias e proposições, mas marcadamente um "processo exógeno", pautado pela circulação de profissionais europeus que elaboraram planos e projetos para as cidades do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile. E segundo Eloisa Petti Pinheiro (2009, p. 120), essa circulação intelectual-profissional foi caracterizada por um aspecto particular: "[...] a maioria dos projetos apresentados para as cidades sul-americanas ainda reflete as tradições Beaux-Arts".

Esses dois enunciados (endógenos e exógenos) que estou utilizando para diferenciar os dois textos exigem uma explicação. A intenção aqui não é a de recair na narrativa explicativa da "importação das ideias", muito utilizada na historiografia brasileira e hispano-americana, especialmente quando se trata das relações que envolvem os profissionais e as experiências urbanísticas europeias para elucidar os acontecimentos do lado de cá do Atlântico. E como já afirmou Stella Bresciani (2012, p. 155), e eu corroboro com sua visão crítica, a "[...] fórmula da 'europeização', da 'haussmanização' de várias cidades", no âmbito da pesquisa em arquitetura e urbanismo, é comum no Brasil. O uso desses dois enunciados tem como objetivo apenas demarcar os

movimentos profissionais que, em cada um dos dois textos, estruturam o eixo central da análise: o de Fernando Atique pelos profissionais do continente americano, o de Eloisa Pinheiro pelos profissionais do continente europeu. Tanto não corroboro com as explicações estruturadas pela noção de "importação" que, novamente, me apoio nos argumentos de Stella Bresciani (2012, p. 158), que enunciou ser importante

> [...] aceitar o desafio de explorar criticamente a ampla circulação de ideias, modelos, tipologias e práticas bem ou malsucedidas, como a base de nossas pesquisas e da leitura dos documentos produzidos em diferentes linguagens. O intuito é mostrar a importância de não se aprisionar a reflexão ou as respostas às questões levantadas a uma implicação ou interpretação *a priori* sempre apoiada em modelos facilitadores de análise. Proponho aceitar não terem as noções e conceitos do urbanismo um lugar fisicamente definível – país, cidade, escritos de um único profissional, mas se disporem em livros, revistas e demais suportes – e, comporem um amplo e complexo campo de conhecimento estruturado no evidente intercâmbio entre profissionais da área, do campo não estável e cristalizado, e sujeito à transitoriedade das ideias, à contingência de suas aplicações, à polissemia de seu vocabulário, aos embates de interesses de ordem variada.

Esse breve percurso – e considerações sobre algumas passagens – pelo livro *Urbanismo na América do Sul* foi necessário por dois motivos. O primeiro, para reconhecer que o livro permanecerá na historiografia da cidade e do urbanismo com uma contribuição referencial às análises das redes intelectuais e profissionais. O segundo, pela constatação de que, mesmo se tratando de um trabalho que abriu uma porta de análise das redes profissionais, não consta nenhuma consideração sobre o que seriam essas redes numa dimensão mais conceitual e que, para a abordagem proposta neste artigo de "pensar por redes", é fundamental. Ainda assim, essa constatação não diminui a importância do livro, mas apenas enuncia que, desde o campo de pesquisa em arquitetura e urbanismo, praticamente não existem trabalhos com entradas mais conceituais.

Em sua maioria absoluta, esse movimento de investigação conceitual e mesmo temático – e aqui as redes intelectuais são o objeto privilegiado – é originário do campo das ciências humanas, particularmente do âmbito da história das ideias e da história intelectual. Entre os principais nomes, estão os de Eduardo Devés-Valdés (Chile), Marta Casaús Arzú (Espanha), Claudia Wasserman (Brasil), Germán Albuquerque Fuschini (Chile), Fernanda Beigel (Argentina), entre outros. Dentre eles, a contribuição de Eduardo Devés, em especial as anotações presentes no livro *Redes intelectuales en America Latina: hacia la constitución de una comunidade intelectual*, publicado originalmente em 2007, é fundamental. Nesse trabalho, organizado com bases em estudos que já vinham sendo desenvolvidos, o autor analisa o pensamento latino-americano entre o final do século XIX e o início do XXI com estudos sobre a rede arielista, as redes teosóficas, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), redes latino-americanas no Mediterrâneo.

Porém, e talvez mais importante que as análises sobre algumas das redes mapeadas pelo autor, são as duas perguntas estruturantes do seu trabalho: *¿quées una red intelectual?* e *¿como y por qué se formanlas redes?*, que acompanham ainda uma explicação sobre a metodologia formulada para o estudo das redes. E afinal, o que seria, então, uma rede, ou uma rede intelectual, em suas diversas dimensões, entre elas, a temporal e as situações em que as trocas e circulações (das ideias e das pessoas) ocorreram? Segundo Devés (2014, p. 30), se entende por tal:

> [...] a un conjunto de personas ocupadas en la producción y difusión del concocimiento, que se comunican en razón de su actividad profesional, a lo largo de los años [...] Las formas de relación entre quienes constituyen una rede pueden ser variadas. Los encuentros cara a cara, las correspondencia a través de diversos soportes y los contactos telefónicos dan lugar a congresos, campañas, publicaciones, comentarios o reseñas de libros, citaciones recíprocas y otras tantas formas en que se establecen articulaciones en el mundo intelectual [...] La cuestión temporal es decisiva para distinguir los contactos esporádicos o casuales, de la real constitución de una red, que necessita la frecuencia o la densidade en la comunicación. La densidade permite entender cuáles son los núcleos más activos de la red, así como los momentos de mayor o menor vitalidade.

Outro autor que também formulou uma explicação conceitual sobre o que seria uma rede foi Germán Fuschini. No artigo "La Red de Escritores Latino americanos en los Años Sesenta", publicado na revista *Universum* da Universidad de Talca, dedicado à análise da construção de uma rede de escritores do continente a partir da proposta chilena de organização do Primer Encuentro de Escritores Americanos – que ocorreu em 1960 sob a coordenação de Gonzalo Rojas da Universidad de Concepción –, Fuschini apresenta a seguinte pergunta: *¿qué entiendo por una red?* A resposta não difere muito em termos mais genéricos daquela acima formulada por Devés, e segundo Fuschini (2000, p. 337),

> una red – intelectual, en nuestro caso sería el conjunto de relaciones que se forman entre intelectuales, o sea, entre aquelllas personas que trabajan principalmente con el intelecto, con el entendimento, y en esta categoria entran desde novelistas, poetas, ensayistas, artistas, historiadores, sociólogos, economistas hasta profesionales de diverso tipo. pues bien, una red de intelectuales se define por las relaciones que éstos establezvan entre sí, relaciones que pueden ser amistades, visitas, cartas, intercâmbios de libros, participación en un mismo congresso, coautoría de libros, trabajar en un mismo lugar, etc.

Ambas formulações ajudam na elaboração de indagações em relação ao campo de atuação de profissionais que atuaram como urbanistas e planejadores urbanos, ainda que não sejam esses os profissionais que interessam aos dois pesquisadores como objeto de pesquisa. Além disso, os autores reconhecem e afirmam que as redes são formadas por pessoas que trabalham intelectualmente, produzindo algum conhecimento. Portanto, é possível e necessário partir da ideia de que arquitetos, urbanistas, planejadores, juristas, engenheiros, entre outros profissionais, formaram redes no continente americano durante o século XX. A própria CEPAL, que é um dos objetos de estudo de Devés, é toda formada por profissionais que colaboravam com os estudos sobre o desenvolvimento latino-americano que essa instituição realizou. Estudos realizados por intelectuais cujos enunciados estavam atrelados aos seus próprios saberes profissionais de origem, ainda que, nesse contexto, com certa primazia do saber econômico, representado por profissionais como o brasileiro Celso Furtado.

Nesse ponto, faz-se necessário elaborar uma pergunta: mas o que deve ser entendido por “profissional”? Ou ainda, o que diferenciaria esse tipo de atuação intelectual denominada de “profissionais” de uma rede de escritores, por exemplo, do campo da literatura, cuja atuação também é necessariamente intelectual? A explicação e, portanto, a diferenciação também podem vir do texto Devés (2014) sobre a CEPAL, ao apresentar os propósitos dessa instituição conforme a Resolução 106 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU):

> realizar tareas de investigación y estúdios sobre cuestiones económicas y socilaes de interés para la región; compilar, evaluar y difundir informaciones económicas, técnicas y estadísticas y estimular la cooperación com otros organismos especializados em cuestiones del desarrollo en America Latina o dentro del ámbito de la organización de las Naciones Unidas. (DEVÉS, 2014, p. 96)

Portanto, o que estou entendendo e assumindo conceitualmente como uma rede profissional é aquela cuja atuação e produção de conhecimento tem um caráter especializado – mesmo que articulando diversos saberes com uma finalidade específica – e um caráter técnico nos termos de uma determinada cultura profissional. Como exemplo, os urbanistas e a cultura profissional urbanística forjada entre final século XX e início do XXI como campo disciplinar, saber sobre a cidade ou ciência urbana, tal qual enunciado por Christian Topalov (1991). Evidentemente, não quero, com isso, afirmar que existiu uma única rede profissional no continente americano com foco de atuação no campo do planejamento urbano e regional, menos ainda que as redes cujos profissionais formularam propostas para o desenvolvimento municipal são todas oriundas das esferas profissionais da arquitetura e do urbanismo.

A partir da pesquisa em desenvolvimento sobre um conjunto de quatro instituições interamericanas criadas no século XX, cujas ações estavam, em termos gerais e segundo suas particularidades, direcionadas ao campo do planejamento, busca-se justamente iluminar a diversidade das redes interamericanas de estudos, debates e proposições urbano-regionais que, inclusive, surgiram de propósitos

distintos e com profissionais de campos intelectuais diversos. São elas a Organización Interamerinaca de Cooperación Intermunicipal (OICI), a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP), o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) e a División de Vivienda y Planeamiento da Unión Panamericana (DVPUP). Entre elas, uma, inclusive, não surgiu inicialmente para atuação no campo do planejamento, e sim da habitação: o CINVA. O planejamento só passou a integrar suas atividades após aprovação na X Conferência Interamericana de uma Resolução, a de número XXXV, que regulamentou tal ampliação de escopo. Nessa ocasião,

> los gobiernos acordaron asignarle al Centro un caráter permanente e incluir en su programa de trabajo atividades de planeamento, por lo cual la institución deberá llamarse en el futuro Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento. (VIVIENDA..., 1957, p. 11)

Uma vez enunciadas essas redes institucionais que são os objetos da investigação e antes de avançar numa abordagem mais elaborada sobre as mesmas, convém retomar alguns dos argumentos e indagações de Devés (2014), em especial a sua compreensão sobre *¿como y por qué se formanlas redes?*, pois a resposta complementa a explicação sobre o que seria uma rede. Para o autor, “las tensiones entre voluntad y espontaneidade, entre cuestiones propriamente académicas y otras no tanto, se encuentran en el origen y evolución de las redes”. (DEVÉS, 2014, p. 30)

Essa indagação é importante, pois permeia um processo que tem relação estreita com as redes interamericanas de planejamento acima apresentadas, que é o da institucionalização das redes como entidades que, de alguma forma, foram organizadas segundo regulações que especificavam sua própria existência e campo de atuação. Ao mesmo tempo em que se perguntou como se formam as redes, formulou-se a ideia de que todo esse processo culminaria numa institucionalização, que se estruturaria em sociedades, centros, associações, congressos e publicações, com a qual, por outro lado, Marta Casaús Arzú (2014, p. 26) apresentou um contraponto numa determinada passagem do prólogo de sua autoria que acompanha o livro *Redes intelectuales en*

America Latina: hacia la constitución de una comunidade intelectual. O contraponto é sobre a ideia de Eduardo Devés (2014, p. 26) de que as redes "tuvieron una escassa duración, debido a su informalidade, a su escassa profesionalización como intelectuales".

Esse contraponto foi antecedido pelo reconhecimento de um grande acerto de Devés (2014) ao apontar o movimento fundacional das redes intelectuais quem orbitaram o circuito intelectual do uruguaio José Enrique Rodó e seu livro *Ariel* (decorrendo daí a rede arielista), publicado em 1900, em grande medida estruturantes da chamada "geração hispano-americana de 1998". Foi nesse momento em que ocorreu o que ela definiu como uma "quiebra de una corriente positivista, liberal y racista", gerador de uma busca da identidade latino-americana através do "humanismo espiritualista, del vitalismo y del espiritualismo socialista o anarquista". O questionamento ao enunciado de Devés sobre a escassa informalidade de algumas redes como responsáveis pela sua pouca duração foi assim formulado:

> No obstante, a mi juicio, eso fue lo que las hizo constituirse en auténticas redes, construídas por lazos y relaciones tangibles e intangibles, de interconcexiones e intercâmbios de bienes y servicios, con vínculos densos o laxos, sin necesidad de institucionalizaciones ni formalizaciones de ningún tipo, porque de lo contrario en esse momento pasarían a convertirse en outra cosa: organizaciones, instituciones, grupos formales. (ARZÚ, 2014, p. 26)

Esse argumento de Casaús Arzú parece indicar que a ideia basilar de funcionamento de uma rede perderia seu sentido quando institucionalizada, dado que a informalidade é o que tornaria a rede mais autêntica, constituída por laços mais sólidos. Portanto, o seu oposto, qual seja, tudo aquilo que caminhou para algum processo de institucionalidade não poderia ser categorizado e historiografado nos termos conceituais que a maioria dos autores citados opera em suas pesquisas sobre as redes. Essa questão é relevante ao estudo que estou desenvolvendo, pois é justamente essa institucionalização em sociedades ou associações o grande escopo de investigação – que será considerada na segunda parte do texto – sobre aquelas instituições interamericanas que atuaram no âmbito do planejamento urbano-regional, cada uma delas

com uma especificidade que a particulariza no concerto das múltiplas redes intelectuais e profissionais forjadas no continente americano durante o século XX: de escritores, de economistas, de arquitetos, de urbanistas, de planejadores, entre tantas outras.

No entanto, e felizmente, para salvaguarda das contradições das ideias e das diversidades das concepções – em especial num mundo em que verdades absolutas e totalizantes parecem ressurgir das cinzas das mais abomináveis narrativas de ódio e de preconceitos –, reconhece Marta Casaús Arzú (2014, p. 26) que

> aqui entraríamos en un largo debate entre la consideración de redes formales e informales, fragmentos de red, bloques de red, en donde no existe un critério unánime acerca de lo que se entende por red y el valo teórico-metodológico que cada corriente utiliza en sus análisis.

E preservada essa contradição das ideias ao reconhecer que não existe uma unanimidade, é ela que fundamenta, nesses termos, o entendimento de que as organizações, as instituições, os grupos formais conformaram redes de profissionais planejadores urbanos e assim também estão sendo estudadas.

Dito de outra forma, acredito que, no âmbito historiográfico da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, o entendimento é de que a institucionalização foi uma característica estrutural que ora antecedeu, ora resultou do próprio movimento e atuação dos profissionais. Uma institucionalização que também deve ser interpretada num duplo sentido ou dupla ocorrência: as instituições compatibilizaram suas atividades autonômicas numa ideia de "rede interna" ao mesmo tempo em que suscitaram uma "articulação entre redes" – e neste caso, justamente a partir da interlocução e circulação dos profissionais que transitaram entre as instituições ou participaram das atividades que eram realizadas, mas especialmente os congressos, publicações e reuniões técnicas. Ou seja, a formação de redes institucionalizadas no campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano-regional não é um dado conjuntural, mas uma característica estrutural – e não menos sólida ou autêntica, como

formulado por Arzú (2014, p. 30) – de complexos e diversos campos profissionais constituídos, como afirmou Devés, por um "conjunto de personas ocupadas en la producción y difusión del concocimiento, que se comunican en razón de su actividad professional".

Dito isso, compreende-se que a própria concepção sobre a rede, sobre suas características, vínculos e toda produção dela emanada dependerá daquilo que se defina ou escolha como o objeto de estudo: no âmbito dos historiadores das ideias, algumas das diversas redes já estudadas, entre elas, as redes arielista e cepalina (trabalhadas por Eduardo Devés) e as redes intelectuais centro-americanas (trabalhadas por Marta Casaús Arzú);[5] no âmbito da história da arquitetura e do urbanismo, por exemplo, a rede dos Congressos Pan-americanos de Arquitetos (trabalhadas por Fernando Atique), a rede do Rotary (trabalhada por Margareth Pereira) e a rede austral (investigada por Jorge Francisco Liernur); e no âmbito da história do planejamento urbano-regional, o conjunto de redes que venho pesquisando, organizadas com profissionais originários dos campos da economia, do direito, da arquitetura e do urbanismo, da engenharia, do planejamento e das ciências sociais, que, de alguma forma, dialogaram e se articularam na órbita do pensamento municipalista em relação ao desenvolvimento urbano-regional dos municípios em suas mais variadas dimensões: habitação, infraestrutura, serviços urbanos, transportes etc.

Neste ponto da argumentação, é necessário enunciar outras perguntas: seria, então, possível pensar numa rede municipalista interamericana? E se foram redes que operaram nessa dimensão interamericana, como problematizar a dimensão cultural e política da América Latina? O que diferenciaria a dimensão interamericana da latino-americana nos campos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano? Quais as relações e interlocuções que os profissionais desses campos tiveram com o debate político, ideológico e cultural marcadamente assimétrico entre os interesses dos Estados Unidos da América (EUA) e dos demais países do continente durante o século XX – e desde o século XIX –[6] e em suas diversas ocorrências, como a Guerra Fria, a Revolução Cubana, a Operação Pan-americana, as ditaduras militares latinas etc.? Nos campos da arquitetura, urbanismo e planejamento

urbano-regional, existiram redes latino-americanas ou todas elas se circunscreveram ao contexto espacial-cultural interamericano, incluídos os profissionais dos EUA? Ou ainda, as redes nacionais que porventura se formaram e estabeleceram relações internacionais estavam articuladas com o contexto latino-americano e/ou interamericano?

As possíveis respostas a essas perguntas não podem ser simplificadoras, menos ainda determinadas por procedimentos analíticos calcados apenas na dualidade contraposta entre a dominação imperialista dos EUA e a submissão dos países latino-americanos, inclusive no campo das ideias sobre os problemas urbanos e regionais dos municípios do continente. E ao fazer essa ressalva, não pretendo diminuir, anular ou deixar de reconhecer que a contraposição e a assimetria nas relações políticas, econômicas e culturais – também na cultura profissional urbanística – ao longo dos séculos XIX e XX existiram e também foram prejudiciais aos países latino-americanos. O que pretendo é escapar a uma determinação ideológica que tudo explicaria nessas relações pelo imperialismo e pela absorção-importação das concepções dos americanos do Norte (e dos europeus), não restando nada aos profissionais das Américas Central e do Sul e dos países caribenhos que não fosse aceitar naturalmente essa determinação e aplicá-las em seus países e cidades.

E justamente porque a história (urbana), como campo de investigação, precisa desnaturalizar os eventos e abrir espaço em suas explicações às contradições e aos papéis políticos e técnicos que os profissionais latino-americanos também exerceram é que o percurso interpretativo precisa ser continuamente repensado para ele mesmo não corroborar com essas determinações. Nesses termos, a investigação deve iluminar as ideias dos urbanistas e planejadores latino-americanos no processo de construção do conhecimento, produzido e divulgado nos diversos ambientes institucionalizados nesse ambiente interamericano. E mais, partindo do pressuposto de que a construção das ideias ocorre num jogo complexo de "[...] disputas por el poder o por el capital sócio-cultural" (DEVÉS, 2014, p. 35); portanto, a análise não deve ser concordante com certa naturalização de que o lugar dos latino-americanos é aquele plasmado pela recepção.

No fundo, é também um procedimento que se estrutura ideologicamente, pois, justamente, quer reconhecer e compreender as concepções urbanísticas e urbano-regionais, desde o sul e centro do continente, na produção das ideias estruturantes das diversas atividades realizadas pelas redes interamericanas de planejamento. Nesse sentido, como contraponto não apenas à determinação explicativa pelo imperialismo, mas à historiografia (inclusive latino-americana) que ainda estrutura suas conceituações e explicações com base na importação das ideias, que só seriam possíveis de serem forjadas pelo Norte civilizado, seja ele Europa ou EUA. Em sentido diametralmente oposto a essa concepção (reducionista), as considerações de Marta Casaús Arzú, na parte inicial de seu prólogo sobre o livro de Eduardo Devés, enunciam o esforço de parte da historiografia latino-americana em construir uma narrativa desvencilhada de certas amarras explicativas:

> representa un esfuerzo de sínteses entre las diferentes corrientes de pensamento que se han desarrollado en la región a lo largo del siglo XX, desvelando que dicho pensamento há sido novedoso y creativo [...] y además, há influído en Europa más de lo que se há venido considerando hasta ahora. Outra novedad de este libro es el análisis metodológico de las redes [...] como estructuras generadoras de discurso y poder en América Latina, pero tambien como redes creadoras de pensamento furte y de creacción de una identidade nacional, regional y nacional [...] al reconstruir los fragmentos de redes intelectuales a lo largo de la historia política e intelectual latino-americana, lo que pone de manifiesto es la existência de un pensamento continental, de um proyecto de identidade latino-americana o ibero-americana, en el que las coincidências y los planteamientos comunes son más frecuentes que las dissidências o los desencuentros y en donde, contrariamente a lo que se há venido afirmando en otros libros de historia de las idea o del pensamento latino-americano, resulta falsa la creencia de que no habia um pensamento próprio. (ARZÚ, 2014, p. 22)

Por tudo isso é que a dimensão interamericana de análise não surge de uma deliberação externa às redes que estão sendo estudadas. O fundamento dessa opção está, de um lado, pautado na própria caracterização de cada uma das instituições no momento em que foram

criadas, todas elas como instituições interamericanas, assim como foram os Congressos Pan-americanos de Arquitetos já mencionados. Por outro lado, pela documentação já catalogada, diversa em suas origens institucionais e complexa naquilo que são os temas tratados em cada documento. Ou seja, o "interamericano" não é o reconhecimento de um protagonismo assimétrico dos profissionais anglo-americanos em relação aos latino-americanos, mas o entendimento de que, nessa assimetria, é possível investigar invertendo o olhar interpretativo metaforicamente tal qual o mapa político e cultural "América invertida" proposto pelo artista uruguaio Joaquim Torres García.

E para tornar ainda mais complexa a análise dessa trama das redes interamericanas, é preciso considerar um processo de articulação não só interamericano, mas também ibero-americano, especificamente pelos vínculos estabelecidos entre a OICI e o Instituto de Estudios de Administración Local (IEAL), criado na Espanha em 1940.[7] Os vínculos começaram a se estreitar mais enfaticamente a partir de 1955, com o I Congresso Iberoamericano de Municípios, realizado em Madrid,[8] depois consolidados em 1976, na ocasião do I Congresso Extraordinário de Municípios realizado pela OICI em Montevidéu, no Uruguai, quando inclusive mudou seu nome de Organización Interamericana para Organización Iberoamericana, mudando também a abrangência de sua atuação. E uma vez constatadas essas articulações intercontinentais, não se pode negligenciar que se conformou, no século XX, um movimento em três escalas espaço-culturais: ibero-americano, interamericano e nacional; neste caso, para os países onde os profissionais também se organizaram em instituições. Por hora, a explicação será delineada pela segunda dessas escalas, a interamericana, que é o espaço político e cultural originário das instituições interamericanas de planejamento urbano-regional com foco no desenvolvimento municipal.

As instituições como uma construção cultural: um projeto interamericano

No transcorrer das primeiras cinco décadas do século XX, o continente experimentou os sinais do intenso, crescente e acelerado processo

urbanização, acompanhado de importantes transformações econômicas decorrentes, em grande parte, da expansão da industrialização. Nesse contexto, ocorreram ações públicas marcadas por investimentos de caráter social, especialmente no campo da habitação e da infraestrutura urbana. Os governos nacionais de alguns países da América Latina também encaminharam ações que buscavam a articulação entre os planos de desenvolvimento numa dimensão produtiva macroeconômica e ações mais diretamente relacionadas às cidades. Dois casos latino-americanos singulares desse processo foram as propostas para Brasília, no Brasil, e Ciudad Guayana, na Venezuela.

Esses fatos e ações favoreceram o surgimento de novas experiências e discussões no campo do urbanismo e do planejamento urbano--regional, muitas delas resultantes da interlocução profissional e institucional ocorrida em todo o continente americano. Em certa medida, é possível considerar que as instituições interamericanas surgiram para indicar alternativas ao desenvolvimento dos países e seus municípios; portanto, são também *produto* de um dado momento histórico marcado por importantes mudanças sociais, econômicas e urbano-regionais que, especialmente, a América Latina vivenciou entre 1900 e 1950.

A ideia de produto associada ao recorte temporal não está, entretanto, construída no sentido naturalizado, como se, historicamente, as instituições necessariamente teriam que ter existido. Está pensada como resultante de complexos e contraditórios processos de urbanização, industrialização, crescimento urbano, metropolização e todas as demandas intramunicipais e interregionais que tais fatores acarretaram; ao mesmo tempo em que foram pensadas intelectual e institucionalmente por seus atores como caminho necessário para a construção de proposições para esse ambiente continental em transformação. E assim como a ideia de uma construção cultural proposta por Adrián Gorelik (2005, p. 112) para pensar a cidade latino-americana – que "não pode ser tomada, então, como uma realidade natural" –, as instituições que foram formuladas para apresentar "soluções" para as problemáticas dessa cidade devem ser investigadas como parte dessa construção. Ou seja, "[...] como parte de um projeto histórico completo e coerente, no interior do qual talvez tenha sido formulada,

com maior intensidade, a ideia de América Latina como projeto" (GORELIK, 2005, p. 117) e que, na pesquisa que estou desenvolvendo, será considerado em sua dimensão interamericana, e não somente latino-americana.

As instituições são parte desse projeto e, ao mesmo tempo, aquilo que manteve a realidade urbano-regional latino-americana em permanente projeto-projeção de futuro, especialmente a partir da década de 1960. Nessa década, os caminhos projetados na década anterior (1950), quiçá antes, foram pavimentados, percorridos e toda uma complexa rede de instituições nacionais também foram criadas em paralelo às instituições interamericanas supranacionais (ou não governamentais). Como exemplo, a Oficina Central de Coordinación y Planificación (1958), o Centro de Estudios del Desarrollo (1960), a Sociedad Venezolana de Planificación, todas na Venezuela; a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo/Banco Nacional da Habitação (1964-1965), a Sociedade Brasileira de Planejamento (1968), todas no Brasil; o Ministério de Vivienda y Urbanismo (1965) do Chile, entre tantas outras, todas elas criadas como instituições dos estados nacionais.

Esse conjunto de instituições abriria ainda a possibilidade de compreensão daquela "construção" a partir dos profissionais que transitaram em duas "escalas institucionais", quais sejam, a escala institucional nacional e a escala institucional supranacional, que foram as instituições interamericanas. Um caminho interessante de interpretação a partir desse duplo movimento é o de saber se as discussões nacionais entrariam na pauta do debate continental e vice-versa, fomento análises-estudos comparativos pelos profissionais entre as especificidades do desenvolvimento das nações para a elaboração de um projeto geral.

A primeira instituição criada no continente nesse sentido foi a OICI, no ano de 1938, em Cuba. Sua existência está atrelada à construção do pensamento municipalista interamericano, cujas origens estão relacionadas ao movimento pan-americanista[9] forjado nas Conferências Internacionais Interamericanas (DULCI, 2008) a partir de 1889,

sendo esse contexto histórico-político a base estrutural de criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) na década de 1940. A primeira Conferência Interamericana ocorreu em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890, seguida das seguintes realizações: a II, realizada no México entre 1901 e 1902; a III, no Brasil em 1906; a IV, na Argentina em 1910; a V, no Chile em 1923; a VI, em Cuba no ano de 1928; a VII, no Uruguai em 1933; a VIII, no Peru em 1938; a IX, na Colômbia em 1948, quando foi criada a OEA;[10] e a X, na Venezuela em 1954.

O primeiro indicativo de que a criação da OICI estava em gestação se deu na VI Conferência Interamericana, realizada em Cuba no ano de 1928, ao ser aprovada pela Resolução nº 47, a realização do primeiro congresso pan-americano de municípios para discutir os temas do urbanismo e da administração municipal. Conforme os pontos dessa resolução, ficou resolvido que

> 1. Que por la Unión Panamericana se organice y lleve a efecto el Primer Congreso Panamericano de Municipios.
> 2. Que en el programa de ese Congreso se inscriban con la mayor amplitud los temas que afectan al urbanismo y a los sistemas de administración urbana, así como aquellos otros que directa o indirectamente se relacionen con la vida comunal.
> 3. Que para concurrir a ese Congreso se invite a los Municipios mayores de cincuenta mil habitantes, así como a las organizaciones municipales políticas o técnicas y a las personas de reconocida competencia en la materia fundamento del Congreso.
> 4. Que siguiendo la práctica estableada por la Unión Internacional de Ciudades se efectúe una reunión preparatoria del Congreso en cuestión, gestionándose por la Unión Panamericana que esa junta previa tenga efecto en la ciudad de Boston, en el primer semestre de 1930, aprovechando la circunstancia de que en ese año celebra la culta ciudad norteamericana el tercer centenario de su fundación.
> 5. Y que el Primer Congreso Panamericano de Municipios tenga efecto en la ciudad de la Habana, en las fechas que se indiquen durante el primer semestre de 1931, en razón de ser la capital cubana la que ha llevado a cabo los principales trabajos por la intermunicipalidad. (CONGRESO..., 2013)

A segunda manifestação dessa gestação está na Resolução nº 70 do Primer Congreso Panamericano de Municipios, efetivamente realizado em 1938, também celebrado na capital cubana. Dessa Resolução nº 70, veio a determinação do caráter de permanência "a la cooperação intermunicipal y a las atividades em prol del mayor estrechamiento de relaciones entre los pueblos americanos a través de la intermunicipalidad". (REVISTA MUNICIPAL INTERAMERICANA, 1950, p. 2) As temáticas urbanísticas também estiveram na pauta da VII Conferência, realizada em Montevidéu no ano de 1933, quando foi aprovada resolução que recomendou às "Repúblicas americanas que eneltrazado, edificación y renovación de las ciudades, tengam especialmente encuentalos fatores de orden social, económico e higiénico que se relacionan con la vivenda". (UNIÓN PANAMERICANA, 1958, p. 8)

Outro encaminhamento importante decorreu da Resolução nº 35, aprovada na X Conferência (realizada na Venezuela em 1954), ao referendar a decisão do Consejo Interamericano Economico y Social (CIES) – em sua Resolução nº 15/56, aprovada dia 12 de abril de 1956 – de convocar a Primera Reunión Tecnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento. O temário dessa Primeira Reunião Técnica foi aprovado pelo CIES no dia 30 de agosto de 1956, constando dois grandes blocos: o primeiro, "La vivenda de interes social en los países de America"; e o segundo, "Acción, coordinación y cooperación técnica interamericana en el campo de la vivenda y del planeamento". (UNIÓN PANAMERICANA, 1958b, p. 125) No momento da aprovação desse temário geral, o CIES reafirmou a importância que a habitação de interesse social teve na X Conferência Internacional Interamericana, quando se reconheceu que esse assunto "es uno de los más importantes para el Continente", tendo sido analisado "tanto en su aspecto urbano como en el rural". (UNIÓN PANAMERICANA, 1958b, p. 125)

Essa Reunión Técnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento de 1956 teve ainda um papel simbólico e político importante para a consolidação das redes institucionais e profissionais que atuavam no campo do urbanismo e do planejamento urbano no continente americano. Paralelamente aos trabalhos previstos e realizados na Reunião Técnica, ocorreu a oficialização da SIAP. Nesse caso específico, a partir de um tema fundamental debatido na ocasião de sua *origem*

intelectual: a formação dos profissionais planejadores e o ensino do planejamento na América Latina. Essa origem intelectual da SIAP ocorreu em Porto Rico, no mês de março de 1956, quando se realizou um Seminário sobre Formación de Personal para la Planificación Urbana y Regional. No encerramento do seminário, formou-se uma comissão *ad hoc* – presidida pelo portorriquenho Rafel Picó –, cujos trabalhos resultaram na criação jurídica da SIAP em Bogotá, no mesmo ano de 1956, durante a já mencionada Primera Reunión Técnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento, promovida e coordenada pela Unión Panamericana/OEA.[11]

A formação profissional: uma sincronia intelectual nas redes interamericanas?

O Seminário de Porto Rico foi organizado conjuntamente entre a OEA e a ONU, em parceria com a Junta de Planificación de Puerto Rico, a Escuela de Administración de la Universidad de Puerto Rico e o Departamento de Estado y Hacienda del Estado Libre de Puerto Rico. Nessa ocasião, estiveram presentes representantes do Brasil, Argentina, Canadá, México, Peru, Uruguai, Cuba, Porto Rico, Inglaterra, Panamá e Estados Unidos, que debateram as relações entre o planejamento físico e o desenvolvimento econômico e social, a formação de planejadores e o papel das instituições de pesquisa na América Latina.[12] (CAMACHO, 2007; NACIONES UNIDAS, 1957) Nessa ocasião, Anatole Solow apresentou, como informe das atividades da OEA, um panorama sobre a realidade urbano-industrial latino-americana:

> En America Latina se está produciendo un rápido dessarrollo económico, acompanhado de un ritmo acelerado de industrialización, lo cual implica un incremento de la población, movilidad y notable crecimiento urbano [...] En el processo de desarrollo se producen gradualmente câmbios que son interdependientes. No pueden aplazarse los efectos dinâmicos del crecimiento económico sobre el ambiente físico y social de la comunidade [...] Las ciudades de América Latina están creciendo a un ritmo cada vez más acelerado y seguirán desarrollandose

> en proporción directa al avance de la industrialización y al desenvolvimiento de los respectivos países. Existe un rápido desplazamiento de la población rural hacia los núcleos urbanos que crea cada mayor congestión en el centro y mayor confusión en su periferia [...] En los últimos 20 años la proporción de la población urbana respecto de la total ha aumentado del 25% al 40%. De mantenerse este ritmo, dentro de 30 años la populación urbana podría llegar a constituir un 60% de la total. Además, gran parte de este incremento se presenta en las zonas metropolitanas de ciudades mayores de 1000.000 habitantes, de las cuales hay ya 62 en Améric Latina [...] sin embargo, las ciudades crecen sin una adecuada planificación y esto se traduce en servicios municilaes deficientes, escacez de viviendas y falta de continuidade en el processo de renovación urbana [...] Todos estos problemas demandan urgente solución. Pero, son contadas e insuficientes las instituciones de formación y escasos los profesionales dedicados a la planificación urbana y regional en América Latina. (NACIONES UNIDAS, 1957, p. 82)

No entendimento dos profissionais presentes nesse seminário realizado em Porto Rico, a pauta intelectual sobre o planejamento urbano e regional deveria fundamentar as ações necessárias para atuar nessa complexa realidade urbano-industrial. Uma concepção importante decorrente foi a de que a articulação-relação entre as escalas nacional e local deveria ocorrer pela região e pelo planejamento regional. A defesa dessa concepção foi apresentada na abertura das sessões do Seminário sobre Formación de Personal para la Planificación Urbana y Regional pelo Arquiteto Ernest Weissman, à época, subdiretor da Diretoria de Assuntos Sociais da ONU.

> [...] la región constituye el eslabón fundamental entre la camunidad local y la nación. Una planificación regional facilita la identificación de los objetivos nacionales emfunció de la acción local. Em otras palavras, la planificación regional constituye el cuadro adecuado dentro del cual los proyectos de dessarrollo, tanto de alcance nacional como de caráter local, pueden encontrar su equilíbrio y su próprio lugar.[13] (NACIONES UNIDAS, 1957, p. 6)

A contribuição do Brasil a esse seminário foi apresentada por Helio Modesto, que proferiu a conferência “Los problemas de la planificación en el Brasil”, de certa forma reproduzindo parte central dos seus próprios argumentos e críticas sobre ausência de planejamento no país e que já haviam sido publicados nas revistas municipalistas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e Associação Brasileira dos Municípios (ABM). Segundo Helio Modesto (1957, p. 95):

> [...] contamos con planes de desarrollo físico, planes sociales y económicos, pero se encuentran aislados entre sí y funcionan como fines em sí y no como médios para alcanzar un objetivo; la mayor parte de ellos facasa precisamente por esta ausencia de interrelación. Entre los administradores no existe una mentalidade y una consciência de planificación que reconozca el hecho de que los problemas de la comunidade sólo puden enfocarse en conjunto, si se desea aprovechar plenamente los medios disponibles para su solución. La creacción de esta mentalidade propicia es la medida más importante que deben adoptar quines se interesan por el futuro del país. El mejor medio de lograrlo es la acción educativa en problemas de planifiación.

Se essa crítica de Helio Modesto foi feita a partir de um contexto nacional específico, o Brasil, a base do argumento também permeou outras considerações, como as formuladas por Luis Lander – à época, ex-ministro de Obras Públicas da Venezuela e assessor da Junta de Planificación de Puerto Rico – para toda a América Latina. Na sua conferência “Evolución futura de la planificación en la América Latina”, foi incisivo na crítica sobre o equívoco em relação ao que deveria ser a “planificación”:

> Muchas personas en América Latina pueden crer en la planificación, pero lamentablemente la mayoria de ellas sinceramente cree que están planificando simplemente porque preparan planes para la construcción de carreteras o para el mejoramiento físico de uma ciudad (un equivalente del movimento para emellecer la ciudad), o para la edificación de escuelas, hospitales o casas o porque planifican ciertos aspectos de su economia [...] Desearía que en América Latina existiera outro tipo de planificación, una

> planificación integral que abarque el desarrollo adecuado de todos los recursos discponibles para el mejoramiento de las condiciones de vida de la población. Esto es planificación general, en la cual se tienen em cuenta los aspectos económicos, sociales y físicos en un desarrollo equilibrado. (LANDER, 1957, p. 94)

Outro ponto relevante das discussões do seminário, certamente o mais importante, e sobre o qual Helio Modesto e Luis Lander também coadunaram em suas posições, foi sobre a proposição de escolas para formação de planejadores. Em todas as outras conferências, muito se discutiu sobre as características dessa formação, sobre as escolas implementadas no Ocidente – desde a primeira experiência na Inglaterra, no ano de 1909, com uma cátedra de desenho urbano na Universidade de Liverpool –,[14] sobre critérios para o exercício da profissão de planejador, sobre a relação da planificação com a sociologia e outros assuntos relativos ao tema, mas apenas os dois foram mais incisivos na proposição de que se criassem escolas "regionales de planificación para estudiantes postuniversitarios" (Helio Modesto) ou de um "Instituto Latinoamericano de Planificación, no sólo para la formación professional de técnicos, sino también para educar al pueblo en esta cuestión" (Luis Lander). Ao final do seminário, uma reunião entre os membros organizadores locais, a ONU e a OEA foi realizada para debater as possibilidades de criação de uma escola de planejamento na América Latina, que seria localizada em Porto Rico (também foi definida como sede da SIAP) em função dos seguintes pontos:

> a) Puerto Rico es partidário de la planificación general y coordenada que alienta y pone em práctica; b) su Junta de Planificación desempeña sus funciones en forma excelente y durante los años há logrado merecidamente el respecto y la cooperación del Pueblo y de todos los órganos y entidades del Gobierno; c) há formado un ambiente favorable, um espécie de laboratório, ideal y practico a la vez, que se necessita para la formación de planificadores competentes [...] Aunque la escuela sería de carácter nacional, se considero que por razones geogtráficas podría dar formación professional a estudiantes de otros países, especialmente de la región del Caribe, y de otros países de América Latina. (KAYANAN, 1957, p. 12)

Na parte da documentação publicada pela ONU com as conclusões do Seminário sobre Formación de Personal para la Planificación Urbana y Regional, não consta a indicação de que uma escola seria ou foi efetivamente criada, apenas referência à mencionada reunião. Nos seis temas da conclusão – importancia de la planificación en el desarrollo económico y social; escala regional de la planificación; la formación de planificadores; plan de estudios; instituciones de investigación y de enseñanza de la planificación en la América Latina; cooperación y acción internacional –, desenvolvidos em 27 tópicos, também não constam informações claras sobre isso, apenas considerações mais genéricas sobre a necessidade de relacionar o planejamento urbanístico com aspectos do planejamento econômicos e social e de equilibrar o ensino prático e teórico do planejamento.

Esse cenário indefinido e generalista das conclusões do seminário não muda o fato de que uma instituição de ensino já havia sido criada pela OEA em 1951, o CINVA (dirigido pela División de Vivienda y Planeamiento da Unión Panamericana/OEA), no âmbito dos programas de cooperação técnica nº 22, desenvolvido pelo CIES. Como informado por Anatole Solow – ao descrever as atividades da OEA direcionadas ao fomento da educação no campo do planejamento urbano e regional –,

> [...] El Centro Interamericano de Vivienda tiene como missión proporcionar instrucción y capacitación práctica a profesionales de todos los países americanos que deseen especializarse en los aspectos tecnológicos, económicos, sociales y administrativos de la vivenda. (SOLOW, 1957, p. 82)

Na sequência dos seus argumentos, fez menção ao Projeto nº 23 do mesmo Programa de Cooperción Técncia da OEA, cujo objetivo seria o "estabelecimiento de institutos para la enseñanza e investigación especializada del urbanismo y la planificación" baseados na necessidade de "estabelecer centros de estuidos postuniversitarios de planificación donde se formen los especialistas". (SOLOW, 1957, p. 83)

As informações apresentadas por Anatole Solow (1957) a partir do Programa de Cooperação Técnica da OEA parecem indicar algum

contraponto à ideia de um centro único e sediado em Porto Rico, tal qual a proposta nesse sentido inserida nas conclusões do Seminário sobre Formación de Personal para la Planificación Urbana y Regional. Na sequência dos seus argumentos, ele formulou justamente uma defesa dos centros menores, ou centros regionais de estudos, ou seja, praticamente a mesma ideia levantada por Helio Modesto. Segundo Anatole,

> En vez de crear una instiuición central única, se considero más conveniente y práctico aydar al establecimiento de centros más pequenos que presten servicio a grupos más reducidos de países, sobre bases más homogêneas y definidas [...] Se há considerado más factible comenzar gradualmente, dentro de un plan continental, con un centro, estableciendo luego otros dos más com carácter regional. En esta forma podría desarrollarse por etapas um programa de largo alcance que incluiria las seguientes atividades: a) cursos de planificación urbana y regional [...] b) trabajos de investigación complementados con períodos de servicio en organizaciones especializadas; c) asesoría técnica; d) cursillos sobre planificación en universidades de los diferentes países. (SOLOW, 1957, p. 83)

Anatole Solow (1957) ainda clamou pelo respeito à Resolução nº 35 da X Conferência Internacional Interamericana, por ser o órgão supremo da OEA e na qual se decidiu que o CINVA teria caráter permanente e que era fundamental fortalecer sua ação e, somente quando as circunstâncias assim justificassem, que organismos similares sejam criados em outros países do continente. Por outro lado, isso não deveria significar, pelas palavras de Anatole, impedimento ao incentivo e fomento de instituições de ensino previamente existentes nos diversos países do continente para atuação numa escala mais regional. Para ele, dever-se-ia apenas respeitar a referida Resolução nº 35 e que funcionassem como subcentro do CINVA, estabelecido fora da Colômbia e numa instituição que tivesse condições de oferecer os serviços necessários ao bom funcionamento do ensino do planejamento urbano e regional.

Terminada a Conferência de Porto Rico e com o desenvolvimento das atividades da SIAP após sua fundação jurídica em Bogotá, no mesmo

ano de 1956, quando também ocorreu sua Primeira Assembleia, somente em 1958 é que o debate sobre o ensino e a formação de planejadores foi tratado oficialmente. Nesse ano, ocorreu em Huampaní, no Perú, a Segunda Reunión Técnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento, UniónPanamericana/OEA, ocasião em que a SIAP realizou sua Segunda Assembleia. Surgiu, nesse evento, a adoção, como parte da proposta programática da SIAP, o auxílio ao trabalho de uma possível missão técnica sobre educação do planejamento. A proposta foi analisada por sua junta diretiva, que aprovou a Missão e, em seguida, solicitou apoio à Fundação Ford, ONU e OEA para que fosse colocada em prática. O apoio foi acertado e a Missão iniciou seus trabalhos durante a realização do Congresso Mundial de Planificación – celebrado em San Juan de Puerto Rico –, entre os dias 28 de maio e 3 de junho de 1960, tendo concluído os trabalhos em setembro do mesmo ano.

A Missão foi formada por três membros – Cesar Garcés (Colômbia), José Vera (Chile) e Humberto Espinoza (Panamá) – assessorados por Rafael Picó (Porto Rico), Francis Violich (EUA) e John Blandford (EUA), cujos trabalhos resultaram no *Informe de la Misión para la Enseñaza de la Planificaciónen América Latina*. Esse documento foi organizado em três partes específicas, denominadas, respectivamente: "La situación en Latinoamerica, subdesarrollo, planificación y ensenñaza"; "Estado actual de la enseñanza de la planificación en latinoamerica"; "Estado actual de la planificación en latinoamerica". (SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN, 1960) A Missão visitou dez países: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Porto Rico, México, Panamá, Peru, Venezuela e Brasil. E para ficar apenas com a etapa da Missão que ocorreu no Brasil, o levantamento realizado concluiu que existem duas escolas de administração pública (EBAP e IBAM), duas de economia, três de arquitetura, duas de engenharia, nenhuma de planejamento e o que entrou na categoria "outras", o Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas da USP, que, para a Missão, foi uma das duas instituições da América Latina que avançou na "colaboración Interdisciplinaria"[15] em relação aos diversos aspectos do desenvolvimento da nação, da região e dos municípios.[16] (SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN, 1961)

A análise preliminar desses e outros documentos produzidos no âmbito da OEA e da ONU a partir da década de 1950 revela, e com uma considerável densidade nos debates, o reconhecimento das instituições e dos profissionais sobre a importância do planejamento na solução dos problemas e demandas decorrentes da intensa urbanização nos países latino-americanos e do continente americano no seu conjunto. Tanto é assim que, anos antes desse seminário em Porto Rico, ocorreu a primeira ação mais efetiva em relação à formação de planejadores: em 1951, a Comisión de Asuntos Sociales da ONU reconheceu a necessidade de organização de informações sobre o tema, tendo solicitado aos seus membros que facilitassem o acesso à documentação. A justificativa dessa solicitação aos países menos desenvolvidos estava no reconhecimento pela ONU de que a "planificación podia desempenhar un papel importante ensudesarrollo económico y social". (NACIONES UNIDAS, 1957, p. 1) A partir dessa primeira iniciativa e até o início da década de 1960, a ONU organizaria importantes encontros internacionais para discutir os temas do desenvolvimento urbano e regional, urbanização, habitação social, mas também incorporaria a pauta da formação profissional.

Entre eles, o Seminário Regional sobre Vivienda y Mejora de la Comunidad en Asia y el Lejano Oriente, realizado em Nova Delhi em 1954; um seminário sobre urbanização em Bangkok, no mês de agosto de 1956, organizado conjuntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Governo da Tailândia; uma conferência sobre "Planificación del Dessarrollo Urbano y Rural em Trinidad", no mês de novembro de 1956, quando se reforçou a ideia de que a "planificación está vinculada com los factores econômicos, sociales y físicos de la vida de la comunidade". (NACIONES UNIDAS, 1957, p. 1) Desses encontros, o que foi realizado em Bangkok enunciou, mais explicitamente em sua conclusão, as relações intrínsecas entre planejamento urbanístico e planejamento econômico, assim como a necessidade de formação de profissionais:

> [...] la planificación del médio físico es tan sólo uno de los aspectos del processo de dessarrollo económico y social...y, al igual que toda forma de planificación, es un processo continuo

> cuya eficácia sólo puede estar assegurada por un organismo que tenga la competência, la autoridade legal y los recursos financieros necesarios [...] Es indispensable, por conseguiente, crear un organismo encargado de la planificación, capacitar al personal que le es necesario y fijar sus métodos y procedimientos de acción. (NACIONES UNIDAS, 1957, p. 1)

Assim como a ONU, a OEA também promoveu encontros com a participação de profissionais e instituições de vários países para discussão sobre os diversos assuntos decorrentes e relacionados ao intenso processo de urbanização que se consolidava desde o início do século XX no continente americano. O que talvez diferencie o trabalho da OEA em relação à ONU é que sua atuação mais específica no continente americano avançou no sentido da criação de instituições originárias de resoluções daquelas Conferências Internacionais Interamericanas (das quais a OEA surgiu), de seus programas de cooperação técnica ou seminários especializados que promoveu. Entre esses seminários, cuja documentação foi localizada e catalogada no processo de pesquisa em desenvolvimento, é possível mencionar a Primeira e Segunda Reuniões Técnicas Interamericanas em Vivienda y Planeamiento, realizadas, respectivamente, em Bogotá (1956) e Huampaní, no Perú (1958); o Seminario de Ténicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano, realizado em Bogotá (1958); e os três Seminários Regionales de Asuntos Socieales – Vivienda y Urbanismo, realizados em Quito, San Salvador (ambos no mesmo ano de 1950) e Porto Alegre (1951),[17] e que são a base documental pesquisada até aqui sobre parte das atividades das instituições, em especial da OICI e da SIAP.

Se até aqui foram apresentadas a OICI e a SIAP como instituições criadas no continente americano nessa primeira metade do século XX, uma terceira amplia esse arcabouço institucional, ainda que pensada inicialmente como um programa de atividades, e não uma instituição como as duas primeiras: o CINVA,[18] criado em 1951. Com atuação inicial circunscrita ao tema da habitação, teve origem na implementação, pela Unión Panamericana, do Projeto 22 do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos. (UNIÓN PANAMERICANA, 1957) Nesse sentido, sua origem está, como a OICI, intrinsecamente associada às Conferências

Internacionais Americanas, por serem elas a origem da própria OEA e de seus órgãos, especialmente a División de Vivienda y Planeamiento – do Departamento de Asuntos Econômicos y Socieles da Unión Panamericana –, cuja organização e estrutura funcional estavam relacionadas aos assuntos do planejamento urbano e da habitação, sendo esta a quarta instituição em estudo, ainda que até o presente momento não tenha avançado muito.

Conforme organograma da estrutura funcional do CINVA, publicado no Informe Anual de 1953, sua estrutura de funcionamento estava organizada em três grandes áreas de atuação: estudos técnicos, estudos socioeconômicos e intercâmbio científico. (UNIÓN PANAMERICANA, 1953) Especialmente as duas primeiras áreas esclarecem a concepção do Centro em relação aos problemas e soluções no campo da habitação: compreensão social e econômica definida a partir das necessidades locais das comunidades, articulação entre o projeto arquitetônico e tecnologias construtivas das habitações e sua integração urbana, que eram abordadas nos cursos de formação de profissionais.[19] Como mencionado, ocorreu mudança[20] desse foco inicial do Cinva na habitação de interesse social, ao ser incorporado o planejamento em seu nome e atribuições. Essa mudança colocou o Cinva em consonância estreita com a OICI e com a SIAP, ao mesmo tempo em que explicitou o reconhecimento da OEA sobre a importância do planeamento urbano e regional, sobre a cooperação intermunicipal e a necessidade de formação de profissionais para atuar nas mais diversas áreas do planejamento para o desenvolvimento dos países e dos municípios numa concepção que não era mais a do urbanismo como projeto.

Nesse sentido, a criação dessas instituições na primeira metade do século XX reflete muito do contexto intelectual que permeava os debates – em congressos, nas revistas, nas assessorias e estudos – sobre urbanização, planificação, habitação, desenvolvimento econômico e planejamento regional no continente americano realizados por profissionais como Francis Violich, Anatole Solow, Eduardo Montoulieu, Lloyd Rodwin, Ernest Weissmann e Rafael Picó. A presença de profissionais brasileiros que atuavam nos campos do urbanismo e do planejamento urbano-regional e que mantiveram

vínculos com esse ambiente institucional-intelectual não pode ser desconsiderada. Entre outros, é possível mencionar os nomes de Antonio Bezzera Baltar, Antonio Delorenzo Neto, Helio Modesto, Osmar Cunha, Diogo Lordello de Melo e Henry Cole, cujas interlocuções com as redes e instituições interamericanas indicavam a interlocução de algumas instituições brasileiras, entre elas, a ABM, o IBAM, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e a Sociedade Brasileira de Planejamento (SBP), esta com origem vinculada à SIAP.

Algumas considerações finais

Essa conjunção institucional e profissional possibilitou a formação de uma ampla e diversa trama de redes intelectuais cujos trabalhos estavam focados nas análises das condições urbano-regionais de todo o continente americano, ainda que substancialmente dedicados à realidade latino-americana. Desse ambiente institucional e profissional, também se formularam proposições para solução das problemáticas decorrentes do intenso processo de urbanização e industrialização que os países latino-americanos experimentavam naqueles anos de 1950 e que se tornariam ainda mais complexos na segunda metade do século.

Por tudo isso é que as instituições (OICI, SIAP, CINVA e División de Vivienda y Planejamento e Unión Panamericana - DVP/UP) estão sendo investigadas como estruturantes de um projeto interamericano que teve relevante participação dos campos disciplinares da arquitetura, do urbanismo, do direito, da economia e do planejamento para pensar e propor soluções ao desenvolvimento municipal. Entre as proposições e discussões já levantadas, é possível destacar aquelas que relacionam o planejamento e o desenvolvimento, inclusive como parte dos propósitos mais específicos da SIAP: a regionalização para fins de planejamento, a coordenação do desenvolvimento mediante instrumentos do planejamento integral, a institucionalização e a prática do planejamento para implementação de políticas sociais nos níveis nacional, provincial e municipal e, por fim, a institucionalização do ensino do planejamento.

Colocando analiticamente em diálogo todo esse movimento de construção intelectual e no período de 1930 a 1960, é possível afirmar que existiu uma "contraposição entre o que era divulgado sobre a produção sul-americana na Europa e EUA, e o que de fato era discutido pelos profissionais locais em fóruns, congressos e revistas, no continente sul-americano". (GOMES, 2009, p. 8) Da mesma forma, deve-se levar em conta que, em meados dos anos 1930 e 1940, o continente ainda era relativamente ignorado dentro da perspectiva analítica histórica urbana e arquitetônica, centrando-se apenas na Europa e EUA. (GOMES, 2009) A atuação dessas redes interamericanas integrou esse movimento de contraponto a partir de três eixos mais gerais: os congressos, as revistas e, por fim, atividades de consultoria e pesquisa, como a que foi organizada sobre "La enseñanza de la planificación em la América Latina", cujo relatório foi apresentado por Rafael Picó e Francis Violich em setembro de 1960.

Essa ampla divulgação da produção dos profissionais e sua projeção em âmbito internacional foram também importante impulso ao processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento na América Latina. Da mesma forma, para a criação de fóruns de discussão profissional que viabilizaram a interlocução de planejadores e responsáveis públicos sobre os problemas de urbanização em suas diversas facetas, mas especialmente habitação e planos urbanos. Crescia, portanto, a importância de agregá-los em sociedades profissionais para a troca de experiências em questões de interesse comum aos países do continente. A SIAP, a OICI, a DVP e o CINVA são, portanto, produto e catalizadores desse processo, todos eles responsáveis por publicações, realização de congressos e atividades de consultoria.

Nesse contexto interinstitucional, os projetos editoriais tiveram papel relevante para compreensão e divulgação de estudos sobre os problemas urbanos e a urbanização, de um modo geral. Particularmente, a revistas contribuíram para a divulgação para fora das fronteiras territoriais do continente americano dos estudos e realizações em pauta. Ou seja, as revistas especializadas, desde as revistas de arquitetura dos anos 1930 até as revistas mais envolvidas com as questões de urbanização e planejamento, tais como a revista interamericana da SIAP ou a revista municipal interamericana da OICI, buscavam

apresentar os problemas urbanos enfrentados pelos países, bem como apresentar soluções para as diversas necessidades de um continente, que experimentava forte processo de urbanização e crescimento demográfico. Da mesma forma, não se descuidou do processo de formação profissional, seja no campo da arquitetura e da produção da habitação – como foi, inicialmente, o papel do CINVA –, seja no campo do planejamento urbano e regional – como foi o caso da SIAP. Tanto que, já a partir da década de 1930, um tema constante em todas essas publicações foi a consolidação e regulamentação da profissão de arquiteto, algumas vezes combinado com a preocupação com a formação profissional. (GOMES, 2009)

A partir da década de 1940, as revistas especializadas de arquitetura e planejamento da América passaram a dar maior importância aos temas correspondentes ao urbanismo e a gestão urbana. Um caso importante de discussão nessas áreas ocorreu a partir da necessidade de reconstruir a Cidade de San Juan, na Argentina, destruída por um terremoto em 1944. Surgiram debates urbanísticos locais que geraram uma série de discussões sobre o planejamento multidisciplinar na América Latina, estimulado por publicações em revistas sul-americanas, mas de abrangência internacional, como a *Nuestra Arquitectura* e a *American Forum*. Todo esse debate permite uma consideração importante sobre o próprio campo disciplinar: "de certa forma, essa série sinaliza claramente um deslocamento de interesse das questões propriamente urbanísticas em direção àquelas relacionadas ao planejamento de caráter multidisciplinar". (GOMES; ESPINOZA, 2009, p. 26)

Acompanhando esse processo de mudanças originários nas décadas de 1930 e 1940, o *Boletim Planificación y Desarrollo* e a *Revista Interamericana de Planificación*, ambos publicados e editados sob a coordenação da SIAP a partir da década de 1960, divulgaram artigos relacionados ao planejamento multidisciplinar. Foram abordadas questões de interesse comum aos países da América Latina, bem como algumas análises de casos específicos para serem estudados em outros contextos locais. Correspondiam, portanto, a questões intimamente ligadas à situação de planejamento e urbanização da América Latina e que buscavam soluções integradas em todos os

níveis de planejamento – econômico, social, urbanístico e, já nesta época, ambiental. Ou seja, se tem algo que essas redes profissionais realizaram foi a produção de conhecimento, tal qual enunciado por Eduardo Devés (2014) como elemento estrutural para afirmar que uma rede intelectual se conformou, ainda que tal conhecimento tenha sido anulado ou intencionalmente esquecido pelas forças especulativas do capital internacional. O resultado desse "esquecimento": as nossas cidades continuam sendo tratadas como instrumento de produção e reprodução dos interesses financeiros e as imagens que permanecem são as da precária periferização, violência urbana, degradação ambiental e especulação imobiliária "construindo" cidades fissuradas.

NOTAS

1 Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsa de produtividade e universal, 2014/2017-2018.

2 O primeiro estudo, "Para outra história urbana: Interdisciplinaridade e intertextualidade no estudo da cidade de Ribeirão Preto", foi publicado na revista *Registros*, em 2003 (como resultante das primeiras aproximações que fiz ao campo historiográfico à época do mestrado). O segundo: "Velázquez e Veyne, e as articulações entre a pintura e a história: os processos relacionais na constituição da origem dos eventos históricos", foi publicado na revista *Mosaico*, em 2009.

3 Importante fazer referência aos estudos de Jorge Francisco Liernur sobre a "Red Austral", publicados em 2008, como contribuição fundamental ao estudo das redes profissionais, ainda que mais centrados na investigação sobre a produção arquitetônica e urbanística e não tanto pelo campo do planejamento urbano-regional. No caso brasileiro, considero a pesquisa sobre a rede do Rotary Club Internacional e os primórdios do urbanismo no Brasil, desenvolvida por Margareth da Silva Pereira (2011), um exemplo importante. Ver o artigo publicado na revista *Oculum Ensaios*: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/138>.

4 Tendo como base a conferência inaugural que proferi no II Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil (IAU/USP, 2015), elaboreio artigo "O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira: percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina", que foi publicado na revista *Risco*, para também tecer algumas considerações que dialogam e pactuam com esse diagnóstico crítico. Está disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/127418>.

5 Como sugestão para uma primeira aproximação ao trabalho de Marta Casaús, ver "Las redes intelectuales centroamericanas y sus imaginarios de nación (1890-1945)", em <http://www.ortegaygasset.edu/publicaciones/circunstancia/ano-iii---numero-9---enero-2006/investigaciones-en-curso>, e o livro *Las redes intelectuales centroamericanas: un siglo de imaginarios nacionales* (1820-1920), de 2005, publicado em parceria com Tereza García Giráldez.

6 Em relação ao século XIX, no bojo do processo político que envolveu a defesa da independência política das colônias espanholas por Simón Bolívar, o Congresso do Panamá de 1826, o Congresso de Jurisconsultos de 1877 e a Conferência Internacional Interamericana em 1889. Como o objetivo específico deste projeto não é debate político e internacional no âmbito das relações comerciais e diplomáticas sobre o pan-americanismo, não faremos detalhamentos sobre o tema. Autores especializados em história das relações exteriores já produziram importantes trabalhos, entre eles: Morgenfeld (2011), Silva (2009) e Dulci (2008).

7 Em dois trabalhos já desenvolvidos (um publicado e o outro em publicação), foi possível abordar mais diretamente o contexto espanhol e suas relações com os profissionais e instituições do continente americano: "Urbanismo e municipalismo na Espanha: entre o Estatuto Municipal e a Unión de Municipios Españoles na década de 1920", publicado na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*; e "Urbanismo e municipalismo na Espanha: Ieal e a articulação Iberoamericana para o desenvolvimento municipal", que está em publicação pela revista *Zarch: Journal of Interdisciplinary studies in Architecture and Urbanism*.

8 Na sequência desse I Congresso Iberoamericano de Municípios, que ocorreu em Madrid, vieram os Congressos de Lisboa (1959), Brasília (1965), Barcelona (1967), Santiago do Chile (1969). Importante frisar que esses congressos não tinham relação com os Congressos Interamericanos de Municípios realizados pela OICI desde 1938. São mesmo dois eventos distintos que contaram com a participação de profissionais vinculados a duas instituições.

9 Esse movimento pan-americanista tinha como objetivo básico a "união das nações americanas por meio do fortalecimento e do comércio na América". (DULCI, 2008, p. 2)

10 Na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, foi definida a *Carta de la Organización de los Estados Americanos* com a definição dos seus conselhos; entre eles, o Conselho Interamericano Econômico e Social. Como será desenvolvido na sequência, a criação do CINVA integrou as atividades de cooperação técnica da OEA.

11 Segundo informe incluído no Relatório Final da Primera Reunión Tecnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento, a SIAP celebrou sua assembleia constitutiva e aprovou seu estatuto. A comissão organizadora da SIAP presente nessa reunião técnica era formada por Rafel Picó, Cándido Oliveras e Luis Lander. (UNIÓN PANAMERICANA, 1958b)

12 Oficialmente criada em Bogotá, no dia 5 de dezembro de 1956, durante a Primera Reunión Tecnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento, organizada e realizada pelo CIES da OEAs. A secretaria do CIES era o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da União Pan-americana, da qual a División de Vivienda y Planeamiento faz parte.

13 Essa discussão sobre o planejamento regional nesse contexto das redes interamericanas está em desenvolvimento, especialmente a partir do estudo da trajetória profissional-intelectual de Antonio Delorenzo Neto, que dirigiu o Instituto de Estudos Municipais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O referido instituto organizou, sob a coordenação de Delorenzo Neto, o I Seminário Interamericano de Estudos Municipais, em 1958, como parte das atividades do Congresso Interamericano de Municípios que ocorreu no Rio de Janeiro no mesmo ano. Um primeiro estudo foi publicado nos Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano

e Regional (ENANPUR) de 2013, realizado em Recife. Antonio Delorenzo Neto teve importante atuação nesse contexto interamericano, especialmente na OICI, como representante da Associação Brasileira de Município. Ver em: <http://anpur.org.br/project/anais-do-xv-ena/>.

14 Informação apresentada por Frederick J. Adams, do Departamento de Planificación Urbana y Regional do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), na conferência "Situación de la planificación y de suenseñanza". (ADAMS, 1957, p. 41)

15 A outra foi o Centro de Planificación Económica da Universidad de Chile. (SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN, 1960)

16 O exemplo utilizado pela Missão para essa interpretação foi o "Estudo para o desenvolvimento do litoral norte do Estado de São Paulo", desenvolvido com a colaboração de economistas, engenheiros e arquitetos. O nome de Anhaia Mello não apareceu nessa referência.

17 Esse seminário foi realizado no Rio Grande do Sul, com a participação de duas instituições brasileiras com atuação no campo da habitação: a Fundação da Casa Popular e o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, nesse momento chefiada pela engenheira Carmem Portinho, além de outras repartições públicas. As informações sobre esses seminários foram publicadas, em 1952, no Informe Final organizado pela Unión Panamericana.

18 O nome original era Centro Interamericano de Vivienda. Como será ainda explicado, a partir de 1954, receberá o nome de Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, CINVA.

19 Jorge Alberto Rivera Paez, *El CINVA: un modelo de cooperación técnica, 1951-1972*, 2002. Outras importantes pesquisas foram realizadas sobre o CINVA, entre elas: Peña Rodriguez, *El programa CINVA y la acción comunal: construyendo ciudad a través de la participación comunitária* (2010). Para alguns pesquisadores colombianos, entre eles, Jorge Alberto Rivera Paez, o programa geral do CINVA deu prioridade a uma série de experiências interdisciplinares e interprofissionais, assim como ao trabalho empírico e de articulação direta com a comunidade. Da mesma forma, esse programa geral enfatizou uma prática não ortodoxa da arquitetura e do planejamento urbano na América Latina, que, para Rivera Paez, estava em contraste com as práticas passíveis de reconhecimento das contradições derivadas da difusão e aceitação sem críticas dos encaminhamentos e proposições do contexto da Arquitetura Moderna preconizada pelos CIAM no continente.

20 Resolução nº 35 da X Conferência Internacional Interamericana, realizada na Venezuela, no ano de 1954, após análise de proposições apresentadas pelas delegações da Colômbia, Brasil e Venezuela. Pela resolução, o Centro Interamericano de Vivienda foi denominado de Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. J. Situación de la planificación y de suenseñanza. In: NACIONES UNIDAS. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. *Formación de personal para la planificación urbana y rural*: seminario sobre formación de personal para la planificación urbana y rural. Puerto Rico, marzo de 1956. Nueva York, 1957.

ARZÚ, M. E. C. Las redes intelectuales centroamericanas y sus imaginarios de nación (1890-1945). *Circunstancia*, Madrid, ano 3, n. 9, enero 2006. Disponível em: <http://www.ortegaygasset.edu/publicaciones/circunstancia/ano-iii---numero-9---enero-2006/investigaciones-en-curso>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ARZÚ, M. C. Prólogo. In: DEVÉS, E. *Redes Intelectuales en América Latina*: Hacia la constitución de una comunidade intelectual. Santiago de Chile: Instituto de Estudos Avançados, 2014.

ARZÚ, M. E. C.; GIRÁLDEZ, T. G. *Las redes intelectuales centroamericanas*: un siglo de imaginarios nacionales (1820-1920). Guatemala: F & G editores, 2005.

BRESCIANI, M. S. M. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, J. F; MENDONÇA, E. M. S. *A construção da cidade e do urbanismo*: ideias têm lugar? Vitória: EDUFES, 2012. p. 141-160.

CAMACHO, L. Sociedad Interamericana de Planificación, SIAP 50 años Vida institucional y programática. *Revista Bitácora Urbano Territorial*, Colombia, p. 268-284, v. 1, n. 11, 2007.

CONGRESO Panamericano de Municipios (Sexta Conferencia Internacional Americana, La Habana – 1928). [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.dipublico.org/14467/congreso-panamericano-de-municipios-sexta-conferencia-internacional-americana-la-habana-1928/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

DEVÉS, E. *Redes Intelectuales en América Latina*: Hacia la constitución de una comunidade intelectual. Santiago de Chile: Instituto de Estudos Avançados, 2014.

DULCI, T. M. S. *As Conferências Pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 – 1928)*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DULCI, T. M. S. Conferências Panamericanas (1889-1928): a questão das identidades. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 8., 2008, Vitória. *Anais Eletrônicos*... Vitória: ANPHLAC, 2008.

FARIA, R. S. Para outra história urbana: Interdisciplinaridade e intertextualidade no estudo da cidade de Ribeirão Preto. *Registros*, Plata, ano 1, n. 1, p. 163-175, nov. 2003.

FARIA, R. S. de. *Sobre la Primera Reunion Técnica Interamericana em Vivienda y Planeamiento*. Washington: Pan American Union, 1958.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e desenvolvimento municipal na Europa: os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles. *Ciudades*, Valladolid, n. 19, 2016a. Disponível em: <http://www3.uva.es/iuu/CIUDADES/Marcos_R.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e municipalismo na Espanha: IEAL e a articulação Ibero-americana para o desenvolvimento municipal. *ZARCH*: Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism, Zaragoza, n. 6, p. 206-219, 2016b. Disponível em: <http://zarch.unizar.es/index.php/es/>. Acesso em: 15 out. 2017.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e municipalismo na Espanha: entre o Estatuto Municipal e a Unión de Municipios Españoles na década de 1920. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 17, n. 1, p. 105- 122, 2015. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20160517100357Volume_17_-_numero_1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

FARIA, R. S. Velázquez e Veyne, e as articulações entre a pintura e a história: os processos relacionais na constituição da origem dos eventos históricos. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 26-34, jan./jun. 2009.

FUSCHINI, G. A. La rede de escritores latinoamericanos en los años sessenta. *UNIVERSUN*, [S.l.], n. 15, p. 337-350, 2000.

GOMES, M. A. *Urbanismo na América do Sul*: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009.

GOMES, M. A. F., ESPINOZA, J. C. H. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, M. A. *Urbanismo na América do Sul*: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-41.

GORELIK, A. A produção da 'cidade latino-americana. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

KAYANAN, A. C. Antecedentes, organización y procedimentos del Seminario. In: NACIONES UNIDAS. *Seminário sobre formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1597.

LANDER, L. Evolución futura de la planificación en América Latina. In: NACIONES UNIDAS. *Formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957. p. 94-95.

MODESTO, H. Los problemas de la planificación em Brasil. In: NACIONES UNIDAS. *Formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957. p. 95-98

MORGENFELD, L. A. *Vecinos en conflito*: Argentina frente a Estados Unidos en las conferencias pan-americanas 1880-1955. Buenos Aires: Continente, 2011.

NACIONES UNIDAS. *Formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957.

PEÑA RODRIGUEZ, M. L. *El programa CINVA y la acción comunal: construyendo ciudad a través de la participación comunitária*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Faculdad de Artes, 2010. (Colección Punto Aparte).

PEREIRA, M. da S. Localistas e cosmopolitas: a rede do Rotary Club International e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). *Oculum Ensaios*, Campinas, n. 13, p. 12-31, jan./jun. 2011.

PINHEIRO, E. P. Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940. In: GOMES,

M. A. F. *Urbanismo na América do Sul*: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 119-149.

REVISTA MUNICIPAL INTERAMERICANA. La Habana: Comision Panamericana de Cooperacion Intermunicipal, año I, n. 1/2, jul./dic. 1950.

SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN. *Informe de la Misión para la Enseñaza de la Planificaciónen América Latina*. San Juan, Jul./set. 1960. Manuscrito digitalizado.

SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN. *La Enseñanza de la planificación en America Latina*. San Juan, 1961.

SOLOW, A. Acción de la OEA dirigida a estimular la educación en planeamento urbano y regional. In: NACIONES UNIDAS. *Formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957.p. 82-85.

SILVA, M.V. C. da. *A defesa do pan-americanismo nas páginas de Américas*. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

RIVERA PAEZ, J. A. *El CINVA*: un modelo de cooperación técnica, 1951-1972. 2002. Tesis (Maestria em História) – Departamento de Historia, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2002.

TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, p. 28-39, 1991.

UNIÓN PANAMERICANA. Departamento de Asuntos Economicos y Sociales. División de Vivienda y Planeamiento. *Compilacion de Resoluciones sobre planieamiento, vivenda y edificación.* Washington, 1958a.

UNIÓN PANAMERICANA. Departamento de Asuntos Economicos y Sociales. División de Vivienda y Planeamiento. *Municipal Action for Housing Improvement and Slum Clearence*.Washington, 1953.

UNIÓN PANAMERICANA. Departamento de Asuntos Economicos y Sociales de la Unión Panamericana. *Vivienda y Planeamiento*. Washington, 1957. n. 23.

UNIÓN PANAMERICANA. Secretaria del Consejo Interamericano Económico y Social. *Informe de la Secretaría del Consejo Interamericano Económico y Social sobre la primera reunión técnica interamericana en vivienda y planeamiento*. Washington, 1958b.

WEISSNANN, E. Importancia de la formación de planificadores por la parte que desempeñan en el desarrollo económico y social. In: NACIONES UNIDAS. *Formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957. p. 19-21.

VIVIENDA & planeamiento. *Boletín da División de Vivienda y Planeamiento de la Unión Panamericana*, [S.l.], p. 11, 1957.

SOBRE OS AUTORES

ALINE COURI FABIÃO

Professora adjunta da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (LeU) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal da Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ).

JOSIANNE FRANCIA CERASOLI

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Coordenadora da equipe da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UNICAMP.

JUNIA CAMBRAIA MORTIMER

Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do Laboratório Urbano do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da UFBA.

MARGARETH DA SILVA PEREIRA

Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, professora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (LeU) do PROURB-UFRJ. Coordenadora da equipe da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UFRJ. Pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI

Professora emérita, professora titular aposentada do Departamento de História, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Fundadora e pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PAOLA BERENSTEIN JACQUES

Professora associada da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Laboratório Urbano do PPG-AU-UFBA. Coordenadora da equipe da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UFBA. Pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PRISCILLA ALVES PEIXOTO

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Redentor de Paraíba do Sul, pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (LeU) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal da Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ).

RICARDO TREVISAN

Professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Paisagem, Projeto e Planejamento do Laboratório de Estudos Urbanos

(PPP-Labeurbe) da FAU-UnB. Coordenador da equipe da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UnB. Pesquisador pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RITA VELLOSO

Professora adjunta da Escola de Arquitetura (EA) e do Núcleo de Pós-Graduação (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora do grupo de pesquisa Cosmópolis da EA - UFMG. Coordenadora da equipe da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UFMG. Pesquisadora do Observatório da Metrópoles (INCT CNPq).

RODRIGO SANTOS DE FARIA

Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Pesquisador pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

THAÍS TRONCON ROSA

Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do Laboratório Urbano do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da UFBA.

COLOFÃO

Formato	155 x 220 mm
Tipologia	Ailerons Goudy Old Style
Papel	Alcalino 75g/m² (miolo) Cartão Supremo 300g/m² (capa)
Impressão	EDUFBA
Acabamento	I. Bigraf
Tiragem	300 exemplares